

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

ÍNDICE

MENSAGEM DO PROVEDOR	6		
CORPOS GERENTES	8		
Mesa da Assembleia	8		
Mesa Administrativa	9		
Definitório	9		
APRESENTAÇÃO	10		
1. A Misericórdia do Porto, a Igreja, o Estado e a Sociedade Portuguesa	10		
2. Os nossos Princípios Aplicados à Gestão	12		
3. Enquadramento Macroeconómico	16		
4. A Misericórdia do Porto e a Irmandade	18		
4.1. Irmandade	19		
4.1.1. Assembleia Geral Ordinária	19		
4.1.2. Movimento da Irmandade	19		
PARTE GERAL	20		
5. Serviços Partilhados e Corporativos (SPeC)	20		
5.1. Serviços Partilhados e Corporativos / Departamentos Centrais	21		
5.2. Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional	21		
5.2.1. Colaboradores do Quadro e Contratados a Prazo	22		
5.2.2. Prestadores de Serviços	23		
5.2.3. Colaboradores Aposentados em 2017	23		
5.2.4. Pensões pagas em 31.12.2017	24		
5.2.5. SHST - Acidentes de Trabalho	24		
5.2.6. Academia Misericórdia	25		
5.2.7. Estágios	26		
5.2.8. Políticas Ativas de Emprego	27		
5.2.9. Fundo Especial de Apoio Social	28		
5.3. Departamento de Sistemas de Informação	28		
5.3.1. Otimização da Infraestrutura TIC	28		
5.3.2. ERP - Projetos 2017	29		
5.3.3. Programa Segurança Informação	29		
5.3.4. Projeto Adequação do Sistema de Informação - RGD	31		
5.3.5. Área da Saúde	32		
5.3.5.1. Otimização da Área da Saúde no Ciclo de Gestão Clínica	32		
5.3.5.2. Processo Clínico Eletrónico "Paperless Hospital"	32		
5.3.5.3. Programa de Reorganização e Otimização da Logística Interna da Saúde	33		
5.3.6. Novos Projetos - "Saúde Agora"	33		
5.3.7. Ative Analytics - Big Data	34		
5.4. Departamento de Gestão Administrativa e do Património	36		
5.4.1. Cartório Privativo - Contratos	36		
5.4.2. Arrendamento	37		
5.4.3. Cemitério Privativo	37		
5.4.4. Arquivo Geral	38		
5.4.5. Expediente Geral	38		
5.4.6. Património e Gestão de Infraestruturas	38		
5.4.7. Gabinete Técnico do DGAP	38		
5.4.7.1. Projetos de Arquitetura	39		
5.4.7.2. Fiscalização de Obra	40		
5.4.7.3. Acompanhamento de Obra	40		
5.4.7.4. Engenharias (Mecânica, Elétricas)	40		
5.4.7.5. Planos de Manutenção	40		
5.4.7.6. Reabilitação Urbana - Programa "Reabilitar para Arrendar"	41		
5.4.7.7. Gestão Logística e Central de Compras	41		
5.4.7.8. Engenharia Organizacional	43		
5.4.7.8.1. Gestão de Projetos	43		
5.4.7.8.2. Gestão de Processos	44		
5.5. Departamento de Marketing e Comunicação	44		
5.6. Gabinete do Ambiente e Qualidade	45		
5.7. Gabinete de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão	52		
5.7.1. Organização	52		
5.7.2. Estudos	52		
5.7.3. Fundos Estruturais	54		
5.7.4. Gestão de Parcerias, Acordos e Protocolos	54		
5.7.5. Controlo de Gestão Saúde	55		
5.7.6. Centro de Conferência de Faturas	55		
5.7.7. Encarregado de Proteção de Dados DPO - Data Protection Officer	56		
5.8. Gabinete de Segurança, Risco e Compliance	57		
5.8.1. Políticas e Procedimentos	57		
5.8.2. Projeto Piloto	58		
5.8.3. SRC - Regulamento Geral de Proteção de Dados	58		
5.9. Departamento de Contabilidade e Finanças	59		
5.10. Departamento de Auditoria Interna	64		
5.11. Serviço de Alimentação, Nutrição e Dietética	67		
PARTE ESPECIAL	68		
6. Departamento de Artes e Cultura	68		
6.1. Casa da Prelada	69		
6.1.1. Arquivo e Biblioteca	69		
6.1.2. Tratamento Documental	69		
6.1.2.1. Biblioteca e Salas de Leitura	70		
6.1.2.2. Acolhimento de Visitantes e de Eventos	70		
6.1.3. Projetos Especiais	70		
6.1.3.1. Congresso de História da Misericórdia do Porto	71		
6.1.3.2. Centro Hospitalar Conde de Ferreira	71		
6.1.3.3. Publicações	71		
6.2. MMIPO - Museu e Igreja da Misericórdia do Porto	72		
6.2.1. Património Cultural	72		
6.2.2. Aquisições e Doações	73		
6.2.3. Estudos e Investigação	73		

6.2.4. Serviço de Públicos	74	9.2.6. Gestão e Recursos	116
6.2.5. Gestão Operacional e Comercial	75	9.2.6.1. Recursos Humanos	116
7. Gabinete Religioso e Culto	76	9.2.7. Qualidade	116
7.1. Ações Desenvolvidas	77	9.2.7.1. Medidas, ações desenvolvidas	116
7.2. Procissão das Endoenças	77	9.2.8. Avaliação dos inquéritos de satisfação aos utentes	117
7.3. Outras Ações	77	9.3. Centro Hospitalar Conde de Ferreira	118
7.4. Concertos	78	9.3.1. Atividade clínica	119
7.5. Voluntariado	79	9.3.1.1. Internamento	119
7.6. Inclusão Social	79	9.3.1.2. Consulta Externa	120
8. Departamento de Intervenção Social	80	9.3.1.3. Medicina Interna	121
8.1. Articulação com a Segurança Social	81	9.3.2. Centro de Dia de Alzheimer - S. João de Deus	122
8.2. Ação Social Comunitária	81	9.3.2.1. Movimento de Utentes	122
8.2.1. Cabaz de Natal	82	9.3.2.2. Investigação	122
8.2.2. Avaliações Socioeconómicas Relatórios Sociais	83	9.3.2.3. Estágios	122
8.2.3. Voluntariado	83	9.3.2.4. Parcerias/Protocolos	122
8.3. Respostas Sociais Dirigidas à População Sénior	84	9.3.3. Terapias Ocupacionais	122
8.4. Serviço de Apoio Domiciliário	86	9.3.4. Movimento de Utentes	123
8.5. In Care	87	9.3.5. Recursos Humanos	124
8.6. Programa Chave de Afetos	88	9.3.5.1. Estrutura dos Recursos Humanos	124
8.7. Respostas Sociais Dirigidas às Vítimas de Violência Doméstica	90	9.3.5.2. Estágios/Formação	126
8.7.1. Casa de Santo António	90	9.4. Plano de Reestruturação das Instalações	129
8.8. Respostas Sociais Dirigidas à População em Situação de Sem-Abrigo	92	10. Desenvolvimento Agrícola - Quinta D'Alva	130
8.8.1. Casa da Rua - D. Lopo de Almeida	92	10.1. Plano estratégico/Candidatura PDR 2020 aprovada em 2017	131
8.8.2. Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins	96	10.1.1. Caracterização da operação	131
8.9. Infância e Juventude	98	11. Ensino Especial e Deficiência	134
8.9.1. Colégio Barão de Nova Sintra	98	11.1. Centro Integrado de Apoio à Deficiência	135
8.10. Banco do Vestuário	100	11.2. Destaques por Princípio EQUASS	136
8.11. Loja Solidária	100	11.2.1. Principais Indicadores de Resultados	142
8.12. Inovação Social	101	11.3. Objetivos Operacionais - Desempenho das Respostas do CIAD	143
9. Saúde	102	11.3.1. Escola Especial	143
9.1. Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz	103	11.3.2. Atividades Ocupacionais	145
9.1.1. Execução do Contrato-Programa	105	11.3.3. Lar Residencial	147
9.1.2. Execução da Atividade Extra Contrato-Programa	106	11.3.4. Formação Profissional	148
9.1.3. Recursos Humanos	106	11.3.5. Centro Professor Albuquerque e Castro - Imprensa Braille	151
9.1.4. Conclusão	107	11.3.6. Responsabilidade Social	153
9.2. Centro de Reabilitação do Norte - Dr. Ferreira Alves	107	11.3.7. O desafio da Melhoria Contínua	154
9.2.1. Relações Institucionais	109	11.3.7.1. Plano de Melhoria 2017	154
9.2.2. Atividade - Perfil da Prestação Realizada	109	11.3.8. Projetos de Inovação	155
9.2.2.1. Cumprimento do Contrato-Programa Acordo de Gestão estabelecido com a ARSN	109	11.3.9. Oficina "Desenhos em Relevo"	155
9.2.2.2. Evolução da Execução do Acordo de Gestão	110	11.3.10. Teatro "A Dama das Camélias"	155
9.2.2.3. Consulta Externa	110	11.3.11. Projeto Leitura em Voz Alta da História do Soldado, de Ramuz	155
9.2.2.4. Consulta por Distrito	110	11.3.12. Espetáculo inclusivo "Viagem à DiverCidade"	155
9.2.3. Internamento	113	11.3.13. Revista de dupla leitura "(In)clusões e (In)cursões"	157
9.2.3.1. Internamento por Distrito	113	11.3.14. Projeto "Fons Vitae Tátil"	157
9.2.3.2. Internamento por Género	113	12. Educação - Colégio de Nossa Senhora da Esperança	158
9.2.3.3. Utentes Admitidos	114	12.1. Áreas/Setores	159
9.2.4. MCDT	114	12.2. Recursos Humanos	160
9.2.4.1. Tratamentos por Distrito	114	12.3. Infraestruturas	161
9.2.4.2. Tratamentos por Setor	115	12.4. Conclusão	161
9.2.5. Participação em Congressos, Simpósios, Jornadas e Cursos Nacionais e Internacionais	115		

13. Justiça - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino	162
13.1. Serviços Clínicos	163
13.1.1. Atividade Clínica	163
13.2. Setor Laboral	164
13.2.1. Taxas de Ocupação Laboral	165
13.3. Setor de Educação e Ensino	167
14. Ambiente	168
14.1. Parque da Prelada	169
14.2. Parque José Avides Moreira	169
14.2.1. Hortas Comunitárias	169
14.2.2. Hipoterapia	169
NOTAS FINAIS	170
SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA	172
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	176
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	214
EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL	218
PARECER DO DEFINITÓRIO	238
PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL	244

MENSAGEM DO PROVEDOR



O FUTURO NUNCA SE PARECE COM O PASSADO - COMO BEM SABEMOS. MAS, GERALMENTE FALANDO, A NOSSA IMAGINAÇÃO E O NOSSO CONHECIMENTO SÃO DEMASIADO DÉBEIS PARA NOS DIZER QUE MUDANÇAS ESPECÍFICAS HAVEMOS DE ESPERAR. NÃO SABEMOS O QUE O FUTURO NOS RESERVA. NO ENTANTO, COMO SERES VIVOS E ATIVOS, SOMOS OBRIGADOS A AGIR. A PAZ E O CONFORTO DO ESPÍRITO OBRIGAM-NOS A OCULTAR A NÓS PRÓPRIOS COMO É POUCO O QUE PREVIMOS. NO ENTANTO, TEMOS DE NOS GUIAR POR ALGUMA HIPÓTESE.

JOHN MAYNARD KEYNES (1937)



Como manda o costume, cumpre-me, mais uma vez, e em nome da Mesa Administrativa, apresentar o Relatório de Gestão e Contas de 2017, de acordo com o Compromisso e a Lei.

Foi um ano muito difícil, com a reversão de algumas políticas públicas e a introdução de outras cujo caráter inovador nem sempre se conseguiu implementar.

Assim sendo, é natural que uma instituição como a Santa Casa da Misericórdia do Porto, cujo vigor e capacidade de intervenção na sociedade são por toda a comunidade reconhecidas, tenha sentido essas dificuldades acrescidas.

Graças ao empenho de muitos homens e mulheres, que ajudam a construir a Misericórdia do Porto, nestes seus 518 anos de existência, foi possível manter a visão estratégica e continuar o curso das reformas que as circunstâncias exigem, conscientes que estamos da lição de Keynes quando nos diz que “o futuro nunca se parece com o passado”.

No ano que ora terminou tivemos conhecimento do resultado final das auditorias do Tribunal de Contas, da Inspeção-Geral de Finanças, da Inspeção-Geral do Ministério da Educação e de vários relatórios de avaliação da Segurança Social. Em todos um traço comum - a excelência do trabalho produzido, a qualidade da produção de informação e a avaliação positiva dos atos de gestão.

Desse modo soubemos elevar o posicionamento da Misericórdia do Porto e confirmar a solidez e reputação da sua imagem institucional.

O ano, tendo sido difícil, foi ainda mais complicado com o desaparecimento inesperado e prematuro do Senhor D. António Francisco dos Santos, nosso Bispo do Porto. Perto do final do ano, outra grande referência da nossa comunidade desaparecia. Falo do Senhor D. Manuel Martins, Bispo Emérito de Setúbal e patrono do Centro de Alojamento Social.

Dois homens de serviço aos outros e com exemplos de grande dignidade e seriedade na sua ação pastoral. De regresso à casa do Pai, ambos continuarão na nossa memó-

ria. Como provas vivas de uma cultura de solidariedade no quadro da moderna doutrina social da Igreja.

Cientes que a sociedade dos afetos precisa de provas evidentes, que se consubstanciam na lembrança quotidiana do próximo, atualizamos, de novo, o nosso Compromisso, assegurando, desse modo, que a valia da tradição se transforma em modernidade quando ao serviço da nossa missão.

Missão essa que se traduz em sete obras espirituais e sete obras corporais. Dessa tradução registamos as exigências do século XXI e dos novos pobres que, nem sempre, o são materialmente.

Continue, então, Nossa Senhora da Misericórdia a guiar-nos nesta missão de serviço público.

Porto, 21 de fevereiro de 2018



O Provedor
António Manuel Lopes Tavares

CORPOS GERENTES



Jorge Eduardo
Silva Ferreira Dias

Francisco
Castelo Branco Ribeiro

Maria Albertina
Amorim Coelho

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente

Jorge Rui Moita Pereira Cernadas

Vice-Presidente

José Manuel Lemos Pavão

Secretários

António José Barbosa Samagaio

Vítor Guilherme Barrosa Pereira Dias



António Manuel
Lopes Tavares

António Luís
Abranches Canto Moniz

Francisco
Ribeiro da Silva

António Ernesto
Silva Carvalho de Brito

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

António Manuel Lopes Tavares

Vice-Provedor

António Luís Abranches Canto Moniz

Tesoureiro Geral

Jorge Eduardo Silva Ferreira Dias

Culto e Cultura

Francisco Ribeiro da Silva

Modernização Administrativa e Sistemas de Informação

António Ernesto Silva Carvalho Brito

Desenvolvimento Agrícola e Ensino Especial

Francisco José Guimarães Castelo Branco Ribeiro

Área Social e Juventude

Maria Albertina Amorim Coelho

DEFINITÓRIO

Presidente

Joaquim Sabino Rangel Pamplona

Vice-Presidente

Joaquim da Silva Vianez

Secretário

Silvério Brunhoso Cordeiro

Vogais

António Alves Teixeira do Carmo

Justino Cruz dos Santos

APRESEN TAÇÃO

1.

A MISERICÓRDIA DO PORTO,
A IGREJA, O ESTADO E A
SOCIEDADE PORTUGUESA



A Misericórdia do Porto continuou, neste ano de 2017, a manter uma proximidade com as várias entidades institucionais. Desde a Igreja do Porto, com os saudosos D. António Francisco dos Santos e D. Manuel Martins, até ao Senhor D. António Taipa, nosso administrador apostólico, para além da presença do Presidente da República em visita à Casa da Rua – D. Lopo de Almeida, aquando da sua avaliação das políticas públicas de apoio aos sem-abrigo, foi uma constante de preocupação o nosso diálogo de alerta para as dificuldades da nossa comunidade. Assim como também o foi de novo com a visita de Marcelo Rebelo de Sousa ao projeto **ARCO MAIOR** para assistir à assinatura do protocolo com a Fundação Manuel Francisco dos Santos.

O Comissário Europeu Carlos Moedas, juntamente com os deputados ao Parlamento Europeu Paulo Rangel e José Manuel Fernandes, presidiu à sessão de lançamento de um livro sobre a Economia Social.

Aquando do segundo aniversário do MMIPO, esteve presente o Ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, que presidiu à apresentação das novas aquisições do nosso museu, o qual também recebeu a visita do Comendador Joe Berardo.

O Ministro do Ambiente, Matos Fernandes, na presença do Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, presidiu à inauguração das residências de estudantes na Rua Galeria de Paris, como o primeiro prédio no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar”.

A Secretária de Estado da Justiça e o Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais estiveram presentes nas III Jornadas de Saúde em Meio Prisional.

Continuámos a parceria com as instituições vivas da cidade, como a Fundação de Serralves, o Coliseu do Porto, a Casa da Música, a Universidade Católica Portuguesa e a Universidade do Porto, e participámos na criação do prémio D. António Francisco dos Santos, de homenagem ao Bispo do Porto, em conjunto com a Irmandade da Torre dos Clérigos e a Associação Comercial do Porto.

Assinámos protocolos de cooperação com a Porto Editora, a Fundação Vítor Baía e a Fundação Júlio Resende, no sentido de aumentar a nossa presença junto de empresas e instituições de referência na região.

Participámos no Congresso Regional das Misericórdias dos Açores, onde tivemos a oportunidade de elevar a capacidade de fazer diferente da Misericórdia do Porto.

Deste modo, estamos cientes que sabemos continuar a cumprir a nossa principal missão.

Juntar pessoas e congregar vontades.

É esta a nossa história e o nosso destino.



A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO CONTINUOU A MANTER, AO LONGO DO ANO DE 2017, AS MAIS PROFUNDAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS COM OS MAIS VARIADOS QUADRANTES DA SOCIEDADE PORTUGUESA.

2.

OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS À GESTÃO



Ao longo do ano, a Santa Casa da Misericórdia do Porto observou, na sua gestão, o seguinte conjunto de valores e princípios:

MISSÃO: Promover a cidadania e a qualidade de vida de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, apoiando o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

VISÃO: Ser uma instituição de referência na promoção de serviços especializados e de qualidade, rumo a uma sociedade de todos e para todos.

VALORES E PRINCÍPIOS ORIENTADORES:

COOPERAÇÃO - Atitude de permanente entreaajuda, clara, responsável e transparente, visando o cumprimento dos desígnios institucionais, contribuindo para a satisfação do cliente.

ÉTICA - Respeito pelos princípios, valores e modos de atuação que visam orientar a conduta profissional e pessoal, garantindo a integridade, o sigilo, o respeito e a cooperação entre todos os agentes.

COMPETÊNCIA - Conjunto de conhecimentos e saberes, pessoais e técnicos, que visam assegurar a prestação de serviços com profissionalismo, responsabilidade e eficiência.

INCLUSÃO - Comportamentos e atitudes, pessoais e institucionais, que visam o reconhecimento e respeito pela diferença e a criação de um ambiente propício à equidade e igualdade de oportunidades em todos os contextos, com especial enfoque na interação com a comunidade.

INOVAÇÃO - Procura ativa de novos modos de atuação que facilitem uma maior e melhor satisfação de necessidades institucionais e/ou individuais identificadas.

PESSOAS - Elementos fundamentais de e para a Instituição, de cujo crescimento, desenvolvimento e atualização dependem a qualidade e melhoria dos serviços prestados.

PRIVACIDADE - Direito fundamental que os diferentes agentes (clientes, colaboradores) têm em ver respeitada e preservada a sua intimidade.



RESPONSABILIDADE - Capacidade de assumir e responder pelas próprias ações e efeitos gerados, no compromisso e empenho continuados por um serviço de excelência.

TRANSPARÊNCIA - Independência, assertividade, partilha, coerência e objetividade na comunicação e na ação entre os diferentes agentes.

QUALIDADE DE VIDA - Objetivo máximo da intervenção institucional que visa a satisfação das necessidades e expectativas de cada cliente e a maximização das suas potencialidades, num esforço conjunto de promoção do exercício pleno da sua cidadania.



POLÍTICAS DE SUPORTE:

POLÍTICA DE ÉTICA - Reflete o compromisso da Administração da Misericórdia do Porto, da Direção e de todos os colaboradores em geral com o cumprimento dos princípios éticos da Misericórdia do Porto (previstos no seu Código de Ética) que refletem, além dos princípios da Doutrina Social da Igreja, entre outros, os ideais subjacentes aos documentos internacionais de defesa e promoção dos direitos das pessoas, como a “Declaração Universal dos Direitos do Ser Humano”, a “Convenção sobre os Direitos das Crianças” e a “Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, enquadrando estes os princípios fundamentais de conduta da organização.

POLÍTICA DE QUALIDADE - Reflete o compromisso da Administração da SCMP e de todos os colaboradores em geral com o cumprimento dos Princípios da Qualidade, de acordo com os referenciais aplicáveis, constituindo-se documento de referência quer para uso interno, quer nas relações com os seus clientes e outras partes interessadas (fornecedores, entidades financiadoras e outros *stakeholders*).

POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE - Reflete o compromisso da Administração da SCMP e de todos os colaboradores em geral com o cumprimento dos princípios legais relativos à confidencialidade de dados, bem como com as orientações éticas, expressas no Código de Ética da SCMP e nos Manuais de Boas Práticas da Tutela, relativos ao sigilo e resguardo das informações e factos da vida da Instituição e das pessoas que dela usufruem ou nela trabalham. Este respeito mantém-se mesmo para além da cessação do vínculo contratual.

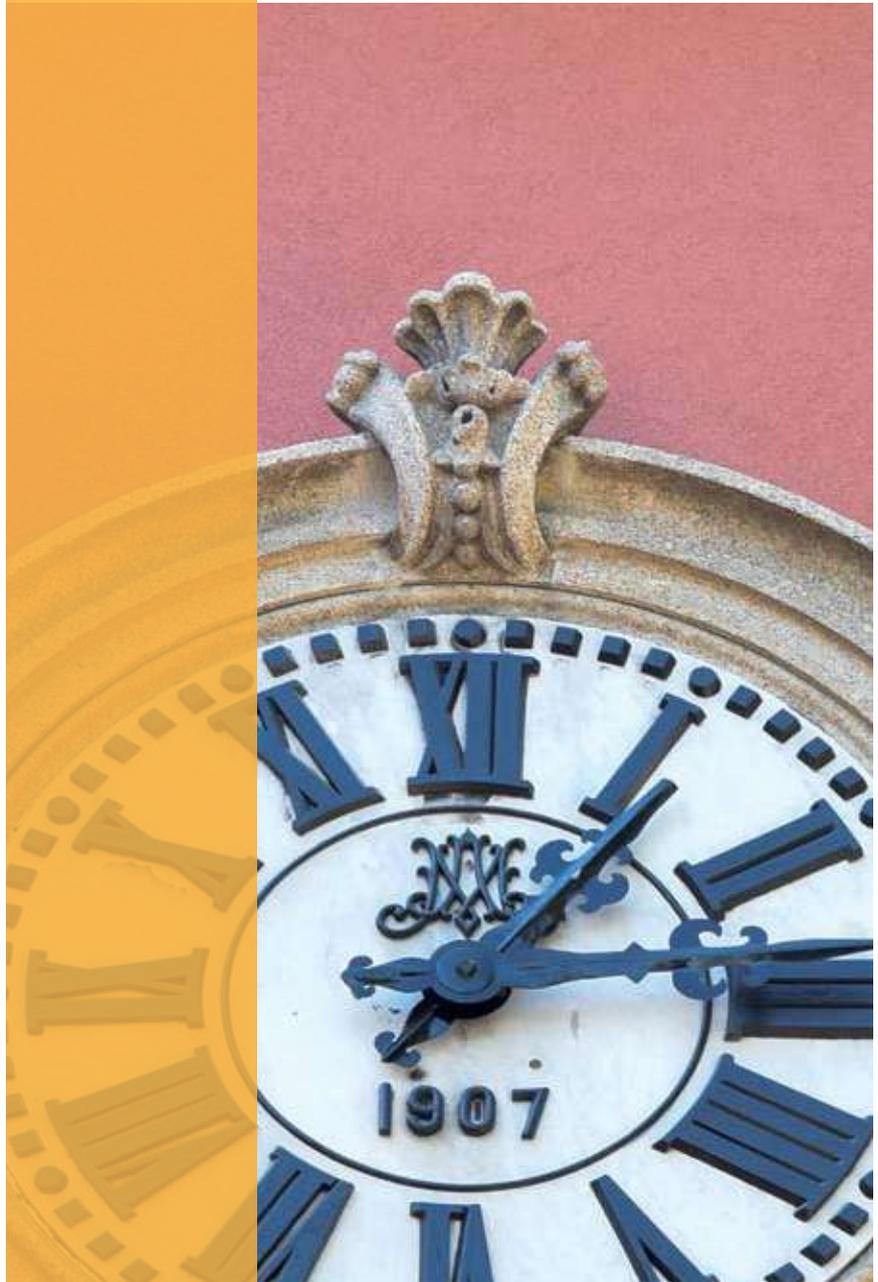
POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE CLIENTES E PARTES INTERESSADAS - Reflete o compromisso da Administração da SCMP e de todos os colaboradores em geral com o cumprimento dos princípios legais relativos à participação e reclamação, bem como com as orientações éticas expressas no Código de Ética da SCMP, regulamentação específica e nos Manuais de Boas Práticas da Tutela, sempre que aplicável, relativos à participação e envolvimento de clientes e de outras partes interessadas.

POLÍTICA DE RECRUTAMENTO, RETENÇÃO E RECONHECIMENTO DOS COLABORADORES - Reflete o compromisso da Administração da SCMP e de todos os colaboradores em geral com o cumprimento dos princípios legais relativos ao recrutamento, retenção e reconhecimento dos recursos humanos e é definido numa relação direta com a Visão, Missão e Valores, no sentido de garantir a existência de um conjunto de instrumentos que contribuam diretamente para a melhoria dos processos e nos permita alcançar os objetivos do Sistema de Gestão da Qualidade, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores. A estratégia da SCMP passa por atrair profissionais com boa formação humana, emocional, profissional e académica, vontade de aprender e potenciar as suas capacidades, condição essencial ao desenvolvimento pessoal e profissional, rumo à atualização de conhecimentos e melhoria das práticas e interações com o outro.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO DO ABUSO FÍSICO, MENTAL E FINANCEIRO DOS CLIENTES - Reflete o compromisso da Administração da SCMP e de todos os colaboradores em geral com o cumprimento dos princípios morais, éticos e legais relativos à prevenção do abuso físico, mental e financeiro dos clientes, nomeadamente: Os Princípios das Nações Unidas para a Proteção de Pessoas com Enfermidade Mental e para a Melhoria da Atenção à Saúde Mental (1991), as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (1993), com a legislação aplicável, bem como com as orientações éticas, expressas no Código de Ética da SCMP e nos Manuais de Boas Práticas da Tutela, relativos à conduta e direitos humanos.

3.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



A economia global atravessa um momento de excepcional recuperação cíclica. No espaço da zona euro assiste-se a um crescimento económico generalizado, com a inflação e as taxas de juro a atingirem níveis mínimos.

Indicadores Macroeconómicos	ÁREA EURO			
	2017	2018	2019	2020
Produto Interno Bruto	2,4%	2,3%	1,9%	1,7%
Índice harmonizado preços consumidor	1,5%	1,4%	1,5%	1,7%
Consumo privado	1,9%	1,7%	1,6%	1,5%
Consumo público	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%
Formação bruta de capital fixo	4,4%	4,3%	3,4%	2,9%
Exportações	5,0%	5,1%	4,1%	3,7%
Importações	5,1%	5,2%	4,4%	3,9%
Emprego	1,7%	1,3%	1,0%	0,8%
Taxa de desemprego	9,1%	8,4%	7,8%	7,3%

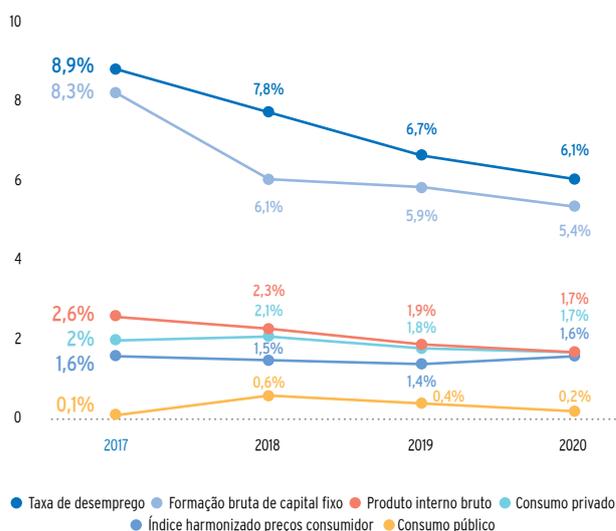
O Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu 2,6% este ano, impulsionado pelas exportações e, essencialmente, pelo turismo, tirando partido do enquadramento internacional favorável. O crescimento do PIB deverá continuar a crescer em sintonia com o da área do euro.

Indicadores Macroeconómicos	PORTUGAL			
	2017	2018	2019	2020
Produto Interno Bruto	2,6%	2,3%	1,9%	1,7%
Índice harmonizado preços consumidor	1,6%	1,5%	1,4%	1,6%
Consumo privado	2,2%	2,1%	1,8%	1,7%
Consumo público	0,1%	0,6%	0,4%	0,2%
Formação bruta de capital fixo	8,3%	6,1%	5,9%	5,4%
Exportações	7,7%	6,5%	5,0%	4,1%
Importações	7,5%	6,7%	5,5%	4,8%
Emprego	3,1%	1,6%	1,3%	0,9%
Taxa de desemprego	8,9%	7,8%	6,7%	6,1%

Estas melhorias também se refletem no mercado de trabalho, traduzindo-se num aumento do emprego total, com criação moderada de emprego e redução da destruição de emprego, ainda que o desemprego de longa duração se mantenha num nível elevado.

Assim, a taxa de desemprego em 2017 diminuiu para 9,1%, estimando-se que continue a descer nos próximos anos. Atualmente está em 8,9%.

PROJEÇÃO INDICADORES MACROECONÓMICOS EM PORTUGAL



4.

A MISERICÓRDIA DO PORTO E A IRMANDADE



4.1. IRMANDADE

4.1.1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

No ano 2017 foram realizadas duas assembleias gerais ordinárias.

Na Assembleia Geral de 30 de março foram aprovados, por unanimidade, os documentos respeitantes aos pontos a seguir descritos:

- Ponto um: Apreciação e Votação das Contas de Gerência do exercício de 2016, bem como do Relatório da Mesa Administrativa e respetivo Parecer do Definitório e demais documentos previstos na Lei;
- Ponto dois: Deliberação sobre a adesão da Santa Casa da Misericórdia do Porto, como Membro Fundador, à Cooperativa - Engenho e Obra - Agência para o Desenvolvimento e Cooperação;
- Ponto três: Deliberação sobre a adesão da Santa Casa da Misericórdia do Porto, como Associada Fundadora, à Federação de Entidades de Apoio à Reabilitação Psicossocial na Área Metropolitana do Porto (FEARP AMP).

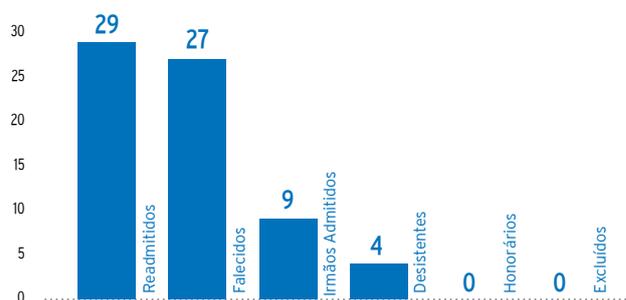
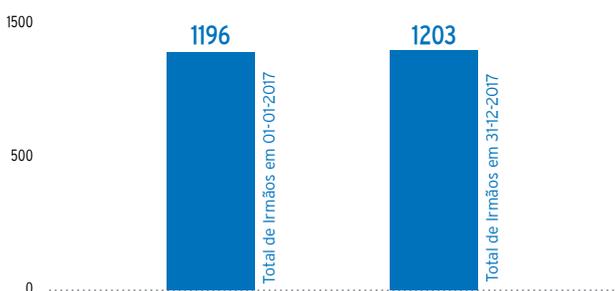
Em 27 de novembro foi realizada a Assembleia Geral para apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento.

Fizeram parte da Ordem de Trabalhos mais dois pontos, tendo sido destacado o da alteração parcial do Compromisso, como se indica:

- Ponto um: Apreciação e Votação do Orçamento e Plano de Atividades para o exercício de 2018 e do Parecer do Definitório;
- Ponto dois: Apreciação e deliberação sobre a proposta da Mesa Administrativa de alteração parcial do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, designadamente no que respeita aos artigos 17.º, n.º 1, 26.º, 39.º, n.º 8, 40.º, n.º 1 e 2, 41.º, 46.º, 54.º, n.º 2 e n.º 62.º;
- Ponto três: Apreciação e deliberação sobre a proposta da Mesa Administrativa de alienação (venda) de três imóveis sítos, o primeiro em Tabuado, Marco de Canaveses, e os dois restantes em Poço de Cabaços, Feitosa, Ponte de Lima. Todos os documentos foram aprovados.

4.1.2. MOVIMENTO DA IRMANDADE

Tendo começado o ano com um total de 1196 Irmãos, verificou-se durante o ano de 2017 a admissão de 9 novos Irmãos e a readmissão de 29, a desistência de 4 e, infelizmente, houve a registar o falecimento de 27 Irmãos. Não houve Irmãos excluídos, nem a atribuição de Grau de Irmão Honorário. Deste modo, o ano de 2017 terminou com um total de 1203 Irmãos:



PARTE GERAL

5.

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS (SPeC)



5.1.

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS (SPeC) / DEPARTAMENTOS CENTRAIS

Os SPeC, antigos Departamentos Centrais, continuam o seu processo de capacitação institucional, permitindo à Misericórdia do Porto ter uma melhor resposta na sua capacidade organizacional.

5.2.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional (DRHFP), numa lógica de otimização organizacional em ordem à obtenção de maior eficiência com consequentes ganhos de produtividade, deu continuidade ao trabalho encetado em 2016 e manteve a sua estrutura operacional assente em 3 eixos: I) Área administrativa, II) Área jurídico-laboral e III) Academia.

De modo transversal a todas estas “áreas” devemos destacar: o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, que envolveu as várias áreas do DRHFP; o desenvolvimento do Projeto BI.



5.2.1.

COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO

Estabelecimentos Departamentos	2014	2015	2016	2017	
Departamentos Centrais/Comissão Executiva	1	1	1	2	
Gabinete do Provedor	---	---	4	3	
Dep. Gestão Administrativa e Património	40	42	33	36	
Dep. Recursos Humanos e Formação Profissional	7	16	15	17	
Departamento de Auditoria Interna	6	6	6	5	
Departamento de Contabilidade e Finanças	27	30	27	24	
Departamento de Sistemas de Informação	3	13	17	15	
Departamento de Marketing e Comunicação	7	3	6	6	
Departamento de Artes e Cultura	a)	17	34	32	33
Gabinete Religioso e Culto	4	4	5	5	
Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso	2	3	3	3	
Gabinete de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão	---	3	5	11	
Gabinete de Ambiente e Qualidade	---	3	4	7	
Gabinete de Segurança, Risco e Compliance	---	---	---	3	
Departamento de Intervenção Social	13	13	13	18	
Arco Maior	1	2	2	3	
Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins	6	7	6	6	
Casa de Santo António	8	7	8	8	
Casa da Rua - D. Lopo de Almeida	8	8	9	10	
ERPI S. LÁZARO	61	59	64	60	
ERPI Nossa Senhora da Misericórdia	52	46	42	43	
ERPI Pereira de Lima	16	15	18	17	
ERPI Quinta do Marinho	25	18	---	---	
Serviço de Apoio Domiciliário	---	13	17	17	
Projetos Especiais Sociais (Banco do Vestuário)	3	6	5	5	
Projeto RLIS	---	---	6	6	
Serviços de Saúde	19	18	18	18	
Colégio Barão de Nova Sintra	29	27	28	28	
Colégio de Nossa Senhora da Esperança	73	74	82	83	
Centro Integrado de Apoio à Deficiência	b)	67	67	72	77
Artes Gráficas e Serviços de Imprensa	5	5	6	5	
Parque da Prelada	8	4	7	4	
Parque José Avides Moreira - Horta Biológica	---	2	4	4	
Quinta d'Alva	4	8	8	8	
Estabelecimento Prisional de Sta. Cruz do Bispo	c)	24	26	26	26
Hospital da Prelada	d)	425	435	458	439
Centro de Reabilitação do Norte	e)	194	203	209	208
Centro Hospitalar Conde de Ferreira		205	187	204	201
TOTAL	1360	1408	1470	1464	

a) No Departamento de Artes e Cultura estão incluídos 19 colaboradores afetos ao MMIPO e 5 colaboradores afetos à Casa da Prelada.

b) No CIAD estão contabilizados 15 colaboradores do CPAC.

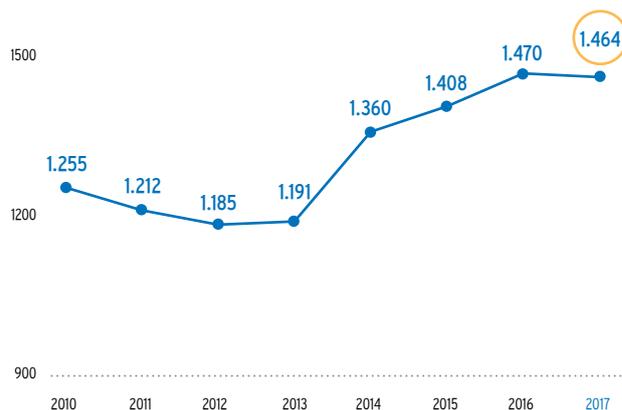
c) Em 2017, 20 Colaboradores do quadro + 6 Termo Incerto, ao abrigo do Acordo com DGRSP.

d) Em 2017 estão incluídos 9 colaboradores com CTTIncerto (ao abrigo de Planos, Protocolos, Acordos e Internato Médico).

e) Em 2017 estão incluídos 109 colaboradores com CTTIncerto (ao abrigo de Planos, Protocolos, Acordos e Internato Médico).

COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO

Ano	N.º Colaboradores
2013	1191
2014	1360
2015	1408
2016	1470
2017	1464



5.2.2.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Prestadores de Serviços	2014	2015	2016	2017
SPeC + Estabelecimentos	14	13	15	17
Hospital da Prelada	20	26	33	30
Centro Hospitalar Conde de Ferreira	1	1	4	1
Centro de Reabilitação do Norte	10	5	8	10
EPSCB-F	11	11	11	11
TOTAL	46	56	71	69

5.2.3.

COLABORADORES APOSENTADOS EM 2017

Categoria	N.º Colaboradores
Ajudante de Ação Educativa	1
Ajudante de Lar e Centro Dia	2
Assistente Administrativo	1
Auxiliar de Ação Médica	1
Barbeiro/Cabeleireiro	1
Costureira	1
Cozinheiro 1ª	1
Diretor de Serviços	1
Eletricista 1ª	1
Enfermeiro	2
Médico	2
Serralheiro 1ª	1
Técnico Superior	2
TOTAL	17

5.2.4.

PENSÕES PAGAS EM 31.12.2017

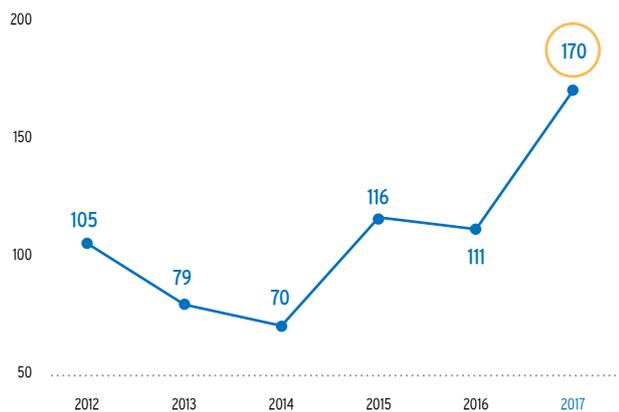
Aposentados	Média Idades	Sexo Feminino	Sexo Masculino	TOTAL
Aposentados Caixa Privativa	87	21	11	32
Pensões Sobrevivência	76	4	0	4
TOTAL	86	25	11	36

5.2.5.

SHST - ACIDENTES DE TRABALHO

N.º DE ACIDENTES DE TRABALHO OCORRIDOS ENTRE 2012 - 2017

2012	2013	2014	2015	2016	2017
105	79	70	116	111	170



5.2.6.

ACADEMIA MISERICÓRDIA

A área de atuação da Academia - desenvolvimento do capital humano - inscreve-se na implementação de um modelo de gestão de recursos humanos inovador, sendo esta uma clara aposta institucional. Neste ano assumiu-se a continuidade de intervenção ao nível dos seus cinco pilares estratégicos: Formação Profissional; Estágios; Gestão e Avaliação do Desempenho; Recrutamento, Seleção e Integração dos Colaboradores; Inovação e Desenvolvimento.

Perceção sobre o trabalho	% Sim	% Não
1. Vê o seu trabalho como sendo significativo para a imagem da Instituição?	90,7%	4,5%
2. Encara o seu trabalho como um verdadeiro desafio?	89,0%	6,8%
3. Conhece as suas responsabilidades e tarefas?	95,5%	0,7%
4. Sabe a quem reportar o trabalho que executa?	89,4%	6,5%
5. Normalmente, sente-se sob <i>stress</i> a realizar o seu trabalho?	48,9%	46,6%
6. Sente-se feliz a desenvolver o seu trabalho?	77,3%	17,5%
7. Considera prestigiante trabalhar na Santa Casa da Misericórdia do Porto?	83,9%	10,7%



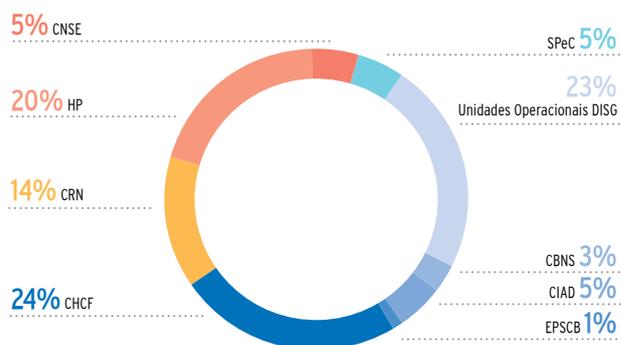
5.2.7. ESTÁGIOS

A SCMP acolheu, no ano 2017, um total de 441 estágios, conforme gráfico abaixo, sendo que a maioria esteve distribuída pelas diferentes unidades de saúde (59%): Centro Hospitalar Conde de Ferreira (108), Hospital da Prelada (87) e Centro de Reabilitação do Norte (65).

Os 441 estágios dividiram-se em: 427 estágios curriculares (96,8%); 4 estágios de acesso à profissão (nutricionista/psicóloga) (0,9%); 10 estágios cofinanciados pelo IEFP (2,3%).

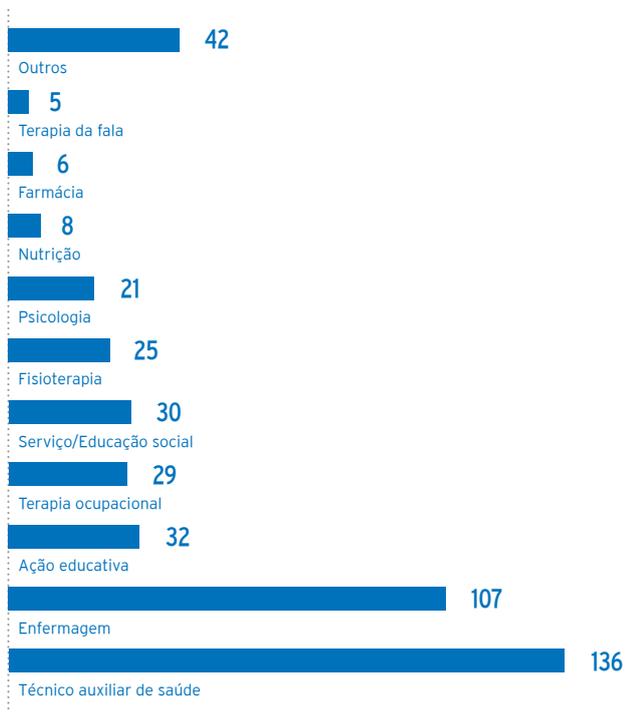
	Estágios Curriculares	Estágios de Acesso à Profissão	Estágios Cofinanciados pelo IEFP	TOTAL
CAS	5			5
CBNS	12			12
CIAD	22		1	23
CNSE	20			20
CR-DLA	1		1	2
CSA	6			6
DAC	3		1	4
ERPI NSM	34			34
ERPI PL	7			7
ERPI SL	34			34
RLIS	3			3
SAD	8			8
SPEC	16		2	18
CHCF	103	3	2	108
CRN	63	1	1	65
HP	85		2	87
EPSCB	5			5
TOTAL	427	4	10	441

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS ACOLHIDOS, EM 2017



Por outro lado, os 441 estágios desenvolveram-se de acordo com áreas de formação diversas, conforme gráfico seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS ACOLHIDOS, EM 2017, POR ÁREA DE FORMAÇÃO



5.2.8.

POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO

Ao abrigo das Políticas Ativas de Emprego, a SCMP integrou 3 desempregados subsidiados, no âmbito das Medidas Contrato Emprego Inserção (CEI) e Contrato Emprego Inserção + (CEI+).

Área/Profissão

Departamento/Unidade Operacional

Jardineiro

Parque da Prelada

Trabalhador Montagem

HP

Técnico Superior Administrativo

DRHFP

5.2.9.

FUNDO ESPECIAL DE APOIO SOCIAL

Ao longo do ano de 2017, foram apoiados 26 colaboradores da SCMP ao abrigo do FEAS. Os pedidos efetuados envolveram um montante de 25.048,00€, estando em dívida (a 31 de dezembro) 3.328,29€. Na origem dos pedidos estiveram, maioritariamente, situações de despesas não planeadas (44%), bem como dívidas e empréstimos para saldar (40%), as despesas com a saúde (8%) e as despesas com a educação (8%). Relativamente à composição do agregado familiar, constata-se que os colaboradores que mais recorreram ao FEAS, no ano de 2017, integram famílias nucleares (56%) e famílias monoparentais (24%). Apenas 20% dos colaboradores que recorreram ao FEAS vivem sozinhos. Os montantes solicitados são, em média, repostos ao FEAS ao longo de 11 meses.

5.3.

DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A abordagem adotada para a elaboração deste relatório tem como base o Plano Diretor para os Sistemas e Tecnologias da Informação e Comunicação (SI/TIC), documento apresentado em 2014 que descreve e caracteriza a visão do Departamento de Sistemas de Informação (DSI) para o desenvolvimento dos SI/TIC a médio prazo. Apresentamos, assim, o processo evolutivo realizado nos últimos três anos na SCMP, nomeadamente com a concretização do planeamento dos Sistemas de Informação, permitindo aferir as mais variadas experiências e vivências, facilitando a construção, evolução e solidificação no referido triénio.

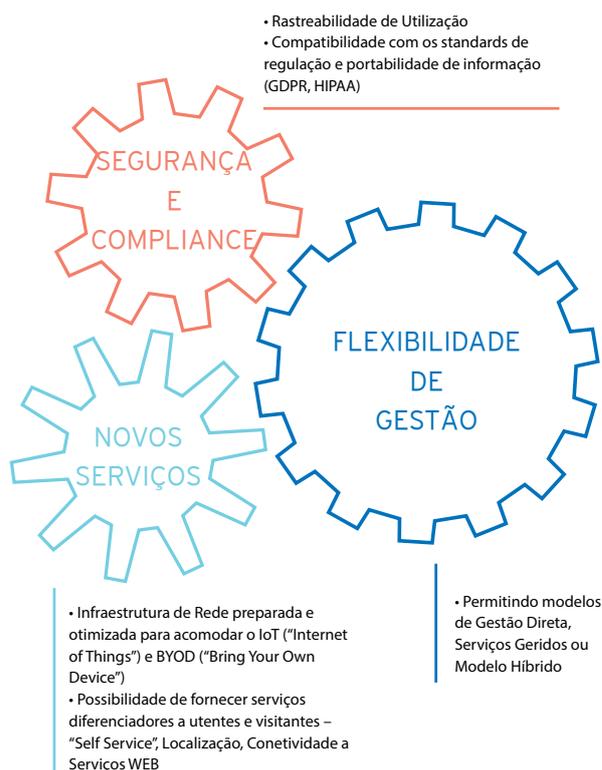
Tendo mantido a estratégia de melhorar a capacidade de resposta do DSI aos novos requisitos de negócio, nomeadamente no que diz respeito à **agilidade e prioridade**. Por outro lado, foram mantidos os **esforços de consolidação e otimização das infraestruturas tecnológicas e aplicacionais**, com o objetivo de **redução de custos**, assim como foram mantidos os **procedimentos recorrentes à sua atualização**, bem como melhoria dos **níveis de serviço e processos**.

Foram realizadas diversas iniciativas com o objetivo de concretizar projetos planeados e dar resposta às necessidades operacionais existentes, designadamente no âmbito das seguintes áreas de atuação:

5.3.1.

OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TIC

No sentido de garantir que os objetivos da SCMP, no contexto de **implementação da Solução de Equipamentos de Networking**, estão devidamente alinhados com a solução a adquirir, numa perspetiva adaptada à uniformização de processos de negócio e respetiva flexibilidade e escalabilidade, foram desenvolvidas atividades que garantam a renovação tecnológica dos equipamentos no **Hospital da Prelada**, com desenho de solução nas componentes de **LAN SWITCHING, WIRELESS LAN, SEGURANÇA**, assentes fundamentalmente em três pontos de **INOVAÇÃO**:



Adicionalmente foram iniciados os trabalhos de otimização da infraestrutura, no sentido de realizar o **Move do Datacenter localizado no Centro Hospitalar Conde de Ferreira para o Datacenter localizado no Hospital da Prelada**, baseado em *Assessment* realizado, estudos de BIA (Business Impact Analysis) e de gestão do risco TI. Os processos de migração de todas as máquinas necessárias à operação, assim como a descontinuação de ambientes obsoletos, serão concretizados em 2018.

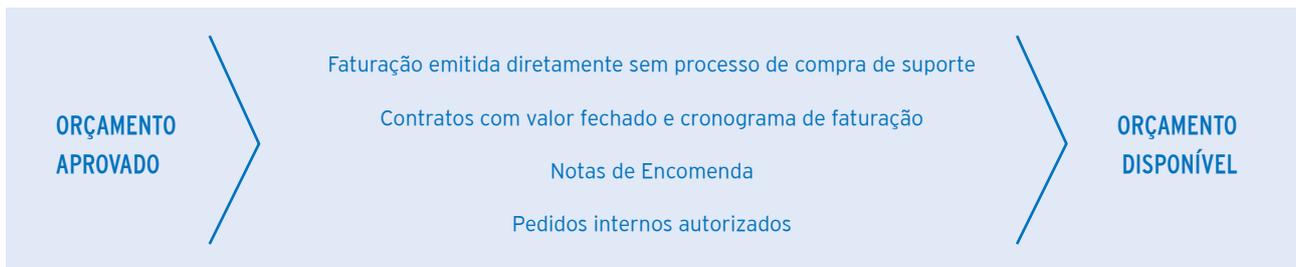
5.3.2.

ERP - PROJETOS 2017

IMPLEMENTAÇÃO DE MÓDULO DE CONTROLO ORÇAMENTAL - Projeto implementado na sequência da necessidade de novas funcionalidades de controlo orçamental no ERP GIAF em exploração na SCMP, nomeadamente ao nível da validação do valor disponível de orçamento sempre que estejam a ser realizados movimentos que tenham expressão orçamental, alargando o âmbito do controlo orçamental ao momento em que existe a assunção de responsabilidades com impacto na despesa. A implementação do controlo orçamental foi efetivada

nos seguintes módulos aplicativos do ERP GIAF: Gestão de Orçamentos, Compras, Gestão de Stocks e Faturas em Receção e Conferência. O controlo permitiu que a realização de despesas possa ser previamente validada quanto ao seu enquadramento orçamental e à existência ou não de verba disponível para a realização dessas mesmas despesas. Com este controlo pretende-se que o orçamento aprovado e distribuído pela estrutura interna da SCMP seja validado sempre que se realiza uma despesa ou se executa uma decisão que irá converter na realização de uma despesa. Podemos definir este processo de controlo orçamental como um conjunto de fases que medeiam entre o orçamento aprovado e o orçamento ainda disponível:

CONTROLO ORÇAMENTAL ESQUEMA DO PROCESSO



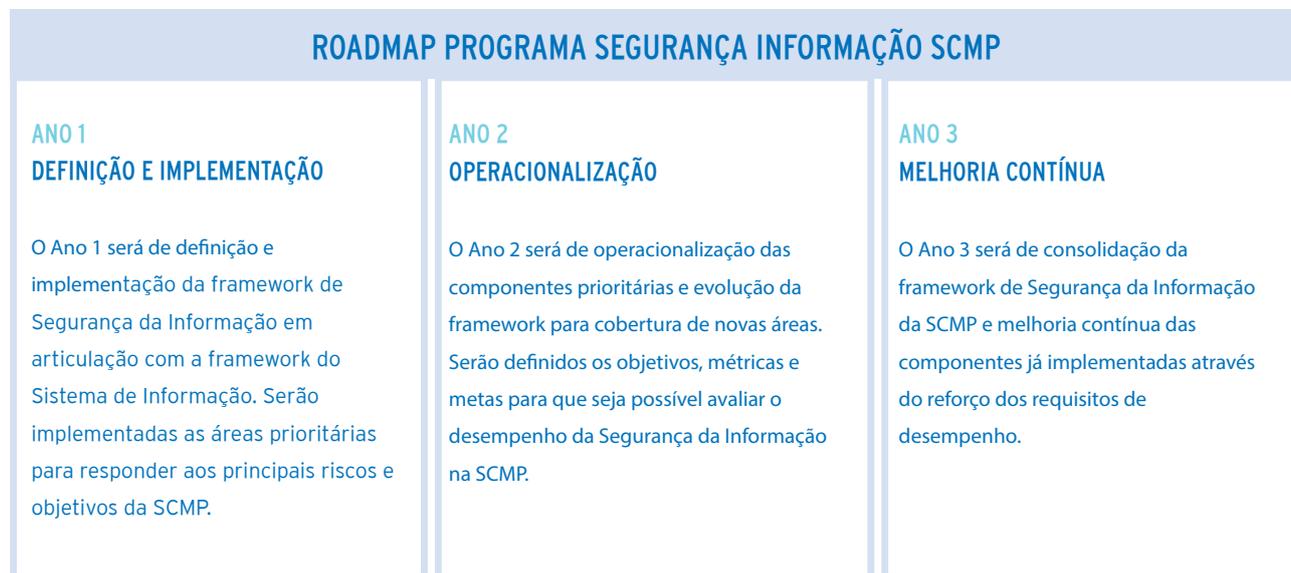
5.3.3.

PROGRAMA SEGURANÇA INFORMAÇÃO

O Programa de Segurança da Informação foi iniciado em 2016, tendo sido realizadas as seguintes iniciativas da Fase 1:

Identificação das motivações	Avaliação da situação atual	Definição do modelo de referência	Identificação das iniciativas	Implementação de <i>quick-wins</i>
Identificação das motivações da SCMP para lançar o programa de melhoria da Segurança da Informação; Envolvimento e compromisso da Mesa Administrativa com a iniciativa; e desenho alto nível do <i>business case</i> para o programa.	Identificação dos principais objetivos e riscos relacionados com a Segurança da Informação na SCMP; Avaliação do estado atual do ambiente de gestão e controlo da Segurança da Informação.	Definir o modelo de referência para a Segurança da Informação na SCMP; Identificação das principais oportunidades de melhoria e <i>roadmap</i> da evolução do <i>as-is</i> para o <i>to-be</i> .	Identificação das iniciativas que permitem à SCMP evoluir no sentido de atingir a maturidade de gestão e controlo identificada no modelo de referência.	Implementação de ações corretivas que se consideraram de relevância alta e esforço reduzido.

Tendo em consideração os resultados da Fase 1 foram planeadas as iniciativas estruturantes e respetivas iniciativas/projetos que irão ser implementadas durante 2018:



2016

2017

2018



5.3.4.

PROJETO ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO - RYPD

ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA RYPD NA SCMP

O Programa RYPD na SCMP tem como principal objetivo capacitar a SCMP com instrumentos de gestão e operação de dados pessoais, assegurando os seguintes princípios fundamentais:

- O respeito pela privacidade e a garantia da segurança dos dados pessoais de todas as partes interessadas é um desígnio estratégico da SCMP;
- A privacidade e segurança dos dados pessoais é uma responsabilidade de todos na SCMP;
- A privacidade e segurança dos dados pessoais é tratada de forma integrada no contexto da *framework* de referência do Sistema de Informação da SCMP;
- A gestão e operação dos dados pessoais é garantida de forma holística, articulando os elementos organizacionais, pessoas, processos e tecnologias.

O alinhamento do Programa RYPD com a *framework* de referência do Sistema de Informação da SCMP é um fator crítico de sucesso para que os instrumentos de suporte à gestão e operação no contexto do RYPD sejam enquadrados numa visão mais alargada de gestão dos dados/ informação, permitindo desta forma uma articulação entre os diferentes requisitos de qualidade da informação, em particular os requisitos de Conformidade, Privacidade e Segurança (Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade).

OBJETIVOS E ÂMBITO DO PROGRAMA RYPD NA SCMP

De seguida apresentam-se os principais objetivos e âmbito do programa e como se enquadram na *framework* de referência:

Dimensão Operacional - Enquadramento da informação/dados pessoais na atividade operacional da SCMP

1. Quais os ativos de informação/dados pessoais utilizados pelas Unidades Operacionais/Serviços. Quais os recursos diretamente relacionados com o tratamento desses ativos (ex. Processos/Procedimentos, Equipamentos, Tecnologias, Recursos Humanos, Fornecedores/Serviços), quais os impactos da alteração dos requisitos do RYPD nesses recursos e quais as alterações necessárias?;
2. Quais os principais cenários de risco das Unidades Operacionais/Serviços SCMP diretamente relacionados com dados pessoais;

Dimensão de Gestão do Sistema de Informação - Enquadramento dos mecanismos de gestão informação/dados pessoais na SCMP

3. Quais os objetivos e métricas do sistema de informação diretamente relacionados com o RYPD?
4. Quais os principais cenários de risco relacionados com a Informação/Dados da SCMP?
5. Quais os processos de gestão do sistema de informação diretamente relacionados com a proteção de dados na SCMP?
6. Quais as principais estruturas organizacionais envolvidas (RACI) nos processos de proteção dos dados? Quais as atividades a realizar pelo DPO e pelas demais estruturas organizacionais da SCMP?
7. Quais os princípios e políticas relacionadas com a proteção de dados na SCMP? Quais os mecanismos de promoção e consciencialização para uma cultura de proteção de dados pessoais na SCMP? Quais os comportamentos desejados no tratamento de dados pessoais?
8. Quais os artefactos de informação necessários para suporte à gestão dos dados pessoais na SCMP?
9. Quais os serviços relacionados com a proteção dos dados que deverão ser incluídos no catálogo de serviços internos da SCMP?
10. Qual a formação e treino necessários no contexto da proteção de dados pessoais?

Dimensão de Operação do Sistema de Informação - Enquadramento dos mecanismos de suporte operacional no contexto dos dados pessoais na SCMP

11. Quais os procedimentos operacionais de suporte ao tratamento de dados pessoais na SCMP?
12. Quais os impactos do RYPD na arquitetura tecnológica da SCMP e quais as necessidades de mudança ao nível das aplicações, sistemas, tecnologias e redes e comunicações?
13. Qual o enquadramento orgânico das estruturas organizacionais relacionadas com a proteção de dados na SCMP?

5.3.5.

ÁREA DA SAÚDE

5.3.5.1. OTIMIZAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE NO CICLO DE GESTÃO CLÍNICA

Os projetos e atividades desenvolvidas com o acompanhamento da Comissão de Digitalização Clínica, com a responsabilidade de delinear a orientação estratégica na área da informatização clínica da SCMP, em conformidade com as diretrizes dos reguladores da área da Saúde, do Ministério da Saúde e das boas práticas do setor, cumpriram o programa estabelecido ao nível dos

projetos na área das SI/TIC, elevando desta forma a maturidade dos Sistemas Aplicacionais, através das seguintes iniciativas/projetos:

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA APLICACIONAL DE SUPORTE À CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM - CIPE® - Os atuais procedimentos de Enfermagem assentam em instrumentos que possibilitam efetuar o levantamento de necessidades, estruturar intervenções e efetuar análise de resultados, levando a um constante reajustamento dos cuidados ao cliente. Um destes instrumentos é a terminologia padronizada CIPE®, que aliada às TI irá permitir aumentar a competitividade e melhorar a qualidade dos serviços prestados. Neste contexto, foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas com cada uma das unidades, visando garantir o propósito do projeto, das quais se destacam:

O levantamento das necessidades e requisitos internos e externos à instituição que pudessem contribuir para o sucesso do projeto.

O desenvolvimento do projeto em todas as suas vertentes nomeadamente no planeamento, no acompanhamento e monitorização das diversas etapas.

CIPE

O assegurar das condições necessárias no que confere à formação específica dos enfermeiros da instituição, nomeadamente o desenvolvimento de programas de formação (internos e com entidades externas) com vista ao desenvolvimento de competências no domínio da Enfermagem.

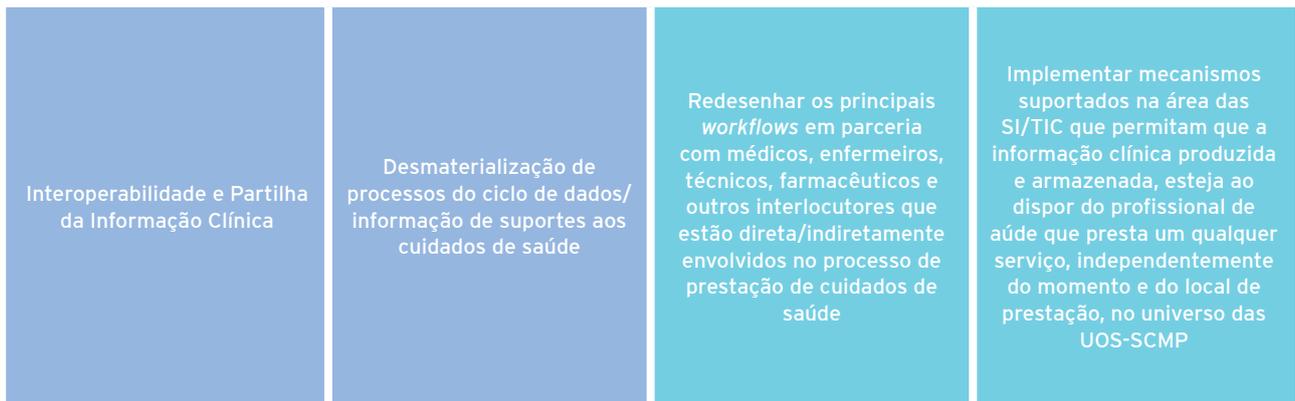
A elaboração do Padrão de Documentação com base na CIPE, que irá servir de referencial para os enfermeiros da SCMP.

N.º TOTAL DE DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM IDENTIFICADOS POR UNIDADE DE SAÚDE ATÉ AO DIA 18.12.2017

Unidade	N.º Total de Diagnósticos
HP	17.212
CHCF	267
CRN	500

5.3.5.2. PROCESSO CLÍNICO ELETRÓNICO “PAPERLESS HOSPITAL”

Na perspetiva de utilizar as SI/TIC para melhorar a eficiência, a segurança dos utentes e os resultados de saúde às pessoas a quem presta serviço, e tendo por base o nível de adoção e maturidade obtido na acreditação da HIMSS (acreditação obtida em 2016, reconhecida mundialmente como ferramenta de transformação digital na área da Saúde, com foco na segurança do utente e qualidade assistencial, recorrendo às SI/TIC), foi determinado, a partir de 01 de outubro de 2017, no Hospital da Prelada, a utilização do Processo Clínico Eletrónico como ferramenta única de suporte a todos os profissionais, com eliminação do suporte em papel, cujos principais objetivos foram atingidos:



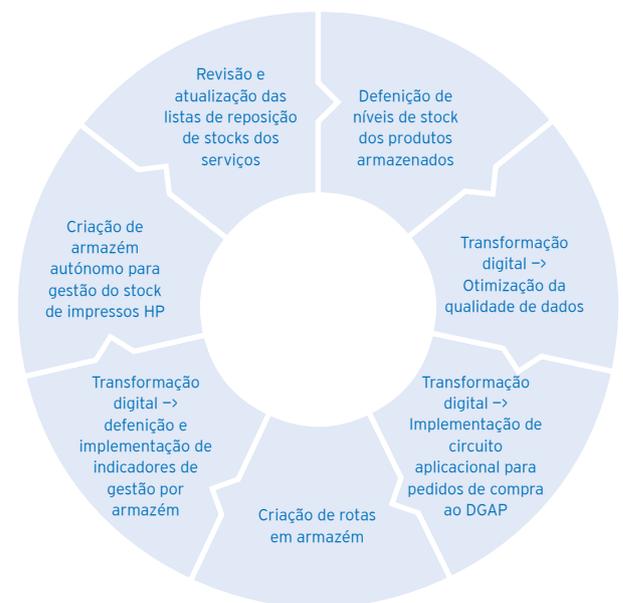
Sendo uma solução totalmente transversal, o Processo Clínico Eletrónico agiliza os fluxos de trabalho departamentais de todo o ecossistema dos profissionais de saúde das referidas unidades de saúde da SCMP, nomeadamente Médicos, Enfermeiros e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, sendo que o sucesso da implementação realizada no HP deverá ser massificado em todas as unidades de saúde da SCMP, com base nos principais pontos de garantia da qualidade da informação.

5.3.5.3. PROGRAMA DE REORGANIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA LOGÍSTICA INTERNA DA SAÚDE

A eficiência da gestão operacional é uma área crucial de foco ao nível hospitalar. O conhecimento e a antecipação das necessidades dos fluxos do utente e dos fluxos de suporte a toda a atividade hospitalar permitem o planeamento e a entrega consistentes e a adoção de um modelo logístico baseado em metodologias *just in time*. Neste sentido foram realizados trabalhos com o objetivo de suportar a transformação dos processos com foco em quatro finalidades principais: **redução de custos, aumento da qualidade, abordagem centrada no cliente e implementação de novos modelos de negócio.**

O DSI, enquanto fornecedor de aplicações que suportam a atividade operacional, desempenhou um papel na capacitação da mudança nas unidades de saúde, pela adequação das aplicações ao negócio e pela melhoria da qualidade dos dados obtidos e tratados, que permitirá não só à operação atingir os objetivos propostos como também aumentar o foco no cliente final. Esta análise visava inicialmente a desmaterialização dos circuitos da Logística Hospitalar. Devido à grande quantidade de melhorias identificadas, bem como ao elevado número de recursos humanos envolvidos e ao respetivo cronograma de implementação, as conciliações de todas estas atividades foram definidas em termos de âmbito

e objetivos do projeto com a participação de todos os *stakeholders* envolvidos:



5.3.6. NOVOS PROJETOS - “SAÚDE AGORA”

Colocar o doente/utente no centro do sistema é certamente uma das mais significativas transformações verificadas nas últimas décadas no domínio da prestação de cuidados de saúde. Conceber e desenhar o sistema de saúde na lógica de um *continuum* de prestação de serviços, ao longo da vida do cidadão, desde antes do seu nascimento até depois da sua morte, é hoje um enorme desafio para a sociedade. A centralidade no cidadão é um enorme desafio, que envolve a sustentabilidade

do próprio sistema de saúde, a melhoria dos serviços prestados, a maior participação e responsabilização do cidadão na sua saúde, as unidades prestadoras de serviço e, necessariamente, os profissionais de saúde. Neste contexto, foi elaborado o projeto **Saúde Agora**, que visa atingir os seguintes objetivos:

- Diminuir a distância entre a população idosa e as novas tecnologias;
- Incluir em lares equipamentos/software adaptados ao público a que se destinam;
- Implementar metodologias de aprendizagem simples e intuitivas;
- Promover o contacto com familiares e amigos distantes;
- Estimular a parte cognitiva através das várias atividades a implementar;
- Potenciar um envelhecimento mais autónomo e seguro;
- Favorecer o desenvolvimento das TIC nos serviços prestados às pessoas;

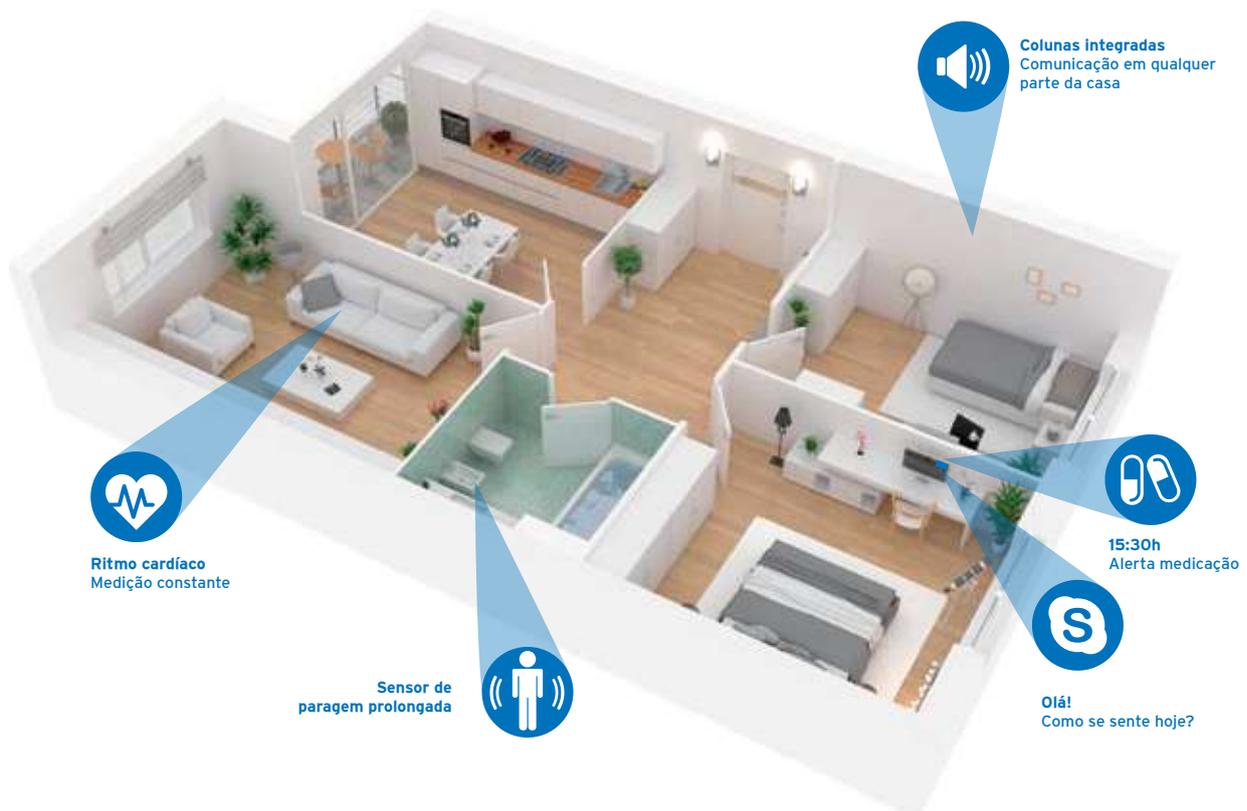
- Providenciar Serviços de Saúde de forma Integrada e Holística com natureza preventiva (**Telesaúde - Video-Conferência, Monitorização Sinais Vitais, Alarmística Medicção**).

Assim sendo, a SCMP apresenta-se como uma instituição com as características essenciais para a implementação de um projeto na área da Saúde e literacia digital, incluindo o público a que se dirige, o conhecimento sobre TIC e a forma como a literacia digital poderá mudar o seu dia-a-dia e, nesse sentido, foi possível elaborar protocolo em conjunto com a Fundação Vodafone, que será concretizado em 2018 e que garante para o Piloto/ Prova de Conceito a sua execução sem qualquer custo.

5.3.7.

ATIVE ANALYTICS - BIG DATA

PROJETO "SMARTBI" - Solução *Business Intelligence* para o ERP, cujo objetivo foi o de proporcionar um novo nível de gestão, abrangendo as áreas Financeira e Recursos



Humanos. Para auxílio aos processos de decisão, a SCMP deparava-se com elevado esforço na elaboração/disponibilização e obtenção da **informação certa no tempo certo**, nomeadamente recorrendo ao processo manual de obtenção dos dados dos sistemas fontes e respetiva compilação em informação de gestão, incorporando regras de negócio suportadas em ficheiros de formato escritório eletrónico. A solução implementada extrai, transforma e integra os dados do sistema ERP Gíaf (Contabilidade Geral, Gestão Orçamental, Gestão Terceiros, Gestão Recursos Humanos), apresenta de forma automática informação analítica para suporte à tomada de decisão, bem como disponibiliza indicadores de informação de gestão sob forma de relatórios e *dashboards*, sendo esta a única fonte de informação para toda a SCMP, nas referentes áreas.

PROJETO “SEI - SAÚDE E INFORMAÇÃO” - Durante o ano de 2015 procedeu-se à atualização de versão da solução de Informação de Gestão da Saúde, com o principal objetivo de robustecer a base instalada e preparar a evolução na abordagem a esta área. Efetuado esse passo foram criadas as condições para conceptualizar um projeto ambicioso e inovador que permita acompanhar e monitorizar o Modelo de Gestão da SCMP, ao nível do Contrato-Programa do HP e do Acordo de Gestão do CRN. Neste contexto, foram concretizadas as seguintes fases:

1. Centralização e Organização da Informação da Gestão: centralizada a informação no Data Analytics (MS Excel) e refletir de uma forma estruturada a organização funcional das unidades (Internamento, Consulta, Ambulatório, Bloco Operatório, Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica).

2. Visão de Gestão: elaboração de *Dashboards* de implementação da estrutura orgânica de suporte ao modelo de gestão, definição de modelo de síntese de indicadores de gestão, estruturação e configuração de objetivos e monitorização de performance.

3. Acompanhamento à Gestão: consolidados os conceitos implementados e a própria utilização da ferramenta, foram criadas funcionalidades que permitam a construção de relatórios específicos e exploração da informação em períodos com maior necessidade de *reporting*.

Ambos os projetos permitiram à SCMP, superar alguns desafios atuais:

- **Fiabilidade dos dados:** Solução integrada de BI com uma fonte de dados confiável e precisa.

- **Automatização:** Solução que tem processos automáticos para integrar e calcular dados no *Datawarehouse* referentes à informação de gestão que se propõe apresentar. Estes processos têm como objetivo produzir a informação necessária, de forma automática, de acordo com o agendamento que será determinado durante o projeto.

- **Dados/Informação “SelfService”:** Os dados que estão disponíveis para os utilizadores consultarem são os que reproduzem a realidade operacional, normalmente e no máximo até um dia atrás. Desde que os dados existam no sistema fonte (ERP Gíaf e HIS Gestão Hospitalar), os dados serão processados diariamente no *DataWarehouse*. Assim, os utilizadores têm sempre informações atualizadas e disponíveis para serem consultadas e analisadas via *dashboards*, relatórios e através de outros mecanismos que são disponibilizados pela solução.

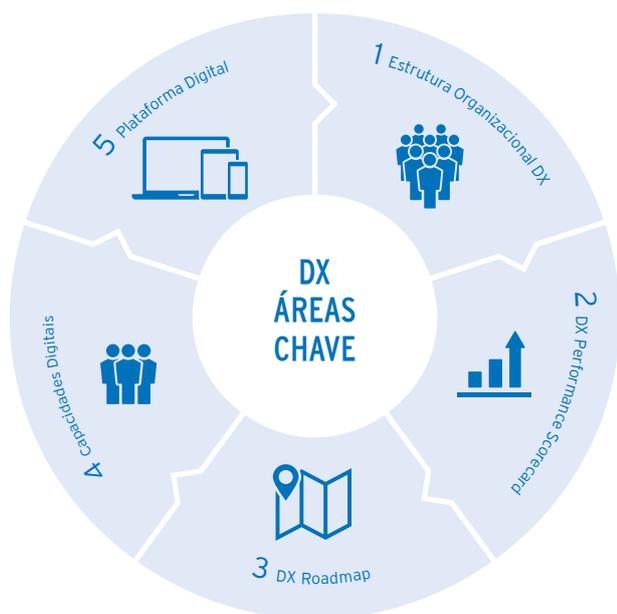
- **Segurança:** Foram definidos e aprovados perfis de acessos às diferentes camadas de dados/informação, garantindo desta forma a correta indexação, ao nível da segurança dos acessos.





A importância das tecnologias de mobilidade e de *Big Data & Analítica* de negócio têm vindo gradualmente a impactar de forma positiva e significativa na transformação das principais áreas de atuação da SCMP. Por outro lado, foi possível constatar que a importância dos serviços de *cloud* privada, disponibilizados pelas SI/TIC, nomeadamente com a criação do *DATA CENTER* da SCMP, permitiram uma elevada estabilização e disponibilização na qualidade de serviço prestada aos utilizadores e clientes finais. Importa ainda sublinhar que nos próximos anos a importância dos aceleradores de inovação, como a robótica, a impressão 3D, os sistemas cognitivos e a realidade aumentada serão, sem dúvida, alvo de especial atenção no sentido de manter a dinâmica de transformação digital.

5 ÁREAS CRÍTICAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (DX), FONTE IDC 2017



5.4.

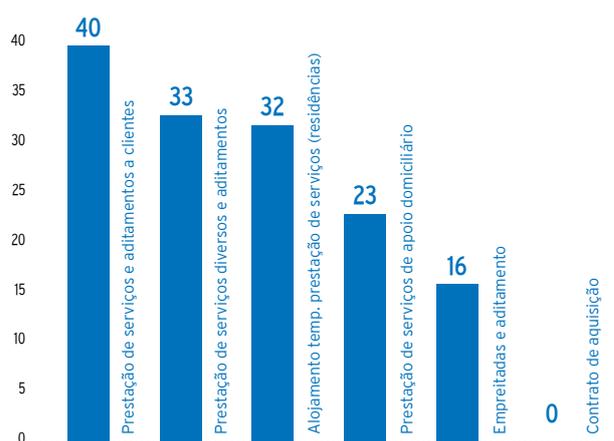
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO PATRIMÓNIO

O ano de 2017 ficou marcado pela inauguração das residências para estudantes: Residência Galerias Misericórdia e a Residência Casa Bento XVI. A Residência Galerias Misericórdia visa dar resposta às necessidades deste segmento de mercado, pautando-se pela sua localização, conforto e qualidade das instalações. Foi inaugurada em junho, está localizada no número 114 da rua das Galerias de Paris, num edifício emblemático, sendo a primeira reabilitação a estar concluído do programa, em curso, de Reabilitação Urbana da SCMP.

5.4.1.

CARTÓRIO PRIVATIVO - CONTRATOS

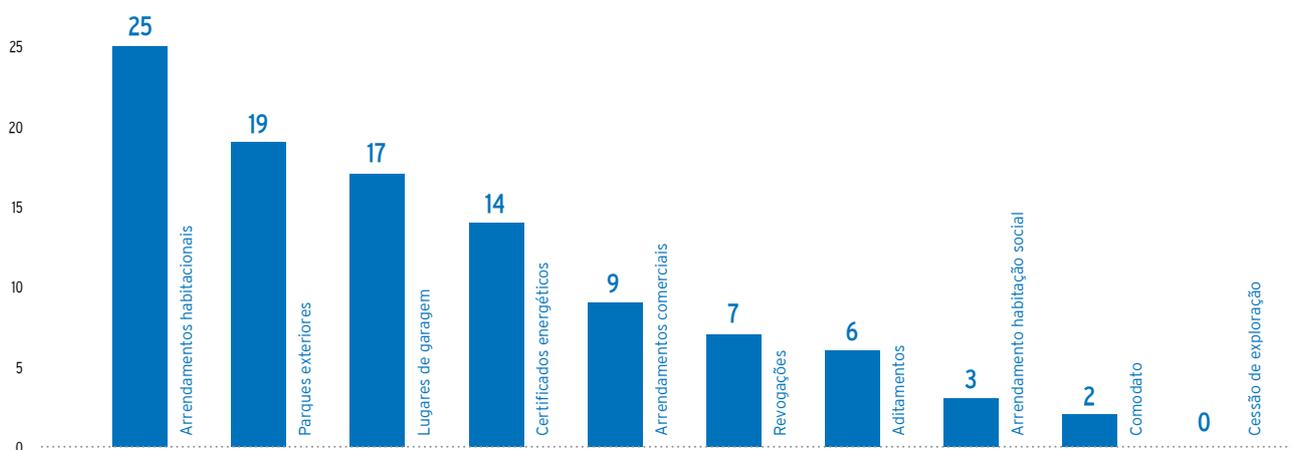
Com um ligeiro acréscimo face ao ano anterior, registaram-se, em 2017, 154 atos notariais, distribuídos da seguinte forma:



Estes atos notariais decorrem de contratos celebrados para empreitadas e prestação de serviços para a SCMP, contratos celebrados com clientes dos equipamentos sociais e com os utentes de apoio domiciliário, em interligação com o DIS.

5.4.2. ARRENDAMENTO

A nível de arrendamento, os 102 contratos celebrados distribuíram-se da seguinte forma:

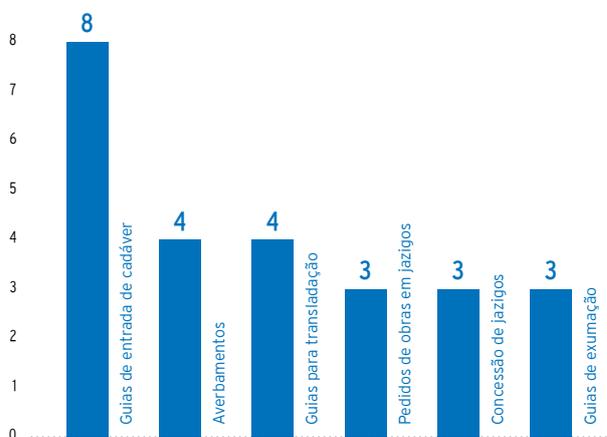


Convém referir que no caso dos Certificados Energéticos, embora não sejam especificamente contratos celebrados, foram solicitados e emitidos, uma vez que são necessários à posterior celebração de contratos de arrendamento.

Atualização de rendas no âmbito do NRAU: à semelhança do ano de 2016, também em 2017 foi enviado ofício para os Inquilinos que usufruem de regime excepcional, no sentido de avaliação do seu RABC para a confirmação e prorrogação do regime em causa.

5.4.3. CEMITÉRIO PRIVATIVO

Relativamente ao Cemitério Privativo, registaram-se em 2017 os seguintes movimentos:



Refira-se que as três concessões de jazigos se cifraram no valor total de 12.000,00€.

5.4.4.

ARQUIVO GERAL

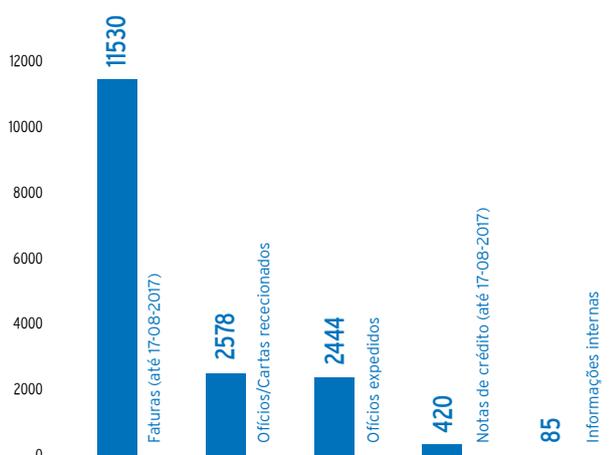
No que concerne ao Arquivo Geral, deu-se continuidade da seleção e arquivo de toda a documentação rececionada, em cada respetivo processo, a fim de uma resposta exata a qualquer tipo de consulta, dentro e fora do departamento, para apoio dos mais diversificados pedidos.

5.4.5.

EXPEDIENTE GERAL

Em termos de Gestão Documental, em 2017, a circulação de documentos através do iPortalDoc cresceu, verificando-se o aumento de utilização daquela ferramenta em todo o universo da SCMP.

Até 17 de agosto de 2017 foram geridos por este departamento, em números gerais, cerca de 17000 documentos, distribuídos da seguinte forma:



A partir daquela data as faturas e notas de crédito passaram a ser tratadas pelo Centro de Conferência de Faturas, mantendo-se a gestão dos restantes tipos de documentos neste departamento.

5.4.6.

PATRIMÓNIO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

Com o objetivo de aumentar a qualidade de serviço fornecida aos clientes da SCMP, foi realizado contrato com um FSE. Este contrato visou a externalização com recurso a outsourcing da atividade de manutenção das infraestruturas, o qual o FSE passou a responder em termos operacionais à maioria das solicitações de manutenção dos edifícios da SCMP.

Paralelamente foi desenvolvido um projeto para implementação de um sistema aplicacional, de forma a ser criado um único ponto de contacto entre os inquilinos e a SCMP. Todas as reclamações são devidamente registadas e classificadas, assim como passa a ser possível retirar indicadores de gestão sobre a área da Gestão de Infraestruturas.

5.4.7.

GABINETE TÉCNICO DO DGAP

Tendo em vista melhorar os índices de eficácia e eficiência das equipas de trabalho afetas a esta área, procedeu-se às seguintes alterações:

a) A equipa de arquitetura passou a focalizar a sua atividade na gestão de projetos de infraestruturas nas seguintes áreas: desenvolvimento de projetos de arquitetura; elaboração de estudos prévios de viabilidade arquitetónica; interação com os gabinetes de arquitetura e especialidades; validação dos projetos de arquitetura e demais especialidades.

b) A equipa de engenharia passou a focalizar a sua atividade no desenvolvimento das seguintes áreas: elaboração de planos de manutenção das unidades operacionais afetas ao departamento; fiscalização das empreitadas em curso; desenvolvimento de projetos de engenharia, especialmente nas áreas de mecânica, elétricas e Infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED); acompanhamento dos incidentes reportados pelos clientes internos e externos (inquilinos).



5.4.7.1. PROJETOS DE ARQUITETURA

Destacam-se as principais atividades desenvolvidas:

- Centro de Restauro SCMP - Rua da Flores n.º 12: Elaboração de projeto de execução e início dos trabalhos de reabilitação;
- Academia SCMP: Elaboração de projeto para reabilitação da antiga tipografia no Colégio Barão de Nova Sintra para ser instalada a Academia da SCMP;
- SAD: Elaboração do projeto para reformular o SAD na ERPI-NSM;
- Lima 5 : Elaboração de estudo para a instalação do armazém da SCMP;
- Bairro Artes Gráficas: Elaboração de estudo prévio para a reabilitação das habitações do bairro - acolhimento de reinserção;
- Bairro Monteiro dos Santos: Elaboração de estudo prévio para a reabilitação das habitações do bairro;
- CNSE: Elaboração de projeto e reabilitação de recreio devoluto;
- CHCF Edifício A5: Elaboração de estudo prévio para a alocação provisória de um arquivo, em parte do primeiro piso do edifício
- CHCF Edifício A6: Em elaboração de estudo prévio para a ocupação do R/Chão do edifício A6 - Apropriação de áreas devolutas para completar o programa do edifício A11;
- CHCF Edifício A9: Elaboração de um estudo prévio para a Ocupação definitiva do R/Chão do edifício A9 pelos SF;
- Plano de Reestruturação das Instalações do Centro Hospitalar: Reflexão sobre estratégias de intervenção a médio prazo, capazes de impactar sobre os problemas identificados e de promover as mudanças estruturais necessárias;
- Avenida da Boavista n.º 23: Em elaboração estudo de arquitetura;
- MMIPO - Igreja, Capela Santa Isabel e Sacristia: Acompanhamento do desenvolvimento do projeto;
- MMIPO - Ampliação 2.ª Fase: Em desenvolvimento o projeto de arquitetura;
- Complexo Habitacional Luso: Desenvolvimento do plano de manutenção dos arranjos exteriores - concluído estudo prévio;

- Complexo Habitacional Avenida Brasil/Rua da Agra/Rua de Gondarém: Elaboração de estudo prévio com vista à reabilitação das fachadas e áreas comuns;
- Rua Fernandes Tomás n.º 781: Elaboração de estudo prévio para a reabilitação do imóvel;
- Rua do Almada n.º 79 e n.º 83: Acompanhamento de procedimento concursal para a reabilitação do 2.º e 3.º piso do imóvel;
- Costa da Caparica: Elaboração de estudo prévio (loteamento) para efeitos de submissão de um PIP.

5.4.7.2. FISCALIZAÇÃO DE OBRA

- Retificação da rede horizontal de esgotos da entrada n.º 1714 A, no Luso;
- Requalificação do Parque Infantil do Luso;
- Obras na cobertura e pinturas na Casa de Santo António;
- Obras de intervenções em várias habitações arrendadas da SCMP;
- Limpeza de coberturas e caleiras da Rua da Agra;
- Reparações no âmbito da garantia da obra do Lar Pereira de Lima;
- Rua Trás n.º 63 e n.º 67;
- Rua Flores n.º 83 e n.º 87;
- Rua Santo Ildefonso n.º 48;
- Rua de S. Miguel n.º 38;
- Rua do Bonfim n.º 243;
- Rua Cândido dos Reis n.º 91.

5.4.7.3. ACOMPANHAMENTO DE OBRA

- Reabilitação de vários jazigos/capelas no Cemitério Prado do Reposo;
- Reabilitação da cobertura na Casa Santo António;
- Demolição de anexo no CAS;
- Casa da Prelada: correção das anomalias decorrentes da anterior empreitada de reabilitação;

- Casa da Rua: intervenções várias;
- Reabilitação da habitação sito na Rua Alegria n.º 29-2ºA;
- Reabilitação da habitação sito na Rua Firmeza n.º 144-2º;
- Reparação/reabilitação de todas as caixilharias na Casa de Santo António;
- Rua Conde Ferreira n.º 143: trabalhos de demolição;
- Praceta Carriçal n.º 227-r/chão: reabilitação total da habitação;
- Rua Ermida n.º 176: reabilitação total do imóvel;
- Carpintaria no CHCF;
- CHCF edifício A5: acompanhamento do procedimento concursal para a reabilitação do R/Chão do Edifício A5;
- CHCF edifício J: acompanhamento da empreitada de reabilitação da chaminé industrial existente, acompanhamento da empreitada de reabilitação da cobertura do edifício e elaboração de estudo económico para avaliar a viabilidade de implantação de uma lavandaria no edifício em questão;
- CHCF / APELA: acompanhamento da receção provisória da empreitada;
- CHCF/ Pony Club: acompanhamento do processo desde a sua fase mais embrionária até ao momento da empreitada.

5.4.7.4. ENGENHARIAS (MECÂNICA, ELÉTRICAS)

- Centro de Restauro: elaboração de projeto;
- SAD no LNSM: elaboração de projeto;
- Academia SCMP: elaboração de projetos;
- Carpintaria no CHCF: elaboração de projeto;
- Serviços Farmacêuticos do CHCF no edifício A9: elaboração de projetos.

5.4.7.5. PLANOS DE MANUTENÇÃO

Elaboração dos planos de manutenção relativos aos seguintes estabelecimentos: Casa da Prelada; MMIPO; Serviços Partilhados e Corporativos.

5.4.7.6. REABILITAÇÃO URBANA - PROGRAMA “REABILITAR PARA ARRENDAR”

Ao longo do ano de 2017 prosseguiu-se, de modo consistente e planeado, a metodologia criada para a reabilitação do património da SCMP. Nos quais de destacam a conclusão das seguintes empreitadas: Rua Cândido dos Reis n.º 135; Rua Chã n.º 98.

No âmbito do Programa de Financiamento Reabilitar para Arrendar do IHRU foram iniciadas quatro obras, nomeadamente: Rua de Trás n.º 63, Rua de S. Miguel n.º 38, Rua do Bonfim n.º 241 e Rua de St. Ildefonso n.º 48. Não sido abrangida por este programa, iniciou-se ainda a obra na Rua de Cândido dos Reis n.º 91.

Encontram-se em fase de preparação para o início da empreitada mais 7 imóveis.

Os pedidos de Licenciamento nas Entidades competentes aumentaram em relação ao ano transato, atestando o ritmo crescente que este processo está a ter.

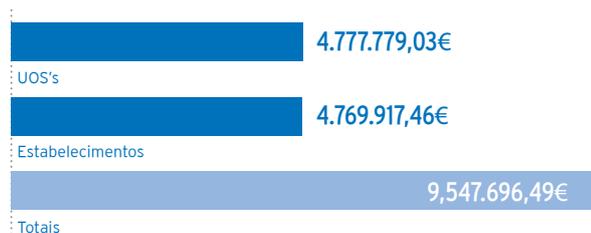


5.4.7.7. GESTÃO LOGÍSTICA E CENTRAL DE COMPRAS

A conjuntura económica do ano de 2017 trouxe, por um lado, a continuação da retoma iniciada em 2016, mas por outro lado, a certeza que, cada vez mais, para dar resposta às crescentes necessidades sentidas, há que planear, orçamentar e gerir eficazmente todos os recursos para que os objetivos sejam alcançados de forma sustentada.

Deste modo, continua a ser fundamental manter o foco na criação de valor, maximizando a satisfação dos nossos clientes internos, ao mesmo tempo que se garante que o orçamento estipulado é cumprido e não sofre desvios.

A Central de Compras, na sua atividade diária, contribui de forma significativa para essa criação de valor, não só pelas poupanças que obtém, mas também pela forma como processa os pedidos de compra que lhe chegam. Em 2017, o valor global de compras efetuadas (bens e serviços) foi de 9.547.696,49 € (valor após negociação).

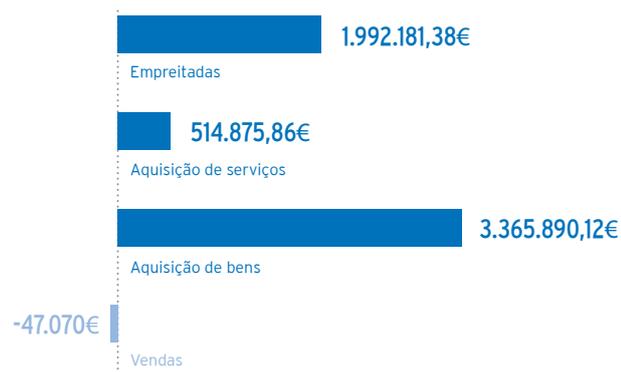


Em termos de quantificação de processos de compra efetuados, em 2017 foram abertos 217 procedimentos e efetuadas 784 compras por informação, com os seguintes valores totais:

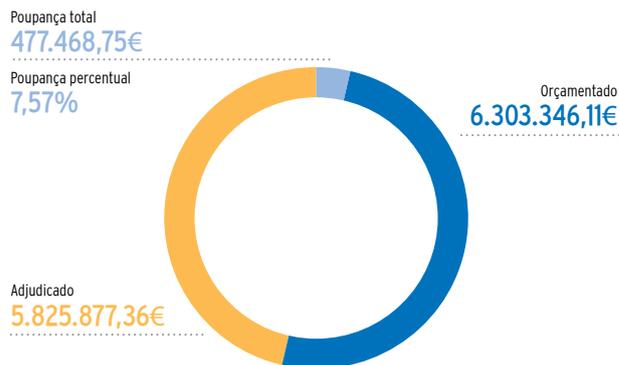
	N.º	Valor final
Compra por informação	784	751.990,13 €
Procedimentos	217	5.825.877,36 €

Dos procedimentos de compra adjudicados, cerca de 57% do valor foram aquisições de bens, 34% empreitadas e cerca de 9% em serviços.

Ao contrário do que seria de esperar numa Central de Compras, foram também abertos e adjudicados cinco procedimentos de venda (de sucata, viaturas usadas, etc.), que ascenderam a uma receita de 47.070,00€.



Uma fase importante do processo de aquisição é a fase de negociação. Todas as aquisições são negociadas antes de serem adjudicadas. As poupanças obtidas em 2017 foram significativas, tendo-se cifrado no valor total de 477.468,75€, representando 7,57% do valor total adjudicado.



Este ano verificou-se uma mudança significativa em termos de compras, pela inserção no sistema informático da cabimentação orçamental no segundo semestre. Deste modo, todas as compras efetuadas são levadas a cabimento via *Processo de Aquisição e Emissão de Nota de Encomenda*, pelo que o planeamento de despesa e a orçamentação terão de ser ainda mais rigorosos por parte dos estabelecimentos, ao mesmo tempo que são mais transparentes.

Relativamente ao Armazém Central, continua a verificar-se a tendência dos anos anteriores de realizar compras *just in time*, por forma a não haver capital investido desnecessariamente.



As empresas fornecedoras continuam a potenciar esta realidade, procedendo a entregas corretas e atempadas.

Paralelamente à atividade operacional e diária executada pela área de gestão logística, foram ainda desenvolvidas as seguintes iniciativas:

Sistema de gestão de avaliação de fornecedores - Arranque do sistema de avaliação de fornecedores da SCMP. Tendo começado pelo CRN, estender-se-á em 2018 às ERPI. Apesar de estar ainda numa fase primitiva e simples, pretende-se com este sistema que os fornecedores da SCMP satisfaçam os níveis de serviço instituídos, cumprindo com os parâmetros de qualidade e eficiência definidos, fornecendo bens ou serviços no menor tempo possível e com o menor custo.

Projeto Logística KPI/Processos - Este projeto foi desenvolvido com a interação do Gabinete de Engenharia Organizacional, com o objetivo de definir os indicadores dos processos atualmente em vigor na área da logística, a identificação das funções dos elementos de equipa, identificação dos sistemas de informação utilizados no gabinete e, não menos importante, a medição de vários processos operacionais de forma a apresentar os resultados e assim facilitar tomadas de decisão para otimizar e tornar mais eficaz a Gestão Logística.

Processos únicos e transversais - Começou a ser estudada e desenvolvida a definição de processos únicos e transversais para toda a Cadeia Logística da SCMP, suportada por sistemas de informação.

Como conclusão, podemos dizer que foi um ano de continuidade na aposta da melhoria dos processos de compra em termos de celeridade e poupanças obtidas, mas também, um ano de mudança, em que foram implementadas novas práticas (cabimentação e avaliação de fornecedores) que terão impacto positivo no futuro.

5.4.7.8. ENGENHARIA ORGANIZACIONAL

O ano de 2017 trouxe mudanças estruturais que marcaram a atividade do Gabinete de Engenharia Organizacional (GEO), nomeadamente a sua integração no DGAP.

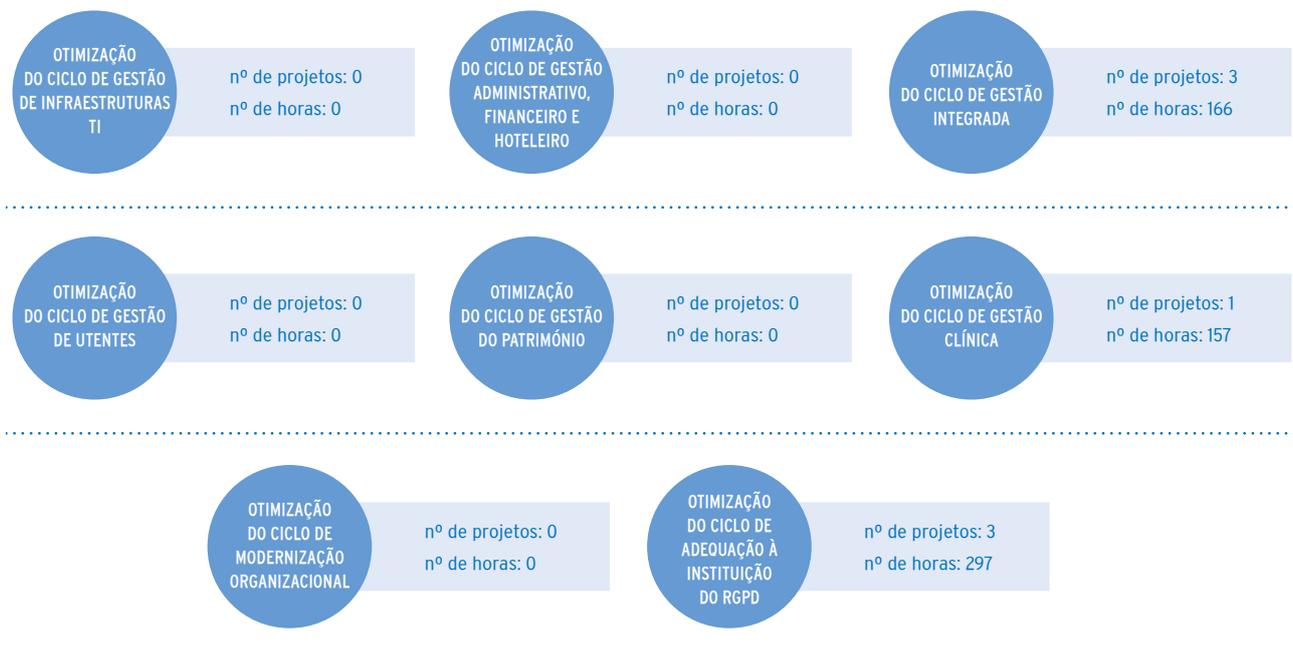
Não obstante, o GEO continuou a desenvolver a sua atividade de acordo aos princípios orientadores que deram origem à sua criação, tendo, em simultâneo, desempenhado um papel relevante e de crucial importância para a SCMP, agregando valor ao funcionamento interno da Organização através da prestação de serviços de apoio nas áreas de Gestão de Projetos e Gestão de Processos.

5.4.7.8.1. GESTÃO DE PROJETOS

O GEO continuou o seu caminho e foco para alcançar resultados de negócio consistentes dos projetos desenvolvidos no universo da SCMP, disseminando uma cultura orientada a projetos, através da aplicação da gestão de projetos apoiada no Guia PMBOK. A Gestão de Projetos oferece uma visão sistémica, multidisciplinar e multifuncional, possibilitando maior flexibilidade na integração de alterações de contexto e um maior acompanhamento do crescimento da atividade da Instituição, independentemente da sua natureza.

O GEO tem como responsabilidade a gestão do Portfólio Programas e Projetos da SCMP, um recurso que permite obter uma visão integrada dos projetos existentes no universo da SCMP, bem como, acompanhar o seu status.

SÍNTESE INFORMATIVA RELATIVA A DEZEMBRO 2017



5.4.7.8.2. GESTÃO DE PROCESSOS

A Instituição molda as suas atividades através de processos. Todos os trabalhos importantes executados nas organizações envolvem processos. Torna-se fundamental continuar a consciencializar todos os intervenientes nos processos para desenvolver uma gestão orientada a processos, de forma a garantir uma boa gestão, que sabe administrar os processos e adequá-los, não só às suas necessidades, mas também às necessidades do mercado. A gestão orientada por processos permite executar o trabalho com maior qualidade, menos desperdício e menos esforço, contribuindo para uma perceção clara da visão, dos valores e da missão da Instituição. Consciente desta importância, o GEO considerou a área de gestão por processos como uma abordagem extremamente necessária e facilitadora para alcançar os objetivos estratégicos da SCMP.

No ano 2017 foi desenvolvido o Manual de Gestão por Processos de Negócio que pretende orientar os colaboradores da SCMP na temática da gestão por processos. Este manual torna mais claro e transparente o modelo de organização, o mapa de processos, os métodos de trabalho de forma a melhorar a eficácia, a eficiência e qualidade nas suas áreas de atuação.

Pretende-se, com este manual, facilitar todo o desenvolvimento e a rotina de trabalhos com a identificação de responsabilidades, as atividades e o estabelecimento de fluxos. Importa também frisar que se considera este manual como um instrumento essencial de trabalho, de transparência e de partilha de conhecimento entre os colaboradores da SCMP.

5.5.

DEPARTAMENTO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

O ano de 2017 ficou marcado pela modernização da imagem da Misericórdia do Porto. O lançamento da nova marca, por ocasião das comemorações do 518.º aniversário da Instituição, renovou o seu posicionamento comunicacional. Evoluiu-se para uma visão moderna e reorganizada, mais dinâmica e mais próxima.

Sem romper com o passado, propõe contemporaneidade e a nova marca está orientada pelos seguintes princípios:

- preservar o nome abreviado de Misericórdia do Porto;
- preservar a cor corporativa azul;
- dotar a designação de um carácter atual através do lettering;
- acrescentar simplicidade, despojamento, mas também solidez.

A Misericórdia do Porto é uma referência institucional que faz acontecer e tem uma imagem correspondente à real dimensão e posicionamento. A assinatura “mais próximos, mais solidários” espelha a vitalidade, sublinha a ideia fundadora e o carácter humanista.

Este novo posicionamento reflete a identidade corporativa da Misericórdia do Porto. A sua identidade institucional mantém-se inalterada. Assim, o brasão de armas permanece para utilização condicionada às relações institucionais, às atividades da Provedoria e às placas institucionais.

O ano de 2017 ficou, ainda, marcado pela consolidação da atividade do Departamento de Marketing e Comunicação (DMC) na comunicação interna, na organização de eventos, na assessoria de imprensa, nas campanhas, na edição de publicações e no reforço da marca junto de todos os públicos. Traduzindo em números:

- Organização de eventos: 194;
- Publicação de notícias: 678;
- Recolha de clipping: 348;
- Produção de material gráfico: > 1.200;
- Edição de vídeos: 159;
- Gestão de plataformas digitais: 11;
- Envio de newsletter: 42;
- Publicações no Facebook: 1.103;
- Publicação de revistas, livros e documentos estratégicos: 6.

De acordo com a estratégia da Mesa Administrativa, o DMC reforçou, ao longo do ano de 2017, a promoção das grandes áreas de negócio: Saúde, Cultura, Social e Património.

Na Saúde foram desenvolvidas diversas campanhas para divulgação de novos serviços, convenções, eventos científicos, prémios e outros reconhecimentos públicos das três unidades operacionais. Destaca-se a evolução na comunicação digital, através da evolução gráfica e de conteúdos do Portal da Saúde, da criação da página de Facebook do Hospital da Prelada (que de 20 de julho até 31 de dezembro conquistou 2.284 aderentes) e da comunicação com os clientes através do novo email “Saúde Agora”. O DMC esteve, ainda, diretamente envolvido no lançamento oficial das comemorações do 30.º aniversário do Hospital da Prelada através da produção de um novo filme institucional e da criação da logomarca.

Na Cultura consolidou-se a divulgação da programação temporária e permanente do MMIPO. Faz-se, ainda, referência às campanhas desenvolvidas para assinalar o segundo aniversário do museu, as três aquisições mais recentes e a participação na conferência internacional The Best In Heritage, que decorreu em Dubrovnik (Croácia), contando para o efeito com um novo vídeo institucional bilingue.

A colaboração com o DAC na organização do IV Congresso de História da Misericórdia do Porto, assim como a preparação e o lançamento do livro “Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto”, foram outros marcos importantes da atividade do DMC.

O relançamento da Procissão das Endoenças, em março, mobilizou a cidade. A campanha de comunicação desenvolvida pelo DMC contribuiu para o sucesso da iniciativa, que voltou a marcar a agenda da Semana Santa na cidade do Porto.

Na área Social contribuímos para a divulgação de novos serviços e para o reforço da visibilidade de outros já existentes, de que são exemplo o Serviço de Apoio Domiciliário, o Voluntariado (com criação de marca e imagem) e o Chave de Afetos. Foi feita uma revisão integral de todos os conteúdos desta área no site institucional e iniciámos a produção regular de suportes de comunicação no âmbito dos planos de atividades das diversas unidades operacionais.

Na área do Património, o DMC desenvolveu uma campanha de promoção das Residências Galerias Misericórdia - The Gallery House, iniciou o registo fotográfico mensal dos edifícios em reabilitação e produziu dois vídeos sobre a reabilitação urbana promovida pela Misericórdia do Porto: um relativo à conquista do Prémio de Reabilitação Urbana pelo Palacete Araújo Porto e outro apresentado pelo Provedor na V Semana da Reabilitação Urbana.

Reforçámos, ainda, a comunicação interna através da criação na nova rubrica digital “Tips&News | de dentro para dentro” (informações, dicas e sugestões para o cliente interno), do lançamento da campanha de sensibilização ambiental “Pense Verde, Seja Eco Responsável!” e da divulgação da política de tolerância zero ao assédio no local de trabalho.

5.6.

GABINETE DO AMBIENTE E QUALIDADE

O Gabinete do Ambiente e Qualidade é uma estrutura de apoio à gestão e de consultadoria que agrega valor ao funcionamento da SCMP através da promoção e implementação de boas práticas, apoio nos processos de certificação das suas unidades operacionais e resposta às suas obrigações externas, no âmbito das suas áreas de conhecimento: Qualidade, Ambiente e Segurança.

A certificação aumenta a credibilidade da organização, com vantagens ao nível externo (confere boa imagem e promove a confiança dos seus clientes atuais ou potenciais) e também ao nível interno (melhora o seu funcionamento aos mais diversos níveis, define responsabilidades e ajuda na redução dos custos, desperdícios e reclamações). Catalisa ainda, o processo de melhoria contínua, aumentando a produtividade e, desta forma, incrementando a competitividade organizacional. Justifica-se, assim e cada vez mais, o investimento na implementação de sistemas de Gestão no processo de prestação de serviços da Organização.

Os desafios colocados pela diversidade e complexidade das respostas institucionais da SCMP, perante as exigências da atual sociedade, dos organismos reguladores e principalmente dos clientes, obrigam a uma continuada aposta na formação dos seus quadros, por forma a garantir a aquisição e/ou consolidação dos conhecimentos e competências necessárias à capacitação individual dos seus colaboradores. Esta será a forma de assegurar a estabilização de rotinas de trabalho internas, assentes em práticas reconhecidas, processos e procedimentos normalizados, transversais, garantindo assim os níveis de proficiência desejados.

O GAQ continua a investir na aquisição de conhecimentos dos seus elementos, bem como nos processos de consolidação das suas rotinas de trabalho e incremen-

to da massa crítica interna, por forma a que o desenvolvimento das suas atividades sejam, cada vez mais, agregadoras de valor e contribuam para a sustentabilidade da SCMP.

ATIVIDADE

Durante o ano de 2017 desenvolveram-se atividades nos seguintes âmbitos:

- Consolidação, Auditoria Prévia e Auditoria de 1.ª Fase de Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, pelo referencial NP EN ISO 9001:2015, implementado no Departamento de Intervenção Social (DIS) e nas seguintes unidades operacionais: ERPI Nossa Senhora da Misericórdia; ERPI S. Lázaro; ERPI Pereira de Lima; SAD Nossa Senhora da Misericórdia; SAD Manto Azul.

- Recertificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente, de acordo com a NP EN ISO 9001:2008 e EN ISO 14001:2012, implementados no Centro de Reabilitação do Norte (CRN).

- Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, pelo referencial NP EN ISO 9001:2015, nos Serviços Clínicos do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino (SC-EPSCB-F).

- Gestão da segurança do trabalho.

CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015 NO DIS

Projeto com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2018 e que tem como objetivo uniformizar as práticas, os processos e os procedimentos chave que suportam o correto funcionamento do DIS e dos estabelecimentos da SCMP sob a sua responsabilidade.



Fase	Data	Estado
Auditoria Prévia	20 a 22 junho 2017	Concluída
Auditoria Interna	2 a 4 outubro 2017	Concluída
Auditoria de 1ª Fase de Concessão	24 e 25 outubro 2017	Concluída
Auditoria de 2ª Fase de Concessão	27 fevereiro a 1 março 2018	Agendada

A par com o trabalho de campo, o GAQ também foi responsável por todas as atividades formais associadas à gestão do projeto.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DO CRN

No decorrer do ano, o GAQ continuou a promover a integração dos normativos NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012 do CRN, consolidando a sua vertente ambiental com a sistematização das medições e monitorizações do sistema e um melhor acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental e do Plano da Qualidade.

Em função dos constrangimentos decorrentes da natureza do Acordo de Gestão do CRN, a SCMP optou por proceder, em dezembro de 2017, à renovação da certificação pelo referencial ISO 9001:2008 e ISO 14001:2012, e planear a transição para o referencial 2015, para junho de 2018.

A auditoria de renovação ao sistema integrado culminou em dezembro com quatro Pedidos de Ação Corretiva Menores e quatro Observações/Oportunidades de melhoria. O GAQ imediatamente empreendeu os trabalhos de abertura dos pedidos de ação corretiva, promovendo reuniões de planeamento de estratégias e ações com o envolvimento efetivo dos Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP, de forma a promovermos a rápida resolução das não conformidades. Foi assim assegurada a manutenção da certificação nos dois normativos.

Fase	Data	Estado
Auditoria Interna #1	25 maio 2017	Concluída
Auditoria Interna #2	14 novembro 2017	Concluída
Auditoria de Renovação da Certificação	13 a 15 dezembro 2017	Concluída
Auditoria de Transição ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015	28 e 29 maio 2018	Agendada

CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015 DOS SERVIÇOS CLÍNICOS DO EPSCB-F

O empenho que a SCMP tem demonstrado em dotar as suas unidades operacionais de Sistemas de Gestão da Qualidade, levou a que decidisse certificar os Serviços Clínicos do EPSCB-F, de acordo com a NP EN ISO 9001:2015.

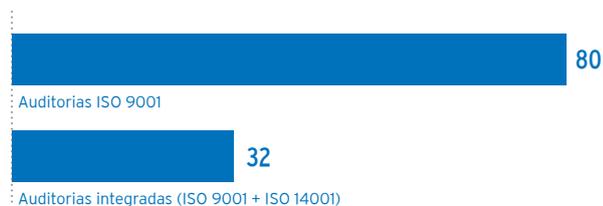
Operacionalmente, este processo foi iniciado com uma auditoria interna de diagnóstico. Após esta auditoria foi elaborado um cronograma de trabalho de 15 sessões de trabalho, com o Núcleo da Qualidade dos Serviços Clínicos para implementação, consolidação e certificação destes.

Fase	Data	Estado
Auditoria Interna de diagnóstico	16 março 2017	Concluída
Planeamento da implementação	24 março a 27 de abril 2017	Concluída
Implementação	27 abril a 9 novembro 2017	Concluída
Consolidação	9 novembro 2017 a 5 abril 2018	Em curso
Auditoria de 1ª Fase de Concessão	16 a 20 abril 2018	Agendada

AUDITORIAS INTERNAS A SISTEMAS DE GESTÃO

No decorrer de 2017, o GAQ realizou quatro auditorias internas a Sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente:

HORAS EM AUDITORIA



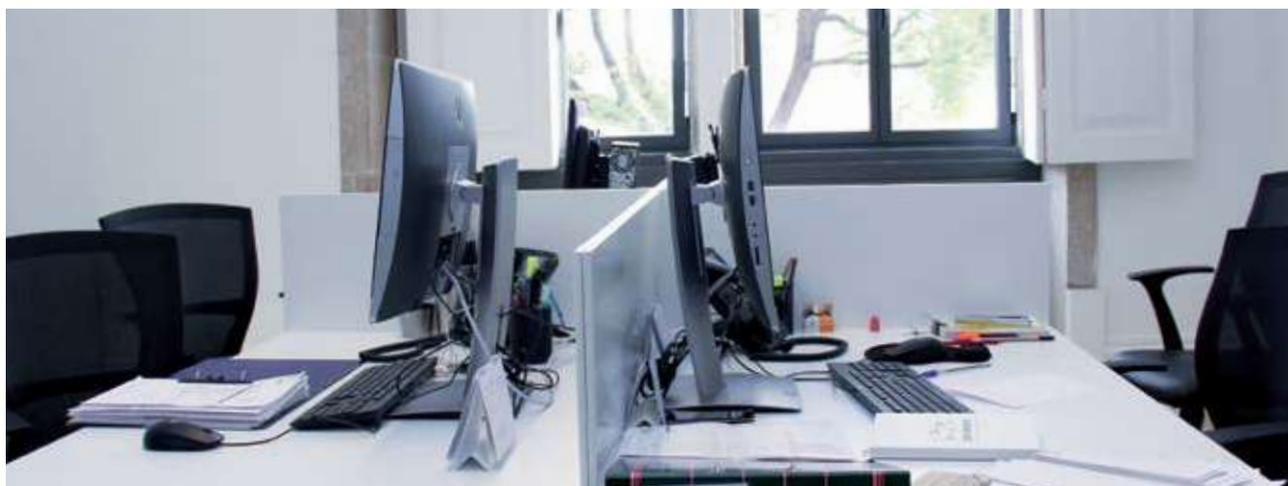
ANÁLISE DE ACIDENTES DE TRABALHO

O processo compreende o registo e a análise dos acidentes de trabalho para posterior elaboração do relatório de sinistralidade laboral. Este processo inclui a verificação de causas e a proposta de medidas que minimizem a ocorrência de novos acidentes. Durante o ano de 2017 ocorreram 101 acidentes de trabalho, dos quais 16 foram acidentes em trajeto. Foram encaminhados 14 colaboradores para a consulta de medicina no trabalho decorrentes de acidentes, que geraram ausência ao trabalho superior a 30 dias.

ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E PREVENÇÃO DE RISCOS PROFISSIONAIS

Foram realizadas as seguintes avaliações de risco:

Unidade Operacional/Unidade de Saúde	Data do trabalho de campo
Colégio Barão de Nova Sintra	19 abril
Casa da Rua	24 abril
Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins	27 abril
Casa da Prelada	3 maio
Centro Integrado de Apoio à Deficiência	5 maio
CIAD Clientes	5 maio
ERPI Pereira de Lima	9 maio
Casa de Santo António	12 maio
ERPI S. Lázaro	15 maio
ERPI Nossa Senhora da Misericórdia	23 maio
Colégio de Nossa Senhora da Esperança	30 junho
MMIPO	24 julho
Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo - Feminino	27 julho
Centro Hospitalar Conde Ferreira	27 setembro; 25 outubro
Centro de Reabilitação do Norte	2 outubro



Decorrente destas avaliações de risco foram propostas 357 medidas corretivas ou preventivas, sendo a sua aplicação monitorizada ao longo do ano.

AÇÕES DE INSPEÇÃO INTERNA DE SEGURANÇA NO TRABALHO

Unidade Operacional	Âmbito	Número de Ações
Colégio Barão Nova Sintra	Higiene e Segurança no Trabalho	1
Colégio Barão Nova Sintra	Higiene e Segurança Alimentar	1
Centro Professor Albuquerque e Castro	Higiene e Segurança no Trabalho	1
Colégio de Nossa Senhora da Esperança	Higiene e Segurança no Trabalho	3
Colégio de Nossa Senhora da Esperança	Higiene e Segurança Alimentar	1
Centro de Reabilitação do Norte	Higiene e Segurança no Trabalho	1
ERPI S. Lázaro	Higiene e Segurança no Trabalho	3
ERPI S. Lázaro	Higiene e Segurança Alimentar	1
ERPI Pereira de Lima	Higiene e Segurança no Trabalho	1
ERPI Pereira de Lima	Higiene e Segurança Alimentar	1
ERPI Nossa Senhora da Misericórdia	Higiene e Segurança no Trabalho	1
ERPI Nossa Senhora da Misericórdia	Higiene e Segurança Alimentar	1

ANÁLISE E RESPOSTA AOS RELATÓRIOS DA COMPANHIA DE SEGUROS

O gabinete participou no processo de análise de riscos patrimoniais e de acidentes de trabalho realizado pela companhia de seguros Generali. Após análise interna prepararam-se os relatórios de resposta às recomendações propostas e delinearam-se planos de ações para implementação das mesmas.

Tipo de Risco	Local do Risco
Patrimonial	Hospital de Santo António
	Centro Hospitalar Conde de Ferreira
	Hospital da Prelada
Acidentes de Trabalho	Colégio de Nossa Senhora da Esperança
	ERPI S. Lázaro
	Centro Hospitalar Conde de Ferreira

ACOMPANHAMENTO DE INSPEÇÕES REALIZADAS POR ENTIDADES EXTERNAS

O gabinete acompanhou as inspeções realizadas por entidades externas, nos seguintes unidades operacionais:

Unidade Operacional	Entidade
Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins	ACT
ERPI S. Lázaro	Unidade Saúde Pública - ACES Porto Ocidental
ERPI Nossa Senhora da Misericórdia	Unidade Saúde Pública - ACES Porto Ocidental
Centro Integrado de Apoio à Deficiência	Segurança Social

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

LOCAL

PROJETOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

ERPI S. Lázaro

Colégio de Nossa Senhora da Esperança

Edifício sito na Rua das Flores, n.º 2-12

Carpintaria do Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Aditamento ao PSCI do Centro Integrado de Apoio à Deficiência - compartimentação

Serviços Partilhados e Corporativos

Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO (ELABORADAS/ATUALIZADAS)

Gallery House

Casa da Rua

Colégio Barão de Nova Sintra

Colégio de Nossa Senhora da Esperança

SIMULACROS DE INCÊNDIO (INTERNOS) COM A PRESENÇA DOS DELEGADOS DE SEGURANÇA

ERPI S. LÁZARO

ERPI Pereira de Lima

Colégio de Nossa Senhora da Esperança

Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Centro Integrado de Apoio à Deficiência

Relativamente às inspeções regulares obrigatórias, foram solicitadas à ANPC as respetivas inspeções aos vários estabelecimentos da SCMP.



COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA

LOCAL

COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA

Rua das Flores, 91

Rua de Trás

Rua de São Miguel

Rua Cândido dos Reis, 133

Edifício A10 CHCF

Rua Chá 98/102

Rua Chá, 66

HP - Reabilitação da sala Balneoterapia da Unidade de Queimados

PARCERIAS COM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

Acompanhamento de estágios curriculares

Em 2017 o GAQ acolheu um estágio curricular:

Estabelecimento Ensino/ Curso	Objetivo	Objetivos Específicos	Estabelecimento/ Departamento	Avaliação
ESTSP / Licenciatura em Saúde Ambiental	Proporcionar ao aluno o desenvolvimento de competências complementares ao ensino técnico e científico	Identificação de todos os aspetos e respetivos impactos ambientais associados aos fornecedores do CRN	Centro de Reabilitação do Norte	O trabalho desenvolvido contribuiu para a atualização da Matriz de Aspetos Ambientais do CRN

Colaboração no Projeto “Síndrome Visual do Computador (SVC) - Incidência, Causas e Prevenção” da Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto

Em fevereiro de 2017 foi aprovado pela Mesa Administrativa o desenvolvimento do projeto “Síndrome Visual do Computador (SVC): Incidência, Causas e Prevenção”, que teve como objetivos principais a caracterização da incidência da Síndrome Visual do Computador (SVC) experienciada pelos trabalhadores dos Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP, bem como da identificação e caracterização dos fatores de risco inerentes ao desenvolvimento da SVC. Em função dos resultados do estudo, está em apreciação a intervenção para a redução dos fatores de risco e avaliação do seu impacto.

5.7.

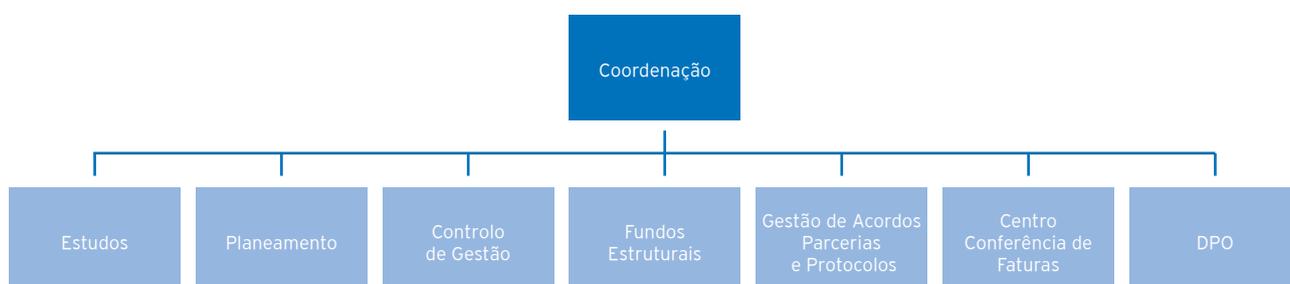
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO

5.7.1.

ORGANIZAÇÃO

O Gabinete de Estudos Planeamento e Controlo de Gestão (GEPCG), de acordo com as suas competências, está estruturado da seguinte forma:

ORGANIGRAMA GEPCG



5.7.2.

ESTUDOS

O GEPCG elaborou estudos em diferentes áreas procurando produzir informação de apoio à decisão estratégica e operacional, conforme a seguir se descreve:

N.º	Área	Descrição
1	Geral	Análise económica do período 2012-2016 Global, por área e por unidade operacional
2	Saúde	Análise custo-benefício da especialidade de Gastroenterologia do Hospital da Prelada
3	Saúde	Taxa de ocupação do Bloco Operatório do Hospital da Prelada
4	Saúde	Avaliação do impacto da execução do Contrato Programa 2017 nos tempos de espera a 31/12/2017 - Hospital da Prelada
5	Saúde	Avaliação do impacto financeiro do Contrato Programa 2017 nas Remunerações Variáveis - Hospital da Prelada
6	Saúde	Projeção do Contrato Programa 2018 - Hospital da Prelada
7	Saúde	Análise 2013-2017 da especialidade de Medicina Física e de Reabilitação do Hospital da Prelada
8	Saúde	Apoio na elaboração do estudo Value for Money dos Contratos Programa 2012-2016 Hospital da Prelada
9	Educação	Iniciado grupo de trabalho que visa efetuar análise custo unitário por ciclo de ensino do Colégio de Nossa Senhora da Esperança
10	Social	Análise económica da área social no período 2007-2017



5.7.3.

FUNDOS ESTRUTURAIS

Relativamente a fundos estruturais, a Instituição geriu, durante o ano, uma carteira de projetos, encontrando-se, no final de 2017, alguns em fase de preparação e outros a aguardar decisão final. Deu-se ainda continuidade à execução de projetos que transitaram de anos anteriores, conforme se descreve no quadro abaixo:

N.º	Área	Fundo/Operação/Designação do Projeto	Situação	Apoio Concedido
1	Agricultura	PDR2020/ Investimento na exploração agrícola	Candidatura Aprovada	€ 98.979
2	Ambiente	UIA-Desenvolvimento Urbano Sustentável/Porto.STarts em parceria com LIPOR e CMP	Candidatura não aprovada	
3	Apoio à deficiência	POISE/Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade 2016-2018	Projeto em execução	€ 1.561.118
4	Apoio à deficiência	POISE/Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade 2018-2020	Candidatura Submetida	
5	Saúde	POCI/Capacitação da Administração Pública/Digitalização dos fundos documentais do Hospital da Prelada	Em fase de elaboração de candidatura	
6	Saúde	POCI/Capacitação da Administração pública/Unified Model for Oncology Support System em parceria com o IPO	Candidatura Submetida	
7	Social	FEDER/ Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020/ Nutriage - soluções avançadas para um envelhecimento saudável em parceria com diversas instituições	Projeto em execução	€ 317.836
8	Social	POISE/RLIS-Rede Local de Intervenção Social	Projeto em execução	€ 576.171
9	Social	POISE/Capacitação para a Inclusão no CAS e EPESCB	Candidatura Submetida	

Ainda no âmbito da gestão dos projetos financiados por fundos estruturais, estabeleceu-se a partir de setembro com uma nova abordagem no acompanhamento dos projetos, através da criação de equipas multidisciplinares (GEPCG, DCF, DRHFP, UO) cujo objetivo é acompanhar com maior proximidade a execução dos projetos, por forma a garantir uma maior execução dos mesmos, bem como apoiar tecnicamente as equipas das unidades operacionais responsáveis pela operacionalização dos projetos.

5.7.4.

GESTÃO DE PARCERIAS, ACORDOS E PROTOCOLOS

O GEPCG, em articulação com o DGAP, fez um levantamento dos protocolos, acordos e parcerias estabelecidos pela SCMP, com o objetivo último de os registar em sistema informático por forma a que possam ser geridos e permitindo que todos os interessados possam aceder facilmente a essa informação.

Nesta fase de levantamento foram analisados 703 documentos, entre protocolos, parcerias e acordos, e os documentos foram classificados segundo os seguintes critérios:

- Data (ano, assinatura, entrada em vigor)
- Área
- Estabelecimento
- Entidades envolvidas
- Prazo de vigência
- Data de pré-aviso de denúncia
- Situação do protocolo: em vigor ou cessado

5.7.5. CONTROLO DE GESTÃO | SAÚDE

No âmbito do controlo de gestão, o GEPCG desenvolveu a sua atividade numa dupla perspetiva. Na área da Saúde produziu relatórios mensais de atividade das três UOS, nomeadamente os indicadores de atividade; o reporte de informação para a EPC relativo ao Acordo de Gestão do CRN; o mapa de execução do Acordo de Gestão; o relatório de lista de espera do HP e CRN (SIGIC); os mapas de faturação das EFR não-SNS; as estimativas de faturação ao SNS ao abrigo do Contrato Programa (HP), Acordo

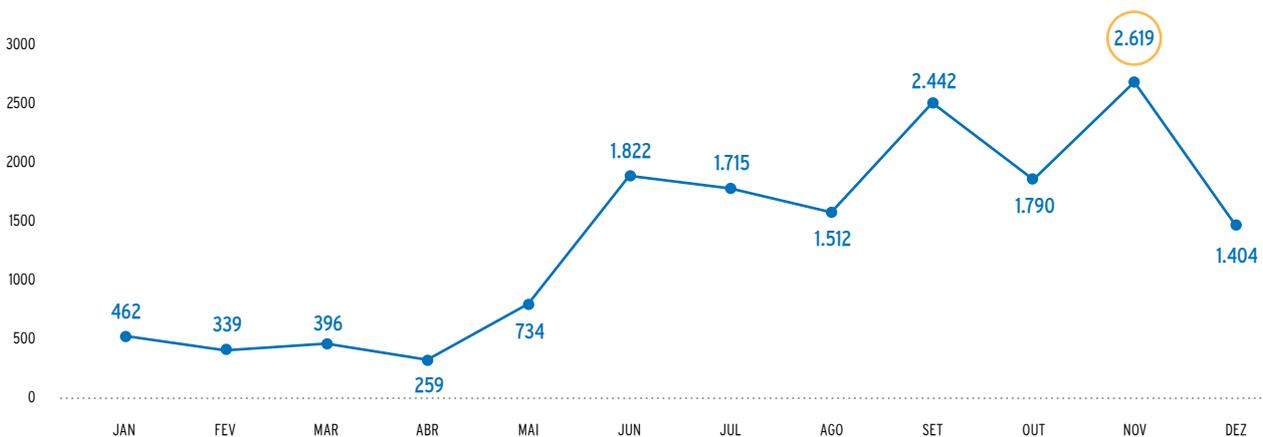
de Gestão (CRN), e Unidade de Cuidados Continuados Integrados CHCF; o reporte para cálculo das Remunerações Variáveis; reporte para correção de episódios não-elegíveis para faturar referentes ao Contrato Programa e Acordo de Gestão; e supervisão parametrizações dos preçários relativos aos diversos contratos e acordos.

O GEPCG produziu ainda um portefólio de KPI sobre diversas áreas, prevendo que durante o ano de 2018 seja iniciada a sua implementação em conjunto com o DSI e as diversas áreas que permitam acompanhar o seu desempenho.

5.7.6. CENTRO DE CONFERÊNCIA DE FATURAS

O CCF conseguiu atingir a sua missão na plenitude, tendo sido criadas as condições para tal, em termos organizativos, assegurando que todas as faturas do universo da SCMP têm como ponto de entrada o CCF e com a instalação de uma máquina de registo que permitiu dotar o serviço do controlo total do registo de faturas entradas na Instituição.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FATURAS VALIDADAS PELO CCF EM 2017



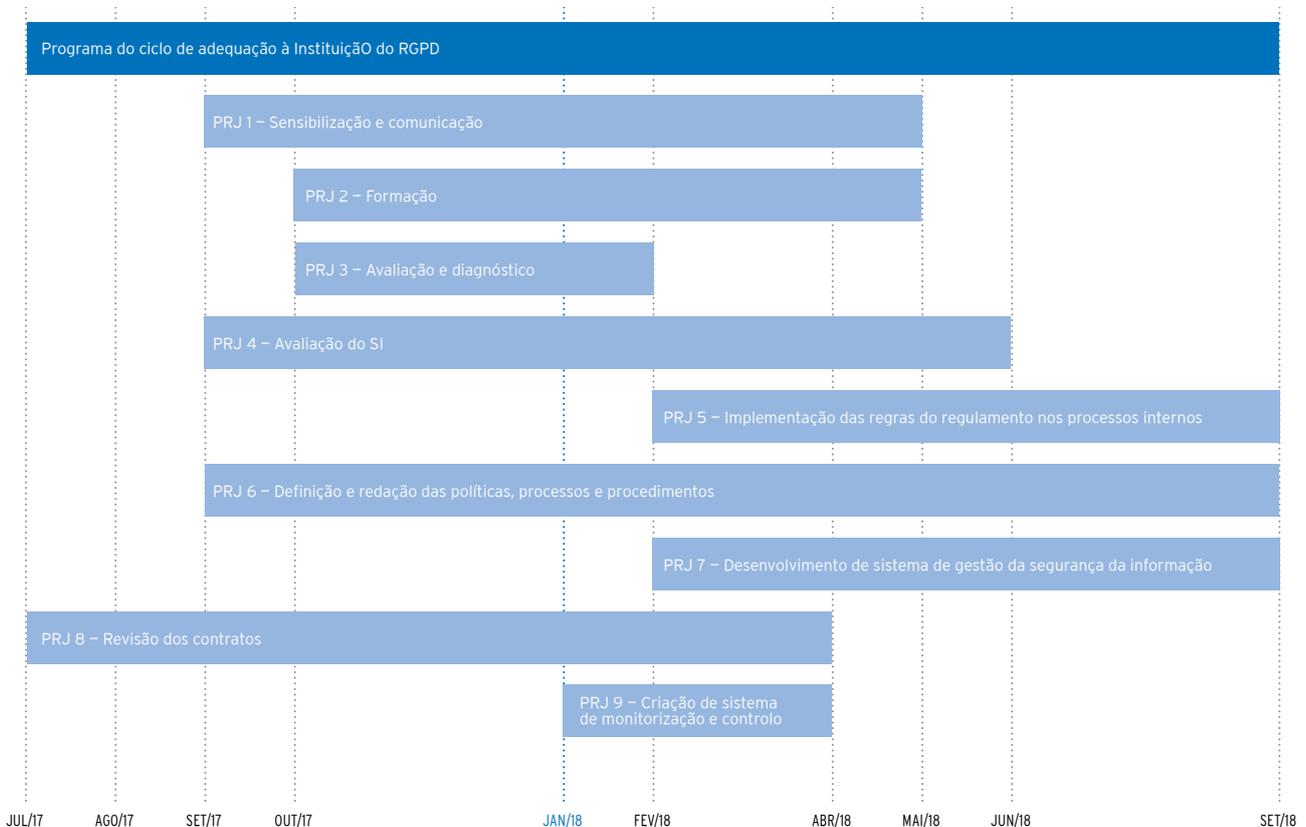
5.7.7.

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS | DPO - DATA PROTECTION OFFICER

No âmbito da aplicação do Regulamento EU 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), existe a necessidade de criar a figura do Encarregado de Proteção de Dados que tem a responsabilidade de (i) informar e aconselhar a respeito das respetivas obrigações ao abrigo da legislação aplicável, (ii) controlar a conformidade com o regulamento ou (iii) outras disposições de proteção de dados comunitárias ou nacionais, bem como com a política de privacidade da organização, e (iv) controlar a realização no que respeita à avaliação de impacto sobre a proteção de dados, cooperar com a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Passa igualmente a ser o ponto de contacto, não só para a autoridade de controlo sobre questões relacionadas com o tratamento, mas também para os próprios titulares dos dados, em particular para efeitos do exercício dos seus direitos, devendo os respetivos contatos ser divulgados publicamente e comunicados à autoridade de controlo.

Em maio de 2017 o coordenador do GEPCG foi nomeado como DPO para assumir essa função e em junho foi criada a comissão de proteção de dados que tem como objetivo imediato coordenar a implementação das regras do regulamento por forma a garantir a conformidade da SCMP.

Nesse sentido, foi criado um programa de implementação envolvendo vários departamentos tais como DGAP, DMC, DRHFP, DSI, GAJC, GSRC implicando uma considerável afetação de recursos aos diversos projetos que constituem este programa:



5.8.

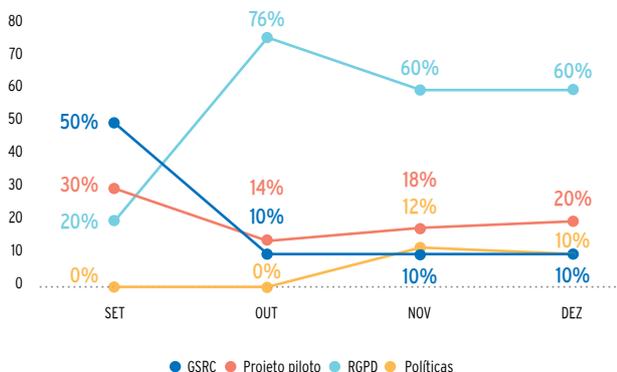
GABINETE DE SEGURANÇA, RISCO E COMPLIANCE

A SCMP tem vindo a apostar em meios de controlo interno para garantir a conformidade com as suas obrigações legais, pela salvaguarda dos seus ativos, pela identificação e tratamento de situações potenciadoras de riscos, cujos impactos se refletem na organização.

O Gabinete de Segurança, Risco e Compliance (GSRC) foi criado em setembro de 2017 com o objetivo de dar resposta ao reforço do papel da segunda linha de defesa da Organização, uma vez que ajuda a estabelecer uma forma simples e eficaz de melhorar a comunicação, o controlo interno, a gestão da segurança, a gestão de risco e o compliance, esclarecendo os papéis e deveres essenciais dentro da organização.

As funções de segurança, risco e compliance apoiam o desenvolvimento, implementação e monitorização de programas específicos para as três áreas, com o objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência dos processos organizacionais, das vias de comunicação e métodos de trabalho com a organização. Pretende-se, com o objetivo de alavancar o desempenho, a maturidade, eficácia e eficiência dos serviços e processos internos, apoiando a instituição na criação do espaço necessário para que se concretize mais inovação.

AFETAÇÃO DE RECURSOS



Assim, nestes primeiros meses de atuação foram estabelecidos princípios, regras, metodologias e procedimentos necessários à implementação do ciclo SRC, e das áreas de conhecimento que compõem o GSRC. As atividades desenvolvidas separam-se em quatro: atividades relacionadas com o gabinete, a sua organização, gestão, planeamento e documentos de suporte; desenvolvimento de políticas e procedimentos em conjunto com outros departamentos; projeto piloto e o trabalho realizado no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), cujos pontos principais se apresentam de seguida. No que diz respeito ao tempo afeto a cada tipo de atividade, o gráfico ilustra a evolução ao longo dos meses, destacando-se o trabalho realizado no âmbito do RGPD.

A articulação com a Instituição, de modo a disponibilizar um catálogo de serviços, será materializada através dos serviços apresentados na figura seguinte:

Serviços / GSRC

#01 Apoio e Consultoria	#02 Formação e Sensibilização	#03 Implementação de programas	#04 Projetos Especiais
----------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	---------------------------

Foi elaborado o Manual de Desenvolvimento do GSRC, e disponibilizado às Direções dos Estabelecimentos/Departamentos e Gabinetes, que define o modelo de gestão e as respetivas áreas de conhecimento. Este manual introduz uma nova figura - SRC Manager - que fará a articulação entre o negócio e o GSRC, assente num processo bidirecional de aquisição de conhecimento, ferramentas e metodologia. Para além deste trabalho, o GSRC, no âmbito RGPD, tem ainda a responsabilidade de monitorizar o processo de tratamentos dos dados pessoais, reportando qualquer situação de não conformidade ao DPO.

5.8.1.

POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

Colaboramos com departamentos e serviços da Organização na elaboração e operacionalização das seguintes políticas, processos e procedimentos, e já se encontram aprovados: Política de Gestão de Acessos - regula o acesso nas instalações da SCMP; Política de Reuniões - estabelece os níveis de risco e critérios associados às reuniões realizadas; Política de Captação de Imagens e Áudio - regula a captação de imagens e áudio em todas as instalações da SCMP.

5.8.2.

PROJETO PILOTO

No domínio dos Projetos Especiais, o GSRC desenvolveu um projeto piloto de implementação dos programas SRC num estabelecimento da SCMP, em que contou com a colaboração direta do negócio. Com base nos requisitos identificados, estabeleceram-se metodologias e práticas comuns transversais a toda a instituição, nas três áreas de conhecimento do GSRC.

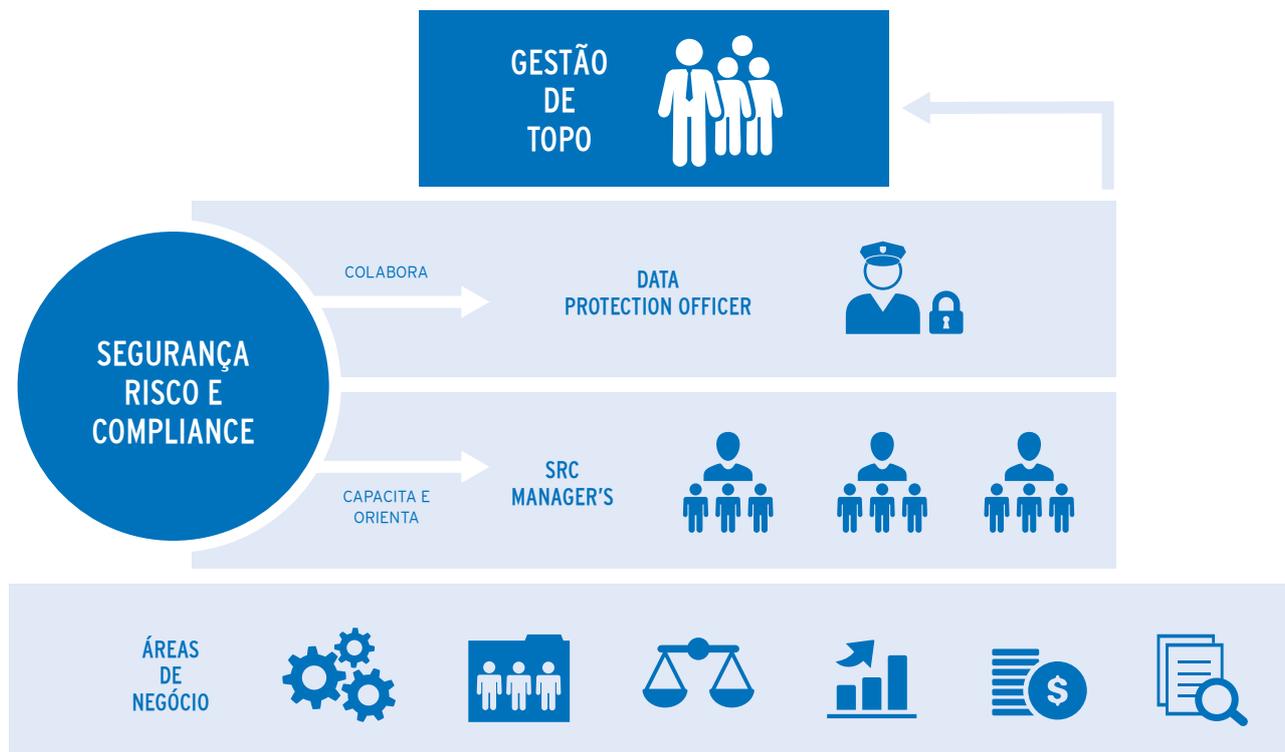
Este projeto possibilitou a criação de ferramentas que permite replicá-las para os diversos estabelecimentos da SCMP. Possibilitou, também, um processo de sistematização de funções e uma otimização dos resultados obtidos, tendo em conta a possibilidade de implementação em toda a Organização. Acreditamos, assim, que esta base criada pelo projeto facilitará a disseminação do programa SRC pelas várias unidades operacionais da SCMP, contribuindo para um fortalecimento da organização como um todo.

5.8.3.

SRC - REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Com a entrada em vigor do RGPD foi elaborado um Plano de Articulação, com o objetivo de definir o processo de comunicação entre GSRC, DPO e SRC manager, assegurando que a equipa SRC capacite e oriente os SRC managers de metodologias, boas práticas e implementação de controlos, para garantir a conformidade com o RGPD.

Assim, o GSRC está envolvido em cinco dos nove projetos do Programa do Ciclo de adequação à instituição do RGPD, e participou como formador no ciclo de formação interna aos SRC managers.



SEGURANÇA ORGANIZACIONAL	GESTÃO DO RISCO	GESTÃO DO COMPLIANCE
4 AÇÕES DE FORMAÇÃO – 66 FORMANDOS		
Evolução tecnológica Segurança organizacional Privacidade 🕒 14 horas	Conceito e categorias do risco Ciclo de gestão do risco RGPD e abordagem ao risco 🕒 28 horas	Fundamentos de compliance Controlo interno SRC managers de compliance 🕒 28 horas

Para o ano de 2018, as atividades desenvolvidas têm como base os objetivos estratégicos definidos: Promover a excelência do modelo de SRC, através do aperfeiçoamento de instrumentos de gestão e dos mecanismos de prevenção e controlo; Promover um conjunto de serviços centralizados, disponibilizados às áreas de negócio da SCMP, otimizando os recursos disponíveis; Dinamizar a gestão do compliance, transversal a todas as áreas de negócio, assente num processo de monitorização contínua; Promover a cultura de segurança organizacional, através de formação e programas de consciencialização dos colaboradores; Desenvolver atividades no âmbito de gestão de segurança; Desenvolver atividades no âmbito da gestão do risco, criando uma estrutura base e transversal à organização.

5.9.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

A operação no Departamento de Contabilidade e Finanças configura-se em várias vertentes, de acordo com as suas áreas de intervenção:



Apresentamos de seguida informação estatística ao nível do registo e lançamento contabilístico em 2017:

CAIXA – DCF | TESOURARIA



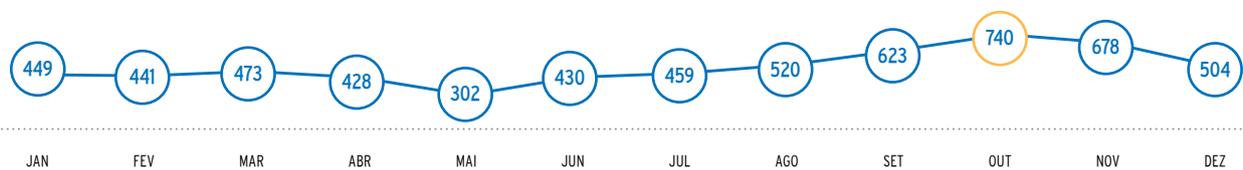
BANCOS – DCF | TESOURARIA



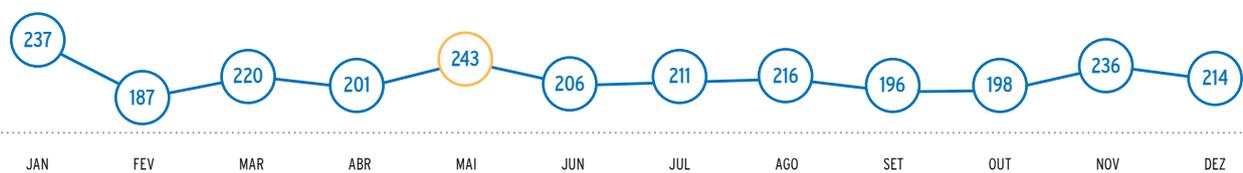
COMPRAS – DCF | CONTAS A PAGAR



SERVIÇOS – DCF | CONTAS A PAGAR

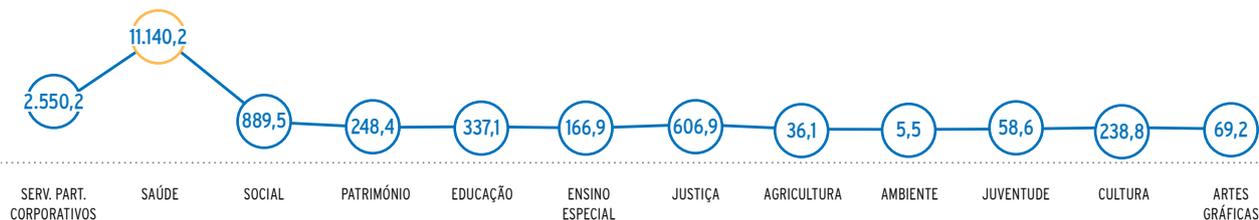


OPERAÇÕES DIVERSAS – DCF | CONTAS A PAGAR + DCF | CONTABILIDADE



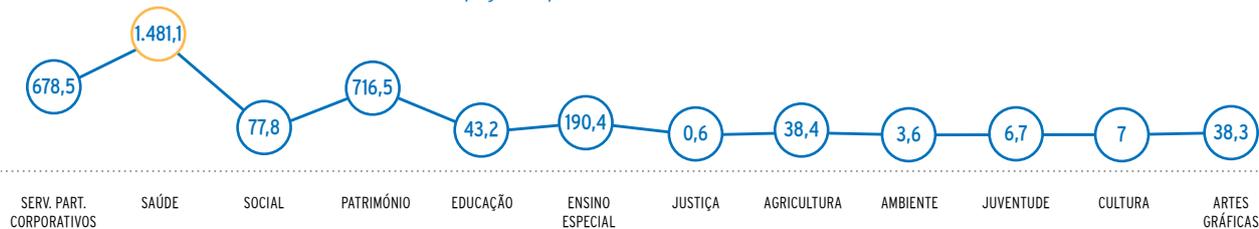
PROTOCOLO | FORNECEDORES EXPLORAÇÃO [M€]

TOTAL de protocolos de exploração: 378
 Valor pago nos protocolos de exploração: 16.347.571€



PROTOCOLO | FORNECEDORES INVESTIMENTO [M€]

TOTAL de protocolos de investimento: 67
 Valor pago nos protocolos de investimento: 3.282.318€



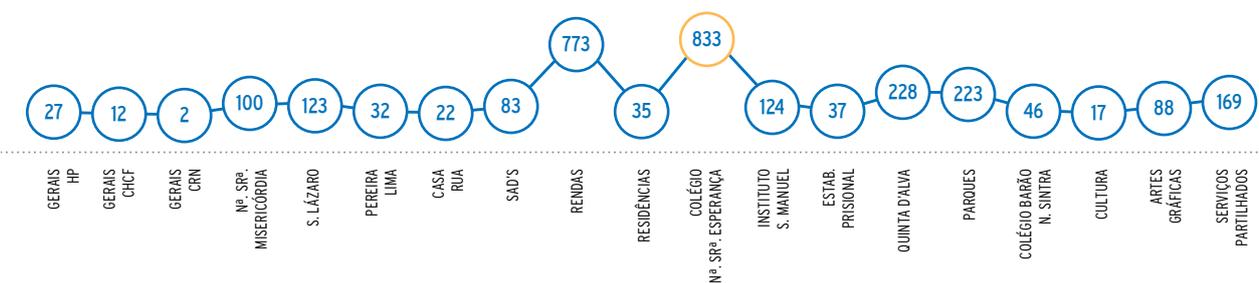
UNIVERSO DE FORNECEDORES GERAIS

TOTAL de fornecedores gerais: 1.798



UNIVERSO DE CLIENTES GERAIS

Universe of clients (does not include tax moderators)



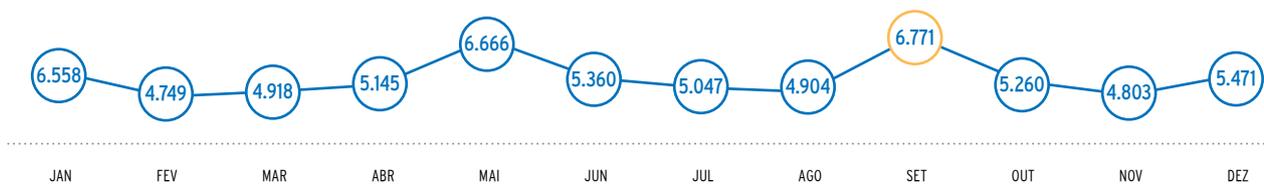
PAGAMENTOS [M€]

Operações no âmbito da tesouraria



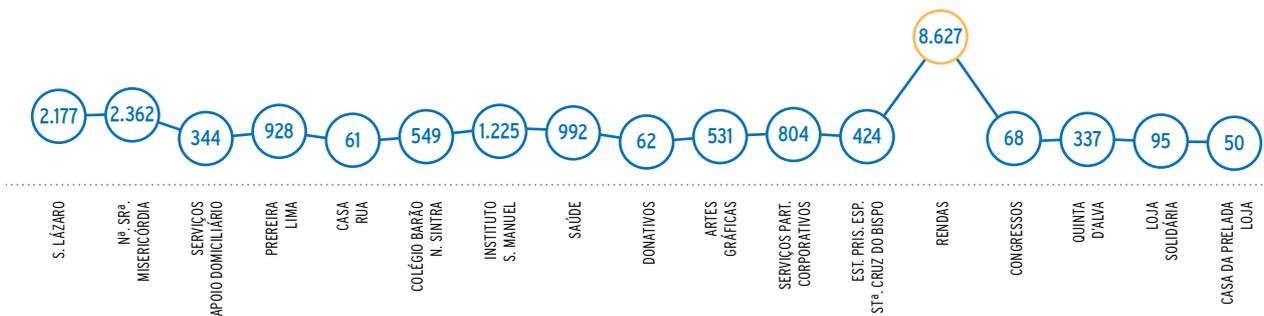
RECEBIMENTOS [M€]

Operações no âmbito da tesouraria



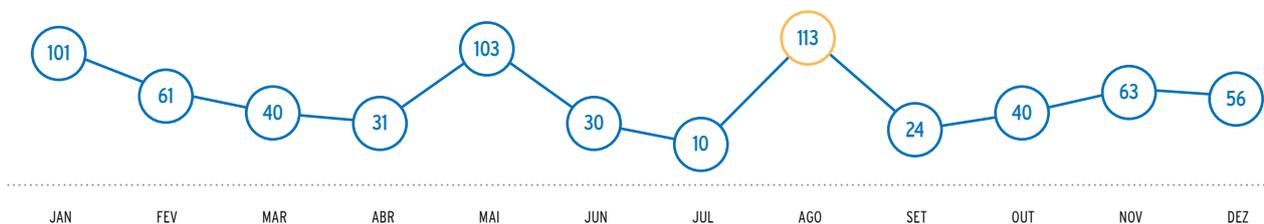
FATURAS EMITIDAS (GESTÃO COMERCIAL)

TOTAL de faturas emitidas na Gestão Comercial



FICHAS DE IMOBILIZADO

TOTAL de fichas de imobilizado criadas: 672



CARTEIRA DE SEGUROS | RAMOS CONTRATADOS

ACIDENTES DE TRABALHO	Acidentes Pessoais	Reclusas
		Mesários
		Estagiários e Formandos
		Utilizadores PAM OTL
		Utentes/Doentes
		Voluntários
		Escolar
SAÚDE COLABORADORES RESPONSABILIDADE CIVIL DE EXPLORAÇÃO	Responsabilidade Civil de Exploração Profissional	Centro de Reabilitação do Norte
		Hospital da Prelada
		Centro Hospitalar Conde de Ferreira
	Multiriscos	Prédios de Rendimento
		Hospital Geral Stº. António
		Centro de Reabilitação do Norte
		Hospital da Prelada
		Centro Hospitalar Conde de Ferreira
		Centro de Reabilitação do Norte
		Hospital da Prelada
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL RESPONSABILIDADE CIVIL PAM VEÍCULOS	Perdas de Exploração	Centro Hospitalar Conde de Ferreira
		Dinheiro em cofre
RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRADORES E DIRETORES RISCOS CIBERNÉTICOS OBRAS DE ARTE CENTRO HOSP. PORTO/HOSPITAL GERAL STº. ANTÓNIO	Transporte e Permanência de Valores em Caixa	Valores em Caixa
BENS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL RENTING		Dinheiro em trânsito

5.10.

DEPARTAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

Considerando as competências e funções do DAI, bem como o seu enquadramento na estratégia da SCMP, enumeram-se um conjunto de objetivos para a atividade de Auditoria Interna: Elevar a maturidade da Instituição ao nível da Gestão de Risco, Gestão da Fraude e Controlo Interno; Estabelecer uma maior parceria e colaboração com os Órgãos de Gestão e Direção da SCMP.

Para facilitar a persecução dos mesmos, detalharam-se diferentes objetivos específicos, mais tangíveis e mensuráveis:

- Consolidar as funções de Gestão de Risco e de Segurança Organizacional na SCMP;
- Melhorar a eficácia global do Sistema de Controlo Interno da SCMP;
- Concretizar o Programa de Iniciativas de Auditoria Interna;
- Considerando a framework internacional COSO, melhorar a Instituição nos domínios Ambiente de Controlo e Análise de Risco;

- Definir bases, abordagem e iniciativas iniciais para desenhar e estabelecer as funções de Gestão da Fraude e de Compliance na SCMP.

A concretização destes objetivos materializou-se essencialmente em 2 vetores distintos:

- No reforço e consolidação da segunda linha de defesa da Organização, através da implementação das funções de Gestão da Segurança, Risco e Compliance no seio da Instituição, projeto iniciado no último trimestre de 2016 e que culminou com a criação, ao nível da estrutura orgânica da SCMP, de um novo Gabinete de Apoio à Gestão, que iniciou a atividade em setembro de 2017;
- Na articulação, em conjunto com os Órgãos de Gestão da SCMP, de um Programa de Iniciativas de Auditoria Interna, revisto trimestralmente pela Comissão de Auditoria da SCMP, que permitiu ao DAI desenvolver a sua atividade e colaborar, quer com os Serviços Partilhados e Corporativos, quer com as diferentes Unidades Operacionais, com vista à melhoria da eficácia global do Sistema de Controlo Interno da Organização e à evolução da maturidade da Instituição nos domínios Ambiente de Controlo e Análise de Risco propostos pela framework internacional COSO.

MODELO DAS 3 LINHAS DE DEFESA DA ORGANIZAÇÃO



A consolidação do modelo das três Linhas de Defesa da Organização veio definir um novo ciclo para a atividade de Auditoria Interna, que obrigou a uma renovação e reorganização do Departamento, desafio em que se centraram os maiores esforços, uma vez que, se reformulou quase por completo a equipa de auditores internos do DAI.

EQUIPA DE AUDITORIA INTERNA 2017



Foi possível continuar a sustentar e consolidar, tanto o desempenho, como a qualidade do trabalho de auditoria interna, produzindo atividade em quantidade e qualidade suficientes, para apoiar a Instituição no alcance dos seus objetivos, mediante a introdução de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar a eficácia e eficiência da gestão dos riscos, do sistema de

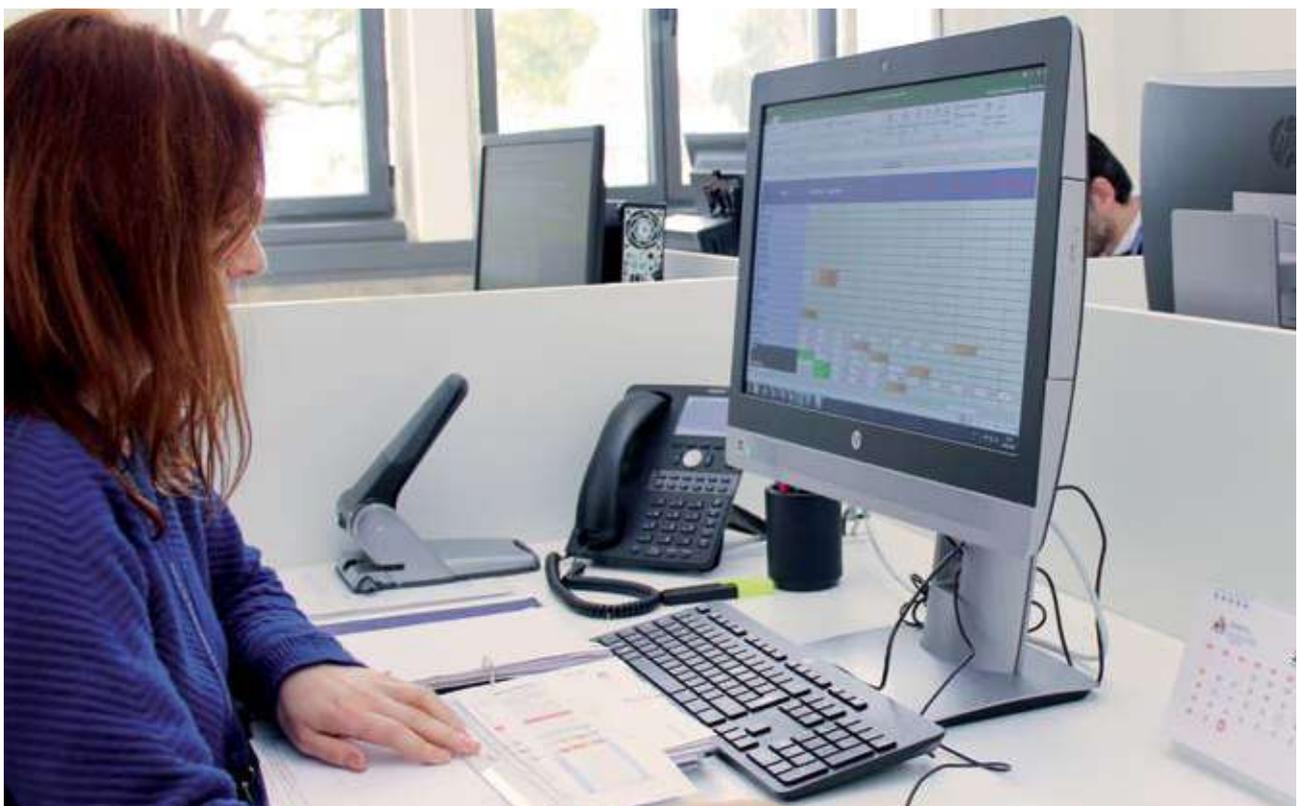
Atividade de Auditoria interna

2017

Iniciados	11
Garantia	24
Consultoria	8
Concluídos	32
Total de Trabalhos	43

controlo interno e dos processos de governação.

Em suma, os esforços desenvolvidos contribuíram para elevar a maturidade da Instituição no que concerne aos processos de governação, gestão de risco e controlo, permitindo ao DAI preparar uma nova abordagem para o desenvolvimento da sua atividade e, conseqüentemente, evoluir de uma postura de GARANTIA (de índole mais inspetiva) para uma postura de CONSULTORIA (de índole mais colaborativa).





5.11.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

A preocupação da existência de uma estrutura especializada na área da nutrição clínica e na área da alimentação coletiva, no sentido de desenvolver todas as atividades necessárias de modo a garantir o perfil nutricional adequado a todos os utentes/clientes dos diversos estabelecimentos e serviços da SCMP, levou ao reforço técnico do SAND.

Presentemente este serviço de controle e monitorização é composto por cinco nutricionistas e uma dietista, sendo que três elementos estão afetos à área clínica e os restantes à área de alimentação, nutrição e dietética - nutrição e alimentação coletiva.

O processo de modelo de avaliação semanal é uma constante. A institucionalização e a obrigatoriedade de boletins analíticos foram reforçadas.

Foram promovidas reuniões mensais de avaliação e funcionamento do SAND, bem como reuniões com os representantes do FSE, no sentido de promover permanentemente a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

No âmbito do funcionamento de mais cinco unidades de produção autónoma (HP, ERPI-NSM, ERPI-SL) CBNS, e CNSE) ajustaram-se os recursos internos às várias unidades e estruturas orgânicas distintas, tendentes à sua melhor rentabilização.

O SAND, no âmbito da sua atuação, participou ainda no Processo de Certificação das ERPI e SAD.

Os elementos técnicos do SAND, em articulação com o DGAP, iniciaram um estudo das condições sobre o ponto de vista nutricional, nomeadamente a tipologia de serviço, composição, tipos de regimes e sua distribuição, regime de dietas, listas de alimentos, géneros proibidos, capitações, Manuel de dietas, etc., a que o futuro procedimento concursal deve dar resposta.

Ao nível da estrutura, foi possível facultar trabalho de campo a uma aluna de Mestrado da Faculdade de Ciências Económicas, Sociais e da Empresa, da Universidade Lusófona do Porto, subordinado ao tema "Gestão de outsourcing de catering da Santa Casa da Misericórdia do Porto".

Em parceria com a Associação Portuguesa de Nutricionistas, e o nosso parceiro ITAU, foi analisada a possibilidade da introdução de um projeto, para 2018, denominado Projeto Dose Certa, procurando reduzir o desperdício alimentar, propondo ações de melhoria na redução desse desperdício, incentivar os consumidores para a adoção de uma alimentação mais equilibradas, e reconhecer os estabelecimentos que têm ou possam desenvolver com o projeto as boas práticas de combate ao desperdício com o Selo Dose Certa.

PARTE ESPECIAL

6.

DEPARTAMENTO
DE ARTES E CULTURA



6.1.

CASA DA PRELADA

6.1.1.

ARQUIVO E BIBLIOTECA

A gestão da informação visa apoiar a política global das organizações, na medida em que torna mais eficiente o conhecimento e a articulação entre os vários subsistemas que as constituem. Guardar e conservar informações de forma estruturada com vista à sua utilização futura e facilitar o acesso às informações arquivadas é tarefa de qualquer arquivo.

6.1.2.

TRATAMENTO DOCUMENTAL

Merece especial destaque o desenvolvimento do Projeto de Tratamento Arquivístico dos Fundos Documentais da SCMP, levado a efeito pelo CEPESE. Este trabalho permite reunir num mesmo espaço documentação dispersa por diferentes locais da Instituição, garantindo igualmente o seu tratamento técnico. No domínio dos Arquivos é igualmente de destacar o trabalho de inventariação do Arquivo Histórico da SCMP (AHSCMP), levado a efeito por uma equipa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Finalmente e com recurso a meios internos, foi realizado o trabalho de instalação do Arquivo Clínico do Centro Hospitalar Conde de Ferreira, que até aqui estava em condições muito precárias.

No entanto, uma parte significativa do trabalho desenvolvido continua a ser a transferência de grandes massas documentais de modo a reunir, na Casa da Prelada (CP), a documentação de carácter histórico da Instituição, ainda dispersa por diferentes locais.

A transferência é um “procedimento usual para depositar fundos em um arquivo, transferindo as frações de séries documentais, uma vez que tenham cumprido o prazo estabelecido para cada um dos estágios do ciclo de vida dos documentos”. É por isso um procedimento rotineiro e regulado e, nesse sentido, deve enquadrar-se nas atividades programadas dentro do sistema de gestão documental de uma organização.

Neste âmbito, concluiu-se o processo de avaliação e seleção da documentação que havia sido transferida para o Hospital da Prelada, sendo a de valor histórico transferida para a Casa da Prelada. Procedeu-se, também, à transferência das séries documentais “Processos de Empregados” e “Processos de Educandos” para poder dar resposta o mais rápido possível quando solicitada a sua consulta. Como resultado do tratamento documental que os técnicos do CEPESE estão a desenvolver foi transferida para a CP diversa documentação com valor histórico proveniente do Colégio de Nossa Senhora da Esperança e do Colégio Barão de Nova Sintra. Esta documentação foi submetida a desinfestação por anoxia, de seguida colocada no depósito da CP e finalmente inventariada.

O total da documentação, com valor histórico, transferida para a CP totalizou cerca de 800 unidades de instalação.

É, também, de salientar a transferência e inventário de cerca de 1000 publicações, sobre a temática da SCMP, do HP para o depósito do AH.

Deu-se continuidade à inserção da informação contida nas fichas de “Educandos” e de “Colaboradores” em base de dados.

No que diz respeito ao tratamento físico da documentação, ao nível da conservação e restauro, salienta-se: conclusão da conservação e restauro dos livros manuscritos “Receita do dinheiro da Índia”, séc. XVI; “D. Lopo - Despeza de obras na Igreja”, 1589 a 1754; “Recupilação das rendas da caza - Regimento para os irmãos que a servem”, 1662; continuação da conservação e restauro do livro manuscrito “Prazos - Tomo 2º.”, 1635 a 1680; limpeza mecânica dos documentos “Foral da cidade do Porto”, “Relatórios da Real Biblioteca Pública do Porto” e “Regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1836”.

6.1.2.1. BIBLIOTECA E SALAS DE LEITURA

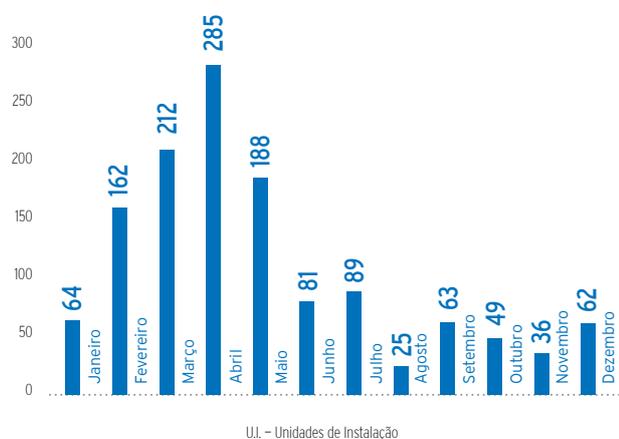
A Biblioteca registou um crescimento significativo, devido ao ingresso de novas espécies bibliográficas a que foram atribuídas cotas, colocação das respetivas etiquetas e catalogadas na base de dados. Esta foi reformulada e enriquecida com a implementação de regras de catalogação decorrentes dos ensinamentos da ação de formação em biblioteconomia realizada no corrente ano.

Dando cumprimento a dois dos principais objetivos dos Arquivos, servir os fundos documentais e prestar apoio e orientação à pesquisa, a Casa da Prelada garante o funcionamento diário de salas de consulta pública, disponibilizando também a requisição de reprodução de documentos via on-line. Por outro lado, dá resposta às solicitações internas dos departamentos da SCMP, relativas à requisição e reprodução de documentação que integra o arquivo intermédio e se encontra, também, à guarda deste departamento.

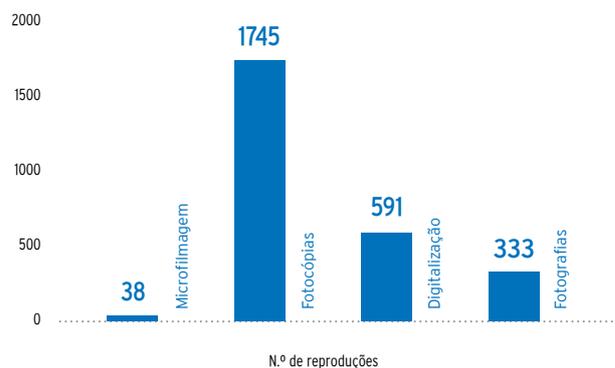
É de salientar o apoio dado à equipa da FLUP que elabora o Inventário do AHSCMP, nomeadamente na contínua disponibilização dos documentos aqui arquivados.

Tendo em vista conciliar uma resposta satisfatória aos anseios dos nossos leitores com os recursos humanos disponíveis, procedeu-se à alteração do horário de abertura da biblioteca e salas de consulta, permitindo um acesso contínuo entre as 09h15 e as 16h45 com um período de encerramento para férias durante o mês de agosto.

CONSULTA DE DOCUMENTOS



REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS



6.1.2.2. ACOLHIMENTO DE VISITANTES E DE EVENTOS

Foram prosseguidas as orientações no sentido de, proporcionando o livre usufruto do jardim, procurar restringir a quantidade de visitas livres acompanhadas ao edifício, promovendo as visitas orientadas pagas ou integradas em eventos que se considerem importantes para a imagem e promoção da Casa da Prelada e da Instituição.

Registou-se, assim, um considerável aumento das visitas orientadas (370 visitantes), o que conjugado com a participação no evento Open House (436 visitantes) e com o aumento das entradas no jardim, se traduziu num total de 1979 visitas aos jardins e Casa da Prelada.

Verificou-se um aumento do número de eventos formativos internos, afirmando a Casa da Prelada como espaço privilegiado de formação da SCMP. Registou-se, também, um significativo crescimento da receita obtida por eventos externos, com aumento do valor médio por evento e aumento do número de clientes, diversificação que perspetiva uma boa evolução futura. No total, ocorreram sessões e atividades em 64 dias.

Assegurou-se a venda de publicações e outros artigos ao público em geral.

6.1.3.

PROJETOS ESPECIAIS

O DAC assegurou a realização de iniciativas de carácter cultural devidamente balizadas no tempo e que tiveram lugar em diferentes espaços da SCMP. São assim entendidas a realização do IV Congresso de História da SCMP bem como as atividades promovidas no Centro Hospitalar Conde de Ferreira.

6.1.3.1. CONGRESSO DE HISTÓRIA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

Cumprindo o intervalo de tempo de três anos entre congressos, realizou-se o IV Congresso de História da SCMP, que decorreu de 12 a 14 de outubro no Auditório D. Pedro IV sob a temática geral “Pessoa(s), Arte, Benemerência”. Como nas edições anteriores, integraram a Comissão de Honra as mais altas individualidades da vida pública nacional e local e da Igreja portuguesa e a Comissão Científica foi constituída por um eminente conjunto dos mais reconhecidos historiadores desta temática.

Durante dois dias e meio, em 10 sessões de trabalho, foram apresentadas duas conferências, uma de abertura, outra de encerramento e 40 comunicações da autoria de 48 conferencistas, oriundos das mais diversas Universidades e Centros de Investigação. Pela primeira vez o Congresso internacionalizou-se com a presença de um conferencista brasileiro, abrindo a participação do mundo lusófono onde foram fundadas Misericórdias.

6.1.3.2. CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA

Foi realizada a exposição “O Panóptico: do dispositivo de vigilância ao paradigma da biopolítica”, integrada nas comemorações do Dia Mundial da Saúde Mental, de 14 de outubro a 2 de fevereiro de 2018, no Centro Hospitalar Conde de Ferreira. Neste contexto foi intervencionado o Panóptico, libertando-o da função de espaço expositivo que vinha assumindo e valorizando-o enquanto “peça rara” no panorama da história da Psiquiatria. Paralelamente à exposição teve lugar um programa de conferências intitulado “Três perspetivas sobre um edifício” que reuniu visões de três especialistas nas áreas do Direito, da Filosofia e da Arquitetura. Na conceção deste projeto foram envolvidos técnicos do DAC e do CHCF.

6.1.3.3. PUBLICAÇÕES

- Publicação da obra Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto em três volumes, com a editora Almedina e com produção do CEPESE;
- Apoio à publicação da obra Portugal Católico. A Beleza na Diversidade (edição Círculo de Leitores).



6.2.

MMIPO - MUSEU E IGREJA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

O ano foi marcado ao nível cultural pela inclusão do MMIPO na Rede Portuguesa de Museus, terminando um processo que se tinha iniciado em 2014. A inclusão do MMIPO nesta Rede é, por um lado, o reconhecimento da validade das opções museológicas e museográficas implementadas e que são a parte visível do Museu, mas também e sobretudo, é o reconhecimento do cumprimento das normas e regulamentos específicos do setor nas suas diversas dimensões.

No domínio dos investimentos realizados, há a considerar, como de extrema importância, o início da reconversão do edifício n.º 12 da Rua das Flores para acolhimento do Centro de Restauro e para a instalação de todos os setores de *backoffice* essenciais ao normal funcionamento do Museu. É um salto qualitativo muito grande que será continuado no ano 2018. Este investimento permite concluir a fase dois do programa de instalação do Museu e, simultaneamente, reunir na Rua das Flores todos os recursos humanos afetos ao MMIPO.

6.2.1.

PATRIMÓNIO CULTURAL

O setor do Património Cultural tem como função primordial fazer a gestão das coleções da SCMP constituídas por bens com valor artístico, social e histórico. Assim o trabalho realizado teve em vista a preservação, monitorização, intervenção curativa e de restauro, o acompanhamento na movimentação e a participação em exposições das diversas peças constituintes das coleções.

Atualizámos e cumprimos os Planos de Conservação Preventiva no MMIPO, nas Reservas e nos locais de culto, para mitigar a ameaça da necessidade das intervenções de restauro. Foi feita a devida monitorização na movimentação das peças, com acondicionamento adequado e acompanhamento da sua colocação no MMIPO, no Palacete Araújo Porto e na Casa da Prelada, bem como nas exposições temporárias internas e externas e na cedência temporária de peças. Foram feitas intervenções de conservação e restauro em 12 pinturas e 8 esculturas, estudos e registos fotográficos de diverso acervo para uma devida gestão.



Foi garantido o acompanhamento a investigadores, estagiários, estudantes e visitantes que pretenderam trabalhar sobre o “universo” Misericórdia do Porto, e foi satisfeita a colaboração com diversas instituições ao abrigo dos Protocolos em vigor.

No domínio da programação do MMIPO prosseguimos com a realização da atividade “Conversas no MMIPO” cujas temáticas são articuladas com as exposições temporárias. No ano de 2017 foram realizadas as seguintes conferências: “Pinturas Reveladas” por Virgínia Gomes e Ana Brito, 3 de março (Protocolo com o Museu Nacional de Machado de Castro); Workshop “Reintegração pictórica em pintura” com Rachel Barker, do Tate Modern, 30 e 31 de março e 1 de abril (Cooperação 20|21); “Cruz-Relicário do Santo Lenho: Materialidade e espiritualidade” por Pedro Ferrão, dia 19 de abril (Protocolo com o M. N. Machado de Castro); “O Atlas de Joan Blaeu” por Teresa Amaral, 14 de junho (Protocolo Palácio Nacional de Mafra); “Preserving Architectural Heritage” por Elena Charola, 20 de junho (Cooperação Universidade Católica do Porto); “Expressões do Inefável” por Vítor Serrão, 13 de julho; “Imagens de Poder e Devoção do Período Manuelino” por Dalila Rodrigues, no âmbito dos 500 anos do Foral Manuelino do Porto, 5 de dezembro (Cooperação Casa do Infante).

Ainda no domínio da programação do MMIPO, procurou-se intensificar a presença de exposições temporárias, de produção própria ou de entidades com elevado reconhecimento e resultantes de protocolos estabelecidos, tendo-se concretizado as seguintes exposições: “A Bíblia de Jacobus Sacon” com a *Criação do Mundo e a Natividade*, de 17 de novembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017 (Protocolo Palácio Nacional de Mafra); “Repouso na Fuga para o Egito” de Simão Rodrigues, de 16 dezembro 2016 a 2 de abril (Protocolo M. N. Machado de Castro); Exposição Coletiva de Fotografia “Porto. Cidade das *camellias*” e Concurso de Arranjos Florais com Camélias para o Prémio MMIPO Melhor Arranjo Floral, de 4 a 19 de março (Cooperação Câmara Municipal do Porto); “Kantoriana. Assomar-se à memória” de Fernando Bravo, de 23 de março a 18 de abril; “Cruz-Relicário do Santo Lenho: Materialidade e espiritualidade” de 8 de abril a 31 de maio (Protocolo M. N. Machado de Castro); “Sonhar a Bíblia” de Alberto Péssimo, 18 de maio a 10 de julho; “O Atlas de Joan Blaeu”, de 15 junho a 31 de agosto (Protocolo P. N. de Mafra); “Cabeça-Relicário de São João Batista” na Igreja Privativa, de 20 a 27 de junho; “Dois anos de uma marca”, exposição de materiais gráficos produzidos na atividade do Museu, integrada nas comemorações do 2º aniversário, 15 e 16 de julho; “Body Space - Espaço Corpo”, (Protocolo Serralves), 21 de julho a 24 de setembro; “O Porto e as Igrejas”, pro-

duzida pela Câmara Municipal do Porto, 17 de outubro a 28 de novembro; “Artes da Mesa. Tradição e Modernidade”, Vista Alegre e “Árvore de Natal MMIPO by Vista Alegre”, 15 de dezembro a 14 de janeiro de 2018.

6.2.2.

AQUISIÇÕES E DOAÇÕES

SCMP continuou a enriquecer as suas coleções com a aquisição de obras que constituem um investimento patrimonial de excelência:

- “A Santa Face de Cristo” de Gregório Lopes, c. 1530-1540;
- “Santa Irene curando São Sebastião” de Domingos Sequeira, 1789;
- “Retrato de D. Pedro IV” atribuído a Máximo Paulino dos Reis, 1822-24;
- “Artes do Fogo” de Carlos Barreira, 2017;
- 4 Retratos dos Provedores Paulo Marcelino Dias de Freitas, Venceslau de Lima, D. José Maria de Fonseca e Évora, D. Thomás de Almeida, de José Maia, 2017;
- “À memória do Ângelo” de Jorge Pinheiro, 2014, reprodução numerada e assinada, doação do Círculo dos Patronos de Serralves.

6.2.3.

ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

Deu-se continuidade aos contactos com os estabelecimentos de ensino superior para o estudo e investigação em história e património da SCMP, com destaque para a FLUP, a UCP - Escola das Artes e a ESAD.

Nesse âmbito, procedeu-se ao acompanhamento e orientação de um estágio académico, celebrado através de protocolo entre a SCMP e a FLUP, do qual resultou a conclusão do mestrado intitulado *De Recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança - Dar vida a espaços históricos: contributos para a criação de um Núcleo Museológico*, apresentado em novembro de 2017.

Procedeu-se, também, ao acompanhamento e orientação de um estágio académico voluntário, tendo o licenciado participado em diversas ações de pesquisa histórica. Regista-se, ainda, o atendimento e apoio a diversos investi-

gadores, que procuram na SCMP temas e objetos sobre os quais possam desenvolver projetos de investigação.

Foi elaborada e apresentada uma conferência promovida pelo Museu de Arte Sacra do Funchal, no âmbito da iniciativa “As conferências do Museu”, realizada em março 2017, tendo como tema *A pintura flamenga dos séculos XV e XVI - Arte e Ciência*.

Foi realizado um estudo do Benfeitor Estêvão Torres (1862-1937), do qual resultará uma biografia aprofundada e assegurou-se a pesquisa e informação histórica necessárias ao desenvolvimento de várias atividades, como a exposição sobre o Panóptico realizada no CHCF e a “Procissão das Endoenças” realizada na Páscoa.

6.2.4. SERVIÇO DE PÚBLICOS

O Serviço de Públicos (SP) promoveu visitas e percursos orientados, e outras atividades dirigidas às Escolas, às Universidades e Institutos Superiores, às Universidades Seniores, às Associações Culturais, Profissionais e Empresariais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, entre outros grupos institucionais, protocolares ou constituídos para o efeito.

As visitas e os percursos realizaram-se no MMIPO e noutros espaços da SCMP, designadamente na Casa da Prelada, na Igreja do Colégio de Nossa Senhora da Esperança e no Cemitério da Misericórdia do Porto. No âmbito dos relacionamentos e de parcerias com instituições, com as quais a Misericórdia tem uma ligação histórica, foram realizadas várias visitas-percurso. Salientem-se as duas visitas em torno da Comemoração dos 150 anos da abolição da Pena de Morte em Portugal (MMIPO/Cadeia da Relação), os percursos por ocasião da exposição fotográfica “O Porto e as Igrejas” (igrejas do Centro Histórico) e ainda, a realização do roteiro Porto Liberal (protocolo específico).

Foram realizadas reuniões com diretores pedagógicos e com professores cujas áreas disciplinares melhor se enquadram nos conteúdos do Museu, bem como apresentações e visitas orientadas dirigidas a estes agentes, que tiveram como objetivo dar a conhecer o Museu e o Plano de Atividades para o ano letivo de 2017/2018. A este propósito, importa realçar três ações que decorreram ao longo do ano:

- 28 de abril - apresentação nas Jornadas Municipais de Educação, que decorreram no Centro de Estudos Camilianos em Famalicão;
- 24 de maio - apresentação do MMIPO no âmbito das Jornadas de Turismo, na Escola Secundária de Águas Santas, na Maia;
- 27 e 28 de outubro - participação do SP com um stand no Congresso da Associação de Professores de História, na Fundação Eng.º António de Almeida, no Porto.

Foram oferecidas 186 publicações a 23 bibliotecas de diversas instituições (Escolas, Associações, etc.), com as quais se estabeleceu contacto ou desenvolveu atividade. O Museu disponibilizou 16 tipos de produtos/atividades vocacionados para os seus segmentos de público:

- visitas e percursos - À Descoberta do MMIPO; D. Manuel I, a Misericórdia e a Cidade do Porto; Fons Vitae, o Quadro Misterioso da Misericórdia do Porto; Rota Porto Liberal; Nicolau Nasoni e a Quinta da Prelada; A Igreja do Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança; A Rua de Santa Catarina das Flores; A ação da Misericórdia dentro e fora da muralha fernandina: os hospitais e a cadeia; Do Maneirismo à Arte Nova: percurso pelos marcos da arquitetura da Misericórdia do Porto; O Cemitério da Misericórdia do Porto;
- para professores - visitas às escolas, às universidades e outros estabelecimentos; Leve o MMIPO para a sala de aula; apresentações no MMIPO;
- peddy-papers para os mais novos - Uma aventura no MMIPO; Descobrir os animais nas obras do MMIPO;
- espetáculos teatrais - Payassu, o Verbo do Pai Grande. Para além destas atividades, foram realizadas visitas às exposições temporárias do Museu e do Centro Hospitalar Conde de Ferreira, bem como em torno da rubrica “Figuras do Mês”.

Deu-se continuidade à monitorização, ao envio e à criação de conteúdos vocacionados para o site e para as redes sociais do Museu, informação gerida pelo Departamento de Marketing e Comunicação. Neste contexto, importa também referir o contributo na receção e no tratamento dos contactos dos visitantes, que integram uma lista em permanente crescimento.

6.2.5.

GESTÃO OPERACIONAL E COMERCIAL

O funcionamento regular do museu é assegurado por este setor que procura a melhoria contínua do serviço disponibilizado nomeadamente no atendimento ao público, na vigilância dos espaços e bens e ainda, na resolução de questões técnicas e operacionais que decorem do facto do Museu estar aberto ao público sete dias por semana. Por outro lado garante a articulação dos diversos setores do Museu, permitindo a realização de uma intensa programação (exposições, concertos, lançamentos de publicações, conversas e colóquios e eventos comerciais) o que contribuiu para a afirmação do MMIPO.

Do mesmo modo, a Gestão Operacional assegurou a componente de programação relativa às “Visitas d’Autor” que passou em 2017 de dois para cinco autores como realização de 20 visitas temáticas. Esta é já uma rubrica consolidada, com um público fiel e que reforça a nossa convicção da necessidade de tempo para a afirmação dos produtos culturais.

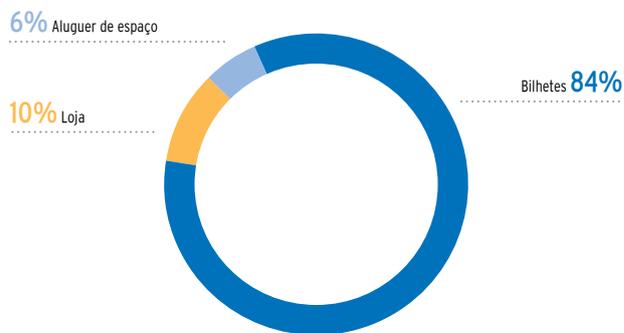
A gestão comercial da loja foi alterada o que culminou com a assinatura de uma parceria com um novo e exclusivo fornecedor, garantindo o aumento de materiais disponíveis para venda e evitando que esse investimento fosse realizado pela SCMP.

No que toca a resultados, o Museu recebeu 40547 visitantes, o que traduz um crescimento de 10% relativamente ao ano anterior. Destes, 53% foram de nacionalidade portuguesa e 47% visitantes estrangeiros.

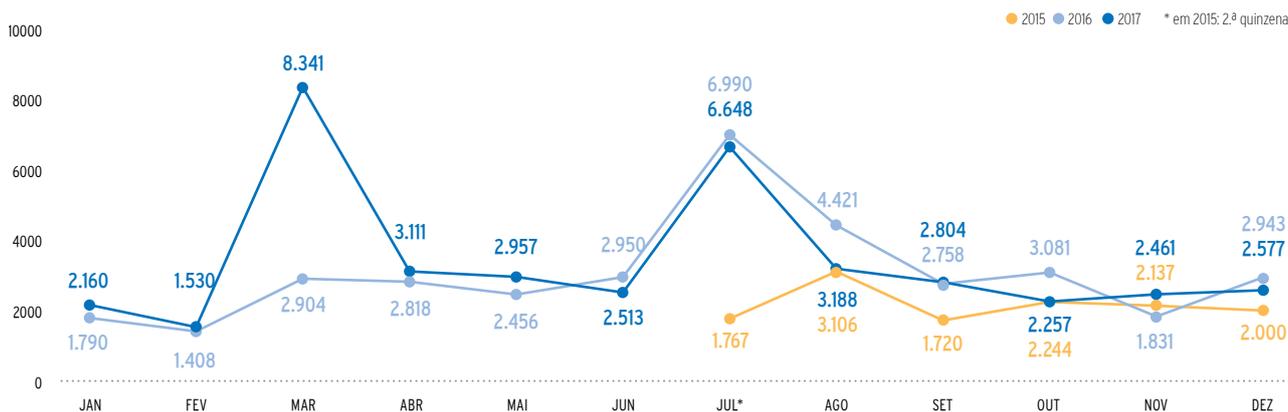
É de registar o aumento muito significativo da procura do espaço do Museu para realização de eventos, tendo esta rubrica registado um elevado aumento de faturação.



RECEITA MMIPO



EVOLUÇÃO VISITANTES MMIPO



7.

GABINETTE RELIGIOSO
E CULTO



O Corpo da Capelania designado para a SCMP elevou a atividade litúrgica e sacramental, tanto na Igreja Privativa como nos outros espaços de culto onde compartilhavam a Palavra e a Eucaristia.

O trabalho realizado em parceria com instituições de prestígio da cidade e do país, nomeadamente, Conservatório de Música do Porto, Escola Superior de Música e Artes e Espetáculo, Coro Polifónico da Lapa, Orquestra Sine Nomine, Escola Superior de Educação, Coros Universitários, Academias de Música e outros, projetou-nos para um patamar, de grande responsabilidade.

7.1.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- **Tomada de Posse dos Corpos Gerentes**, na Igreja da Santa Casa da Misericórdia do Porto, no dia três de janeiro. Estrutura Musical: Direção do Prof. André Bandeira, Quarteto Vocal, Organista e Trompetista.
- **Homenagem a D. Lopo d'Almeida**, na Igreja do Colégio de Nossa Senhora da Esperança no dia dois de fevereiro, pelas 12h. Estrutura Musical: Direção do Prof. André Bandeira, Quarteto Vocal e Organista.
- **Dia do aniversário da SCMP**, no dia 12 de março. Estrutura Musical: Direção do Prof. André Bandeira, Quarteto Vocal e Organista.
- **Dia da Nossa Senhora da Misericórdia**, na Igreja da Misericórdia do Porto, no dia 14 de março. **Estrutura Musical:** Direção Prof. André Bandeira, Quarteto Vocal, Trompetista e Organista.
- **Dia dos Fieis Defuntos**, na Capela do Cemitério do Prado do Repouso, no dia dois de novembro.
- **Missa de Natal dos Quadros da SCMP na Capela do Palacete Araújo Porto**, no dia 20 de dezembro. **Estrutura Musical:** Eccos Ensemble com a Direção da Soprano Maestrina Mónica Pais.

7.2.

PROCISSÃO DAS ENDOENÇAS

Inspirando-se na forma das Vias Sacras, o ato cénico-musical, pretendeu projetar o sentido evangélico do Calvário de Jesus, na necessidade de um 'regresso' humano ao valor e prática da Misericórdia, elegendo alguns momentos das Estações, como ponto de partida e de chegada, preenchido pela ligação ao comportamento social e existencial contemporâneo, fechado sobre si mesmo, egoísta e egocêntrico, de hedonismo descartável, corrompido na amoralidade que 'desculpabiliza' a responsabilidade perante o outro.

Assim, elegeram-se alguns momentos e aspetos-chave, procurando fazer-se a ligação entre a evocação histórica e religiosa do Calvário de Jesus com o 'calvário' da contemporaneidade. Nomeadamente através dos temas da solidão e da indiferença, traduzidos em 4 pontos cruciais: a doença, a fome, a guerra e o abandono. Todos eles se entrecruzam e pontuam, em paralelo teatral, o relato narrativo (ou jogralesco) das Estações (citações) escolhidas.

7.3.

OUTRAS AÇÕES

A Misericórdia do Porto uniu-se à Peregrinação Diocesana do Porto ao Santuário de Fátima, que se realizou no dia 9 de setembro, e que foi promovida pelo Senhor D. António Francisco dos Santos, Bispo do Porto. Participaram utentes, colaboradores e familiares, das várias áreas de atuação da misericórdia, nomeadamente, do Departamento de Intervenção Social, do Centro Integrado de Apoio à Deficiência e do Gabinete Religioso e Culto. O Estandarte da Misericórdia do Porto foi transportado durante a Procissão por um colaborador da instituição.

7.4. CONCERTOS

- **“Intercâmbio Cultural de Coros Universitários”:** Três coros, um momento de união musical: isto foi o que se pretendeu com este intercâmbio coral universitário. As vidas estudantis devem sempre ser pautadas de uma faceta cultural, fundação importantíssima do Homem, sendo esta a parte que o Coro Misto da Universidade de Coimbra, o Coro Universitário de Salamanca e o Coral do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar se propuseram a apresentar, num concerto único. O concerto encheu por completo a Igreja da SCMP, com um público que ovacionou em pé estes três coros universitários que se juntaram num exitoso intercâmbio cultural.
- **Orquestra da Academia de Música de Paços de Brandão:** A Orquestra da Academia de Música de Paços de Brandão, dirigidos por Hélder Tavares, interpretaram obras de compositores consagrados como Mendelssohn e Schubert. O Concerto teve como solista, o clarinetista Telmo Costa e, conta com o apoio da SHARE-Associação para a partilha do conhecimento.
- **Conservatório de Música do Porto:** Alusivo ao Dia da Mãe - “Saudação Musical às Mães”. No mês da Luz, das Flores e de Maria, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia do Porto, abriu as suas portas para saudar, com mestria musical, todas as Mães do Universo.
- **Conservatório de Música do Porto:** No Dia Internacional dos Museus, realizou-se o concerto de cordas dedilhadas, integrado na programação da comemoração do centenário de fundação do Conservatório de Música do Porto.
- **Coro de S. Tarcísio:** Assinalando as comemorações do 60.º Aniversário do Coro de São Tarcísio e o Dia da Visitação de Nossa Senhora à sua prima Santa Isabel, episódio bíblico celebrado neste dia, foi apresentado um reportório maioritariamente dedicado à Nossa Senhora.
- **ESMAE | Camerata de Cordas:** Dirigida pelo maestro Ryszard Woyciki, a Camerata de Cordas da ESMAE - Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo interpretou obras de compositores consagrados como Bach, Vivaldi, Haydn e Mozart.
- **Grupo Coral do Porto Portugal Telecom, (Zona Norte): “Aclamação a Santa Cecília” - Padroeira dos músicos e da música sacra.** No dia em que se aclamamos Santa Cecília, uma santa cristã, padroeira dos músicos e da música sacra, provocamos os portuenses a experienciar o mistério e o poder da Música, apresentando-lhes este concerto Coral.



- **Coro Polifónico da Lapa, Coro da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Orquestra Sine Nomine | Concerto de Natal:** Num convite a toda a cidade, a Igreja da SCMP abriu as suas portas para a atuação dos prestigiados Coro Polifónico da Lapa e Orquestra Sine Nomine, no dia 16 de dezembro. Este concerto foi constituído por uma das mais notáveis páginas da história da música europeia: O MAGNIFICAT (cântico de Maria após saber que iria ser Mãe de Jesus) de Bach, o pai da música ocidental; o GLORIA (cântico de Natal, apoiado naquilo que os Anjos cantaram à volta do nascimento do Menino Jesus) de Händel, autor do famoso Messias e de cânticos tradicionais de natal. O Concerto de Natal da Misericórdia do Porto permitiu ouvir as sopranos Sara Braga Simões e Ângela Alves, a contralto Ana Calheiros, o tenor André Lacerda e o barítono Job Tomé com a direção musical a cargo de Rui Ferreira e de Filipe Veríssimo.

- **Orfeão da Madalena, Grupo Coral do Clube Colaboradores da AGEAS, Coro Corpus Christi, Coro Italiano Dante Alighieri:** Quatro Coros cantaram, em uníssono, o Nascimento de Jesus, interpretaram obras de Gounod, Mozart, Bach, Sans Sens, Verdi e músicas tradicionais de Natal.

a) Cantata

- **ESMAE | Cantata Cénica, “Cântico dos Cânticos” - Song of Songs:** Este espetáculo multifacetado teve lugar a 21 e 22 de julho, na Igreja da Misericórdia do Porto, recorrendo a uma complexa logística que funde música e textos encenados numa Produção de Estúdio de Ópera da Esmae/Pós-Graduação em Ópera. “Song of Songs” pretendeu ser uma humilde homenagem ao que será um dos excertos mais enigmáticos da Bíblia, o Cântico dos Cânticos, atribuído ao Rei Salomão. Traça o nascimento e o amadurecimento do amor entre homem e mulher, rodeados de um coro de amigos. Nesta obra, as partes do Cântico dos Cânticos musicadas em Inglês são entremeadas com a dramatização em Português de excertos do Novo Testamento, onde são postas em relevo interações de Jesus Cristo com mulheres, especialmente Maria Madalena. O objetivo foi lançar um olhar diferente, na ótica da corrente estética da Nova Simplicidade. Todo o mundo sonoro gira em torno de um ideal de felicidade plena que se funde com a palavra de origem persa presente neste texto belíssimo, e que significa em simultâneo jardim e paraíso: *pardes*.

b) Ópera

- **Ópera de Bolso:** Inserido nas comemorações do aniversário do MMIPO, Celebração do *Bel Canto* enquanto escola de técnica e interpretação vocal, levando os presentes a uma viagem pelas mais belas páginas de Ópera, visitando ainda a Zarzuela, a Canção Napolitana e a Oratória. Concerto a cargo da Ópera de Bolso com a direção artística do maestro António Sérgio Ferreira.

7.5. VOLUNTARIADO

“**Jovens Voluntários no Culto e na Cultura**”: No dia 22 de novembro, pela primeira vez, três Voluntários do projeto “Jovens Voluntários no Culto e na Cultura da SCMP”, deram apoio no Concerto realizado neste dia e a todos os que aconteceram até ao final do ano.

7.6. INCLUSÃO SOCIAL

“**Coroa do Advento**”: A “Coroa do Advento” que esteve na Igreja Privativa da SCMP, ao longo do Advento, surgiu de um desafio lançado pelo GRC ao DAC, com o propósito de envolver o EPSCB-F. Com esta iniciativa, pretende-se dinamizar e impulsionar, anualmente, a conceção de um elemento de Natal na Igreja da SCMP. O projeto concretizou-se num jogo de cones que se entrelaçavam formando uma coroa tridimensional que se distendia em direção ao chão. Destacavam-se ainda, os cones de diferentes tamanhos elaborados em croché, que criavam um padrão que se aproxima da dos azulejos da Igreja Privativa da SCMP.

8.

DEPARTAMENTO DE
INTERVENÇÃO SOCIAL



No domínio da Intervenção Social, a Misericórdia do Porto manteve como foco prioritário de atuação a resposta às situações de fragilidade, pobreza e emergência social, dedicando uma particular atenção aos novos desafios que surgem no âmbito das necessidades da população idosa. Ao longo deste ano, o Departamento de Intervenção Social (DIS) serviu um universo médio mensal de 650 utentes.

8.1. ARTICULAÇÃO COM A SEGURANÇA SOCIAL

Na articulação com a Segurança Social foi definido um calendário de visitas de Acampamento Técnico que atualizasse o parecer do Instituto da Segurança Social sobre a atividade operacional das respostas sociais da Misericórdia do Porto e que ao mesmo potenciase o trabalho a desenvolver nas oportunidades de melhoria das respostas aos respetivos públicos alvo.

Foram realizadas as visitas de Acompanhamento Técnico às três Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), aos dois Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), à Casa de Santo António (CSA) e agendadas para o início de 2018 as visitas ao Colégio Barão de Nova Sintra (CBNS) e à Casa da Rua (CR).

No âmbito da Orientação Normativa da Segurança Social, da celebração do Compromisso de Cooperação entre o Sector Social e Solidário, com o Protocolo para o biénio 2017/2018 e em consonância com as orientações do Acompanhamento Técnico da Segurança Social, foi iniciada a revisão dos Regulamentos de Funcionamento das diferentes respostas sociais do DIS.

Foram integralmente revistos, aprovados e implementados os seguintes Regulamentos de Funcionamento: CAS, ERPI, Centro de Convívio, SAD.

Os novos Regulamentos de Funcionamento permitiram

clarificar o regime de comparticipações aplicável, a tipologia de vagas disponíveis em cada serviço e a integração de novos conceitos e metodologias que confirmam conformidade de atuação com o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

O processo de candidatura a acordos de cooperação para respostas sociais foi também revisto pela Segurança Social, que implementou um novo modelo concursal por intermédio da plataforma PROCOOP.

Neste âmbito, o DIS colaborou na elaboração e submissão de duas candidaturas: Abertura de um Lar Residencial para doentes de Alzheimer no Centro Hospitalar Conde de Ferreira; Criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental no Colégio Barão de Nova Sintra. Ambas as candidaturas aguardam ainda análise/resposta.

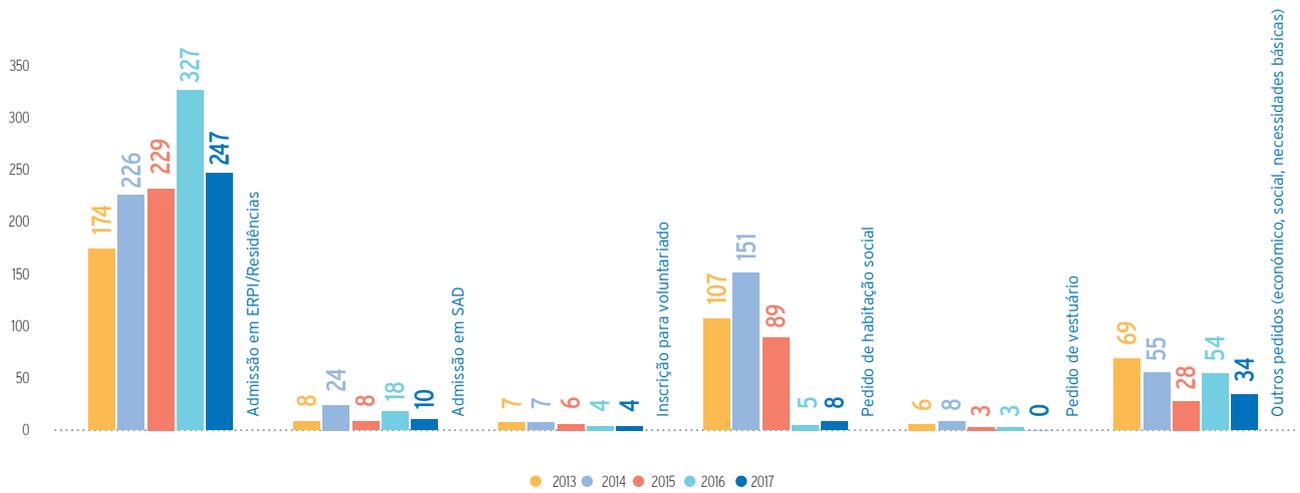
8.2. AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA

No que concerne ao atendimento à comunidade, o ano manteve a tendência dos últimos anos, que reflete um aumento significativo dos atendimentos telefónicos, essencialmente para recolha de informação para candidaturas a ERPI e SAD.

Apesar de um maior investimento de tempo nesta modalidade de atendimento, verifica-se que o processo de candidatura se agiliza com esclarecimentos prévios, sendo que os interessados já recorrem ao atendimento presencial com toda a informação e documentação necessária. Observou-se uma redução do tempo de resposta aos pedidos de admissão que no último quadrimestre do ano registava uma média para ERPI de 13 dias e para o SAD de 5 dias.

Para esta redução, muito contribuiu a reformulação do modelo de avaliação de candidaturas, com a nomeação de uma Comissão Multidisciplinar para Avaliação de Candidaturas, que veio implementar novas rotinas e a avaliação permanente de todo o processo.

ATENDIMENTOS POR TIPOLOGIA DE PEDIDOS



8.2.1. CABAZ DE NATAL

A Misericórdia do Porto manteve em 2017 a iniciativa solidária “Cabaz de Natal” destinada a apoiar 88 beneficiários da comunidade, referenciados pelos serviços da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), sendo os restantes 42 distribuídos por candidatos selecionados nas Unidades Operacionais de Intervenção Social, totalizando a entrega de 130 Cabazes de Natal.

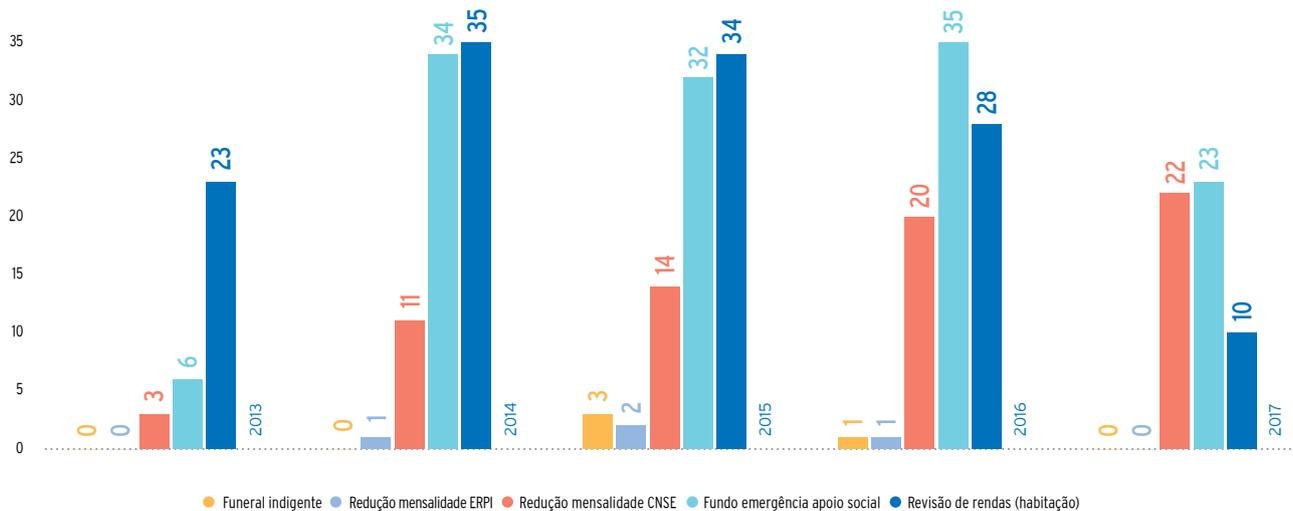


8.2.2.

AVALIAÇÕES SOCIOECONÓMICAS / RELATÓRIOS SOCIAIS

Foram realizados 75 Relatórios Sociais, número ligeiramente inferior (menos 10) ao do ano anterior, que se distribuem por pedido da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS SOCIAIS POR PEDIDO E POR ANO



Rede Local de Intervenção Social (RLIS): A RLIS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) da Misericórdia do Porto, projeto iniciado em setembro de 2016, manteve o registo de intervenção de proximidade às populações de oito freguesias da cidade (Zona Histórica, Massarelos e Lordelo do Ouro), assegurando a prossecução dos objetivos traçados para este Programa, nomeadamente:

- Atendimento, cuja taxa de execução operacional atingiu já os 100% previstos para os 3 anos (mais de 5.400 atendimentos);
- Agregados Familiares acompanhados, já alcançada a meta de 200 para os 3 anos, com o registo de 910 agregados familiares acompanhados a dezembro de 2017;
- Acompanhamentos, com uma taxa de execução operacional 47,5%, dos quais 18,8% contam com Planos de Intervenção concluídos com sucesso.

De registar que os atendimentos da Equipa da RLIS vieram contribuir para uma diminuição em número do tradicional atendimento social ao público da Misericórdia do Porto.

8.2.3.

VOLUNTARIADO

O ano de 2017 foi um ano de reformulação da proposta de voluntariado da SCMP. Foi elaborado e implementado um novo modelo de gestão transversal do voluntariado para toda a Misericórdia do Porto, que contou com a participação das diferentes áreas de intervenção da Instituição e a assessoria jurídica do gabinete competente.

Foi atualizada e adaptada a informação no site da SCMP, nomeadamente ao nível das oportunidades de voluntariado e disponibilização da alternativa de candidaturas online, como forma de **sistematizar informação e criar o Banco de Voluntários da Misericórdia do Porto.**

Realizou-se o evento anual, "Encontro de Voluntários da Misericórdia do Porto 2017", dia 5 de dezembro para reconhecimento de todos os voluntários a exercer funções nas diversas áreas da SCMP, apresentação do novo modelo de gestão e distribuição do Livro do Voluntário

SCMP, com o novo Regulamento do Voluntariado, e dos novos Cartões de Identificação dos Voluntários.

O ano terminou com um total de 172 voluntários ao serviço da Instituição, 114 na área social e 58 na saúde.

Para além da atividade desenvolvida no terreno, as parcerias com associações de voluntariado permitiram:

- Acompanhamento de Psicologia - 6 idosos beneficiários;
- Ajudas técnicas (cadeiras de rodas, cadeiras para banho, alteadores de sanita, andarilhos e poltronas) - 25 empréstimos;
- Pequenas obras na habitação (substituições de banheira por chuveiro, colocação de grades nas janelas, aplicação de tinta antiderrapante, reparação e calafetagem de teto, colocação de autoclismo, ligação de depósitos) - 11 intervenções.

8.3.

RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS À POPULAÇÃO SÉNIOR

A contínua preocupação com a satisfação dos clientes e seus familiares e a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais que permitam obter uma qualidade de excelência nos serviços prestados, é o que se pretende com implementação do Sistema de Gestão da Qualidade. Com este objetivo iniciou-se a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), através da criação de um conjunto de instrumentos que contribuíssem diretamente para a melhoria dos processos, permitindo alcançar os objetivos, assegurando o envolvimento e comprometimento de todos os colaboradores.

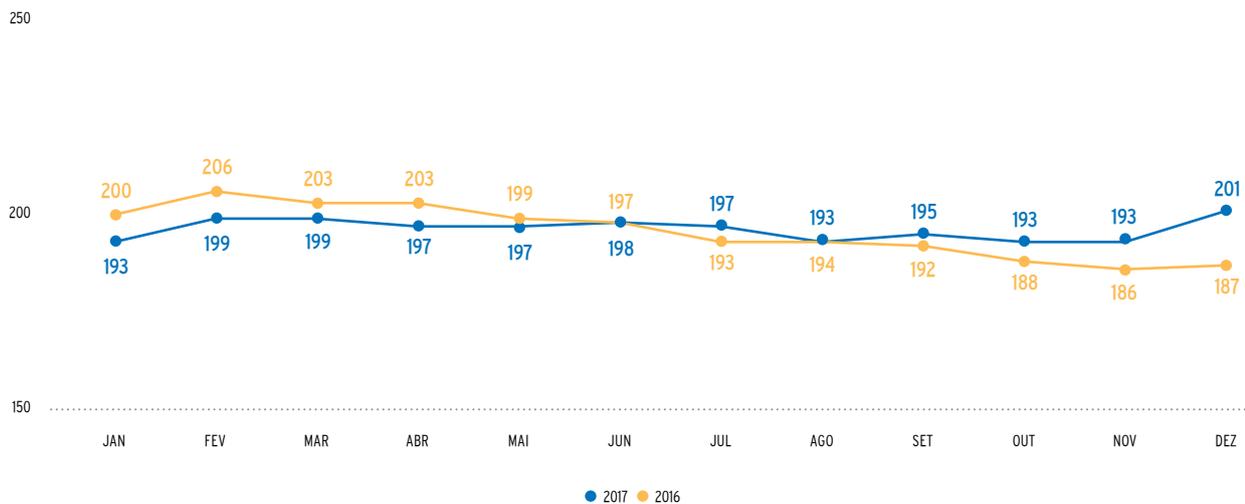
No primeiro semestre do ano, avançou-se para a Certificação do DIS pela ISO 9001:2015, no âmbito dos cuidados prestados às pessoas idosas nas Estruturas Residenciais e no Apoio Domiciliário.



No âmbito da melhoria contínua que caracteriza o SGQ, durante o ano foram desenvolvidas diversas iniciativas com vista à qualificação dos serviços prestados. A destacar:

- Reforço de competências nas equipas técnicas que permitiu disponibilizar cuidados de fisioterapia e acompanhamento psicológico aos utentes;
- Introdução da função do Encarregado de Setor nas ERPI de maior dimensão, com objetivo de assegurar uma eficiente articulação e um melhor desempenho das equipas operacionais. Ainda em fase de monitorização;
- Constituição de Grupo de Trabalho para a revisão integral e monitorização dos Planos Individuais dos utentes e envolvimento dos respetivos familiares;
- Estabilização do quadro técnico de animação e educação social, dedicado por Unidade Operacional, por forma a garantir uma elevação do padrão de qualidade das atividades e continuidade das estratégias de estimulação desenvolvidas;
- Restruturação do serviço de alimentação em ERPI em articulação com o Serviço de Alimentação, Nutrição e Dietética (SAND), através do novo modelo operativo;
- Redefinição das condições logísticas e funcionais para a confeção de refeições na cozinha das Unidades Operacionais (UO);
- Levantamento das necessidades para modernização dos equipamentos de hotelaria, para a prestação de um serviço de qualidade e adequado ao padrão alimentar da pessoa idosa.

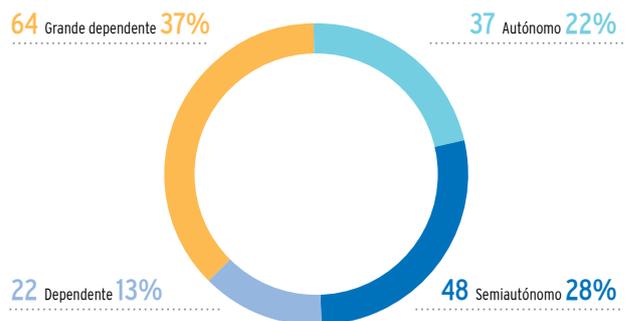
FREQUÊNCIA DE CLIENTES



Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

Ao nível do registo de ocupação de vagas em ERPI é de salientar que 2017 registou um aumento marginal da ocupação média, apesar de ter registado uma redução na capacidade média instalada face a 2016. Também a oferta privada registou um aumento da média de clientes de 24 em 2016 para 27 em 2017.

A média de idades dos clientes alojados em vagas sociais é de 85 anos e de 88 anos nas vagas privadas, mantendo-se a **predominância de clientes do sexo feminino, com uma representatividade de 81%**.



No ano 2017 o número de grandes dependentes aumentou 3% relativamente ao ano anterior. Também o número de clientes com autonomia aumentou cerca de 8%. Ainda assim, do total de idosos alojados 78%, apresenta dependência funcional, necessitando do cuidador para a realização das atividades da vida diária.

As atividades de animação sociocultural mereceram, ao longo do ano, particular atenção na forma de planeamento e execução. Tratando-se de um dos domínios de maior relevância na avaliação de satisfação dos utentes e também de maior impacto na sua convivência diária, foram assumidas as seguintes opções: Coordenação direta da equipa de animação por parte da Direção Técnica das ERPI; Introdução de atividades de inovação social no planeamento anual; Fomento de parcerias com o meio universitário por forma a promover a intergeracio-

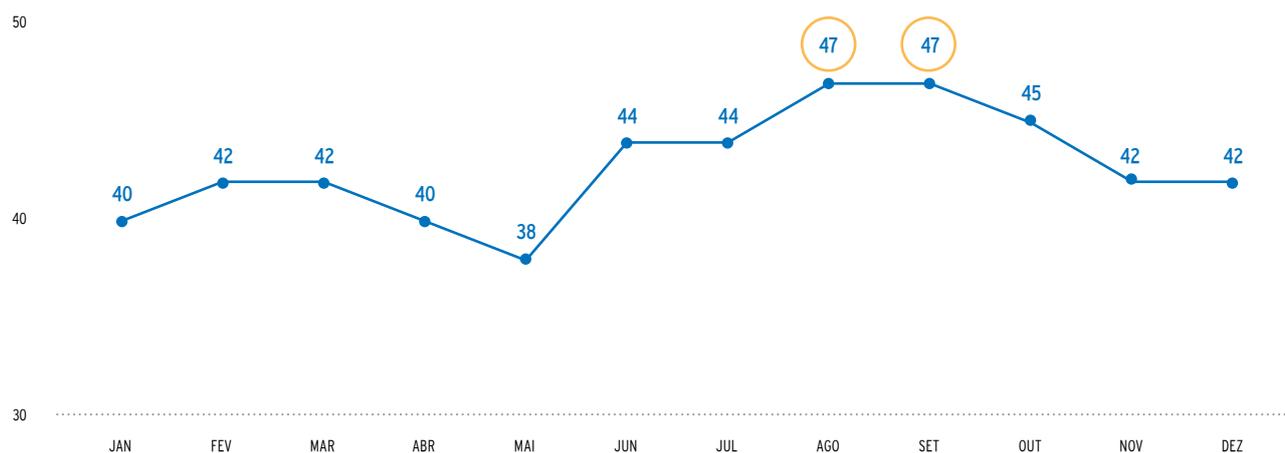
nalidade; Delegação da coordenação local do voluntariado ao serviço na unidade operacional.

8.4.

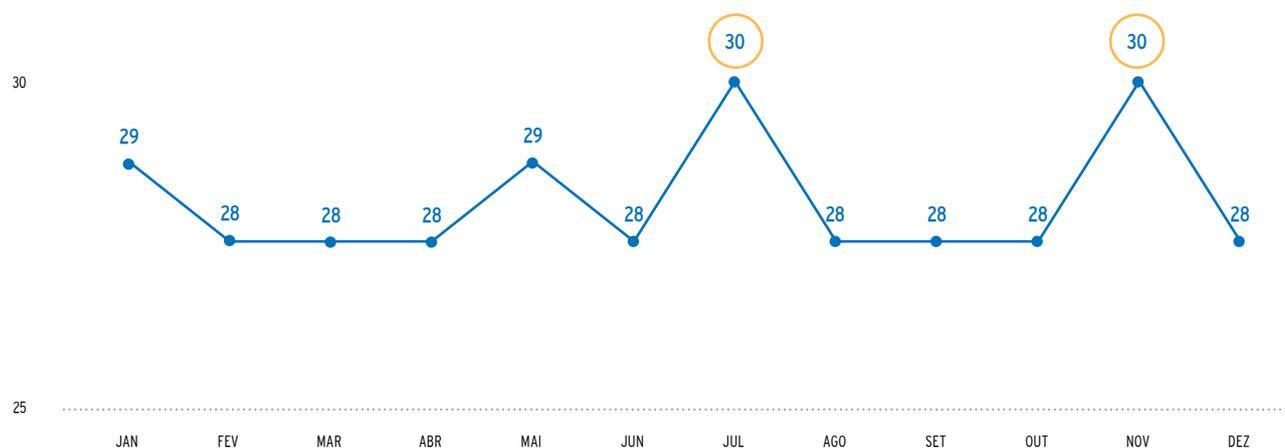
SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O ano de 2017 registou a manutenção do número médio de clientes ao longo do ano, embora se tenha assistido a uma reconfiguração dos serviços prestados, processo que se mantém em execução e pretende conferir um maior equilíbrio e funcionalidade da resposta.

FREQUÊNCIA DE CLIENTES NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA



FREQUÊNCIA DE CLIENTES MANTO AZUL

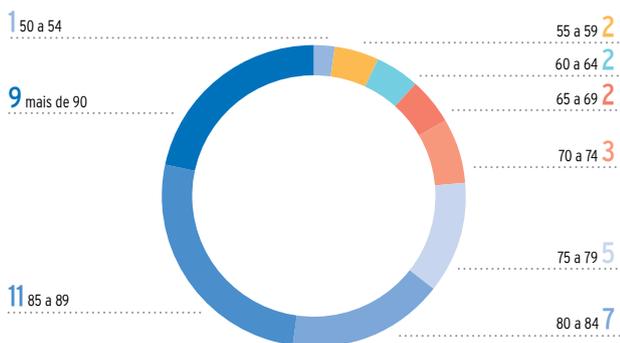


Relativamente à retaguarda familiar dos clientes do SAD-NSM, 16 residem com cônjuge ou descendentes/irmãos e 26 totalmente sós, apesar de terem família afastada. Existe apenas 1 caso sem qualquer ligação familiar. No SAD-MA, 17 clientes vivem acompanhados por cônjuge, filhos, empregadas e 11 vivem sozinhos, mas existe retaguarda familiar.

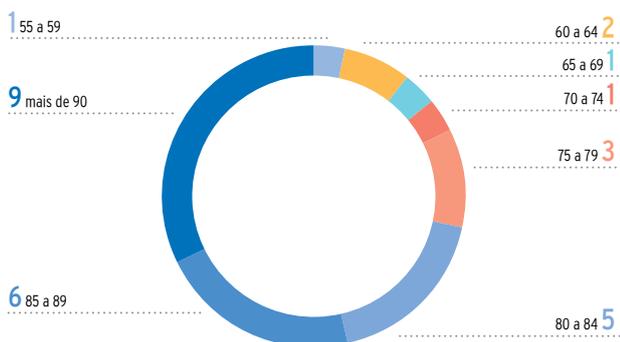
Entre os motivos de saídas do serviço identifica-se o seguinte:

- SAD-NSM: integração em ERPI (4); apoiado por um período de recuperação pelo SAD, tendo recuperado autonomia (1); reorganização familiar (4);
- SAD-MA: integração na rede reabilitação de média duração (1); integração em ERPI (1); reorganização familiar (7).

SAD-NSM - IDADES



SAD-MA - IDADES



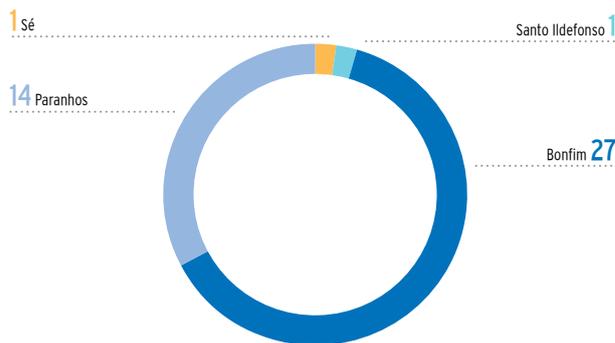
Destaca-se a maior prevalência de idades entre os 80 e os 89 anos.

Relativamente à situação funcional dos clientes do SAD-NSM, 6 são semidependentes, 9 dependentes e 28 não têm qualquer limitação funcional.

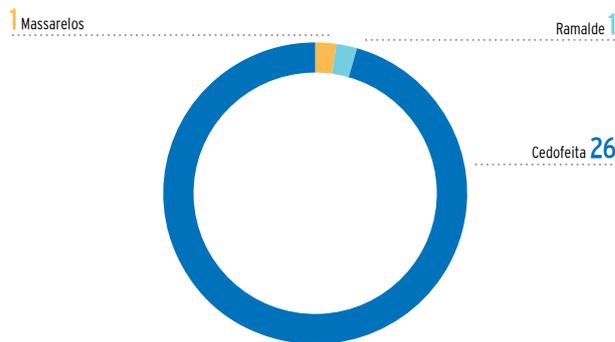
No SAD-MA 5 clientes são semidependentes, 11 dependentes e 12 totalmente autónomos.

As freguesias abrangidas pelo serviço de Apoio Domiciliário da Misericórdia são fundamentalmente Cedofeita, Paranhos e Bonfim, onde residem mais de 90% dos clientes dos SADs.

FREGUESIAS - NSM



FREGUESIAS - MA



8.5. IN CARE

A SCMP preparou uma nova oferta para a população sénior que assume uma abordagem inovadora aos cuidados domiciliários, denominada **In Care**. Foram elaborados os documentos de suporte ao arranque do serviço e preparadas as ferramentas tecnológicas de suporte e controlo operacional do serviço.

O In Care é constituído por três pilares fundamentais que se interligam, gerando um maior impacto positivo na vida desta população, através:



a) Da monitorização de saúde contínua e regular, com acompanhamento de enfermagem no domicílio e suportada pela integração de nova tecnologia de saúde;

b) Do acompanhamento por um assistente pessoal que garante uma *interface* com a família e a equipa multidisciplinar e representa o agente facilitador na satisfação de demais necessidades do idoso;

c) Da prestação de apoio domiciliário, garantido uma alimentação saudável e a qualidade de um serviço de higiene pessoal, imagem e bem-estar e de higiene habitacional.

Durante o ano registaram-se sete meses de período experimental com um cliente, o que permitiu validar o modelo de atuação e a qualidade do serviço, com avaliação positiva.

Além do plano de cuidados da vida diária e acompanhamento médico e de enfermagem, estabelecido inicialmente, foi necessário ativar outros serviços, quer por

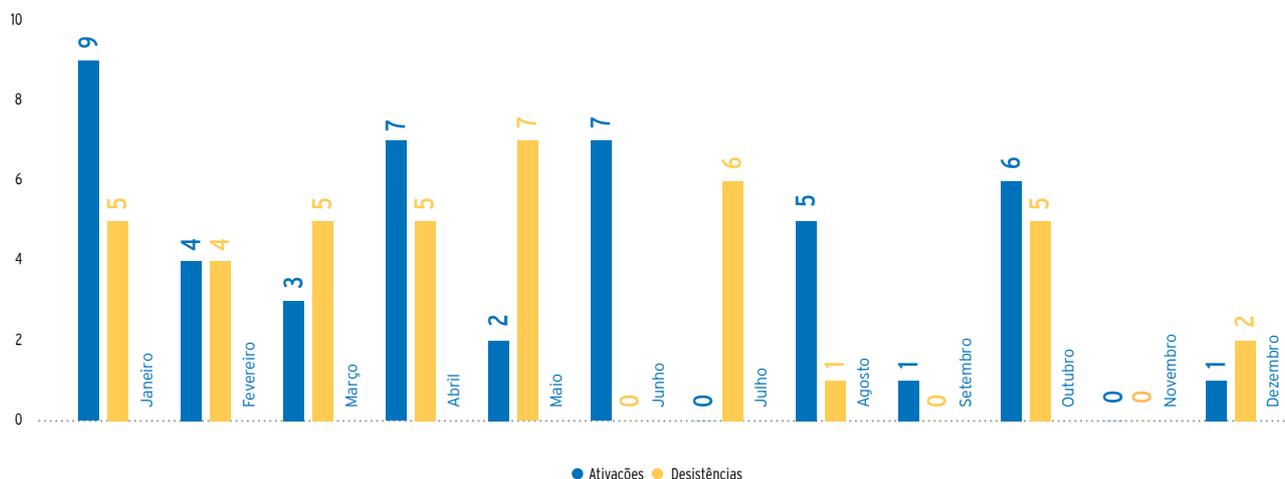
aconselhamento, quer por solicitação do cliente, como por exemplo, aquisição de ajudas técnicas, exames de saúde, pareceres e tratamentos de enfermagem extra.

8.6.

PROGRAMA CHAVE DE AFETOS

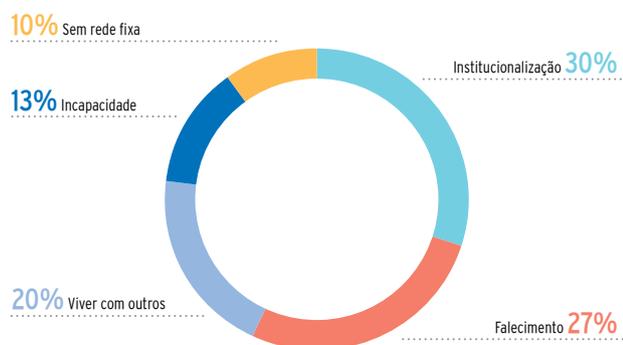
No final de 2017, o número de beneficiários no ativo era de 183, verificando-se um ligeiro aumento do número total de beneficiários (4), relativamente ao saldo final de 2016 (178 casos).

Desde o início do programa, em julho de 2011, até final de 2017 beneficiaram do Programa Chave de Afetos, **360 idosos**.



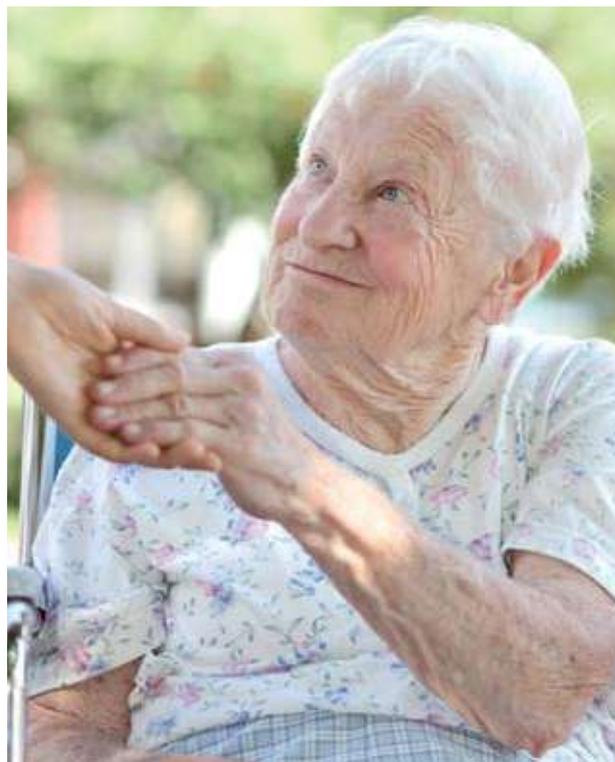
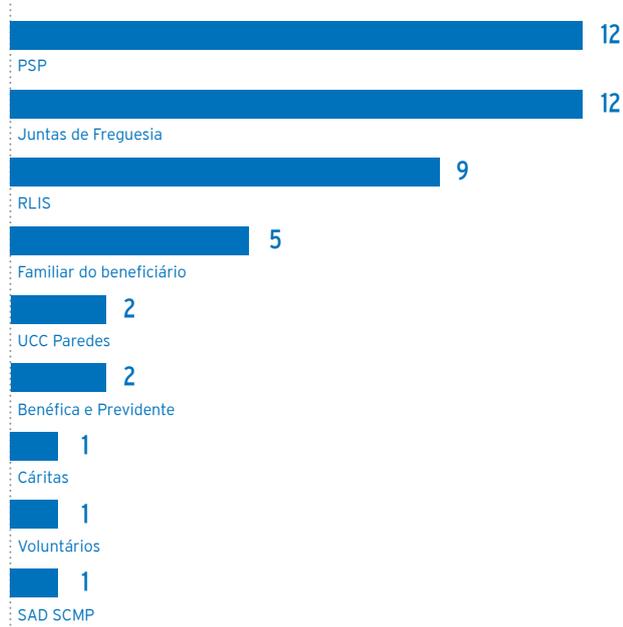
As principais razões da desistência do serviço mantêm-se: falecimento e institucionalização, situação previsível, tendo em conta a média de idades de 82 anos.

MOTIVOS DE DESISTÊNCIA EM 2017

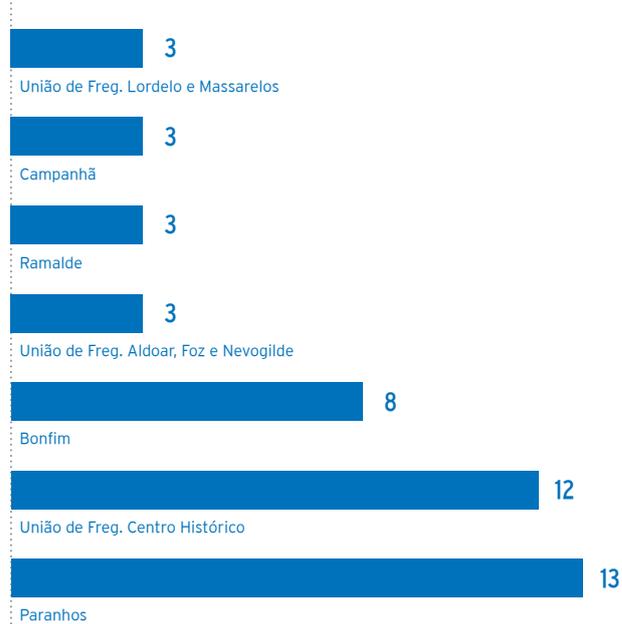


Em 2017 destacaram-se como principais sinalizadores e a PSP e as Juntas de Freguesia, seguindo-se a RLIS da Misericórdia do Porto.

SINALIZAÇÕES COM ATIVAÇÃO EM 2017



AVITAÇÕES POR FREGUESIA EM 2017



Paranhos, Centro Histórico e Bonfim foram as freguesias com mais ativações.

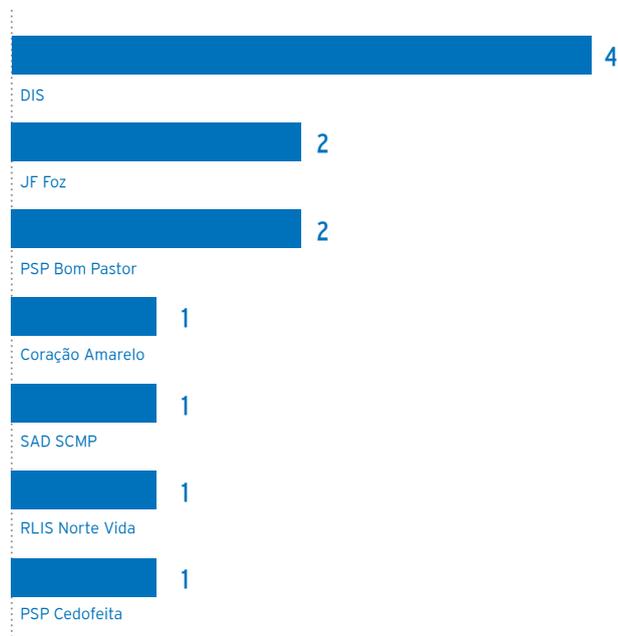
No âmbito do Programa foi assegurado o serviço de voluntariado a 45 idosos, através dos voluntários das instituições parceiras GASPorto e Coração Amarelo: 36 idosos com visitas semanais para socializar; 6 acompanhamentos com Psicóloga; 20 empréstimos de materiais de ajudas técnicas; 14 pequenas obras na habitação.

Em 2017 foram realizadas 166 visitas domiciliárias para diagnóstico da situação, instalação de teleassistência, acompanhamento de voluntários e levantamento de aparelhos.

Ao nível da sinalização de clientes sustentáveis, com um total de 84 clientes desde o arranque do programa, regista-se a seguinte evolução: 2012: 10; 2013: 15 (8 contratualizações e 3 desistências); 2014: 22 (13 contratualizações e 6 desistências); 2015: 36 (21 contratualizações e 7 desistências); 2016: 40 (19 contratualizações e 7 desistências); 2017: 37 (13 contratualizações e 16 desistências).

As contratualizações do serviço de teleassistência para particulares foram, na sua maioria, na freguesia de Paranhos, com 4 casos, em Cedofeita foram realizadas 2, na Foz do Douro 2, Bonfim 1, Custoias 1, Massarelos 1, e Ramalde 1.

SINALIZAÇÕES DE PARTICULARES COM ATIVAÇÃO EM 2017



8.7.

RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

8.7.1.

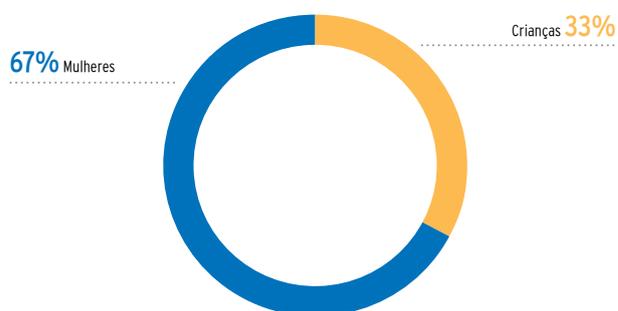
CASA DE SANTO ANTÓNIO

No ano de 2017, incluindo os acolhimentos de emergência, registou-se um de total 67 acolhimentos, 45 mulheres e 22 crianças.

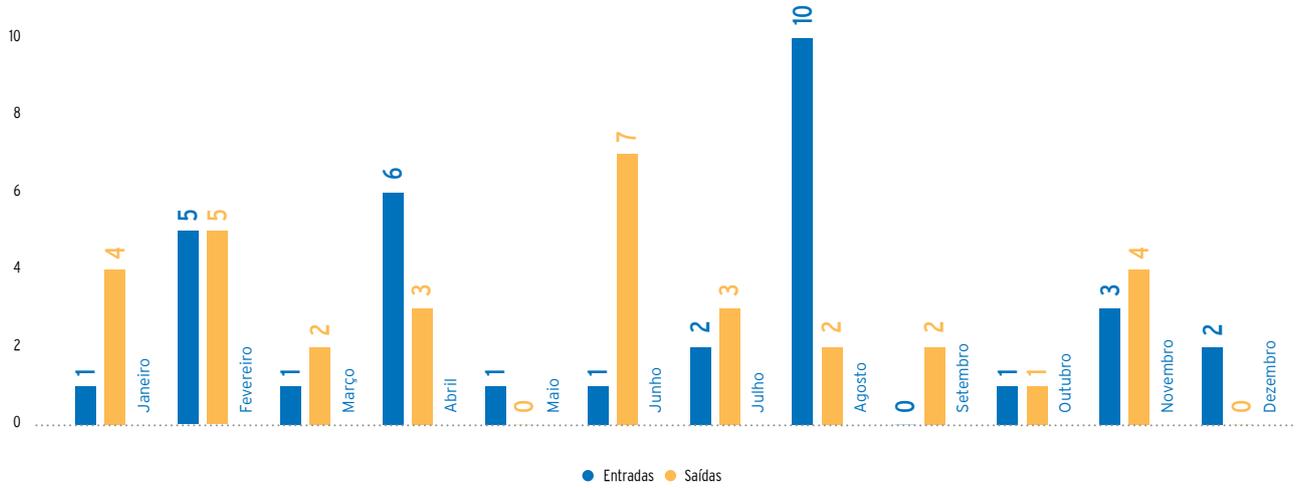
Desses 67 acolhimentos foram trabalhados **48 processos** nas áreas psicoemocional, social, laboral, formativa, educacional e jurídica, correspondentes às vagas normais, não estando incluídas as vagas de emergência, que têm um carácter transitório de 72h.

Relativamente aos movimentos de acolhimentos é de realçar que no mês de julho houve um constrangimento devido a obras não programadas que ocorreram nos pisos correspondentes aos quartos. A partir do mês de agosto, com a finalização desta requalificação do espaço, a dinâmica da CSA regressou à normalidade, tendo existido um maior fluxo de entradas.

PERCENTAGEM DE ACOLHIMENTOS EM 2017 (MULHERES E CRIANÇAS)



MOVIMENTO DE ENTRADAS E SAÍDAS DE UTENTES DURANTE 2017



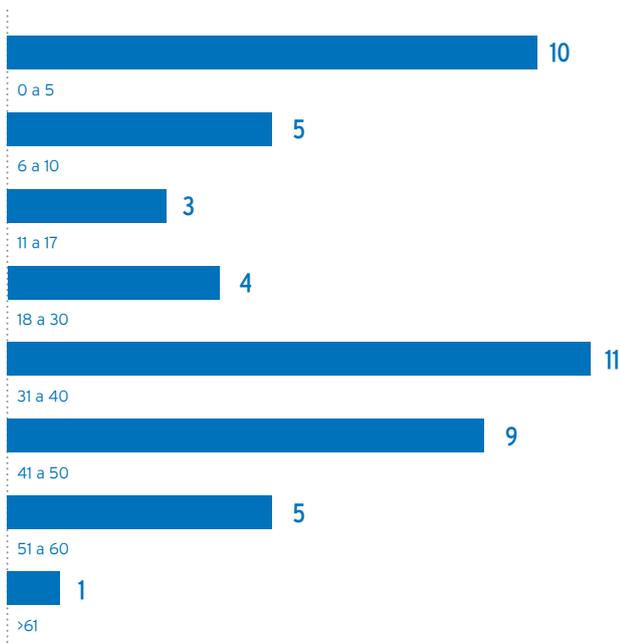
No que se refere à faixa etária, constatou-se que as crianças continuam a ter uma expressão significativa no número de acolhimentos, requerendo assim maior disponibilidade dos recursos humanos.

Já no que se reporta às características demográficas das mulheres, o grupo mais significativo situa-se nos 31-40 anos.

O acolhimento em vaga de emergência proporciona à vítima de violência doméstica uma resposta mais especializada, reduzindo a exposição das mulheres e filhos menores a situações de grande risco.

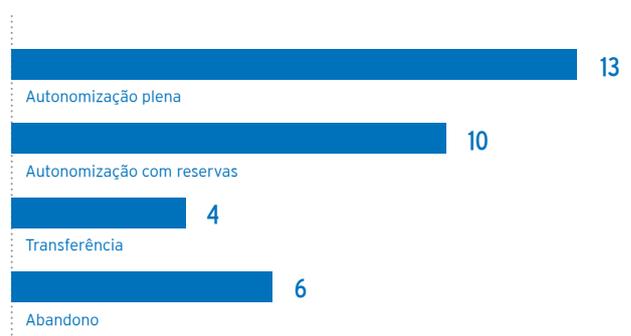
Durante o ano efetuaram-se 23 acolhimentos de emergência (19 mulheres e 4 crianças). Desses 23 acolhimentos, 4 passaram para vaga normal.

FAIXA ETÁRIA DOS ACOLHIMENTOS



No que diz respeito às autonomizações, através do trabalho realizado com os agregados acolhidos, concretizaram-se durante o ano de 2017, 23 autonomizações, tendo sido possível que sete agregados se autonomizassem plenamente.

CONDIÇÃO DE SAÍDA EM CASA ABRIGO 2017



Verifica-se a existência de um conjunto de fatores condicionantes que influenciam o trabalho de uma intervenção institucional, nomeadamente:

1. Idade da mulher e o seu nível de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais (algumas vezes afetadas pelas suas habilitações literárias e baixa qualificação);
2. Proatividade na procura de soluções para os elementos obstaculizantes da sua vida;
3. Elevado preço dos arrendamentos do parque habitacional que dificulta/atrasa o processo de autonomização;
4. Complexificação e burocratização deste processo de arrendamento de habitação, do qual destacamos a exigência de fiador, que, para além de no contexto atual se tornar cada vez mais difícil, para mulheres que muitas vezes não têm qualquer retaguarda, se revela angustiante;
5. Falta de celeridade processual dos tribunais que contribui para um sentimento de desânimo aprendido.

Ao longo deste ano, as autonomizações ocorridas tiveram subjacente, para além das condições objetivas inerentes a uma autonomização sustentada (como habitação e meios de subsistência económica), o desenvolvimento de mecanismos de securização pessoal e proximal. Verificou-se que mulheres jovens, proativas e com estas componentes salvaguardadas, conseguiram autonomizar-se de forma mais sustentada.

8.8.

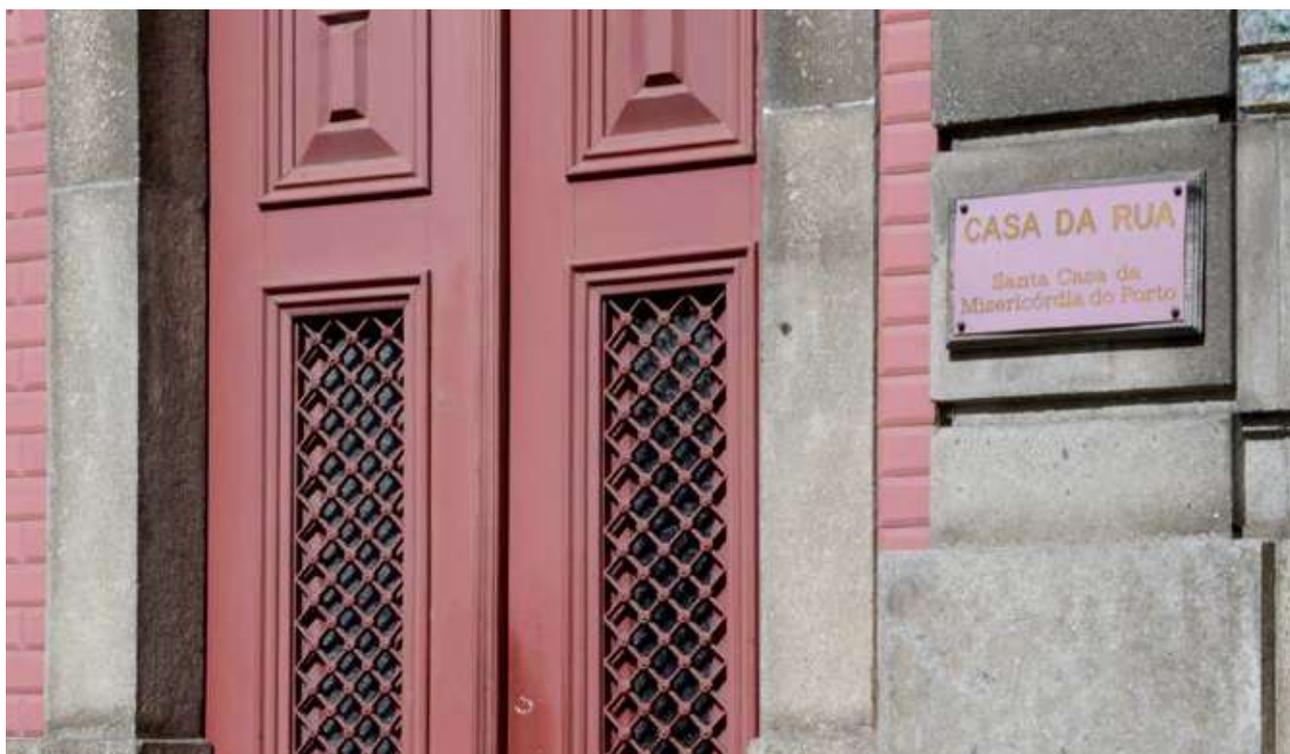
RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

8.8.1.

CASA DA RUA - D. LOPO D'ALMEIDA

A Casa da Rua manteve dois protocolos em funcionamento com o Instituto da Segurança Social (ISS). O primeiro protocolo de cooperação para 80 utentes em Comunidade de Inserção, dos quais 20 em alojamento, assinado em 2009 e o segundo mais recente, assinado em 2012, ao abrigo do Programa Emergência Alimentar (PEA), a Cantina Social que assegura refeições diárias gratuitas (almoço e/ou jantar) aos seus utentes.

Dadas as mudanças promovidas no PEA, esta resposta sofreu alterações substanciais durante o atual exercício, implicando uma redução dos seus beneficiários e do número de refeições servidas que, entre setembro e dezembro, passou de 98 refeições diárias para 67.



No seguimento dos cortes orçamentais a este Programa, foi implementada uma reorganização da gestão do refeitório com o objetivo de não excluir utentes carenciados no apoio às refeições, o que se conseguiu assegurar até ao fecho do exercício de 2017. A reorganização passou por criar critérios de assiduidade que validem a necessidade de apoio regular, que, não se verificando, permitiu atribuir a vaga a outros beneficiários.

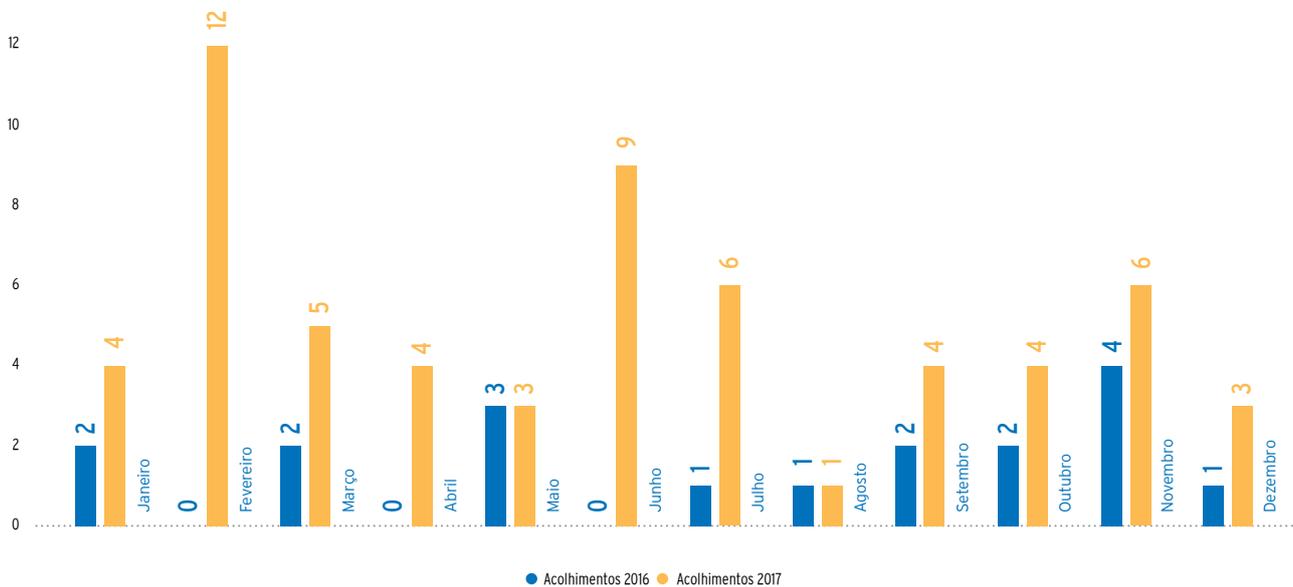
O utente da CR-DLA caracteriza-se por estar em situação de desproteção e fragilidade social e/ou emocional. Predominantemente do sexo masculino (64 em 80 utentes) com uma média de idades nos 51 anos de idade em que a utente mais nova tem 6 anos de idade e o mais velho tem 80 anos de idade. As faixas etárias com maior expressão concentram-se nos 50/59 anos de idade com 29 utentes (26 homens e 3 mulheres) e na faixa etária dos 35/49 com 18 utentes (16 homens e 2 mulheres). É um utente com baixos rendimentos, maioritariamente beneficiários(as) do Rendimento Social de Inserção (RSI) ou sem qualquer tipo de rendimento, por algum motivo ou penalização por parte do ISS, entidade que atribui a prestação pecuniária do RSI.

No que respeita a parcerias, destacam-se este ano pelo trabalho desenvolvido:

- Associação Solidária Uma Vida como a Arte - disponibilização das instalações para acolher as reuniões semanais, moderadas por um técnico (assistente social/educadora social) da CR-DLA;
- “Som da Rua” - projeto de inclusão social em parceria com a Casa da Musica e a Liga para a Inclusão Social, onde participam utentes e ex-utentes da CR-DLA;
- Trabalho em rede interinstitucional com os parceiros do NPISA-Porto.

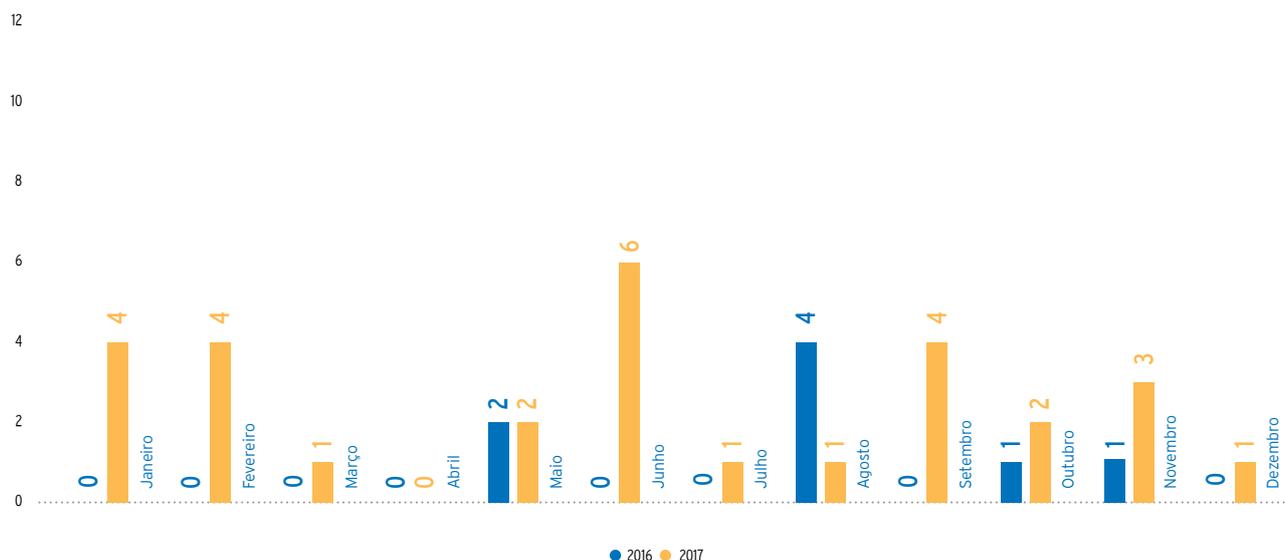
Comparativamente ao ano de 2016, houve um aumento significativo do número de acolhimentos, totalizando 58 entradas. Um dos fatores que explica este aumento foi a reparação e abertura de seis quartos que durante o ano de 2016 estiveram fechados para manutenção. Durante o ano de 2017 registaram-se 60 saídas.

COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE ACOLHIMENTOS REALIZADOS EM 2016 E 2017



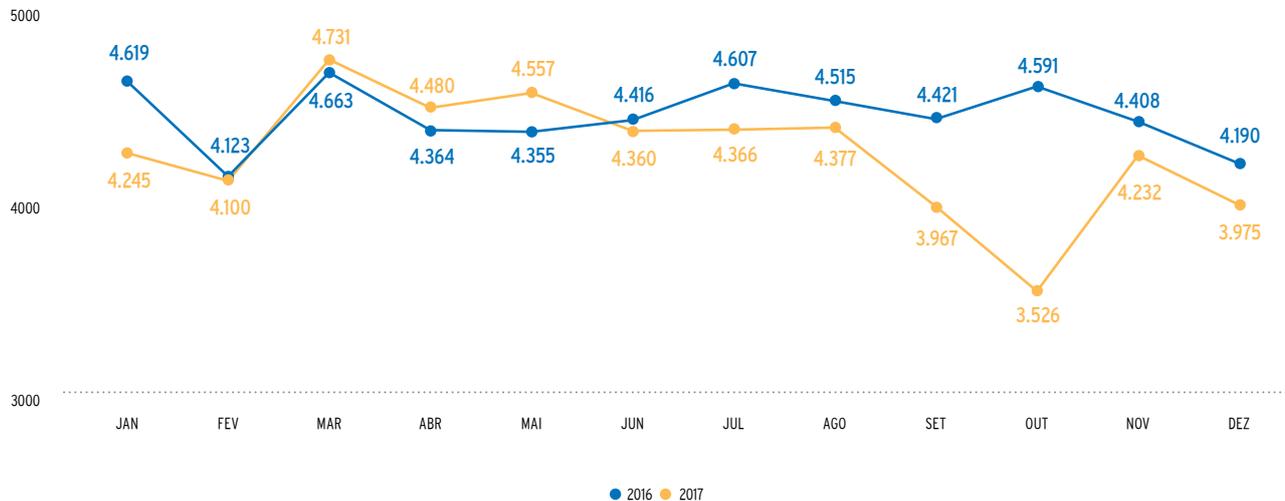
Relativamente aos números de autonomizações, houve um aumento muito significativo, registando-se 29 autonomizações comparativamente com 8 no ano de 2016. Nestas autonomizações incluem-se atomizações parciais, na medida em que alguns ainda frequentam a CR-DLA nas valências de refeitório / cantina social e/ou lavandaria.

COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE AUTONOMIZAÇÕES ENTRE 2016 E 2017



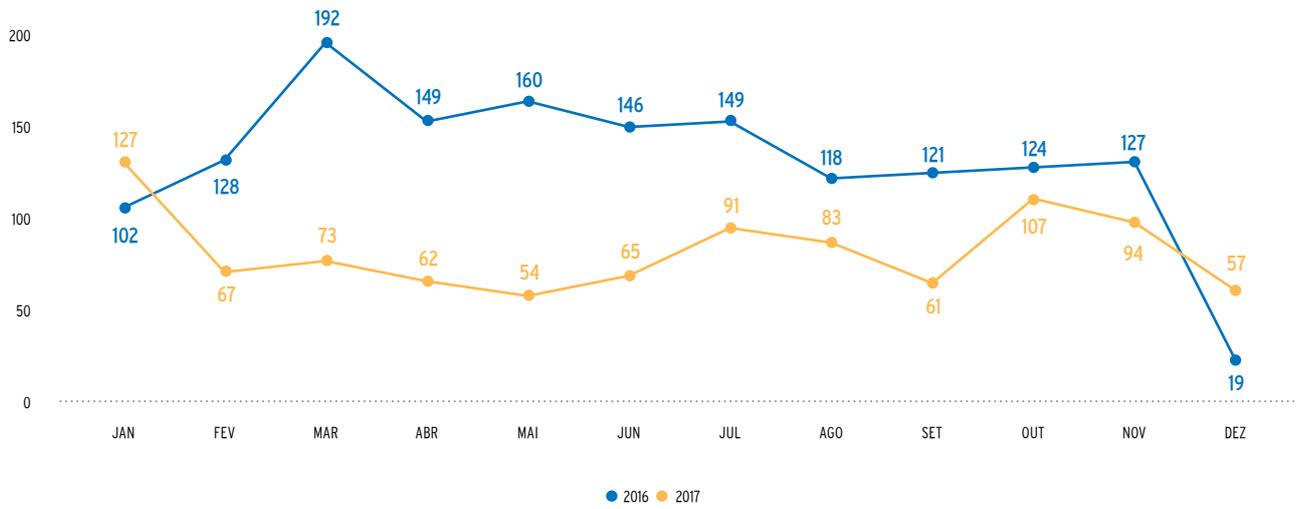
Durante o ano de 2017 foram servidas 50.932 refeições, menos 4% que em 2016, explicado pela saída e/ou autonomização de alguns utentes e pela aplicação de critérios de assiduidade para benefício do apoio nas refeições.

COMPARATIVO DE REFEIÇÕES 2016 E 2017



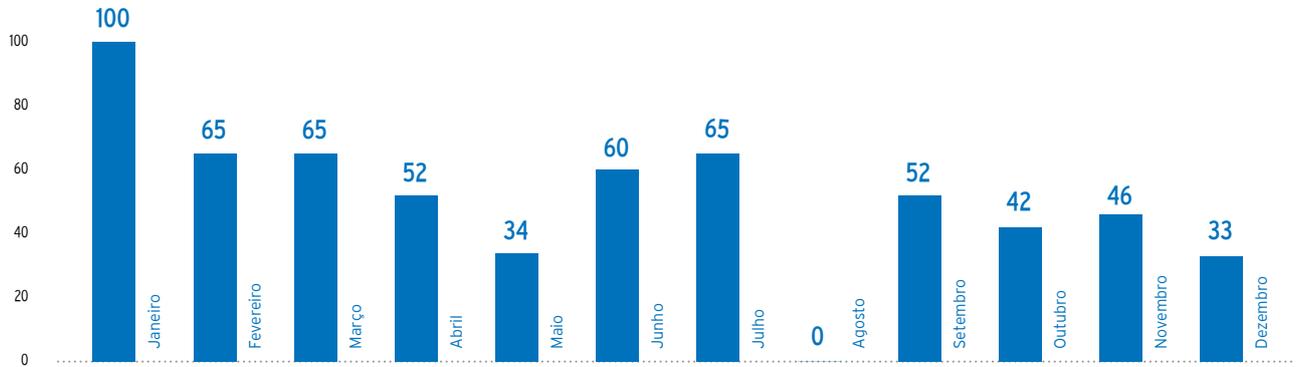
A frequência do balneário, em parte fruto da abertura de novas respostas na comunidade, reduziu substancialmente passando de um registo de 1.535 utentes em 2016 para um total de 941 em 2017.

COMPARATIVO DE FREQUÊNCIA DE BALNEÁRIO ENTRE 2016 E 2017



A valência da lavanderia, durante o ano de 2017, atendeu 614 utentes, com uma média mensal de 51 utentes. De referir que o serviço funciona só uma vez por semana (à terça-feira) para os clientes externos à unidade orgânica e encerra durante o mês de agosto. Verificou-se ao longo do ano uma redução na frequência desta valência fruto da abertura de lavandarias *self-service*, onde a população sem-abrigo se junta e consegue em pouco espaço de tempo (cerca de duas horas) ter a roupa lavada e pronta a usar.

FREQUÊNCIA DA VALÊNCIA DA LAVANDARIA DURANTE O ANO DE 2017



8.8.2.

CENTRO DE ALOJAMENTO SOCIAL -
D. MANUEL MARTINS

No período em análise foram efetuados 360 novos acolhimentos (-25% que em 2016), totalizando assim, desde abertura da resposta social e até 31 de dezembro de 2017, um total de 1910 acolhimentos.

De salientar que efetivamente, no ano transato foram sinalizados 277 pedidos de acolhimento em vaga de emergência (LNES) mas destes apenas 229 integraram efetivamente a resposta social.

Registou-se uma reincidência de acolhimentos (com 2.º, 3.º e 4.º acolhimentos) perfazendo estas situações um total de 27 utentes, número idêntico ao de 2016.

O tempo médio de duração dos acolhimentos em vaga normal tem sido de, aproximadamente, 3 meses, situação que se mantém idêntica à dos anos anteriores e que combina com um registo de 131 autonomizações em 2017. Já os utentes / famílias acolhidas em vaga LNES, de 72 horas, na grande maioria dos casos ultrapassou largamente esse limite de tempo.

Vagas LNES		Vagas Normais	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
52	174	40	94

À semelhança dos anos anteriores mantém-se também o predomínio de acolhimentos de utentes do género feminino.

Quanto à faixa etária, mantém-se uma prevalência de idades entre os 35 e os 49 anos, precedido da faixa etária dos 50 aos 59 anos. Com idade inferior a 18 anos foram acolhidas 37 pessoas, a maioria das quais com o seu agregado familiar.

Dos 360 acolhimentos efetuados, só 47 correspondem a famílias acolhidas, 33 em vagas LNES e 14 em vagas comuns.

Em 2017 foram acolhidos 39 utentes de nacionalidade estrangeira, motivados na sua maioria por: asilo político, procura de melhores condições e emprego, turistas ou estudantes com Protocolo.

ACOLHIMENTO EM VAGA LNES



ACOLHIMENTO EM VAGA COMUM



UTENTES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA ACOLHIDOS DESDE ABERTURA

País	N.º	País	N.º
Angola	16	Etiópia	2
Camarões	2	Desconhecido	4
Macedónia	2	Venezuela	1
Cabo Verde	4	Lituânia	1
Itália	1	Nigéria	1
Ucrânia	5	Índia	1
Dupla Nacionalidade	5	Brasil	45
Moçambique	2	Sudão	4
Senegal	1	Guiné-Bissau	6
Malta	1	Rússia	8
Costa do Marfim	1	Roménia	7
Inglaterra	5	França	6
Afeganistão	1	Irão	2
Paquistão	2	Marrocos	3
Bélgica	2	Estónia	1
Porto Rico	1	Quirguistão	4
Quênia	1	Espanha	11
Alemanha	3	R. Checa	2
China	2	Suíça	1
Panamá	2		



8.9.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

8.9.1.

COLÉGIO BARÃO DE NOVA SINTRA

As frequências mensais do CBNS oscilaram entre as 35 e as 32 vagas ocupadas, tal como se pode verificar na tabela subsequente. Em média a frequência anual de acolhimentos é de 33 crianças e jovens, representando uma taxa geral de ocupação de 78,6%. Comparativamente ao ano anterior, constata-se que a taxa de ocupação decresceu moderadamente, devendo-se, essencialmente, às alterações normativas relacionadas com o Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens em risco, as quais reforçam que a Medida de Acolhimento Residencial deve ser a última medida aplicada na intervenção com crianças e jovens, e fortaleceu a aposta no Acolhimento Familiar para as crianças de idade mais reduzida.

FREQUÊNCIA MENSAL - CBNS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2016	39	39	38	39	40	40	41	38	36	36	34	34
Taxa de Ocupação	93%	93%	90%	93%	95%	95%	98%	90%	86%	86%	81%	81%
2017	34	34	35	34	34	33	33	34	33	33	32	32
Taxa de Ocupação	81%	81%	83%	81%	81%	79%	79%	81%	79%	79%	76%	76%
Diferença	-12%	-12%	-7%	-12%	-14%	-17%	-19%	-10%	-7%	-7%	-5%	-5%

O CBNS observou 7 novas admissões e registou 9 saídas. Relativamente às saídas, é importante mencionar que os motivos foram: a reintegração junto de progenitores (2 casos); a reintegração junto de outros elementos familiares (2 casos); a autonomização dos jovens (2 casos); e a transferência para outras casas de acolhimento, cuja resposta era mais adequada às necessidades comportamentais dos jovens (3 casos).

As crianças e jovens acolhidos apresentam entre 7 e 23 anos, e a média de idade é de 15 anos. O aumento médio da idade dos jovens em Acolhimento Residencial é uma realidade cada vez mais vincada, já que os jovens chegam cada vez mais tarde às instituições. Ao observarmos a idade dos jovens do CBNS constata-se que a maior percentagem se encontra entre 14 e 17 anos, seguindo-se os menores com idade entre os 7 e os 13 anos, e, por fim, os jovens com idade igual ou superior a 18 anos.

MÉDIA DE IDADE = 15 ANOS

Entre 7 e 13 anos	12	29,3%
Entre 14 e 17 anos	20	48,8%
≥ 18 anos de idade	9	21,9%

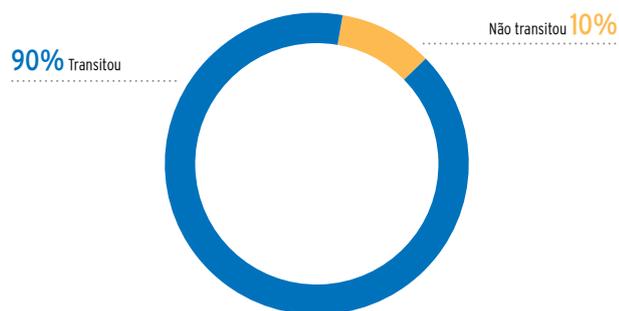
Com o intuito de reforçar o trabalho desenvolvido diariamente pela equipa multidisciplinar para o crescimento biopsicossocial integral e o bem-estar das crianças e jovens acolhidos, o CBNS criou parcerias e ligações com o exterior, fundamentais para um desenvolvimento global mais eficaz e eficiente.

Parceria	Projetos Desenvolvidos	Taxa de Participação	RESULTADOS OBTIDOS
Grupo GEA Portugal	*Patrocínio dos bilhetes de entrada de entrada de 18 crianças e jovens no Parque Aquático de Amarante.	54%	Motivação para os resultados escolares.
Município do Porto Associação Juvenil ConnectArt	* Projeto Porto de Partida	9%	Projeto de Intercâmbio Cultural Europeu que proporcionou a um jovem uma viagem a Szeged, Hungria. Projeto de Intercâmbio Cultural Europeu que proporcionou a dois jovens uma viagem a Zilina, Eslováquia.
Mundo a Sorrir	* Prestação de serviço de Medicina Dentária, mediante as necessidades detetadas	24%	Durante o ano de 2017 foram realizados 8 consultas nesta entidade.
Clínica de Medicina Dentária Dra. Gabriel Gomes	* Prestação de serviço de Medicina Dentária, mediante as necessidades detetadas, através dos Cheques-Dentista	24%	Durante o ano de 2017 foram realizados 8 consultas nesta entidade
Rumos	*Oferta de cursos informáticos	9%	Aquisição de conhecimentos ao nível da informática
Associação de Voluntariado Universitário	* Projeto VOU Socorrer	28%	Dotar os jovens de conhecimentos básicos sobre primeiros socorros. Este projeto foi da responsabilidade de Estudantes Universitários da Faculdade de Medicina.
Lipor	* Lipor Geração+ Auditoria de Avaliação Inicial do projeto educativo implementado.	100%	Aquisição de certificado Coração Verde.
Águas do Porto	*Vigilância a três zonas balneares.	7%	Sensibilização para a educação ambiental.
Fundação "Porto Social"	* Visita à Quinta da Boeira, Vila Nova de Gaia	27%	Ocupação das Férias da Páscoa das crianças e jovens.
	* Atribuição de Bilhetes para o Circo no Coliseu do Porto	100%	Ocupação das Férias de Natal das crianças e jovens.
Hospital da Prelada	* Rastreios Oftalmológicos	15%	Melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens.
Grupo Pestana	* Oferta das prendas de Natal a todas as crianças e jovens	100%	Aquisição das Prendas de Natal para as crianças e jovens.
Associação dos Antigos Alunos do Colégio Barão de Nova Sintra	* Desenvolvimento de diversas atividades durante o ano	100%	Fortalecer os laços e partilhar experiências. Ocupação das Férias Escolares das crianças
Associação de Reiki para Crianças e Jovens	* Desenvolvimento de Sessões de Meditação em Grupo e Sessões de Reiki Individual	30%	Desenvolvimento de estratégias para melhorar o sentimento de bem-estar das crianças e jovens.
Porto 4 Ageing	* Desenvolvimento do Projeto Intergeracional - SACHI-2	27%	Aumentar a interação e as atitudes positivas entre crianças e séniores; aumentar a prática intergeracional e divulgação de resultados através de produção científica.
Associação de Andebol do Porto - Estrela Vigorosa	* Modalidade Desportiva de Andebol	3%	Promoção de hábitos de vida saudáveis. Promoção de competências pessoais e sociais.
Associação de Moradores da Lomba	* Modalidade Desportiva de Futsal	15%	Promoção de hábitos de vida saudáveis. Promoção de competências pessoais e sociais.
	* Cinema	18%	Participação em sessões de Cinema, promovendo o convívio entre os moradores e discussão dos temas abordados nos filmes.
Pastelaria Gondodoce	* Oferta de bens alimentares	100%	Diminuição dos custos na aquisição de alguns bens alimentares.
Dragon Force	* Futebol	9%	Promoção de hábitos de vida saudáveis. Promoção de competências pessoais e sociais.
	* Desenvolvimento de Projetos na área da Ação Social	100%	Doação de jogos lúdicos para as crianças e jovens.
Escuteiros	* Reuniões, Atividades de Grupo e Acampamentos	6%	Desenvolvimento de competências físicas, afetivas, de carácter, espirituais, intelectuais e sociais.

Parceria	Projetos Desenvolvidos	Taxa de Participação	RESULTADOS OBTIDOS
Cineclubes Nómada	* Projeto Nove e Meia	21%	Oficina de Cinema para um grupo de crianças e jovens com o principal objetivo de desenvolver capacidade reflexiva, crítica e de expressão emotiva e criação de laços com uma equipa de profissionais na área das artes.
Cuatrecasas	* Oferta das prendas de Natal a todas as crianças e jovens, em parceria com a Voluntária que se encontra no CBNS.	100%	Aquisição das Prendas de Natal para as crianças e jovens.
	* Prestação de Apoio Jurídico	0%	Durante o decorrer de 2017 não houve necessidade de solicitar o apoio jurídico à Cuatrecasas
INDITEX e Fundação O Século	* Projeto "SALTA"	6%	Formação de jovens em situações vulneráveis ou em risco de exclusão social e posterior inserção no mercado de trabalho.

Com o intuito de ajudar as crianças/jovens a estabelecer metas alcançáveis e abrir portas para novas oportunidades em diferentes campos, existe uma forte dedicação na componente educativa/formativa.

RESULTADOS ESCOLARES



É importante referir que, de uma forma mais pormenorizada, 90% correspondente a 30 jovens, transitou de ano e 10% não transitaram, correspondente a três jovens. É importante acrescentar ainda que, dos 33 jovens, três não foram contabilizados neste gráfico, uma vez que um jovem já se encontra inserido no mercado de trabalho e os outros dois jovens integraram o CBNS no final do ano letivo 2016/2017.

8.10. BANCO DO VESTUÁRIO

Através do Banco do Vestuário foi mantido o apoio de proximidade junto da comunidade interna e externa à Misericórdia do Porto. Em 2017 ao nível da distribuição

interna, num total de 19.787 peças, destacam-se a entrega de 2.182 peças de roupa a utentes da RLIS da SCMP e 4.374 peças para os utentes do Centro Hospital Conde de Ferreira. A nível externo, o Banco do Vestuário trabalhou durante o ano com 59 instituições parceiras, para onde distribuiu 43.707 peças. Ao nível das entradas registou-se a entrada de 63.494 peças de roupa.

Em 2017 merecem especial referência a Santa Casa da Misericórdia do Maia, as Conferências de S. Vicente de Paulo, a AMI e a ANAP, como intermediários de distribuição para o maior número de artigos de vestuário.

8.11. LOJA SOLIDÁRIA

A Loja Solidária, manteve o registo crescente de atividade já verificado em 2016, focada na angariação de artigos para venda preferencial a pessoas com pouca capacidade económica e distribuição pelas unidades operacionais da área social da Misericórdia do Porto. Com funcionamento regular todos os dias úteis no período da manhã, de acordo com a disponibilidade da equipa de voluntários que suporta a iniciativa, durante o ano de 2017 esta atividade permitiu angariar 12.175,15€, que revertem para a sustentabilidade de novos projetos de intervenção social.

8.12.

INOVAÇÃO SOCIAL

A intervenção da Misericórdia do Porto na área do Empreendedorismo e Inovação Social aumentou de uma forma significativa com o estabelecimento de um conjunto de parcerias estratégicas para submissão de projetos inovadores aos Fundos Estruturais e de Investimento (FEEI), tendo sido aprovado o projeto NutriAge pelo Programa Interreg Espanha-Portugal. Sendo o Impacto Social o principal foco da instituição, aliado a modelos de intervenção que permitam a sustentabilidade dos projetos e Respostas Sociais, foram submetidas quatro candidaturas de projetos a financiamento nas áreas de:

- **Capacitação para a Inclusão de Pessoas e Famílias em Vulnerabilidade Social;**
- **Fatores prognósticos de demência: intervenção baseada nas necessidades para prevenção de sintomas comportamentais e psicológicos;**
- **Ações de sensibilização sobre violência doméstica para o público em geral e ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico;**
- **Desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que permitam combater a depressão na população idosa.**

Durante este ano foi elaborado um plano de crescimento da rede Chave de Afetos, que visa aumentar o seu alcance na Cidade do Porto e potencialmente na Área Metropolitana do Porto, beneficiando um maior número de idosos em situação de isolamento e solidão, bem como aplicar um novo modelo de sustentabilidade que viabilize a continuidade do Programa.

As novas tecnologias serão igualmente um fator diferenciador na sua implementação, tornando o programa mais eficiente e eficaz na resolução deste problema social.

Neste momento a Misericórdia do Porto participa em cinco projetos de Inovação Social, designadamente:

- **Projeto NutriAge**, aprovado pelo programa Interreg Espanha- Portugal, pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas, promovendo um envelhecimento saudável e a prevenção do declínio funcional e cognitivo,

através do desenho e avaliação de estratégias nutricionais personalizadas, fundamentadas sobre a alimentação tradicional atlântica e o desenvolvimento de novos alimentos e suplementos nutricionais dirigidos a cobrir as suas necessidades e preferências. O projeto decorrerá nas três ERPI da Misericórdia do Porto e contará com equipas multidisciplinares da Instituição, bem como com a colaboração dos parceiros, nomeadamente, a Universidade Católica, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, a Junta da Galiza, a Universidade de Santiago de Compostela e um conjunto de entidades da Indústria Agro-Alimentar;

- **Mais Vividos Mais Ativos**, em parceria com a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e colaboração técnica de animação-sociocultural da ERPI N^a. Sra. da Misericórdia, que consiste na dinamização de um Treino Multicomponente - Treino aeróbio, força muscular, flexibilidade, equilíbrio e exercícios posturais, adaptado a pessoas residentes em ERPI. O projeto prevê o aumento do nível de bem-estar, a melhoria da função cognitiva, a prevenção de quedas e a manutenção da funcionalidade no desempenho das tarefas diárias, essenciais à qualidade de vida do idoso;
- **SACHI - Projeto Intergeracional** entre idosos das ERPI e Crianças e Jovens do Colégio Barão Nova Sintra e Colégio de Nossa Senhora da Esperança. Estiveram envolvidos 11 idosos e 32 jovens, permitindo um aumento da valorização do idoso, a estimulação cognitiva e aprendizagem ao longo da vida;
- **Participação no ALOHA - Academia do Bem-Envelhecer**, que tem como objetivo informar e formar idosos e prestadores de cuidados nas áreas da vacinação, hábitos de vida saudáveis e uso adequado dos antibióticos. Este projeto foi desenvolvido em conjunto com o Porto4Ageing e o Sítio de Referência Gérontopôle Autonomie Longévité des Pays de la Loire, de Nantes.

9. SAÚDE



A área da saúde continua a ser uma área nuclear no desenvolvimento social da Santa Casa da Misericórdia do Porto, quer no seu plano económico, quer no seu importante papel histórico.

O ano de 2017 ficará sempre como um ano decisivo no novo modelo de negócio da saúde para a Misericórdia do Porto, quer alterando o paradigma posicionamento, quer implicando profundas reformas na sua forma de estar, perante o universo dos vários atores privados e públicos, quer na complementariedade da sua prestação de serviços ao Serviço Nacional de Saúde.

Para tal contribuiu, em muito, o relatório de auditoria do Tribunal de Contas, que no seu plano geral é claramente favorável e justificativo do papel da SCMP na complementariedade ao SNS, mas que implicou uma necessária avaliação à nossa participação no mesmo sistema de saúde.

A relação da SCMP com a ARS Norte, no caso particular do Hospital da Prelada (HP), teria sempre um destaque, proporcional ao peso que o contrato-programa representa nos resultados finais.

No entanto, no ano em análise, há factos adicionais e particularmente relevantes que influenciaram o nosso desempenho e vão iniciar um novo enquadramento do relacionamento futuro do HP e da SCMP com o SNS.

Isto é, como consequência das recomendações formuladas no já referido relatório do Tribunal de Contas, a ARS aumentou o nível do controlo sobre a atividade desenvolvida e sobre o respeito pelas regras de referenciação e encaminhamento de doentes. Em paralelo, e também por se aproximar o fim do ciclo de vida do actual “acordo-chapéu”, a ARS iniciou os estudos de *value for money* conducentes à celebração de novo acordo, ao abrigo do DL 138/2013, também como forma de responder às recomendações do Tribunal de Contas.

Consequência desse mesmo relatório obrigou a alguns ajustamentos ao modo de relacionamento com a ARS Norte, além de uma evidente tomada de posição de um partido político, claramente de crítica e distanciamento ao secular papel da SCMP no sector.

É claro que estas situações não vão deixar a SCMP de continuar a sua atividade numa área onde se encontra desde a sua fundação, isto é desde o século XVI.

Do mesmo modo o acordo de gestão com o Ministério da Saúde sobre o CRN - Centro de Reabilitação do Norte aproxima-se do seu final, tendo já a SCMP manifestado o seu interesse e disponibilidade para continuar o seu trabalho em prol das populações que dele necessitam.

A mudança dos tempos implica novas atitudes. Estamos preparados para esses novos desafios.

9.1.

HOSPITAL DA PRELADA - DR. DOMINGOS BRAGA DA CRUZ

No início de 2017, definiram-se como objetivos estratégicos a integral execução do contrato programa com a ARS e o crescimento da faturação da atividade não SNS e, dessa forma, entendeu-se relevante alargar a base de clientes e a oferta ou o reforço de produtos de prestação de cuidados.

No plano interno, procurou-se a renovação do quadro médico, a elaboração do Plano Diretor para a modernização do hospital, quer do ponto de vista técnico quer hoteleiro, a melhoria de eficiência eliminando tarefas que não acrescentam valor, a permanente avaliação da necessidade de recursos humanos e a uma melhor alocação de profissionais a tarefas de valor acrescentado.

Com este enquadramento destacam-se as seguintes ações desenvolvidas:

1) Alargar base de clientes

- (1). Acordo com Advancecare;
- (2). Inclusão na rede “cartão social”;
- (3). Acordo com clubes desportivos no âmbito da medicina desportiva:
 - i) Golfe Miramar;

- ii) Associação Desportiva António Aroso;
- iii) GOL Health (Feirense);
- iv) FPF (Árbitros Profissionais);
- (4). Acordo com ADSE para especialidades extra contrato-programa;
- (5). Acordo Future Health Care;
- (6). Contrato sinistrados de trabalho SCMP: Generali.

2) Oferta novos produtos

- (1). Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade, englobado no contrato-programa;
- (2). Dermatologia no contrato-programa;
- (3). Atendimento Permanente;
- (4). Medicina Desportiva.

3) Renovar quadro médico e maior responsabilização dos Diretores de Serviço

- (1). Admissão de 4 novos médicos (2 anestesistas e 2 ortopedistas) com remunerações variáveis, em 12 meses, indexadas a objetivos de produção e qualidade;

- (2). Alteração dos contratos dos Diretores de Serviço em que o prémio de direção passou a depender dos resultados do serviço e não do desempenho individual.

4) Melhorar as Instalações

- (1). Elaboração do Plano Diretor para sustentar as obras a realizar em 2018;
- (2). Eliminação da separação física entre clínica privada e as restantes áreas;
- (3). Melhoria dos balcões de atendimento.

5) Melhorar a eficiência

- (1). Reestruturação do serviço de aprovisionamento e serviços gerais de apoio;
- (2). Melhoria das ferramentas de suporte à decisão;
- (3). Eliminação da utilização do processo clínico em papel.



9.1.1.

EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA

O contrato programa para 2017 tinha um valor de produção de 26,8M€ a que acresciam 1,4M€ de incentivos de qualidade e eficiência, perfazendo um valor global de 28.268.223€.

A execução prevista do contrato é a que se apresenta na tabela seguinte:

Linha de produção	Contratado	Realizado	TAXA DE EXECUÇÃO
Consultas Médicas Primeiras	28.500	28.394	99,6%
Consultas Médicas Subsequentes	56.200	56.200	100,0%
Dias de Internamento MFR	3.500	3.500	100,0%
GDH Cirúrgico de Ambulatório	5.410	5.410	100,0%
GDH Cirúrgico de Internamento	4.480	4.480	100,0%
GDH Médico	200	200	100,0%
PTCO	360	253	70,3%
Valorização produção (S/incentivos)	26.854.812 €	26.165.496 €	97,4%

Comparando o valor contratado com a atividade realizada elegível para faturação, observa-se que há uma execução plena do contrato em todas as linhas de produção com exceção das primeiras consultas (99,6%) e do PTCO. Esta execução física do contrato corresponde a uma execução financeira, em termos de produção, de 97,4%.

Atendendo a que no ano 2017 existiram constrangimentos relevantes ao nível da codificação clínica, é possível que ocorram variações nas linhas de GDH ou PTCO, mas que não influenciarão as principais conclusões apresentadas.

O sistema de financiamento do SNS impõe que os MCDT requisitados no âmbito da prestação de cuidados, previstos nas diferentes linhas de produção, é um custo que a instituição suporta sem possibilidade de faturação pelo que o volume de MCDT requisitados no âmbito da execução do contrato-programa merecem uma particular atenção.

Atividade no âmbito do CP	2016	2017	
Ecotomografia	3.900	4.114	5,5%
Mamografias	69	57	-17,4%
Radiologia convencional	16.797	15.979	-4,9%
Radiologia de intervenção	49	52	6,1%
Ressonância Magnética	2.761	2.699	-2,2%
TAC	1.905	1.828	-4,0%
Cardiologia	7.111	7.181	1,0%
Análises clínicas	96.744	100.533	3,9%
Gastroenterologia	215	237	10,2%
MFR	170.577	151.807	-12,3%

Pela observação do quadro anterior, verifica-se que os MCDT, cujo custo unitário é superior, tiveram uma descida no volume de exames realizados, nomeadamente TAC e Ressonâncias Magnéticas. Assim, conclui-se que o crescimento da atividade necessária para cumprir o contrato-programa não se traduziu num acréscimo de MCDT não faturáveis.

9.1.2. EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EXTRA CONTRATO-PROGRAMA

O resumo da atividade extra contrato-programa realizada em 2017 é o que se apresenta na tabela seguinte onde podemos constatar que a atividade de consulta cresceu 61,4% e a atividade cirúrgica cresceu 25%.

	CONSULTA		CIRURGIA	
	2016	2017	2016	2017
ADSE		16		
Companhias de seguros	2.681	4.062	116	128
Outras EFR	128	677	8	8
Privado	689	890	562	722
Total	3.498	5.645	686	858

No que diz respeito aos MCDT, a evolução é a que se apresenta no quadro seguinte:

Atividade	2016	2017	
Ecotomografia	750	1.951	160,1%
Mamografias	77	103	33,8%
Radiologia convencional	2.016	2.492	23,6%
Radiologia de intervenção	5	5	0,0%
Ressonância Magnética	802	926	15,5%
TAC	230	330	43,5%
Cardiologia	1.342	942	-29,8%
Análises clínicas	46.645	61.683	32,2%
Gastrenterologia	21	29	38,1%
Gastrenterologia (convenção SNS)	764	813	6,4%
MFR	40.434	40.725	0,7%

É de salientar a evolução da Ecotomografia resultante da prestação de serviços para o CHP, na realização de ecografias. O crescimento generalizado das restantes linhas de atividade está diretamente relacionado com o crescimento da base de clientes e no caso particular da imagiologia, a disponibilidade e incentivo que o novo contrato com o prestador gera.

O resultado financeiro global de toda a atividade não SNS, apresenta um crescimento de 25,8% face ao ano anterior e um aumento do peso da atividade não SNS no total de rendimentos do HP de 7,9% para 9,9%.

	2016	2017
Companhias de seguros	898.376,31 €	668.460,10 €
Privados	474.899,75 €	947.170,89 €
Outras entidades	871.627,93 €	1.245.573,51 €
SNS extra CP	162.014,13 €	167.542,33 €
Total	2.406.918,12 €	3.028.746,83 €

9.1.3. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos de um hospital representam, não só uma componente relevante nos custos de atividade, mas têm uma importância adicional do ponto de vista intangível dada a especificidade técnico-científica da prestação de cuidados.

A evolução do número de profissionais do Hospital da Prelada de 2016 para 2017 é a que se apresenta no quadro seguinte e inclui médicos do internato de MFR, uma médica psiquiatra a meio tempo e três jardineiros.

Grupo Profissional	2016	2017	
Pessoal Dirigente	3	3	0%
Médicos	39	42	7,7%
Enfermeiros	159	152	-4,4%
TDT e Ajudantes tec fisioterapia	30	28	-6,7%
Tec e Tec Superiores	11	9	-18,2%
Administrativos	71	68	-4,2%
Pessoal Auxiliar	123	118	-4,1%
Operários	22	19	-13,6%
Capelão	0	0	
Total	458	439	-4,1%

9.1.4.

CONCLUSÃO

O acordo para a celebração do contrato-programa para 2017 ocorreu em setembro de 2017 e a ARS impôs uma redução de 3% sobre as linhas de produção de consultas e GDH's. Esta redução não estava prevista quando o orçamento para 2017 foi elaborado, pelo que se reflete na taxa de execução dos rendimentos, na rubrica de prestações de serviços.

A rubrica de compras é influenciada por dois fatores. Em primeiro lugar, pelo aumento da atividade global já evidenciada ao longo deste relatório. Em segundo lugar, há uma influência relevante dos consumos de material de consumo clínico e produtos farmacêuticos diretamente relacionados com o programa de tratamento cirúrgico da obesidade (PTCO).

Ao nível da rubrica de recursos humanos, apesar da diminuição de profissionais verificada, no final do ano esta diminuição ocorreu nos últimos meses do ano pelo que o seu reflexo financeiro se fará sentir mais tarde ao longo do ano. Por outro lado, a política de renovação de recursos humanos médicos implica que, em alguns momentos, haja um sobrecusto por força da entrada de novos profissionais antes da saída de outros. Ainda assim, podemos afirmar que este resultado é o resultado esperado considerando que o orçamento desta rubrica tem uma taxa de execução de 100%.

Relativamente aos "outros gastos e perdas" o valor apresentado reflete duas parcelas fundamentais. Em primeiro, as correções à faturação dos contratos-programa de 2015 e 2016 que representam cerca de 950 mil euros e, em segundo, o proporcional que cabe ao HP de uma indemnização que a SCMP pagou no valor de 600 mil euros.

Tendo presente os objetivos iniciais enunciados no início deste relatório, podemos concluir que, face à execução do contrato-programa, ao aumento da atividade privada e as variações no número de profissionais, o ano 2017 é um ano francamente positivo.

Por outro lado, o resultado financeiro ficará aquém do esperado, pelo que, ao longo do ano 2018, haverá o desafio de diminuir os custos inerentes a atividades menos rentáveis, mas esta redução terá que ser balanceada com as implicações que as mesmas podem causar na execução do contrato-programa, para não correr o risco

que a melhoria do resultado económico não signifique uma depreciação significativa do resultado financeiro.

Perspetivando o ano 2018, identificam-se duas questões relevantes. Por um lado, os riscos operacionais e financeiros que decorrem da aplicação do DL 138/2013, na nossa relação com a ARS e, por outro, as alterações no mercado privado de saúde, com a ADSE a passar por uma grande transformação, as seguradoras a exigir cada vez preços menores e a concentração que o mercado segurador previsivelmente terá.

9.2.

CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE - DR. FERREIRA ALVES

O Centro de Reabilitação do Norte - Dr. Ferreira Alves (CRN), unidade de saúde do Estado Português, é gerido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto desde 13 de dezembro de 2013, tendo sido inaugurado, oficialmente, em 25 de fevereiro de 2014.

O CRN tem como missão completar a oferta de cuidados e contribuir para a elevação dos padrões de saúde da região Norte, pelo que a sua atividade constitui uma prioridade, permitindo ampliar e melhorar a acessibilidade aos serviços de saúde, racionalizar a utilização dos recursos materiais e humanos existentes e aumentar a eficácia e eficiência do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Em 2017, o CRN consolidou o seu estatuto de Unidade Incontornável no âmbito da Rede Nacional de Medicina Física e Reabilitação do Serviço Nacional de Saúde, evidenciando o impacto positivo da operação, criação e entrega de valor a todos os parceiros.

O Acordo de Gestão (AG), celebrado entre o Estado Português e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, teve, até ao momento, diferentes fases do ciclo de vida do CRN, designadamente:

- Arranque, 2014;
- Desenvolvimento/Crescimento, 2015;
- Maturidade/Expansão, 2016 e 2017.

A origem do AG assenta na decisão política do Ministério

da saúde de colocar à disposição dos cidadãos um Centro de Reabilitação de Medicina Física na Região Norte e, desse modo, complementar a rede nacional, nesta área.

Tendo em conta o seu papel assistencial na sociedade durante mais de cinco séculos, o seu percurso, posicionamento e competências ao nível do Sector da Saúde, antes e após a fundação do Serviço Nacional de Saúde, bem como a experiência concreta nas áreas da medicina física e de reabilitação, desde o final da década de 80, a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) foi reconhecida pelo Ministério da Saúde como o parceiro distinto, com capacidade de implementar a sua proposta de valor e gerar benefícios aos Utentes do SNS, contribuindo para um Serviço Público Sustentável.

As estratégias adotadas, ao longo do caminho percorrido, visaram o cumprimento do Compromisso assumido pela SCMP perante o Estado e a Sociedade, com elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo, inerentes à tradição da marca SCMP.

A performance e objetivos atingidos derivam do modelo de desempenho coletivo da SCMP que alia a tradição

à inovação, assente, designadamente, em três pilares - talentos, tolerância e tecnologia.

O CRN é, hoje, uma realidade com elevado impacto. Distribuiu valor a todos os cidadãos. O modelo de gestão contratualizado é eficiente e garante a mitigação do risco estratégico do Estado Português com a sua operação.

Mais uma vez a Missão, Objetivos e Valores do CRN foram cumpridos e colocados à disposição do SNS. Os compromissos e obrigações assumidos perante o Estado Português foram respeitados e os objetivos alcançados. Simultaneamente, o desígnio da SCMP de “cuidar dos enfermos” foi reforçado.

Isto é, de acordo com a análise SWOT realizada, garantir a prestação de cuidados de referência, na área da Medicina Física e Reabilitação (MFR), maximizando o potencial de reabilitação de cada doente, bem como promover o avanço do conhecimento nesta área.

Atuando, através de recursos altamente qualificados, com um portfólio de serviços diferenciados, em articulação com o meio envolvente e interagindo com a família.

ANÁLISE SWOT CRN 2017

STRENGTHS / FORÇAS	OPPORTUNITIES / OPORTUNIDADES	WEAKNESSES / FRAQUEZAS	THREATS / AMEAÇAS
<p>Marca CRN / SCMP</p> <p>Reabilitação por equipas multidisciplinares experientes e altamente qualificadas na sua área de atuação</p> <p>Disponibilização de Técnicas Inovadoras de Diagnóstico e Tratamento</p> <p>Certificação de Qualidade ISO 9001: 2008 e ISO 14001: 2012 - Prestação de serviços e cuidados de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e desempenho ambiental</p>	<p>Centro Especializado de Reabilitação exclusivo no Norte</p> <p>Integração nas redes nacionais e internacionais de conhecimento na área de MFR a nível internacional</p> <p>Contributo positivo nas áreas da investigação e ensino de MFR</p>	<p>O Modelo de Financiamento desincentiva o desenvolvimento da atividade especializada e a otimização de recursos tecnológicos</p> <p>O Sistema de referência, comunicação e integração de dados entre o CRN e os Cuidados de Saúde Primários e Hospitalares</p>	<p>Aumento do número de doentes infetados provenientes de outras Unidades de Saúde, exigindo medidas de isolamento</p> <p>Incerteza quanto à duração do Acordo de Gestão para a área da MFR</p>

9.2.1.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Protocolos relevantes celebrados

- ARSN - Apoio domiciliário de doentes após a alta e da área dos ACES Gaia e Espinho/Gaia;
- CRN/IPP-ESTSP/CRPG - Pós-graduação (PG) em Reabilitação Neurológica na Lesão Encefálica Adquirida;
- Caetano Baviera (Projeto SARF).

9.2.2.

ATIVIDADE - PERFIL DA PRESTAÇÃO REALIZADA

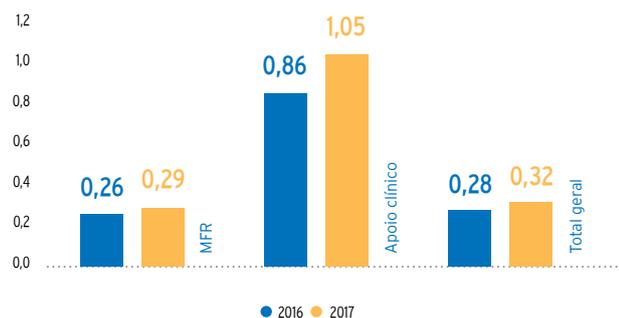
9.2.2.1. CUMPRIMENTO DO CONTRATO-PROGRAMA/ ACORDO DE GESTÃO ESTABELECIDO COM A ARSN

O nível de produção contratada com a entidade Pública Contratante, foi executado.

Relativamente aos Indicadores de Desempenho, todos foram atingidos, com exceção do rácio de 1ª e 2ªs consultas.

Assim, embora aceite pela ARSN como um item de difícil cumprimento, o objetivo do rácio do total das primeiras consultas vs subsequentes foi mantido nos 0,5, tendo sido apenas atingido 0,32.

RÁCIO PRIMEIRAS / SUBSEQUENTES



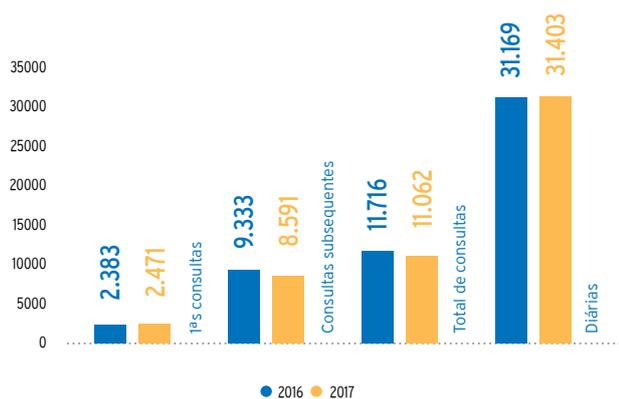
Indicadores de Desempenho

1. Desempenho no internamento		Proposta	Peso	25-11-2017
1.a)	Demora média no internamento	53,0	20%	49,6
1.b)	Taxa de cancelamento de internamento programado	1,4%	20%	0%
1.c)	Taxa de reinternamento	1,4%	20%	0,2%
2. Desempenho na Consulta Externa		Proposta	Peso	25-11-2017
2.a)	Taxa de cancelamento de consultas externas, cujo valor anual fixado não pode ser > 2%	1,4%	20%	0,0%
2.b)	Rácio de primeiras consultas/subsequentes	0,5	20%	0,3

9.2.2.2. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE GESTÃO

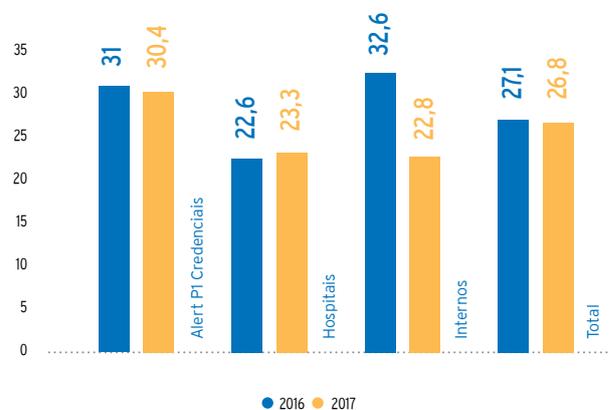
As consultas externas referenciadas pelos ACES atingiram 1.180, representando um aumento de 4%, enquanto que as provenientes das Unidades Hospitalares se traduziram em 827, registando um significativo acréscimo de 27% face ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO 2016/2017



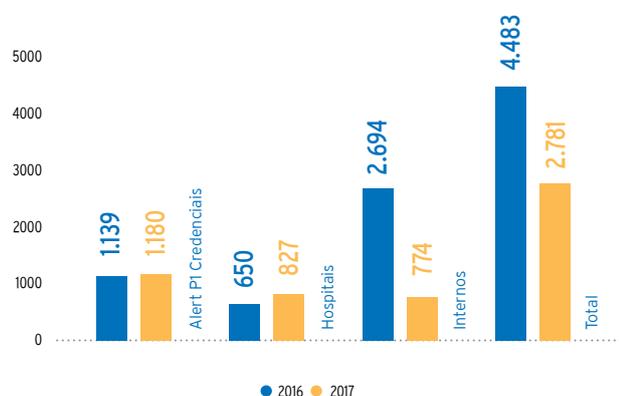
9.2.2.4. CONSULTA POR DISTRITO

TEMPO DE ESPERA MÉDIO



9.2.2.3. CONSULTA EXTERNA

PEDIDOS DE CONSULTA POR TIPO DE REFERENCIAÇÃO



O tempo de espera médio total para consulta, em 2017, foi de 26,8 dias, representando uma redução de 1% face a 2016. O tempo de espera médio da referenciação proveniente dos ACES traduziu-se em 30,4 dias, menos 2% que no ano anterior.

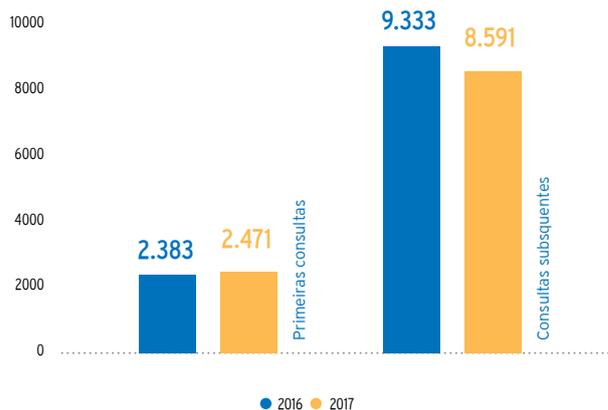
Consultas por Distrito	2016		2017		2016	2017
	Quantidade	%	Quantidade	%	Δ Abs	Δ %
Aveiro	1.071	8,5	910	8	-161	-15
Braga	311	2,7	320	3	9	2,9
Bragança	63	0,5	64	1	1	1,6
Castelo Branco	1	0,0	1	0	0	0,0
Coimbra	1	0,0	5	0	4	400
Guarda	5	0,0	17	0	12	240
Leiria	10	0,1	9	0	-1	-10
Lisboa	3	0,0	1	0	-2	-66,7
Porto	10.762	86,9	10.220	87	-542	-5
Santarém	6	0,0	1	0	-5	-83,3
Viana do Castelo	52	0,4	78	1	26	50
Vila Real	55	0,4	73	1	18	32,7
Viseu	55	0,4	66	1	11	20
Total	12.395	100	11.765	100	-630	-5,1

Relativamente ao perfil assistencial da consulta externa, 95% das consultas foram realizadas a utentes dos distritos do Porto e Aveiro.

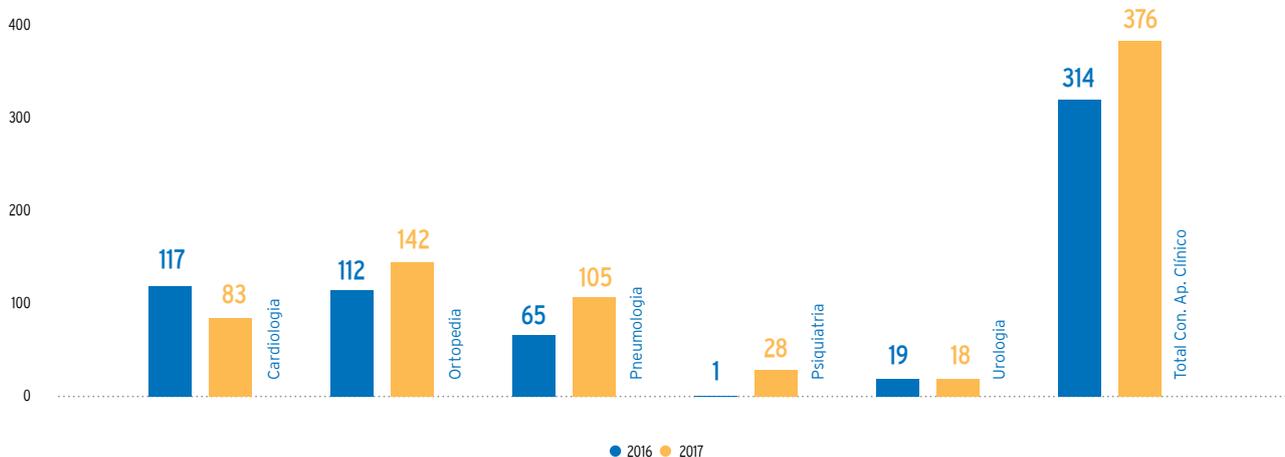
No ano de 2017 realizaram-se 11.062 consultas externas, traduzindo-se numa descida de 6% face ao ano anterior.

Na relação das Primeiras Consultas Vs Subsequentes houve uma melhoria, uma vez que as Primeiras aumentaram 4%, enquanto que as Subsequentes diminuíram 8%.

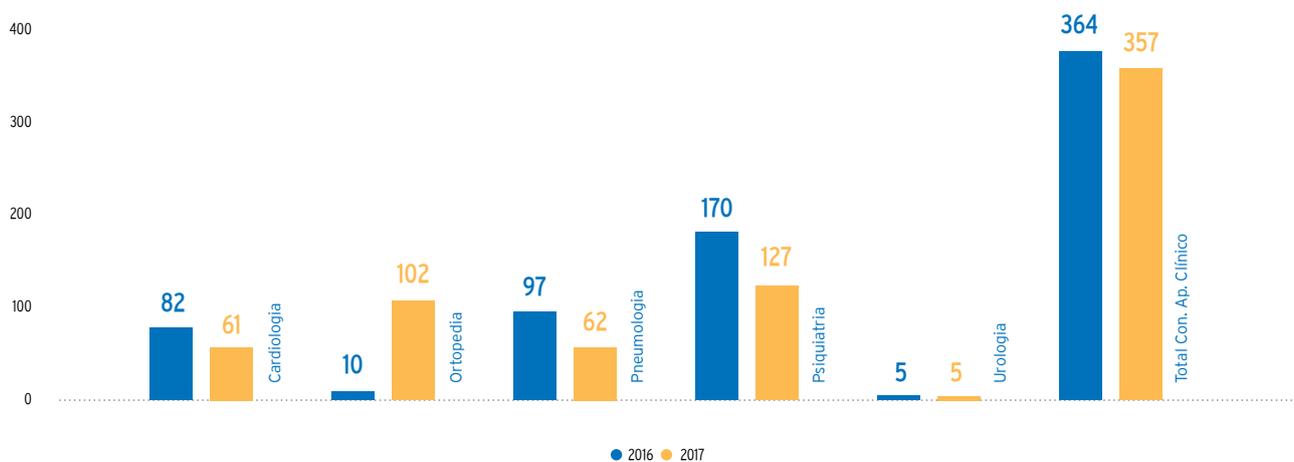
PRIMEIRAS CONSULTAS / CONSULTAS SUBSEQUENTES



PRIMEIRAS CONSULTAS DE APOIO CLÍNICO

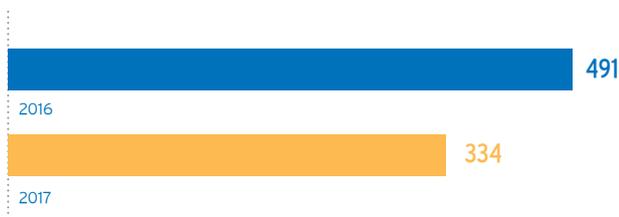


CONSULTAS SUBSEQUENTES DE APOIO CLÍNICO



9.2.3. INTERNAMENTO

PEDIDOS DE INTERNAMENTO



Os pedidos de internamento registaram uma descida de 157 em valor absoluto, menos 32% do que no ano anterior.



9.2.3.1. INTERNAMENTO POR DISTRITO

Internamentos por Distrito	2016		2017		2016		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Δ Abs	Δ %		
Açores	2	0,3%	2	0,3%	0	0,0%		
Aveiro	108	5,7%	82	13,0%	-26	-24,1%		
Braga	71	3,8%	97	15,3%	26	36,6%		
Bragança	17	0,9%	17	2,7%	0	0,0%		
Guarda	1	0,1%	3	0,5%	2	200,0%		
Leiria	1	0,1%	1	0,2%	0	-		
Lisboa	3	0,2%	0	0,0%	-3	-		
Madeira	2	0,1%	0	0,0%	-2	-		
Porto	446	23,6%	379	59,9%	-67	-15,0%		
Setúbal	1	0,1%	0	0,0%	-1	-100,0%		
Viana do Castelo	13	0,7%	18	2,8%	5	38,5%		
Vila Real	17	0,9%	21	3,3%	4	23,5%		
Viseu	10	0,5%	13	2,1%	3	30,0%		
Total	692	37%	633	100%	59	8,5%		

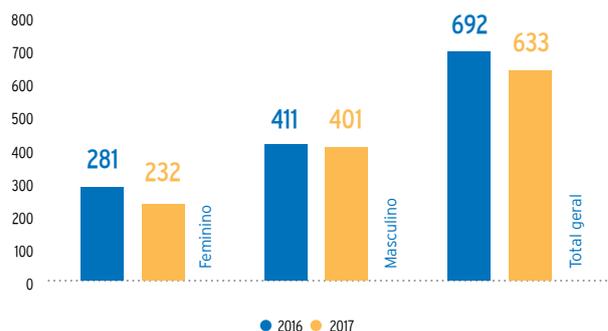
Os doentes dos Distritos de Aveiro e Porto representaram 90% dos internamentos realizados em 2017.

9.2.3.2. INTERNAMENTO POR GÉNERO

Numa análise do internamento por género, continua a verificar-se uma predominância de pessoas do sexo masculino, com um peso de 63%, enquanto que as do sexo feminino representam 37% do total.

O grupo com maior percentual é o grupo masculino, que demonstra uma prevalência superior ao género feminino.

INTERNAMENTO POR GÉNERO

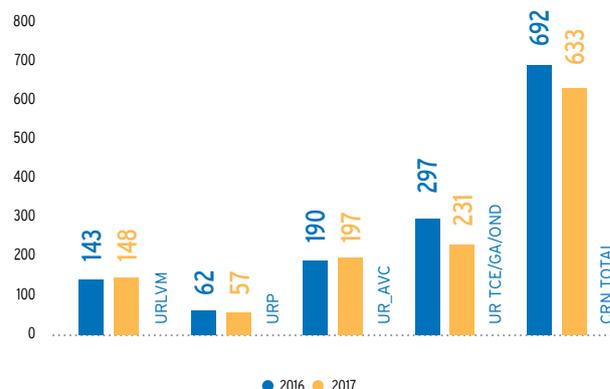


9.2.3.3. UTENTES ADMITIDOS

A Unidade de Traumatismo Crânio-encefálico/Outras Doenças Neurológicas/Geral acolheu o maior número de utentes, 231.

Na Unidade de Pediatria foram internados 57 doentes, enquanto que na Unidade de AVC internaram-se 197, onde se registou o maior acréscimo de doentes, 4% face ao ano anterior.

UTENTES ADMITIDOS



9.2.4.

MCDT

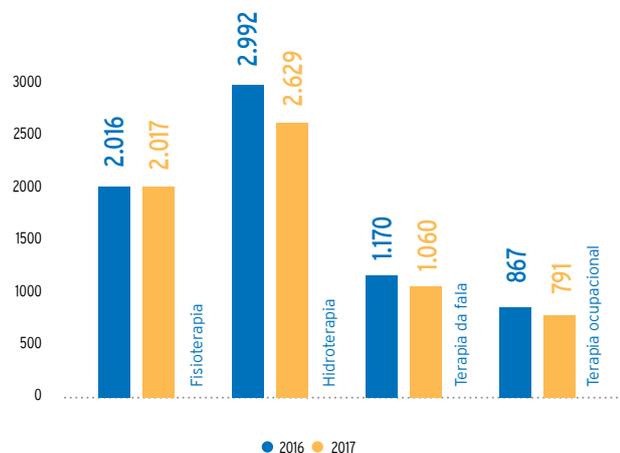
9.2.4.1. TRATAMENTOS POR DISTRITO

Tratamentos por Distrito	2016		2017		2016		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Δ Abs	Δ %		
Açores	2	0,1%	2	0,1%	0	0,0%		
Aveiro	172	9,1%	159	8,4%	-13	-7,6%		
Braga	64	3,4%	96	5,1%	32	50,0%		
Bragança	16	0,8%	15	0,8%	-1	-6,3%		
Castelo Branco	1	0,1%	1	0,1%	0	0,0%		
Guarda	1	0,1%	4	0,2%	3	300,0%		
Leiria	2	0,1%	1	0,1%	-1	-50,0%		
Lisboa	2	0,1%	0	0,0%	-2	-100,0%		
Porto	1.586	84,0%	1.552	82,4%	-34	-2,1%		
Santarém	1	0,1%	0	0,0%	-1	-100,0%		
Viana do Castelo	15	0,8%	20	1,1%	5	33,3%		
Vila Real	16	0,8%	19	1,0%	3	18,8%		
Viseu	10	0,5%	15	0,8%	5	50,0%		
Total	1.888	100%	1.884	100%	4	0,2%		

Em 2017 os tratamentos terapêuticos concentraram-se nos doentes provenientes dos Distritos de Aveiro e Porto (91%).

9.2.4.2. TRATAMENTOS POR SETOR

TRATAMENTOS POR SETOR



9.2.5.

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, JORNADAS E CURSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Médicos	Psic.	Nutri.	A.Social	Enf.	TDT	Farmácia	Total
Comunicações/Trabalhos: Congressos, Jornadas, Cursos	20	2	1	1	3	8	0	35
Publicações	2	0	0	0	0	0	0	2
Pós-Graduações e Mestrados	2	0	1	0	8	4	0	15
Participações: Congressos, Simpósios, Jornadas, Cursos	45	2	2	1	11	55	2	118

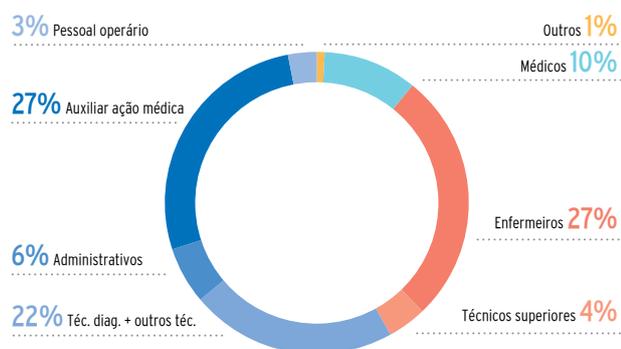
9.2.6.

GESTÃO E RECURSOS

9.2.6.1. RECURSOS HUMANOS

Categorias Profissionais	2016	2017	Δ ABSOLUTA
Administrador	1	1	0
Diretor Clínico	1	1	0
Médico	15	14	1
Enfermeiro	57	60	-3
Téc. Diag. e Terapêutica	40	46	-6
Téc. Superiores	10	9	1
Outros Técnicos	6	2	4
Administrativo	12	12	0
Auxiliar	66	64	2
Operário	7	4	3
Armazém	1	1	0
Capelão	1	1	0
Total	217	215	2

ESTRUTURA PESSOAL CRN (TOTAL=215)



Nota: Não inclui 10 Prestadores de Serviços.

9.2.7.

QUALIDADE

As políticas da qualidade e ambiente foram sendo implementadas, no Centro de Reabilitação do Norte, no decurso e em linha com o previsto no Acordo de Gestão. Em 2014, foi obtida a certificação em matéria de qualidade e, em 2015, concretizada a componente do Ambiente. Em 2016, os sistemas de gestão da qualidade (SGQ) e sistema de gestão ambiental (SGA) foram alvo de um processo de integração num sistema de gestão integrado (SGI).

No exercício de 2017 foi consolidado o modelo organizativo e de gestão da Organização, destas temáticas, considerando as perspetivas de regulação, monitorização e aperfeiçoamento contínuo da gestão, visando a preservação do planeta, a criação e partilha de valor por todos os *stakeholders* e, simultaneamente, assegurar e reforçar a sustentabilidade do CRN.

Neste seguimento foi realizado em dezembro de 2017, pela auditoria externa, o processo de certificação de Sistemas de Gestão de Qualidade, o CRN viu confirmada a Manutenção da Certificação, de acordo com os requisitos da norma ISO 9001:2008, mantendo também a Certificação, de acordo com os requisitos da norma ISO 14001:2012.

9.2.7.1. MEDIDAS, AÇÕES DESENVOLVIDAS

A manutenção da Certificação da Qualidade e Ambiente obriga a consolidar o modelo organizativo e de gestão da Organização e cujos resultados das auditorias internas e externas geram **medidas/dimensões de avaliação**, criando a melhoria contínua, designadamente:

- Avaliação da conformidade com os requisitos legais e outros;
- Cumprimento do Programa Anual de Auditorias Internas;
- Retorno da informação do cliente, na busca de graus superiores de satisfação;
- Desempenho dos processos e conformidade do produto - medição e monitorização;
- Desempenho ambiental - acompanhamento mensal e análise evolutiva de consumos e produção de resíduos;
- Cumprimento de objetivos e metas ambientais;
- Aumentar a eficácia do tratamento das Oportunidades de Melhoria.

9.2.8.

AValiação DOS INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO AOS UTENTES

A entidade SGS procedeu à análise e validação dos resultados dos inquéritos de satisfação aos utentes, numa escala de 1 a 10, nos serviços de Internamento e Consulta Externa, durante o ano 2017 (anexo 6).

Verificou-se um total de 732 inquéritos recolhidos, durante os meses de janeiro a dezembro, 568 no serviço de internamento e 164 no serviço de consulta externa.

	N.º inquéritos	Avaliação
Internamento	568	9,2
Consulta Externa	164	9,2

Tendo em conta os constrangimentos e as incertezas decorrentes do prazo do Acordo de Gestão, passível de terminar no dia 25.11.2018, e enquanto não recebermos a esperada confirmação da sua continuidade, teremos que adotar uma gestão prudente, assente na contenção dos investimentos e dos custos de funcionamento e na melhoria da eficiência dos serviços.

Esperamos, assim, que a confiança na qualidade da prestação de serviços e do cumprimento do Acordo de Gestão, ao longo destes 4 anos de atividade, com criação e entrega de valor a todas as partes envolvidas, seja o garante da continuidade desta relação, fortalecendo os laços institucionais entre o Ministério da Saúde e a SCMP.



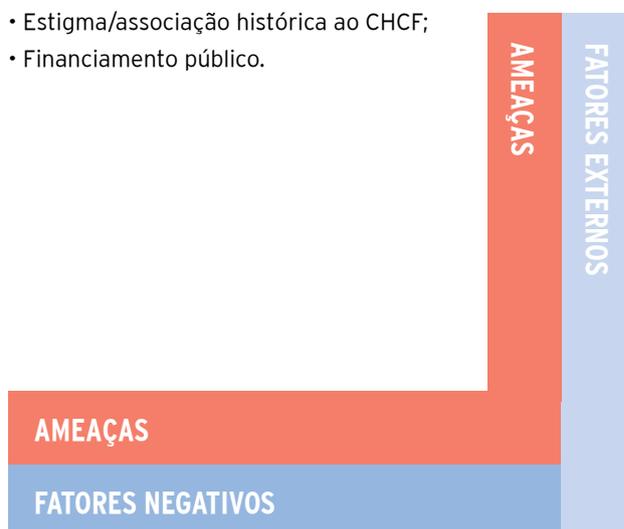
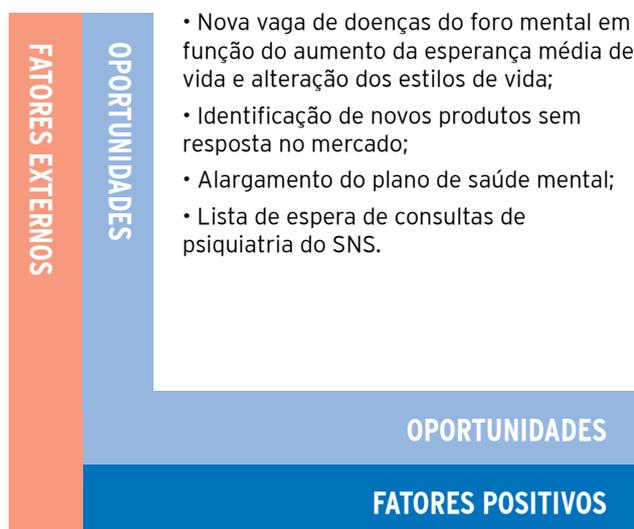
9.3.

CENTRO HOSPITALAR
CONDE DE FERREIRA

O ano de 2017 foi um exercício em que o CHCF aprofundou o plano da sua atividade clínica, designadamente em função da operacionalização dos Protocolos com o Centro Hospitalar do Porto, EPE e Alojamento Social. Simultaneamente, o plano de reabilitação das infra-estruturas do CHCF foi alvo de programa de continuidade, consubstanciando-se na recuperação de um Edifício/Enfermaria adicional.

Os diferentes recursos, nomeadamente humanos, materiais e financeiros foram, por consequência do referido, anteriormente, alvo de redimensionamento inerente.

Os indicadores, das diferentes áreas de atividade, revelam, face a igual período do ano anterior, crescimentos na maioria dos casos. Em função destes acréscimos de produtividade e optimização da capacidade instalada, registaram-se, também, crescimentos orgânicos no CHCF com reflexo na estrutura de gastos e performance operacional, que deverão ser alvo de análise, reflexão e, eventualmente nova redefinição de tarefas.



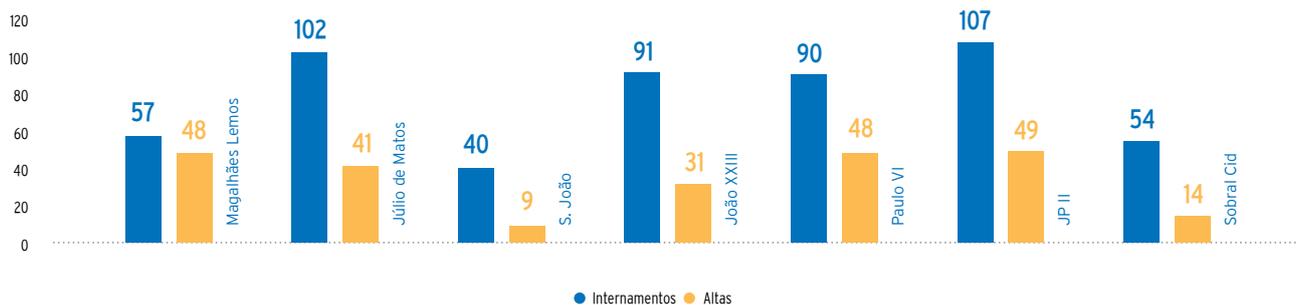
Perante o diagnóstico da análise SWOT, podemos concluir que existem factores internos que conjugados com determinação e eficiência operacional, apesar das ameaças, poderão suportar com sucesso a abordagem às oportunidades do mercado da saúde mental e, nesse sentido, robustecer a sustentabilidade do CHCF.

9.3.1. ATIVIDADE CLÍNICA

9.3.1.1. INTERNAMENTO

Em 2017, foram realizados 604 internamentos incluindo doentes de evolução prolongada (EP) do protocolo original com o HML e da circular 10, doentes do protocolo com o Centro Hospitalar do Porto (CHP), do protocolo de Emergência Social (ASE), do protocolo com a Segurança Social (SS) e doentes particulares. A distribuição das admissões e altas por enfermarias foi a seguinte:

MOVIMENTO DE DOENTES EM 2017



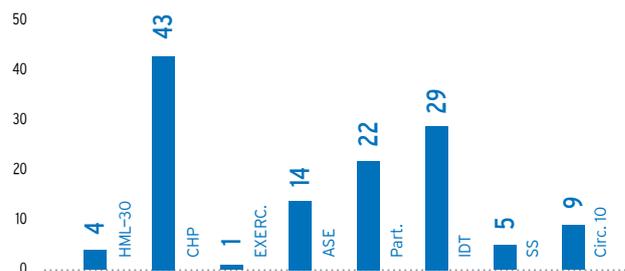
As enfermarias com um maior número de internamentos foram:

- **Júlio de Matos**, devido aos alojamentos ao abrigo do Protocolo de Emergência Social, que muitas vezes resultam em internamentos de curta duração, sendo frequente a alta a pedido do próprio;
- **João XXIII**, com muitos internamentos de doentes agudos para descanso dos cuidadores;
- **Paulo VI**, onde são internados os doentes do Protocolo com o SICAD, geralmente doentes com diagnóstico duplo;
- **João Paulo II**, cujo movimento de doentes se relaciona, predominantemente, com os internamentos ao abrigo do protocolo com o CHP.

É importante referir que, sempre que um doente é enviado ao SU e fica internado no hospital geral por mais de 48 horas, tem alta do CHCF, obrigando a novo

internamento quando este regressa ao hospital. Assim, os 604 internamentos não significam 604 doentes novos, mas sim, 604 movimentos de doentes, tendo sido internados 127 novos doentes, que se distribuem por diversos protocolos, como está representado no gráfico seguinte.

INTERNAMENTOS



A lotação média na maioria das enfermarias foi de 98%. Assim, durante 2017, assistimos a um aumento de 4% de dias de internamento, que totalizaram 115.365 dias, ou seja, mais 4.026 dias face a igual período de 2016.

9.3.1.2. CONSULTA EXTERNA

Em 2017, realizaram-se 2.383 consultas de Psiquiatria e Psicologia, tendo sido feitas 2.068 consultas de Psiquiatria.

Comparativamente ao ano de 2016, em que se realizaram 1.818 consultas, verificou-se um aumento de 13,75%, no número de consultas. Este facto deveu-se, essencialmente ao esforço de todos os médicos, que sem terem aumentado o número de períodos de consultas conseguiram, ainda assim, aumentar o número de doentes visto em cada período.

Em 2017, assistimos a um aumento do número de consultas realizadas por cada médico. Tal deveu-se ao facto, de um médico, ter saído no início do ano de 2015, ter sido reintegrado em outubro de 2016, pelo que só em 2017 trabalhou o ano todo. De referir, ainda, que um outro clínico, se encontra de baixa desde maio de 2017, o que explica a sua baixa produtividade. Já em 2015, também passou grande parte do ano ausente.

Ainda no âmbito da consulta externa, houve em 2017, registo de 358 faltas de doentes que corresponderam a 13% das marcações realizadas. Valor inferior à percentagem do ano anterior, confirmando a vantagem de se enviar uma mensagem na véspera da consulta.

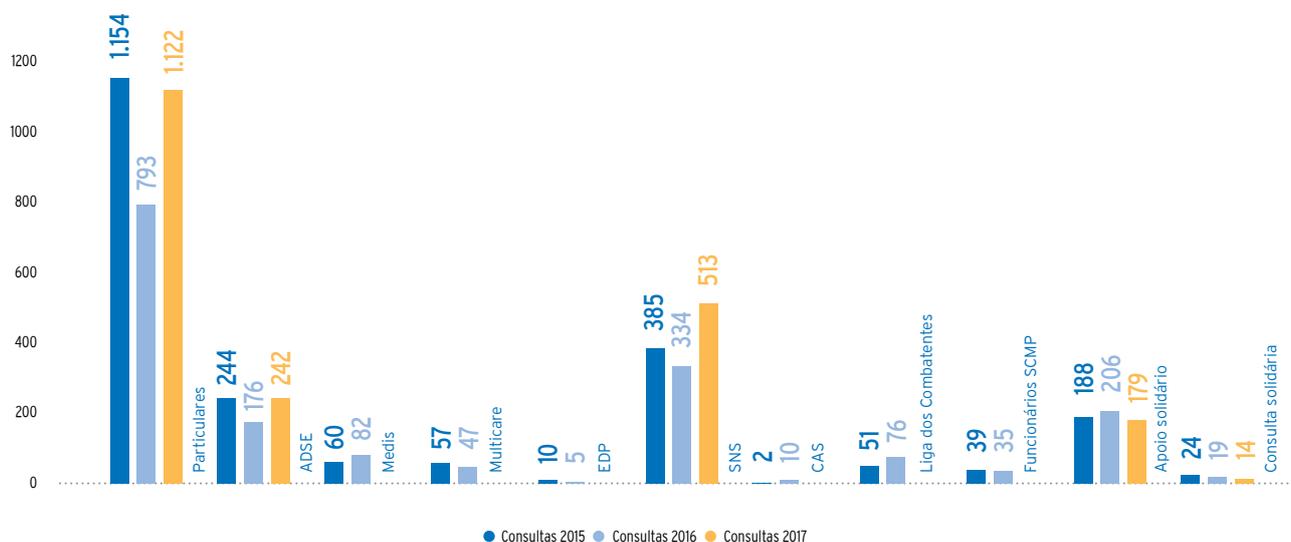
Analisada a atividade por protocolo, o aumento significativo de consultas particulares deveu-se também ao facto, de não ter sido feita distinção entre seguradoras, EDP ou Liga dos Combatentes, encontrando-se estas consultas incluídas no segmento particulares.

De salientar a Consulta de Apoio Solidário que, não acarreta custos para o utente mas exige critérios específicos, relativamente ao rendimento do próprio. Foi criada em 2013, no pico da crise económica, com o objetivo de ajudar aqueles que precisando de consulta, não têm rendimentos para poder ter acesso a uma consulta particular, de qualidade.

A Consulta Solidária tem um preço de 10 euros, o que também facilita o acesso a quem tem alguns recursos, mas não o suficiente para pagar o preço em vigor. Os funcionários da SCMP têm um preço reduzido de 20 euros.

Por último, considerando o compromisso assumido, em abril de 2017, para realizar 500 consultas subsequentes de psiquiatria, a doentes do SNS, no âmbito do contrato programa, esse objetivo foi plenamente atingido em dezembro de 2017, tendo sido realizadas, ao longo do ano, 513 consultas.

DISTRIBUIÇÃO DE CONSULTAS POR PROTOCOLOS



9.3.1.3. MEDICINA INTERNA

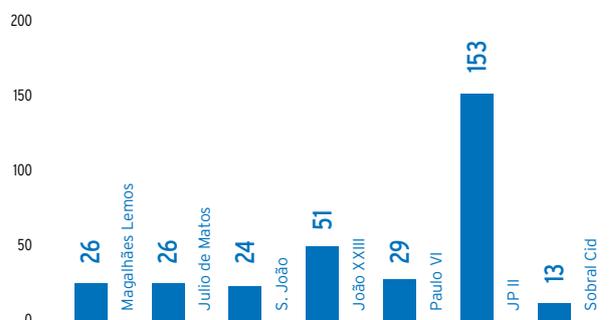
Em março de 2017, iniciou a colaboração no CHCF, um médico na qualidade de consultor de Medicina Interna. Esta colaboração é feita duas vezes por semana, 3 horas por dia, o que implica uma média de 6h semanais.

Já há muito se tornara evidente a necessidade da colaboração de um colega de Medicina Interna, tendo em conta as muitas co-morbilidades dos doentes do CHCF. A tendência será para aumentarem, considerando o seu natural envelhecimento. Esta necessidade tornou-se ainda maior com o início do protocolo com o CHP.

Durante este ano a Medicina Interna realizou 322 avaliações, o que inclui 167 primeiras avaliações e 155 reavaliações, num total de 116 doentes observados, ou seja, mais de um terço do nosso universo.

A distribuição das avaliações por enfermaria foi a seguinte:

AVALIAÇÕES POR MEDICINA INTERNA



Torna-se óbvio que as enfermarias com maior necessidade de apoio por esta especialidade, são a **Enfermaria João Paulo II** e a **João XXIII**, o que se deve à idade dos doentes e ao número de co-morbilidades que apresentam.



9.3.2.

CENTRO DE DIA DE ALZHEIMER - S. JOÃO DE DEUS

Em 2017, a missão e objetivos do CDA foram cumpridos, nomeadamente através de:

- Preservação e estimulação das capacidades psíquicas e a autonomia ainda conservadas, retardando a evolução da doença;
- Promoção e manutenção do utente no seu ambiente familiar;
- Apoio aos familiares/ cuidadores;
- Diminuição da institucionalização do doente em Unidades Residenciais ou Unidades de Cuidados Continuados, com consequentes benefícios terapêuticos e uma considerável redução de custos;
- Recurso ao uso combinado das terapias farmacológicas e não farmacológicas.

Em termos organizativos, foi aprovado o Regulamento Interno e Contrato Terapêutico em sede de Mesa Administrativa. A sua execução e implementação foram disseminadas nas práticas do Centro de Dia.

9.3.2.1. MOVIMENTO DE UTENTES

Durante este ano foram admitidos no Centro de Dia 9 novos utentes. Tivemos 10 altas a pedido das famílias. Terminamos o mês de dezembro de 2017 com 29 utentes (nova admissão agendada para o início de janeiro). Registamos uma média diária de frequência de 28 utentes.

Foram realizadas 9 avaliações multidisciplinares para admissão no Centro de Dia.

9.3.2.2. INVESTIGAÇÃO

Colaboramos, durante o ano de 2017, com dois projetos de Investigação:

- Projeto de Mestrado - "Doença de Alzheimer: o seu impacto nos cuidadores informais" - da responsabilidade de Olga Vítor;
- Projeto de Doutoramento - "Alterações estáticas e cinemáticas na escrita de indivíduos com Demência de Alzheimer e a sua associação com a severidade da demência e capacidade de decisão" - da responsabilidade de Carina Fernandes.

9.3.2.3. ESTÁGIOS

- Estágios curriculares de Psicologia / de Terapia Ocupacional / de Enfermagem / de Técnicos Auxiliares de Saúde / de Educação Social;
- Internos de Medicina Geral e Familiar;
- Mini-Estágios da FPCEUP.

9.3.2.4. PARCERIAS/PROTOCOLOS

- Segurança Social (visita de acompanhamento em 12/10/2017):
- Parcerias com as diferentes escolas e faculdades cujos estágios elencamos;
- Colaboração com aulas práticas de Psicologia da CES-PU.

9.3.3.

TERAPIAS OCUPACIONAIS

A Terapia Ocupacional, no âmbito de saúde mental, é um recurso terapêutico que ajuda no reconhecimento de que a saúde do indivíduo está ajustada sobre as complexidades dos conhecimentos diários, da auto-satisfação e dos contextos sociais.

Indivíduos portadores de transtorno mental utilizam a terapia ocupacional, como recurso terapêutico e conseguem alcançar muitos objectivos, entre eles:

- Organiza a vida diária, promovendo as rotinas, a valorização e a responsabilização pessoal, diminuindo o isolamento social e a apatia;
- Possibilita ao indivíduo estruturar o seu quotidiano junto com a terapeuta, através de um adequado programa de intervenção individual, através de atividades terapêuticas;
- Previne a incapacidade, através de estratégias adequadas com vista a proporcionar o máximo de desempenho e autonomia.

A terapia ocupacional ajuda o indivíduo, a entender seus valores e interesses dentro das relações interpessoais.

As atividades auxiliam este processo, reduzindo bastante o sofrimento causado pelo transtorno mental, atuando sobre a complexidade da vida do indivíduo.

Trabalha em articulação com outras áreas profissionais por forma a elaborar um programa de intervenção global, indo ao encontro da sua Reabilitação Psicossocial.

9.3.4.

MOVIMENTO DE UTENTES

Na definição de objetivos de reabilitação psicossocial, temos em conta que, cada utente é único e como tal, tem um plano de atividades individual, melhorando assim a sua qualidade de vida e proporcionando aos Utentes, o desenvolvimento de capacidades e/ ou competências.

Atividade	Utentes Inscritos
Atendimentos individuais	6
Atividades Socio Recreativas	20
Atividades Criativas	10
AVDI - Culinária	8
AVDI - Informática	10
AVDI - Tablet	2
Cartaz Cultural	2
Cinema	66
Clube de Leitura	5
Estimulação Cognitiva	6
Inglês	3
Jornal de Parede	5
Jornal "Voz da Nossa Gente!!!"	5
Orientação na Realidade	18
Saídas Comunitárias	38
Wii - Terapia	17

Paralelamente, existe uma monitorização de 6 utentes (o ano passado tinha cerca de 4 utentes integrados) que estão inseridos no programa de *Jardinagem Terapêutica - Ferrovia*.

Os locais onde se desenrolam estas atividades são a Copa do Hospital de Dia, a Sala de Atividades, a Sala de Informática, a Sala Polivalente, onde existe um movimento diário de cerca de 16 doentes, e os espaços nas Enfermarias.

Estas atividades terapêuticas podem ser desenvolvi-

das em contexto individual ou grupal; com a periodicidade semanal ou bissemanal, sendo o período de tarefa de aproximadamente uma hora.

Existem três oficinas no serviço de Terapia Ocupacional. Estes técnicos, para além da atividade desenvolvida no seu espaço, colaboram no desenvolvimento do plano anual de atividades:

Oficina	Utentes Inscritos
Encadernação e Cartonagem	36
Expressão Plástica (janeiro a julho 2017)	30
Lavores	42



9.3.5.

RECURSOS HUMANOS

9.3.5.1. ESTRUTURA DOS RECURSOS HUMANOS

Categorias Profissionais	Tempo incerto		Tempo certo	
	2016	2017	2016	2017
Diretor Clínico				
Administrador				
Médicos	0	0	1	1
Psiquiatras			1	1
Internistas				
Enfermeiros	5	8	20	14
Técnicos Superiores	0	0	0	0
Téc. Sup. Diretor Serviços (SIE)				
Engenheiro (SIE)				
Téc. Sup. Administrat.				
Farmacêutica				
Téc. Sup. Artes e Lavoires				
Téc. Sup. Serviço Social				
Psicólogos				
Técnicos de Diagnóstico	0	0	1	2
Fisioterapeutas				1
Terap. Ocupacionais				
Farmácia			1	1
Técnico de ECG				
Outro pessoal técnico	0	0	0	0
Prof. Dança, Movimento e Terapita				
Téc. Administrativo				
Téc. Profissional				
Professores				
Serviços de Consultadoria Incêndios				
Administrativos			0	1
Auxiliar de Ação Médica	5	6	26	16
Outro Pessoal Auxiliar			1	0
Telefonista + Motoristas Ligeiros + Costureiras				
Pessoal Operário			1	1
Capelão				
	10	14	50	35

* Inclui situações de ausência por baixa clínica e outras.

** Inclui duas situações de reconversão de categoria profissional.

Contrato/Tipo de vínculo

Termo certo (CS)		Sem termo		Prest. de serviços		Estagiários		Mobilidade		Total	
2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
		1	1							1	1
			1							0	1
0	0	5	5	0	1	0	0	0	0	6	7
		5	5	0						6	6
					1					0	1
		42	45							67	67
0	0	13	11	0	0	0	0	0	0	13	11
		1								1	0
										0	0
										0	0
		2	2							2	2
		1	1							1	1
		4	3							4	3
		5	5							5	5
0	0	6	5	0	0	0	0	0	0	7	7
		2	1							2	2
		3	3							3	3
		1	1							2	2
										0	0
0	0	4	4	3	0	0	0	0	0	7	4
										0	0
		1	1							1	1
		3	3							3	3
				2						2	0
				1						1	0
		7	9							7	10**
		68	75							99	97
		4	4							5	4
		5	5							6	6
		1	1							1	1
0	0	156	166	3	1	0	0	0	0	219	216*

Colaboradores CHCF	2016	2017	Δ Abs	Δ %
Colaboradores por conta de outrem	216	215	-1	-0,5%
Colaboradores dos quadros	156	166	10	6,4%
Colaboradores a termo	60	49	-11	-18,3%
Prestadores de serviços	3	1	-2	-66,7%
Colaboradores por conta de outrem e prestadores de serviços	219	216	-3	-1,4%

9.3.5.2. ESTÁGIOS / FORMAÇÃO

No ano de 2017, foram acolhidos um total de 131 estágios, distribuídos em diferentes áreas profissionais e de cariz diverso (conforme quadro abaixo).

A maioria dos estágios acolhidos desenvolveram-se na área da Enfermagem (57%), Técnico Auxiliar de Saúde (21%) e Psicologia (8%).

Os 131 estágios dividiram-se em 128 estágios curriculares; 2 estágio de acesso à profissão (psicóloga e nutricionista) e 1 estágio cofinanciado pelo IEFP (psicologia).

Áreas	Estágios Curriculares	Estágios de Acesso à Profissão	Estágios Cofinanciados pelo IEFP	Total
Enfermagem	75			75
Técnico Auxiliar Saúde	28			28
Psicologia	8	1	1	10
Terapia Ocupacional	9			9
Farmácia	3			3
Educação Social	3			3
Medicina	1			1
Serviço Social	1			1
Nutrição		1		1
Total	128	2	1	131

Entidade Formadora	N.º de Estagiários
Universidade Católica	41
Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado	21
Politécnico do Porto	14
CESPU	10
Centro Formação Profissional do Porto	8
Escola Profissional de Valongo	6
EPTPP - Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto	4
Escola à Beira Douro - Medas	4
Escola Superior de Enfermagem do Porto	3
Universidade Lusíada	3
Agrupamento Escolas de Pedrouços	2
Agrupamento Escolas de Castelo da Maia	2

Entidade Formadora**N.º de Estagiários**

Profitecla	2
ISMAI	2
Universidade da Beira Interior	1
Faculdade Farmácia da Universidade do Porto	1
Universidade do Minho	1
Universidade Lusófona	1
Universidade Fernando Pessoa	1
UTAD	1
Ordem dos Psicólogos Portugueses	1
Ordem dos Nutricionistas	1
IEFP	1
Total	131

No ano de 2017, o número de colaboradores envolvidos em ações de formação totalizou **134** (67% dos colaboradores), perfazendo um volume total de formação de **648 Horas**.

Designação da Ação	Duração (horas)	Participantes	Volume Formação
CIPE em contexto de trabalho (FPT)	1	3	3
CIPE em contexto de trabalho (FPT)	1	1	1
Actualização Fiscal 2017	4	6	24
Atendimento e Orientação ao Cliente	8	1	8
Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem - CIPE	3	51	153
Classificação Internacional para a Prática de Enf. - CIPE/Glintt	3	11	33
Classificação Internacional para a Prática de Enf. - CIPE/Glintt	1	24	24
Combate a incêndio com meios de 1ª intervenção	7	8	56
Emergência Hospitalar - segurança contra incêndios	1	1	1
Emergência interna - segurança contra incêndios	2	1	2
Excel 2016 - nível intermédio	14	1	14
Guia de boas práticas na área alimentar	2	2	4
Precaução básica - lavagem das mãos	1	1	1
Prevenção e risco profissional - Picadas	1	1	1
Procedimentos de Emergência Interna/Evacuação	2	59	118
Recepção de encomendas - GIAF	2	2	4
RGPD no âmbito da Segurança, Risco e Compliance	7	7	49
SAND- Gestão de pedidos de alimentos	2	55	110
Solução iBlsmartGiaf	1	1	1
Suporte Básico de Vida	1	36	36
Transporte e movimentação segura de cargas	1	1	1
Farmacoeconomia & SiNATS	4	1	4
Total			648



9.4.

PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

No quadro da reflexão sobre estratégias de intervenção a médio prazo, capazes de impactar sobre os problemas identificados e de promover as mudanças estruturais necessárias, foram já desenvolvidos várias intervenções cujo destaque se pode avaliar da seguinte forma:

A5

Acompanhamento do procedimento concursal para a reabilitação do R/Chão do Edifício A5 - procedimento que não foi concluído devido à permanência dos SF na sua localização atual (A9) e à reformulação da área afeta ao refeitório com vista à confecção de alimentos.

Elaboração de estudo prévio para a alocação provisória de um arquivo, em parte do primeiro piso do edifício A5.

Edifício I

Acompanhamento do processo de aquisição de máquinas para a carpintaria do centro hospitalar.

Elaboração de projeto de elétricas, necessário para a adaptação das infraestruturas existentes ao novo parque de máquinas.

Edifício J

Acompanhamento da empreitada de reabilitação da chaminé industrial existente no edifício J.

Acompanhamento da empreitada de reabilitação da cobertura do edifício.

Elaboração de estudo económico para avaliar a viabilidade de implantação de uma lavandaria no edifício em questão.

Pony Club

A Pony Club, no âmbito do contrato de comodato, reabilita, uma faixa de terreno e respetivas construções aí implantadas. O DGAP faz o acompanhamento do processo desde a sua fase mais embrionária até ao momento da empreitada. Com a conclusão desta obra fica reabilitada toda a zona que abrangia a antiga Quinta do hospital.

A9

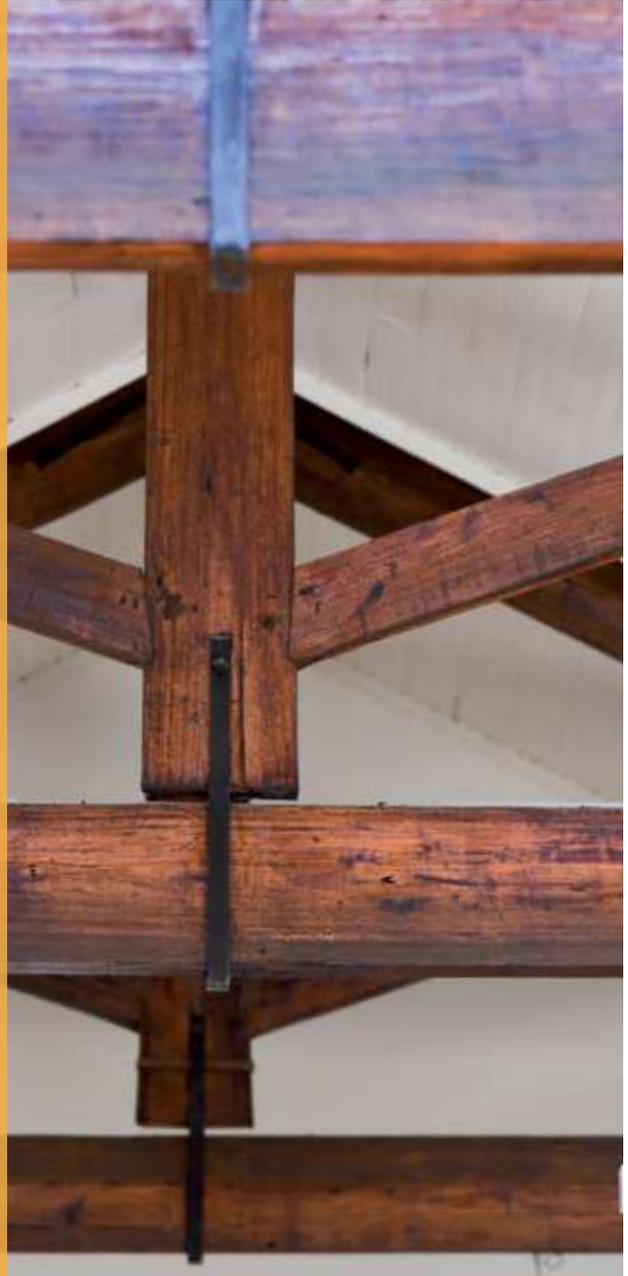
Elaboração de um estudo prévio para a Ocupação definitiva do R/Chão do edifício A9 e a elaboração dos respetivos projetos de arquitetura e especialidades com vista a abertura de procedimento concursal e à submissão do projeto de arquitetura e instalações mecânicas à apreciação do Infarmed.

A6

Elaboração de estudo prévio para a ocupação do R/Chão do edifício A6 - Apropriação de áreas devolutas para completar o programa do edifício A11. No que respeita ao R/Chão do edifício A6 foi solicitado ao um estudo prévio que contemplasse a criação de uma série de valências por forma a completar o projeto de reabilitação do edifício A11 - uma enfermaria de evolução prolongada para pessoas com doenças mentais.

10.

DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA | QUINTA D'ALVA



O atual desafio da Quinta D'Alva é conhecer a realidade em que nos inserimos como: mercado, recursos humanos, alternativas financeiras, apoios agrícolas e candidaturas a fundos comunitários. A estratégia a seguir deve integrar as principais metas, políticas e sequência de ações que a SCMP deve realizar, de forma a alcançar os seus objetivos.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Tornar a Quinta Dálva uma propriedade agrícola competitiva em termos qualitativos e produtivos;
- Aumentar a área agrícola através da recuperação de olivais abandonados e plantação de novas áreas agrícolas com amendoal e fruteiras;
- Simplificação de trabalhos;
- Evitar desperdícios;
- Melhorar a capacidade funcional do sistema de rega e máquinas agrícolas;
- Redução dos custos de manutenção;
- Criação de novas fontes de receita;

A aplicabilidade do presente trabalho irá permitir um aumento de receitas e redução dos custos de exploração, para tal pretende-se:

1. Equilibrar as produtividades anuais;
2. Reestabelecer a capacidade produtiva;
3. Melhoria da eficiência;
4. Aumento da área cultural através da recuperação de culturas abandonadas;
5. Aumento da área cultural através da plantação de novas áreas;
6. Monitorização e correções.

10.1.

PLANO ESTRATÉGICO / CANDIDATURA PDR 2020 APROVADA EM 2017

10.1.1.

CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

O presente projeto tem por objetivos o aumento das produções da Santa Casa da Misericórdia do Porto e diminuição dos custos de produção. A Estratégia delineada para atingir os presentes objetivos assenta na simplificação dos trabalhos por alteração de processos, inserção de novas atividades, aumentos das áreas cultivadas e capacitação tecnológica capaz de reduzir nos custos e tempo de execução.

Ao longo dos últimos anos foi estudado todo o processo produtivo e concluiu-se que a Santa Casa da Misericórdia do Porto carece de equipamentos, máquinas, plantações e construções de modo a assegurar a sua competitividade.

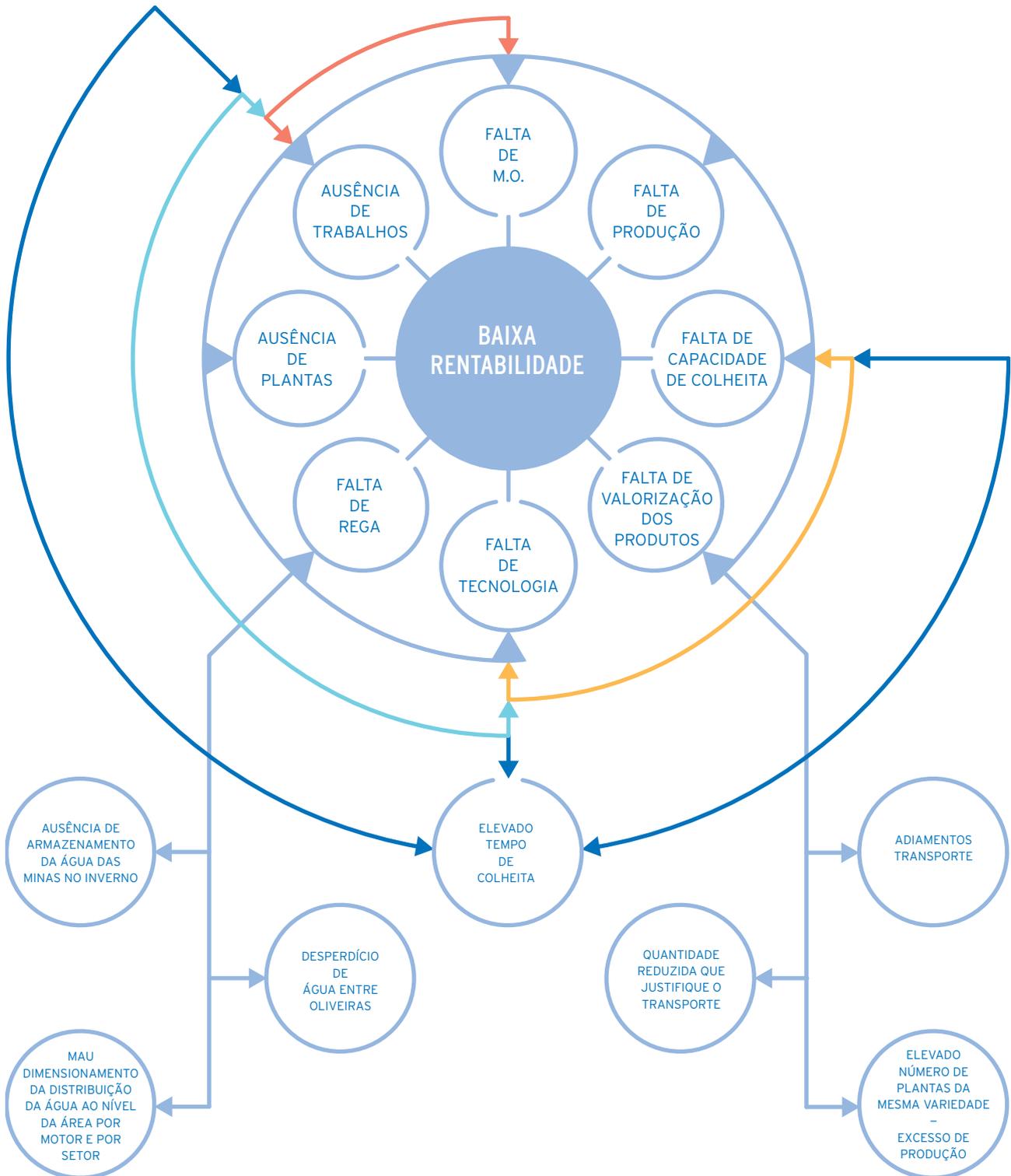
Deste modo as acções a implementar terão um efeito sinérgico umas nas outras.

A simplificação dos trabalhos por alteração do sistema de exploração com introdução de ovinos da raça autóctone Churra da terra Quente vai reduzir a necessidade de mão de obra, promove a incorporação de matéria orgânica no solo, reciclagem de nutrientes, menor erosão do solo, ou seja vai haver maior eficiência do sistema, além de proporcionar outros rendimentos.

O aumento das áreas de plantação além de diluição dos custos vai proporcionar maior produtividade consequentemente maior rentabilidade.

A capacitação tecnológica vai permitir realizar os trabalhos em tempo útil, menor tempo e com menores custos e ao mesmo tempo criar capacidade de prevenir incêndios pela prevenção e aumentar a segurança dos funcionários.

CONCLUSÕES DO PLANO ESTRATÉGICO REALIZADO EM 2015 AO NÍVEL DA RENTABILIDADE



Ao nível das construções vão permitir o armazenamento de água visto a localização geográfica em causa a precipitação é extremamente baixa, a par de incrementar maior capacidade de combate a incêndio.

Queremos aumentar a capacidade de armazenamento do recurso água, libertação de mão-de-obra para outros trabalhos necessários nomeadamente para a novas áreas a plantar, menores custos de exploração no seu todo, aumento da sustentabilidade e competitividade da exploração, maior segurança para os trabalhadores na realização dos trabalhos, menor risco de incêndio, maior capacidade de combate a incêndios, maior eficiência da rega, menores custos de bombagem de água do rio, aumento da fertilidade e estrutura do solo e incremento de mais uma atividade agrícola.

Todo o investimento foi realizado em 2017, em equipamentos, máquinas e construções e as novas plantações, em 2018, entram em produção em 2021 e terão como ano cruzeiro 2023.

No que diz respeito à componente produtiva é objecto da presente operação a ampliação das áreas culturais (amendoal, olival de azeite e citrinos) que irá proporcionar maiores produções, povoação ordenada de culturas em espaços não cultivados e diluição dos custos de exploração.

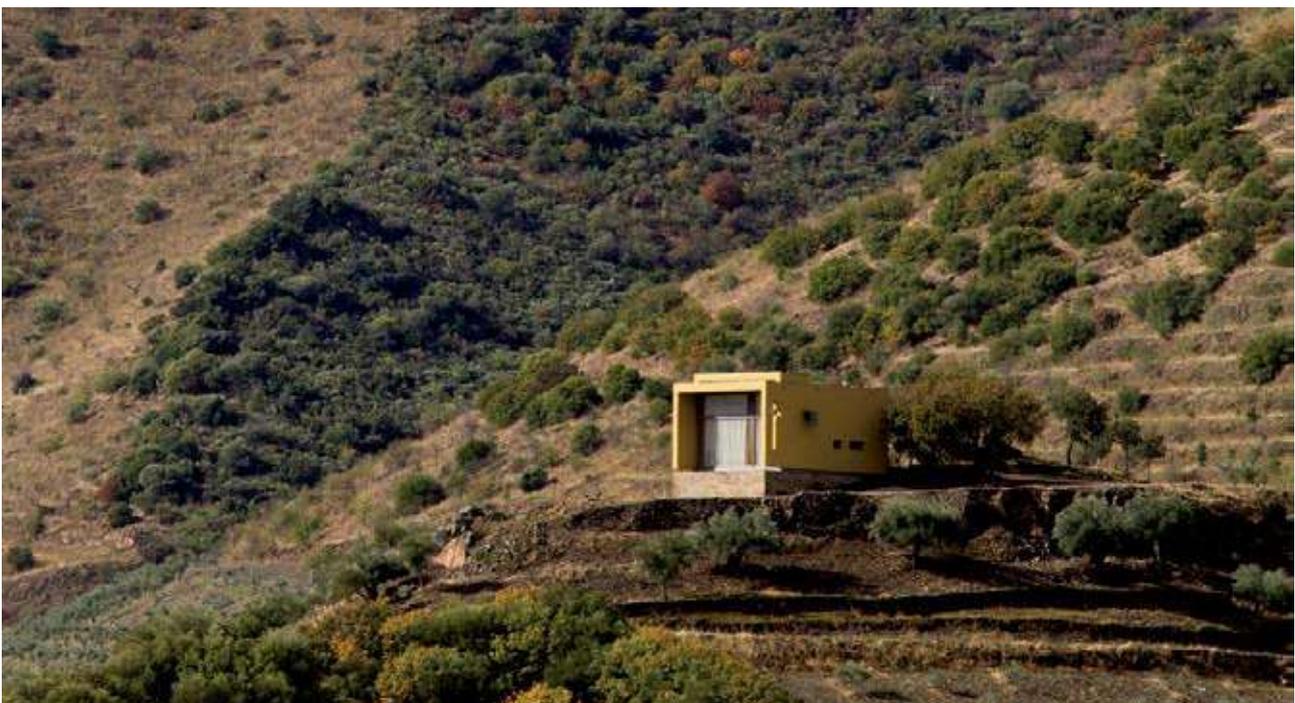
As novas plantações irão proporcionar mais retorno, impedir que cresça mato e defender as culturas de um incêndio que possa surgir nessas áreas.

É de notar que existem 65 hectares de sobreiros em patamares de difícil manutenção, nomeadamente no talude apresentando custos de manutenção elevadíssimos visto requerer muita mão-de-obra e coloca em risco a segurança do trabalhador. A aquisição de um rolo limpa bermas com braço extensível para acoplar ao tractor vai reduzir custos de mão-de-obra e aumentar a segurança do trabalhador. Assim proporcionará custos de manutenção mais baixos e atua como prevenção de incêndios. Com a presente proposta seria possível fazer face aos custos de produção, tornando-nos mais competitivos e a colheita do fruto seria realizada em tempo útil. É de notar que este investimento serviria também para a colheita da amêndoa em futuros amendoais.

É de notar que ainda vai demorar algum tempo a que os sobreiros proporcionem rendimento, pois ainda nem a cortiça virgem ainda lhes foi retirada devido ao porte.

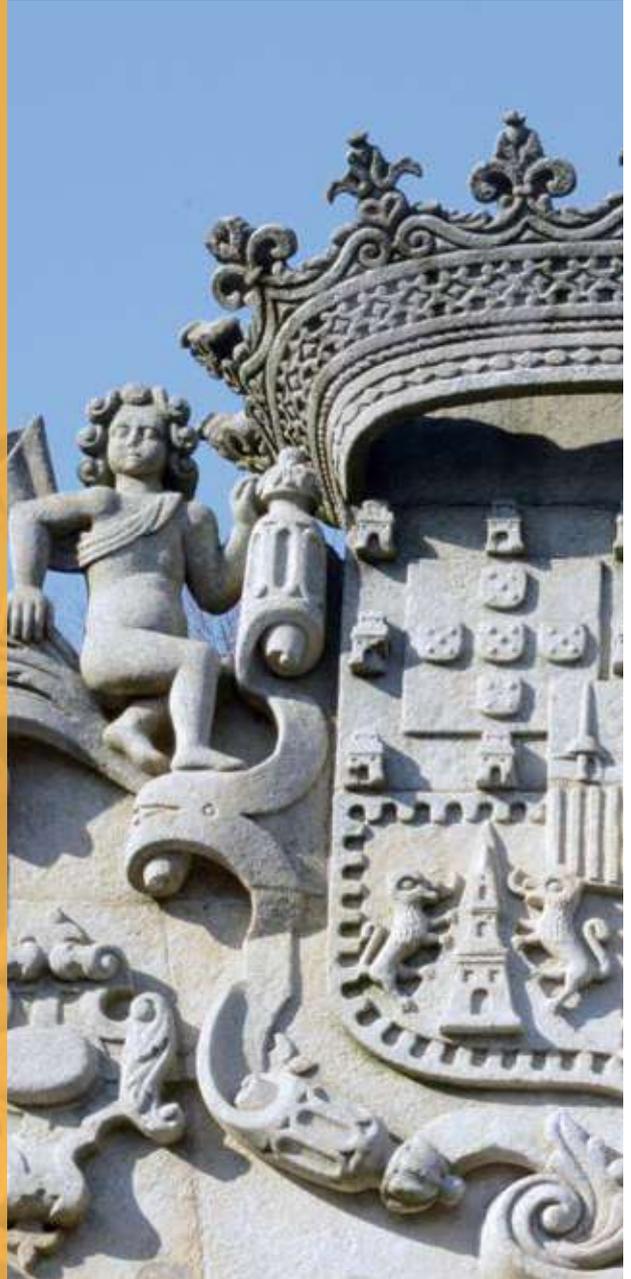
No que diz respeito à vertente de armazenamento de água é de extrema importância o armazenamento de água no Outono e Inverno visto que a localização geográfica da Quinta não é privilegiada ao nível da precipitação e as temperaturas rondarem nos meses mais quentes os 45 graus. Deste modo a água armazenada irá ajudar a combater as necessidades hídricas das culturas nos meses de junho a setembro.

O ano, de um modo global, mostrou-se um mau ano agrícola, apesar de terem sido atingidos quase todos os objectivos traçados e ainda se realizaram trabalhos propostos para 2018, bem como trabalhos não programados.



11.

ENSINO ESPECIAL
E DEFICIÊNCIA



11.1.

CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA

A Misericórdia do Porto desenvolveu, nos últimos anos, um esforço de modernização e consolidação da sua intervenção na área de deficiência e incapacidade. Este esforço foi considerado, por todos os agentes envolvidos, como um investimento, preparando o Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD) para os anos subsequentes de modo a dotar esta Unidade Operacional (UO) e as suas equipas de condições que permitam abraçar novos projetos, ao mesmo tempo que se consolidam resultados.

Partindo do acordado no último momento de auditoria EQUASS, em que ficou o compromisso de uma maior internacionalização de práticas do CIAD, com o objetivo de ampliar ações de *benchmarking* e *benchlearning*, o CIAD integrou um grupo de trabalho internacional, que conta com a participação da França, Eslovénia e Portugal e visa discutir o bom-trato em instituições especializadas na Europa.

Assim, foi iniciada uma revisão de práticas institucionais nas múltiplas respostas do CIAD, tentando que estas servissem, por um lado, de um contínuo garante de qualidade ao nível da prestação de serviços mas, por outro, de meta/visão em todas as intervenções e participações institucionais.

As diferentes respostas sociais do CIAD consolidaram a sua atuação enquanto *players* de referência no mercado. Destacamos, deste trabalho, o seguinte:

- A nível da **Escola Especial**, e fruto do reconhecimento da intervenção da Misericórdia do Porto na área da educação especializada, foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Ciência, após candidatura, a acreditação do CIAD enquanto CRI - Centro de Recursos para a Inclusão. Este reconhecimento revela-se fulcral para que a Misericórdia do Porto alargue a sua intervenção,

atuando junto de crianças e jovens com deficiência/incapacidade que, estando em contexto escolar, não usufruem dos apoios técnicos considerados fundamentais para o seu plano educativo e pessoal. O reconhecimento enquanto CRI, permitirá, em 2018, a elaboração de um Plano de Ação que dará início a mais uma resposta social nesta área tão premente.

- **Lar Residencial (LaR) do CIAD** foi alvo de candidatura a um alargamento de capacidade. Atualmente, o LaR apresenta uma capacidade para 24 clientes, dos quais tem garantido financiamento, através de Acordo de Cooperação com o ISS, para 21. Com o objetivo de otimizar o quadro de pessoal existente, gerando um maior equilíbrio financeiro, foi apresentada candidatura ao Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP), do qual se espera um alargamento de financiamento.

- A nível da **Formação Profissional**, foi estabilizada a equipa de gestão desta resposta, o que permitiu consolidar dinâmicas e soluções internas de controlo, de modo a se assumir a gestão global dos projetos formativos.

- O **Centro de Atividades Ocupacionais** reorganizou espaços e dinâmicas, bem como instrumentos de gestão e relação com as famílias, nomeadamente, preparando o alargamento da figura de Gestor de Caso, a mais técnicos da UO, de modo a garantir um acompanhamento mais proximal com as famílias e estimulando o trabalho em equipa.

O Instituto da Segurança Social retomou as visitas de acompanhamento, processo que se encontrava interrompido há cerca de 6 anos, e uma equipa da Inspeção Geral da Educação veio auditar o Contrato de Cooperação que rege a Escola Especial. O resultado de ambas foi particularmente proveitoso para o CIAD, dado que se tratam de momentos de articulação com quem supervisiona, e visam garantir o melhor funcionamento dos serviços. Um dos resultados mais evidentes deste acompanhamento, foi o processo de revisão das participações familiares dos clientes de CAO e LaR, que se prevê ficar ultimado neste primeiro trimestre de 2018.

Presentemente, o CIAD disponibiliza aos seus clientes os seguintes serviços:

- **Escola de Ensino Especial** - Destina-se a alunos com necessidades educativas especiais, dos 6 aos 18 anos, e visa a promoção do seu desenvolvimento integral e harmonioso e a sua inserção social. Presta apoio individualizado e personalizado, de acordo com as suas capacidades e características específicas, proporcionando experiências diversificadas e enriquecedoras, abrangendo as seguintes áreas de desenvolvimento: Independência Pessoal, Comunicação, Motricidade, Socialização, Académica, Tempos Livres e lazer, Vocacional/Ocupacional.
- **Atividades Ocupacionais** - As Atividades Ocupacionais destinam-se a pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva. No CIAD são disponibilizadas as áreas de Bem-Estar e Cuidados Básicos; Lances e Tecelagem; Madeiras, Olaria e Reciclagem e Expressão Plástica.
- **Lar Residencial** - Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de ambos os sexos, de idade não inferior

a 16 anos, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar normal.

- **Formação Profissional** - A Formação Profissional do CIAD é vocacionada para o desenvolvimento de cursos de Formação especialmente destinados a pessoas com deficiência e/ou incapacidades ou outros problemas no domínio da inserção socioprofissional, a partir dos 15 anos. Atualmente estão em funcionamento os cursos de *Operador/a de Jardinagem*, *Atividades de Vida Hoteleira*, *Tratador/a de Equinos*, *Operador/a Gráfico/a de Braille* e *Carpinteiro/a de Limpos*.
- **CPAC - Imprensa Braille** - O Centro Professor Albuquerque e Castro tem como objetivo a produção em Braille de materiais diversos, que possam contribuir para uma integração do cidadão cego, visando uma cidadania plena.

11.2.

DESTAQUES POR PRINCÍPIO EQUASS

Numa perspetiva de prossecução dos objetivos definidos e tendo por referência os Princípios da Qualidade do Referencial EQUASS, foi propósito do CIAD intervir nos seguintes domínios:



Princípio	Descrição	Tipologia de Ações	Ações em Destaque
Liderança	Requer a “boa governação” da organização, imagem positiva e utilização eficiente de recursos, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.	Modelo de governação	Atribuição pelo IEFP à SCMP do galardão “Marca Entidade Empregadora Inclusiva”, pelo período 2017-2019
		Contactos com poder local e central	Acreditação da SCMP enquanto Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)
		Financiamento de projetos	Apresentação ao POISE do projeto de Formação Profissional para o período de 2018-2020
		Responsabilidade social	Apresentação de candidatura ao PROCOOP para alargamento do Acordo de Cooperação do Lar Residencial
			Parceria estratégica entre o CPAC e a Porto Editora para a produção de livros escolares em Braille para Moçambique
			Apresentação de candidatura da SCMP a CAVI (Centro de Apoio à Vida Independente)
			Implementação do Projeto Erasmus+ subordinado ao tema “Bom Trato Institucional”
			Colaboração com a ESE - Docência em cursos TeSP
		Disponibilização e envio de publicações em Braille para 36 países e 4 Continentes	
		Conclusão da reabilitação da Carpintaria do CHCF como espaço pedagógico da Formação Profissional	
Recursos Humanos	Supõe o recrutamento, a liderança e a gestão dos colaboradores e do respetivo desempenho, a sua qualificação e competência, as condições ambientais e de trabalho e o envolvimento com a gestão e a organização em geral, de forma.	Recrutamento	Reforço técnico da equipa da Formação Profissional com a inclusão de Psicólogo e Responsável Técnico-Pedagógico
		Promoções	Acolhimento de estágio profissional em serviços administrativo, de pessoa com deficiência e/ou incapacidade
		Mudança de funções	Acolhimento de 2 voluntários de reforço às equipas de CAO e LaR
		Estágios	Realização de 4 estágios em Terapia Ocupacional
			Realização de 1 estágio de Psicologia
			Realização de 2 estágios TeSP
			Participação de colaboradores em workshop do Projeto Erasmus+ sobre “Bom Trato Institucional”, em França
			Realização de formação interna em resposta às necessidades identificadas com o envolvimento de cerca de 65% dos colaboradores
	Participação em várias iniciativas relacionadas com a implementação do EQUASS 2018		
Direitos	Pressupõe o compromisso da organização na defesa dos direitos dos clientes, em termos de igualdade de tratamento, de oportunidades de participação, de liberdade de escolha e de autodeterminação	Participação em estruturas de representação	Visita de delegação de projeto Erasmus+, constituída por profissionais, pais e pessoas com deficiência, oriundos de Inglaterra e França, dedicado à partilha de boas práticas ao nível da formação profissional para pessoas com deficiência, assim como os respetivos mecanismos de inserção no mercado de trabalho
		Autorrepresentação	
		Ações de sensibilização	Participação de clientes em S do Projeto Erasmus+ sobre “Bom Trato Institucional”, em França
			Dinamização do projeto de publicação em dupla leitura “(In)clusões e (In)cursões”, realizado pelo grupo de formandos do curso de Operador Gráfico Braille e que pretende evidenciar o “estado da arte” nacional em termos de participação e inclusão de pessoas com deficiência
			Publicação e distribuição junto dos principais agentes sociais do primeiro dos três volumes da revista de dupla leitura “(In)clusões e (In)cursões” dedicado à Cultura
			Projeto interno de exploração de práticas de “Bom trato institucional”, decorrente da participação do CIAD no projeto Erasmus+, com a participação de clientes do LaR
		Participação de clientes de CAO nos projetos de intervenção comunitária dinamizados pelo Espaço t “Corpo Evento” e o “Teatro vai ao Bairro”	

Princípio	Descrição	Tipologia de Ações	Ações em Destaque
Ética	Assenta no compromisso da organização no respeito pela dignidade do cliente e significativos, protegendo-os de riscos indevidos, regulando comportamentos e promovendo a justiça social.	Revisão de procedimentos e metodologias Ações de sensibilização	Reforço da articulação com o Ministério Público na promoção e proteção de pessoas com deficiência Projeto interno de exploração de práticas de “Bom Trato institucional”, decorrente da participação do CIAD no projeto Erasmus+, com a participação de colaboradores de CAO e LaR Realização das ações de formação: “Deficiências: especificidades e cuidados”; “Alimentação por via oral - Estratégias para cuidadores”; “Língua Gestual Portuguesa”, como estratégia de melhoria global do tratamento e serviços
Parcerias	Preconiza o trabalho da organização em conjunto com outras entidades no sentido de assegurar os resultados e continuidade da prestação dos serviços, o qual deve gerar valor acrescentado para todos os parceiros.	Parcerias com impacto nos clientes e/ou comunidade Eventos Ações de sensibilização em parceria	Manutenção de protocolos com Escolas do Grande Porto para acolhimento de alunos com Plano Individual de Transição (PIT) Psicólogo e Responsável Técnico-Pedagógico Alargamento da rede de parcerias do CIAD, nomeadamente no que se refere à colocação de formandos em Formação Prática em Contexto de Trabalho Acolhimento no CIAD de visitas de organizações nacionais e internacionais Parceria com a Fundação José Rodrigues - Fábrica Social para iniciativa inserida na “Semana das Camélias” Parceria com a instituição francesa “IRTS Champagne-Ardenne” no âmbito de projeto Erasmus+ Parceria com a Marcolino Relojoeiro visando a promoção e financiamento de atividades radicais com clientes de CAO e LaR Estabelecimento de parceria com o FCP no âmbito da prática desportiva de natação e hidroginástica Manutenção da parceria com as Tunas Universitárias na cedência de espaço com contrapartidas para os clientes
Orientação para o Cliente	Remete para a participação e inclusão dos clientes a todos os níveis da organização. Em colaboração com outras entidades, envolve-se na defesa dos direitos dos clientes, eliminação das barreiras, sensibilização da sociedade e promoção da igualdade de oportunidades.	Novas ofertas de serviços e/ou atividades Participação de clientes em iniciativas desportivas, artísticas, culturais	Aumento da oferta formativa com a apresentação em sede de candidatura POISE para o período 2018-2020, em percurso B, do curso de “Cozinheiro/a” Encaminhamento para a medida de apoio à colocação em mercado de trabalho de 5 formandos dos cursos de Atividades de Vida Hoteleira e Operador de Jardinagem Apoio direto na colocação em mercado de trabalho de um formando do curso de AVH através de estágio profissional Acolhimento de um ex-formando no CIAD em regime de voluntariado Participação dos clientes de LaR na “Peregrinação a Fátima”, uma iniciativa que envolveu todas as dioceses a nível nacional Deslocação a Madrid de um grupo de clientes de LaR Participação de clientes de CAO em competições nacionais de Natação Adaptada Participação de grupos de formandos em iniciativas diversas na comunidade, enquanto experiências em contexto real de trabalho Inserção de clientes de CAO e LaR em experiências ocupacionais no exterior Realização da época balnear para clientes de CAO e LaR Dinamização de atividades lúdicas e desportivas para os alunos da EE após o término das aulas Publicação da revista Enigma em formato de dupla leitura, aumentando o seu potencial de inclusão

Princípio	Descrição	Tipologia de Ações	Ações em Destaque
Participação	Remete para a necessidade de assegurar os processos de trabalho implementados, orientados pelas necessidades dos clientes, actuais e potenciais, com o objectivo de promover a sua qualidade de vida.	Participação de clientes em iniciativas diversas com origem no exterior Participação de clientes em iniciativas da instituição	<p>Espectáculo inclusivo “Viagem à DiverCidade”, encenado a partir de um conto escrito por uma formanda e o qual contou com a presença de clientes de todas as respostas e que foi apresentado à comunidade</p> <p>Encenação da peça de teatro “A Dama das Camélias” integrando clientes do CAO, LaR e FP, em parceria com a Fábrica Social</p> <p>Participação dos clientes de LaR no festival “Marés Vivas”, Mega Pic Nic, Red Bull Air Race e festa da Rádio Festival</p> <p>Participação de clientes de CAO e LaR na iniciativa solidária “Desfile de Ferraris” da Marcolino Relojoeiro</p> <p>Participação de clientes de CAO e LaR em espetáculos de teatro e circo na comunidade</p> <p>Dinamização, pelos clientes de LaR e FP, da festa de Halloween do CIAD</p> <p>Dinamização, pelos clientes de LaR, da festa de Ano Novo</p> <p>Deslocação ao Jardim Zoológico de Lisboa com os alunos da EE</p>
Abrangência	Remete para a necessidade de assegurar um contínuo integrado de serviços e adoção de uma visão holística das intervenções e do trabalho em parceria.	Qualidade de vida Trabalho multidisciplinar Novos projetos	<p>Acolhimento do <i>workshop</i> “EQUASS 2018 - Quality of Life and Individual Planning”, dinamizado pelo especialista da EPR (European Rehabilitation Platform), Michael Crawley</p> <p>Apresentação de candidaturas ao PROCOOP (Acordos de Cooperação); POISE (FP); INR (ONGPD e CAVI); IEFP (Marca Entidade Empregadora Inclusiva); ME (CRI)</p> <p>Participação dos clientes de EE, CAO e LaR e em atividades terapêuticas, artísticas e lúdicas em estruturas externas;</p> <p>Colaboração com o Hospital da Prelada em serviços de hidroterapia</p>
Orientação para resultados	Relaciona-se com a necessidade de estabelecer objetivos de trabalho percecionáveis e mensuráveis, significando benefícios efetivos para os clientes e restantes partes interessadas.	Campanhas Sustentabilidade	<p>Realização de reuniões diversas com o GEPCG e DCF para otimização dos financiamentos</p> <p>Desenvolvimento de processo interno em colaboração com o GEPCG, DCF, DRHFP, DGAP e GNP, para assumir a totalidade da gestão (componentes pedagógica e financeira) da FP para pessoas com deficiência</p> <p>Acreditação da SCMP como Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), possibilitando o estabelecimento de parcerias com a rede escolar pública para prestação de serviços terapêuticos</p> <p>Apresentação de candidatura ao POISE para a realização de 8 cursos de Formação Profissional no período 2018-2020</p> <p>Apresentação de candidatura ao PROCOOP para alargamento do Acordo de Cooperação de LaR de 21 para 28</p> <p>Realização de protocolo com a Porto Editora para publicação de livros escolares em Braille</p> <p>Dinamização da IV Caminhada pela Inclusão, com o patrocínio da atleta Fernanda Ribeiro</p>
Melhoria Contínua	Relaciona-se com a necessidade de atuar em permanência sobre os fatores suscetíveis de gerar um desempenho e resultados mais favoráveis para a organização e todas as partes interessadas.	Projetos de inovação <i>Benchmarking</i> Plano de Melhoria Certificação da Qualidade	<p>Participação em iniciativas de <i>benchmarking</i> e <i>benchlearning</i> com parceiros do setor</p> <p>Otimização do trabalho produzido pelos clientes nas diversas Oficinas Ocupacionais com vista à sua valorização</p> <p>Continuação da adaptação do Sistema de Gestão da Qualidade ao referencial EQUASS 2018</p> <p>Dinamização de diversos projetos de inovação com o envolvimento ativo dos clientes</p>

Para 2017 previa-se a consolidação da estratégia implementada nos últimos anos, no que se refere à organização, sustentabilidade e otimização da prestação de serviços.

Neste âmbito, em termos globais, os resultados obtidos e o desempenho do CIAD face aos objetivos gerais estabelecidos no Plano Anual de Atividades para 2017 foram os seguintes:

- **Promover o desenvolvimento do Plano Estratégico do CIAD para o período 2018-2020**

Este objetivo ainda não foi concretizado na sua totalidade, uma vez que foi incluído numa dinâmica mais global de desenvolvimento do Plano Estratégico da SCMP. Nesse sentido, O CIAD realizou a análise interna solicitada pelo GPECG, tendo identificado os seus objetivos e áreas estratégicas em conformidade com os eixos identificados pela SCMP, encontrando-se a aguardar orientações para a conclusão deste trabalho.

- **Promover a sustentabilidade financeira do CIAD pelo reforço da oferta de serviços**

Este objetivo foi trabalhado a vários níveis no decorrer de 2017, nomeadamente na apresentação e candidatura ao PROCOOP para alargamento do financiamento do LaR; apresentação de nova candidatura ao POISE para a FP para o período 2018-2020; acreditação da SCMP como CRI (Centro de Recursos para a Inclusão), aumentando a oferta de serviços para pessoas com deficiência; internalização da gestão pedagógica e financeira da FP, com a subsequente diminuição de custos inerentes à subcontratação deste serviço.

- **Iniciar a implementação do referencial europeu EQUASS Excellence, com vista à certificação do CIAD**

Apesar do Sistema de Gestão da Qualidade ter sido trabalhado ao longo de 2017, o atraso verificado na publicação pela EPR (European Platform for Rehabilitation) da versão 2018 do EQUASS e das subseqüentes orientações para a sua implementação e certificação, fez com que a dinâmica de trabalho se revelasse mais lenta que o esperado. Prevê-se a continuidade deste trabalho, com uma dinâmica mais apropriada, no decorrer de 2018.

- **Estabilizar o quadro de pessoal do CIAD garantindo o total cumprimento da regulamentação aplicável às diferentes valências e serviços**

Durante 2017 foram feitos esforços significativos para a estabilização do quadro de pessoal do CIAD em conformidade com os Acordos de Cooperação em vigor e a legislação aplicável, estando este processo praticamente terminado.

- **Promover as condições necessárias à implementação do projeto “LaBaraudelle”, promovido pelo IRTS Champagne-Ardennes. Desenvolver ações no sentido de reforçar a presença do CIAD em outras parcerias e projetos europeus**

Este projeto ganhou uma nova dinâmica durante 2017 com a participação de uma equipa de colaboradores e clientes na semana de trabalho promovida pelo IRTS Champagne-Ardennes, nas suas instalações em França. A preparação do trabalho para apresentar e a disseminação do trabalho lá realizado conduziu a diversas dinâmicas internas, específicas para colaboradores e para clientes, subordinadas ao tema do projeto “Bom Trato Institucional”, as quais se têm revelado bastante enriquecedoras para todos os envolvidos.

Em 2018 será a vez da SCMP de receber os seus parceiros europeus, estando a ser preparadas uma serie de iniciativas com o envolvimento de organizações congéneres com o objetivo de maximizar o valor desta iniciativa.

- **Continuar o desenvolvimento e implementação de projetos de inovação com o objetivo de promover ativamente a inclusão dos clientes e reforçar o papel e imagem da SCMP enquanto agente social de referência. Estes projetos serão desenvolvidos, preferencialmente, em parceria com outras instituições e/ou por recurso a candidaturas a financiamento externo**

Durante 2017 foram desenvolvidos diversos projetos de inovação, a maioria dos quais envolvendo a disseminação do Braille, num esforço de fazer perceber a comunidade da sua importância enquanto principal agente de comunicação, e subseqüentemente instrumento de promoção da autonomia, dos cidadãos cegos e de baixa visão.

- **Promover um Seminário numa temática relacionada com o âmbito de intervenção do CIAD que congregue organizações nacionais e internacionais e instituições do ensino superior, como ponto de partida para o estabelecimento de eventuais colaborações em parceria. Com este evento pretende-se iniciar a resposta à ação de melhoria contratualizada em sede de Relatório de Auditoria EQUASS Assurance**

Em 2017 não foi possível a dinamização de um Seminário conforme planeado, mas, no âmbito da intervenção do CIAD foi dinamizado o workshop “EQUASS 2018 - Quality of Life and Individual Planning”, dinamizado pelo especialista da EPR (European Rehabilitation Platform), Michael Crawley, que contou com a presença de técnicos de uma organização congénere.

Neste workshop foram partilhadas metodologias, aferidas as novas exigências do EQUASS 2018 neste âmbito e analisados exemplos de boas práticas de

intervenção. Apesar de não ter tido o alcance, em termos de parceiros e presenças, inicialmente previstos, foi, sem dúvida, um momento de partilha bastante enriquecedor.

- **Desenvolver um evento em conjunto com a Casa da Música, semelhante ao realizado em 2014, cuja importância foi reconhecida por todos os presentes. Para este evento, e como forma de diferenciação e melhoria, pretendemos convidar um músico da cidade do Porto, que reconheça o valor de se associar a esta iniciativa**

Esta iniciativa não foi ainda concretizada em 2017, pois as várias iniciativas e dinâmicas em curso no CIAD, esgotaram os recursos disponíveis. Foi, no entanto, desenvolvido o projeto “Viagem à DiverCidade”, a partir de um conto escrito por uma formanda que culminou num espetáculo totalmente inclusivo, que incluiu re-

presentação, dança, capoeira, fado e rap, e envolveu clientes e colaboradores de todas as respostas do CIAD. Este espetáculo foi apresentado no Auditório D. Pedro IV da Misericórdia do Porto, a alunos do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas, no Dia Mundial da Criança, e, num segundo momento, aos familiares, amigos e significativos dos clientes do CIAD.

- **Trabalhar na promoção e divulgação da marca DiverCIAD, quer através da disponibilização para venda de alguns dos artigos produzidos no decurso da nossa atividade, quer pelo desenvolvimento de novas iniciativas** Apesar de ter sido iniciada uma candidatura a financiamento no âmbito do “Portugal Inovação Social”, esta não foi efetivada pelo fato de se ter concluído que o financiamento disponível não correspondia às necessidades sentidas neste âmbito.



11.2.1. PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADOS

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	≥ 200	180	90%	≈
Total de Colaboradores	95	96	101%	≈
Taxa de execução das atividades do Plano Individual (PI)	≥ 90%	--	89%	≈
Grau de cumprimento dos objetivos do PI	≥ 85%	--	89%	≈
Taxa de sucesso do PI (grau de concretização de objetivos ≥ 85%)	≥ 80%	--	78,1%	≈
Taxa Global de Satisfação	≥ 90%	--	80,8%	≈
Taxa de Satisfação colaboradores	≥ 85%	--	63,4%	↓
Taxa de Satisfação clientes	≥ 95%	--		
Taxa de Satisfação famílias/ significativos	≥ 95%	--	98,1%	≈
Taxa de Satisfação de Stakeholders	≥ 95%	--		
Tipologias de ações de responsabilidades social	≥ 7	9	128,6%	↑
Total de parcerias	≥ 100	98	98%	≈
Parceiros	≥ 70	70	100%	≈
Clientes envolvidos nas parcerias (oportunidades de participação na comunidade)	≥ 1000	1053	105,3%	≈
Taxa de clientes envolvidos nas parcerias	100%	--	100%	≈
Taxa de execução do Plano Anual de Formação	≥ 75%	--	100%	↑
Volume de formação (H)	≥ 1000	1047,5	104,8%	↑
Colaboradores envolvidos na formação	≥ 65	50	62,5%	↓
Total de Sugestões	≥ 4	4	100%	≈
Ações de corretivas/ melhoria	≥ 4	8	200%	↑
Projetos de inovação	≥ 4	6	150%	↑
Taxa de execução do Plano de Atividades	100%	--	102%	≈
Taxa de sucesso do Plano de Atividades	≥ 80%		81,4%	≈

Em termos globais, a Taxa de Execução do Plano de Atividades reflete a dinâmica vivida no CIAD em 2017, que se revelou um ano especialmente trabalhoso e carregado de desafios. Os resultados obtidos, conforme podem ser evidenciados pelos respetivos "Status", encontram-se, na maioria das situações, em linha com o planeado, o que revela uma maior maturidade da gestão, aliada a um planeamento mais assertivo e numa orientação para resultados mais realista e adequada aos recursos disponíveis.

No que se refere à Taxa de Sucesso do Plano de Atividades, o valor obtido é um reflexo do esforço coletivo do CIAD, tendo sido concretizado com sucesso um total de 83 objetivos e metas, para um total de 102 planeados, tendo sido registada uma evolução favorável face ao alcançado em 2016.

Globalmente, é importante destacar os resultados positivos na Formação e Desenvolvimento de Colaboradores, o qual evidencia a gestão positiva que está a ser efetuada neste âmbito pela Academia Misericórdia. Igualmente importante é a motivação e proatividade evidenciada pelos colaboradores do CIAD, os quais, todos os anos, nos surpreendem com as suas propostas e dedicação a esta causa, conforme se pode comprovar pelos projetos e dinâmicas desenvolvidas, as quais, pela sua inovação, envolvimento de clientes, envolvimento da comunidade, promoção da inclusão e originalidade, completaram, brilhantemente, a intervenção do CIAD.

11.3.

OBJETIVOS OPERACIONAIS - DESEMPENHO DAS RESPOSTAS DO CIAD

11.3.1.

ESCOLA ESPECIAL

- **Implementação da nova oferta terapêutica ao nível da Terapia Ocupacional e Terapia da Fala. Desenvolvimento de dinâmicas que apoiem o desenvolvimento de estratégias pelos colaboradores**

A contratação de uma terapeuta ocupacional e uma terapeuta da fala, ambas a meio tempo, para a Escola Especial permitiu alargar a oferta terapêutica desta valência. O trabalho especializado de cada área terapêutica envolveu a identificação dos objetivos e resultados esperados para cada aluno, de acordo com as suas especificidades ao nível das patologias e da funcionalidade, com foco na maximização de autonomia, promoção de bem-estar e qualidade de vida de cada aluno. Acrescentamos que estas duas terapias são cruciais nesta fase de vida, logo, de desenvolvimento,

destes alunos, dado estarem num processo de ensino-aprendizagem que permite a aquisição de competências de vida diária.

Paralelamente, a equipa da Escola Especial, já composta por docentes, não docentes, psicóloga, fisioterapeuta e docente de atividade física adaptada, tornou-se mais enriquecedora, permitindo um trabalho multidisciplinar com impacto positivo e direto na execução e realização dos Currículos Específicos Individuais e nos Planos Individuais de Transição.

- **Reforçar a estratégia e dinâmicas que permitam a rentabilização das parcerias mantidas com os agrupamentos de escolas ao nível do apoio à implementação do PIT**

O CIAD através de parcerias com instituições escolares da comunidade local, nomeadamente, o *Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis*, *Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas* e *Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique* acolheu 16 alunos com Plano Individual de Transição (PIT) no ano letivo de 2016/17, e 15 alunos no presente ano letivo, sendo alguns de continuidade e outros pela primeira vez. A partir de setembro de 2017, a articulação com estes parceiros, tornou-se mais estruturada e funcional, de modo a que o desenho do PIT de cada aluno estivesse de acordo com o seu perfil de funcionalidade e concertasse o projeto de vida pós-escola com a oferta de atividades do CIAD.

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes (Alunos)	10	8	80%	↓
Taxa de Implementação do Plano Educativo Individual (PEI)	100%	--	100%	≈
Taxa de execução das ações do PEI	≥ 90%	--	100%	≈
Taxa de sucesso do PEI	≥ 80%	--	100%	≈
Total de ocorrências	--	6	--	--
Clientes com continuidade interna	≥ 6	7	116,7%	↑
Psicologia (sessões)	≥ 120	92	76,7%	↓
Terapia Ocupacional (sessões)	≥ 250	228	91,2%	≈
Terapia da Fala (sessões)	≥ 250	228	91,2%	≈
Fisioterapia (sessões)	≥ 400	266	66,5%	↓
Psicomotricidade (sessões)	≥ 40	41	102,5%	≈
Hidroterapia	--	195	--	--
Hipotermia	--	28	--	--
Saídas à comunidade	≥ 50	55	110%	↑
Total de alunos em PIT	16	16	100%	≈
Taxa de execução das atividades da Escola Especial	100%	--	95%	≈

No ano letivo 2016/17 a escola integrou sete alunos. No ano letivo 2017/18 a escola conta com oito alunos, com a integração de uma nova aluna em setembro de 2017.

À semelhança do ano transato, a elaboração dos documentos estruturantes dos alunos (PEI, CEI e PIT) foi da responsabilidade da equipa multidisciplinar, contando com a colaboração dos encarregados de educação, com as suas expectativas, as potencialidades dos alunos e visando o desenvolvimento de competências em diferentes áreas.

As atividades da Escola Especial decorrem durante setembro a julho, verificando-se uma diminuição do número de sessões nos momentos de interrupções letivas (dezembro, fevereiro e abril). A diminuição significativa de sessões realizadas em algumas terapias deve-se a ausência de um aluno, dado ao agravamento do seu estado de saúde (de novembro de 2016 a julho de 2017) por se encontrar em regime de internamento e depois em ambulatório noutra instituição. Esta diminuição é mais evidente em fisioterapia, dado beneficiar da atividade terapêutica diariamente.

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se um aumento significativo de sessões de terapia ocupacional e terapia da fala, dada a contratação das respetivas técnicas para escola especial de acordo com o financiamento do ME.

Em 2017 foi estabelecido um conjunto significativo de parcerias externas que permitiram um trabalho mais abrangente e enriquecedor com o grupo de alunos, quer ao nível de oportunidades, experiências e vivências, quer ao nível de aquisição de aprendizagens e competências, nomeadamente a hipoterapia com a Associação Equiterapêutica Porto-Matosinhos, a hidroterapia com o Hospital da Prelada e atividades pedagógicas com a Fundação Serralves.

Verificamos no último quadrimestre de 2017 solicitações de declaração de vaga para alunos com NEE. A Escola Especial encontra-se numa fase de crescimento, dado as solicitações ocorrerem quer por parte de encarregados de educação, quer por escolas que não conseguem dar resposta a situações muito específicas de acordo com patologias dos alunos, quer por parte da DGEsTE Norte.

Em novembro de 2017, a Escola Especial foi alvo de uma ação inspetiva por parte de Inspeção Geral da Educação, durante uma semana. Este olhar externo, principalmente por parte da entidade tutelar da resposta, é de extrema importância quer para o reforço de práticas, que se afiguram como de valor, quer para a sua melhoria. Em reunião própria, os senhores inspetores tiveram a amabilidade de devolver o observado, avaliado e fiscalizado, com ênfase nos pontos fortes da resposta educativa, e nos pontos a melhorar, alguns dos quais necessitam da colaboração do próprio ME. Estes, encontram-se sintetizados no quadro seguinte:

Pontos fortes

Qualidade dos documentos estruturantes do CIAD (Regulamento Interno, Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades, Relatório Anual de Atividades e Processos e Procedimentos)

Documentação de trabalho da EE englobados e enquadrados com o trabalho desenvolvido nas outras valências do CIAD

Espaço coletivo e multifuncional

Diversidade na oferta educativa

Relação com a comunidade

Hierarquização clara

Ambiente institucional tranquilo e positivo

Pontos a melhorar

Não entrada de novos alunos mais jovens, pondo em causa a continuidade da escola. (A deslocação da EE para o CNSE apresenta-se como benéfico para a integração de alunos mais jovens, onde encontrarão os seus pares)

Homologações - ausência de documentos atualizados (alvará 1941)

Não acompanhamento técnico por parte da DGEsTE

Contrapartida institucional (oferta de serviços), mais significativa que o financiamento do ME

Comunicação para a tutela sobre documentos estruturantes e outros, apesar de não serem solicitados pelo ME ou DGEsTE

11.3.2.

ATIVIDADES OCUPACIONAIS

- **Consolidar o trabalho de acessibilidade total do edificado do CIAD, através da instalação de uma plataforma elevatória de acesso às hortas/ginásio. Este equipamento é fundamental para uma deslocação segura de clientes com mobilidade reduzida**

O CIAD na tentativa de tornar todo o edificado acessível, tem procurado financiamento através de instituições e/ou programas de responsabilidade social, contudo, o ano de 2017 não permitiu nenhuma candidatura. Esta dificuldade prende-se com o facto do CIAD ser uma entre as várias respostas da SCMP interessadas nestes financiamentos, e, habitualmente, os regulamentos de candidatura apenas permitirem uma por instituição.

Salientamos que, apesar das dificuldades do acesso, todos os clientes se deslocam ao espaço da horta e ginásio, não sendo privados de uma oferta mais alargada e abrangente de serviços por este constrangimento. Não sendo as condições desejadas, a segurança da deslocação é assegurada pelo número necessário de colaboradores para o efeito auxiliados por clientes com maior mobilidade, fomentando um espírito de camaradagem e entre ajuda entre pares.

- **Reforçar o equipamento na oficina de madeiras, preparando o espaço para trabalhos de restauro mais complexos e que permitam a oferta destes serviços à comunidade**

Foi efetuado o reforço de alguns equipamentos da oficina de madeiras do CIAD. Foram também criadas

algumas sinergias entre o trabalho efetuado nas oficinas de madeiras pelo CAO e o trabalho desenvolvido pelos formandos do curso de Carpinteiro de Limpos a decorrer na Carpintaria do CHCF. No entanto, os esforços desenvolvidos não foram ainda suficientes para poder disponibilizar esta oferta de serviços à comunidade, como era intenção.

- **Dinamização dos projetos de inovação no âmbito da educação afetivo-sexual e do treino de competências pessoais e sociais, já iniciados junto de clientes de LaR**

Após a implementação do projeto piloto em LaR, o projeto de educação afetivo-sexual foi replicado para os clientes de CAO. O programa foi desenhado para total de 6 sessões com periodicidade semanal. Os grupos foram constituídos por cerca de 5 clientes, apresentando homogeneidade, no que se refere às competências cognitivas, e heterogeneidade quanto ao género. Os conteúdos e a metodologia associada à dinamização das sessões foram devidamente adaptados às características de cada grupo. Foram beneficiados 7 grupos num total de 32 clientes.

No que refere ao projeto promoção de competências sociais, também aqui se recorreu ao instrumento já desenvolvido para utilização com os clientes de LaR, nomeadamente, o jogo de tabuleiro em tamanho real com o objetivo de fomentar as competências comunicacionais de resolução de problemas/conflitos e de assertividade, determinantes nas relações interpessoais; desenvolver conceitos de autoestima e autoconhecimento, fundamentais no reconhecimento e regulação das emoções. Este programa foi, nesta primeira fase, aplicado a 5 clientes de CAO e permitiu uma participação ativa, interessada e motivada dos clientes, dado se tratar de uma intervenção dinâmica e interativa.



Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	90	90	100%	≈
Clientes em Acordo de Cooperação	90	90	100%	≈
Clientes sem Acordo de Cooperação	--	0	--	--
Taxa de execução das atividades do Plano Individual (PI)	≥ 90%	--	88%	≈
Grau de cumprimento dos objetivos do PI	≥ 85%	--	89%	≈
Taxa de sucesso do PI (concretização de objetivos ≥ 85%)	≥ 80%	--	75,9%	≈
Total de ocorrências	--	25	--	--
Clientes com continuidade interna	90	90	100%	≈
Clientes sem resposta interna/ comunidade (inclui listas de espera)	≤ 20	30	23,1%	↓
Psicologia (sessões)	≥ 300	325	108,3%	↑
Terapia Ocupacional (sessões)	≥ 500	400	80%	↓
Fisioterapia (sessões)	≥ 1000	871	87,1%	↓
Atividade Física Adaptada (sessões)	≥ 350	320	91,4%	≈
Auto-representantes (sessões)	≥ 25	--	0%	↓
Saídas à comunidade	≥ 50	52	104%	≈
Educação afetivo-sexual (sessões)	≥ 10	42	420%	↑
Treino de competências pessoais e sociais (sessões)	≥ 10	6	60%	↓
Taxa de execução das atividades do CAO	100%	--	102%	≈

O CIAD procurou desenvolver atividades/experiências ocupacionais e terapêuticas na comunidade e/ou em parceria com esta. Desta forma, foram envolvidos um número significativo de clientes em atividades promovidas pela comunidade, nomeadamente, pela Fundação de Serralves, Casa da Música, Espaço t, Fundação Escultor José Rodrigues, entre outras, de forma a potenciar as suas capacidades individuais, no sentido de promover a sua autonomia e de qualidade de vida. Alguns dos jovens do CIAD, de acordo com as suas escolhas e capacidades, estão integrados em experiências ocupacionais na comunidade, nomeadamente, na Escola Carolina Michaelis, Junta de Freguesia do Bonfim, Cantina da Segurança Social e Escola Rodrigues de Freitas, revelando-se uma mais-valia para os clientes, através do aumento do sentimento de autoeficácia, autoconfiança, sentido de responsabilização, autoterminação e autonomia.

Durante a fase final do ano foi iniciada uma reestruturação profunda no funcionamento do CAO com o objetivo de melhorar a prestação de serviços aos clientes através de uma maior rentabilização dos recursos disponíveis. Estas alterações, que continuaram a ser implementadas em 2018, têm vindo a demonstrar-se positivas quer para as equipas quer para os clientes.

Decorrente da visita de acompanhamento da técnica da Segurança Social, o CAO procedeu a uma alteração profunda da metodologia de cálculo das comparticipações familiares, bem como à definição de montantes, ainda que mínimos, de comparticipação para todos os clientes, inclusive os que transitaram de respostas geridas pela Segurança Social.

11.3.3.

LAR RESIDENCIAL

- **Promover a negociação com a Segurança Social com vista ao aumento do Acordo de Cooperação, dos 21 clientes em protocolo para 28 clientes, salvaguardando a existência de 2 vagas permanentes a serem utilizadas em acolhimentos temporários (a capacidade máxima proposta para o LaR é de 30 clientes)**

Com vista ao aumento do financiamento da resposta do LaR, dos 21 clientes previstos em Acordo de Cooperação, para 28, que representaria o financiamento máximo para a capacidade proposta de 30, conforme legislação vigente, o CIAD apresentou candidatura ao Programa de alargamento de Acordos de Cooperação para o desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

O resultado final desta candidatura ainda não foi divulgado, esperando-se, naturalmente, um parecer positivo, considerando as necessidades sociais de alargamento destas respostas.

- **Em caso de aprovação do aumento da capacidade e/ou do aumento do Acordo de Cooperação, promover o subsequente ajuste no quadro de Recursos Humanos)**

O CIAD atualmente encontra-se em processo de estabilização dos seus quadros em conformidade com os Acordos de Cooperação vigentes, sendo necessário apenas ultimar a contratação do Animador Sociocultural para os fins de semanas. Após esta contratação, o quadro de recursos humanos fica totalmente ajustado à situação atual e ao eventual aumento de financiamento.

- **Rentabilizar as vagas não participadas, até ao limite da capacidade aprovada para o LaR, através da oferta de serviços de acolhimento temporário**

As 21 vagas participadas pela Segurança Social encontraram-se permanentemente ocupadas.

Para rentabilizar a capacidade aprovada de 24 clientes, o CIAD acolheu um cliente em regime de acolhimento temporário para descanso de familiares e dois em regime de extra acordo. Atualmente, e dada a procura premente desta resposta para acolhimento definitivo o CIAD integrou três clientes em regime de extra acordo, esgotando a sua capacidade aprovada.

- **Continuar a implementação dos projetos de inovação no âmbito da educação afetivo-sexual e do treino de competências pessoais e sociais, iniciados em 2016**

O programa de educação afetivo-sexual teve, conforme previsto, continuidade em 2017 com a participação

de sete clientes de LaR. Este consistiu num total de 6 sessões com periodicidade semanal, abordando os seguintes temas: relações interpessoais; conhecimento do corpo humano; distinção entre espaço público e privado; atitudes de higiene; prevenção de doenças e atitudes adequadas face à sexualidade; relações consentidas vs. abuso.

Após a realização do programa verificamos que este tema não se esgota, dado tratar-se de uma população com comprometimento cognitivo, logo a retenção da informação não é a esperada. Assim, torna-se evidente que esta temática terá de ser abordada e trabalhada de forma continuada, pelo que se prevê uma nova edição em 2018.

Relativamente ao treino de competências sociais iniciado em 2016, também este teve continuidade, com o objetivo de desenvolver um manual de apoio, contudo, surgiu a necessidade de integrar a implementação de um projeto complementar sobre o conceito "Bom trato Institucional", levando à substituição de algumas das dinâmicas.

O projeto surge da participação do CIAD num projeto do programa de Erasmus +, num intercâmbio com a França e a Eslovénia, sobre o conceito Bom Trato. Este projeto consiste em duas áreas de trabalho em simultâneo. A primeira prende-se com receber informação por parte do cliente, nomeadamente, a sua perceção do significado de Bom Trato, quer de uma forma mais subjetiva e abrangente, quer em temáticas específicas e de acordo com as diferentes áreas da sua vida e meio envolvente. A segunda consiste no desenvolvimento de competências pessoais e sociais em linha com as temáticas a abordar, nomeadamente, autodeterminação, resolução de problemas, tomada de decisões e pensamento crítico.

Os destinatários deste projeto são 12 clientes de LaR, divididos em dois grupos de trabalho constituídos por 6 elementos com perfis cognitivos semelhantes, sendo a cadência de intervenção semanal.

Os temas abordados dividem-se entre os diferentes espaços do CIAD, aprumo pessoal, higiene e beleza, alimentação, tempos livres, relações interpessoais, privacidade e confidencialidade.

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	≥ 24	24	100%	≈
Clientes em Acordo de Cooperação	≥ 21	21	100%	≈
Clientes sem Acordo de Cooperação (permanente)	--	3	--	---
Clientes sem Acordo de Cooperação (temporário)	--	1	--	---
Taxa de execução das atividades do Plano Individual (PI)	≥ 90%	--	93%	≈
Grau de cumprimento dos objetivos do PI	≥ 85%	--	89%	≈
Taxa de sucesso do PI (grau de concretização de objetivos ≥ 85%)	≥ 80%	--	76,2%	≈
Total de ocorrências	--	38	--	---
Clientes com continuidade interna	24	24	100%	≈
Clientes sem resposta interna/ comunidade (inclui listas de espera)	≤ 15	20	37,5%	↓
Psicologia (sessões)	≥ 75	83	110,7%	↑
Educação Social (sessões)	≥ 250*	237	94,8%	≈
Auto-representantes (sessões)	≥ 15	16	106,7%	↑
Saídas à comunidade	90	105	116,7%	↑
Atividades realizadas na comunidade	≥ 45	59	131,1%	↑
Clientes envolvidos no projeto da educação afetivo-sexual	≥ 10	7	70%	↓
Taxa de execução das atividades do LaR	100%	--	94%	≈

* - Meta ajustada em função das necessidades reais planeadas em PI.

O Lar Residencial do CIAD tem capacidade aprovada para 24 clientes, tendo apenas financiamento protocolado com a Segurança Social para 21. No ano 2017 as 21 vagas encontraram-se permanentemente ocupadas, tendo o CIAD utilizado as restantes para situações de carácter temporário ou em regime de extra acordo. Estiveram integrados em Lar Residencial 25 clientes, dos quais um foi situação temporária, para descanso de familiares e três com continuidade interna, além acordo.

Complementarmente à dinâmica diária de estruturação individual que o LaR permite, continuamos a dar ênfase crescente às atividades em momentos de lazer, nomeadamente, fins-de-semana e períodos de férias. Estas atividades permitiram o envolvimento social ativo e inclusivo através da realização e participação em eventos da comunidade local: cinema, teatro, jogos de futebol, festa de S. João (e outras festas populares), IV Caminhada pela Inclusão do CIAD, Peregrinação a Fátima, Festa de Halloween e Festa de Ano Novo, estas últimas dinamizadas pelos clientes.

Deu-se ainda continuidade a atividades que, normalmente, não se encontram acessíveis aos nossos clientes, nomeadamente desportivas como o Tai-Chi e jogos de Goalball, Mega Pic-Nic no Parque da Cidade, Red Bull Air Race, festa da Rádio Festival e o Festival Marés Vivas.

Algumas das atividades dinamizadas pelo LaR, com objetivo de aumentar a participação social dos clien-

tes, só foram possíveis pela manutenção de parcerias já estabelecidas em anos anteriores, nomeadamente:

- Andar de Ferrari nas ruas da cidade do Porto, atividade organizada pelo Marcolino Relojoeiro;
- Assistir a jogos de futebol do FCP;
- Festival de Tunas no Conservatório de Música do Porto.

11.3.4.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Promover os recursos necessários ao funcionamento dos novos cursos e novas turmas aprovadas no âmbito da medida de Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade do POISE**

O atual projeto esteve a funcionar com o maior número de formandos desde sempre no CIAD. Para tal ser possível, estava prevista a utilização de vários recursos, alguns específicos de cada curso e outros partilhados, que nem sempre foram conseguidos na sua plenitude.

Ao nível dos recursos humanos foi positiva a contratação de mais um elemento para a equipa técnica e de uma psicóloga, mas ficamos aquém ao não contratar uma terapeuta ocupacional, tal como previsto inicialmente.

Ao nível dos recursos físicos, não foi concluída a aquisição de fardamento para os diversos cursos e a inter-

venção na carpintaria não foi concluída, por forma a conseguir responder às necessidades do curso de Carpinteiro de Limpos.

No entanto, apesar destes constrangimentos, foi feito um esforço por parte da SCMP para equipar os espaços de formação com material necessário ao desenvolvimento da formação, assim como de assegurar os materiais equipamentos necessários para a generalidade dos cursos.

- **Estabilizar a equipa de colaboradores afeta à gestão técnico-pedagógica da Formação Profissional**

Este objetivo foi plenamente conseguido, com a entrada de mais um elemento na equipa, o que implicou também uma reorganização do trabalho e uma intervenção mais profunda e estável, contribuindo para uma melhor resposta tanto às necessidades do projeto assim como às dos formandos.

- **Estabilizar a equipa de terapêutica e de formadores afeta à Formação Profissional**

A entrada de uma psicóloga na equipa da Formação Profissional, representa uma intervenção terapêutica mais profunda e direcionada para as necessidades reais dos formandos, tendo sido criada uma intervenção de caráter mais precoce ao invés da reativa, de resposta apenas aos problemas dos dia-a-dia, existente até então.

Ficou ainda por colmatar a lacuna relativa à integração de uma terapeuta ocupacional, cuja intervenção iria claramente beneficiar os formandos, preparando-os para um maior sucesso na FP, em áreas mais relacionadas com a motricidade, as quais beneficiariam igualmente a sua integração no mercado de trabalho.

- **Concluir a intervenção prevista para a Carpintaria do CHCF, enquanto espaço pedagógico e formativo**

Infelizmente, a reabilitação da carpintaria do CHCF não ficou totalmente concluída em 2017, o que claramente teve um impacto negativo no desenvolvimento do curso de Carpinteiro de Limpos e na motivação dos respetivos formandos, levando em alguns casos a desistências, o que prejudica claramente a execução desta resposta.

- **Otimizar os recursos da FP (humanos e materiais), promovendo experiências profissionais em contexto real, com o desenvolvimento de serviços à comunidade, nomeadamente de catering e manutenção de jardins**

Tal como no ano anterior, estas práticas pedagógicas foram postas em prática, embora não com a frequência que seria desejada, em parte devido aos mesmos

fatores indicados anteriormente, nomeadamente a disponibilidade de transporte para estas deslocações ao exterior, especialmente quando estão envolvidas máquinas de jardinagem.

- **Garantir os recursos internos necessários à eventual candidatura a novos cursos, no caso de abrirem novas medidas de financiamento, mantendo a oferta existente ao nível dos Percursos C e privilegiando uma nova oferta ao nível de Percursos B, em face da sua valorização em sede de candidatura**

Foi apresentada, em agosto, uma nova candidatura a financiamento para a Formação Profissional ao POISE, a qual, no entanto, ainda não obteve ainda resposta. Nesta candidatura foram contempladas 6 ações de formação nos cursos que integram a oferta formativa do CIAD e 2 novas ações em percursos B, Cozinheiro e Agente em Geriatria, enriquecendo a oferta existente e abrindo-a a novos públicos.



Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de cursos com financiamento aprovado	≥ 24	24	100%	≈
(POISE)	7	7	100%	≈
Total de clientes (formandos)	61	59	96,7%	≈
Formandos OJ	18	16	100%	≈
Formandos AVH	17	17	100%	≈
Formandos TE	8	8	100%	≈
Formandos OGB	8	8	100%	≈
Formandos Tecelão/Tecedeira	10	--	--	--
Formandos Carpinteiro/a de Limpos	10	10	100%	≈
Volume de Formação (horas)	≥ 90%	85,41%		
Taxa de execução financeira da candidatura	≥ 80%	€379.339,36*	24,3%	↓
Total de formandos que terminaram o percurso formativo	16	14	87,5%	↓
Taxa de sucesso dos formandos que terminaram o percurso formativo	100%	--	100%	≈
Clientes com continuidade interna	31	37	119,4%	↑
Atividades de Reabilitação (sessões)	+50	53	106%	↑
Taxa de execução das atividades da FP	100%	--	109%	≈

* - Valor de execução previsional, baseado apenas nos adiantamentos efetuados pelo IEFP até à data.

Foi um ano de consolidação de procedimentos e da equipa afeta à resposta da Formação Profissional. O facto de o número de formandos ter duplicado no ano anterior obrigou a uma reorganização ao nível dos recursos humanos, por forma a melhor responder à nova realidade desta resposta, resultando na entrada de um novo elemento para a equipa de gestão e de uma psicóloga, os quais apesar de reforçaram a equipa técnica, não a completaram, ficando ainda a faltar a integração de uma terapeuta ocupacional.

Durante este ano foi apresentada uma nova candidatura, que para além dos cursos já em funcionamento, conta também com cursos em novos percursos, Percurso B, os quais permitem também a equivalência escolar, solidificando assim o presente crescimento.

Ao nível da gestão da FP, destaca-se a decisão de não continuar a contratar a consultoria da empresa Vianasoft, assumindo a SCMP toda a gestão pedagógica e financeira deste projeto. Para o efeito foi criado um grupo de trabalho, envolvendo os vários departamentos com possível intervenção na FP e cujo trabalho em conjunto já deu frutos, na perceção de todas partes das características e necessidades deste projeto e numa maior aproximação e colaboração entre departamentos.

Esta resposta, continua a assumir-se como um elemento importante dentro do CIAD e da SCMP, contribuindo diretamente para a reabilitação de alguns espaços e criando mais e melhores respostas para a população com deficiência e incapacidade.



11.3.5.

CENTRO PROFESSOR ALBUQUERQUE E CASTRO - IMPRENSA BRAILLE

- **Continuação da implementação da estratégia de alargamento do número de parceiros institucionais e Desenvolvimento de estratégias de acesso a novos mercados, nomeadamente aos PALOP, contribuindo para a divulgação do Braille e sustentabilidade do CIAD**

O CPAC, em 2017, celebrou um protocolo de colaboração com um dos maiores grupos livreiros do país - a Porto Editora, visando a publicação de manuais escolares para o primeiro ano da Escola Primária, em Moçambique.

Neste âmbito, foram produzidos cerca de 28500 exemplares que se pretendem ser o princípio de uma relação profícua entre ambas as entidades, visando a consolidação do CPAC em mercados internacionais.

- **Continuação do desenvolvimento de dinâmicas de divulgação dos produtos do CPAC**

Foram várias as reportagens realizadas na Imprensa Braille, revelando a tipologia e singularidade do trabalho desenvolvido pelo Centro Professor Albuquerque e Castro. Neste ano, esta UO atingiu níveis de produção particularmente interessantes, resultantes, em larga medida, do protocolo acima mencionado. Neste sentido, entende-se que as dinâmicas de divulgação. Sentimos que, neste momento, se encontram reunidas as condições produtivas para uma produção ótima.

- **Desenvolver uma publicação comemorativa dos 60 anos da revista Poliedro**

A Poliedro é a mais antiga e importante revista tifológica de Portugal, iniciada pelo fundador do CPAC, o Professor Albuquerque e Castro. Neste sentido, a Misericórdia do Porto não poderia deixar de celebrar as seis décadas de existência desta publicação, tendo realizado uma publicação especial, que reuniu alguns testemunhos acerca do impacto que tem tido junto dos seus leitores, nomeadamente o da Exma. Sr.^a Secretária de Estado da Pessoa com Deficiência, Dr.^a Ana Sofia Antunes. Destacamos que obteve enorme sucesso junto do seu público.

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	≥ 1500	1429	95,3%	≈
Clientes institucionais	≥ 100	165	165%	≈
Clientes individuais	≥ 1400	1123	80,5%	≈
Poliedro (unidades/ano)	≥ 8000	8412	105,2%	≈
Enigma (unidades/ano)	≥ 250	380	152%	↑
Rosa-dos-Ventos (unidades/ano)	≥ 6000	5648	94,1%	≈
Jornal de Notícias (unidades/ano)	≥ 4000	2282	57,1%	↓
Visão (unidades/ano)	≥ 6000	3201	53,4%	↓
Visão Jr. (unidades/ano)	≥ 2000	1616	80,8%	≈
Produção de novos livros (unidades)	≥ 20	23	115%	↑
Produção de novos livros (volumes)	≥ 120	200	166,7%	↑
Reimpressões de livros previamente produzidos	≥ 140	73	52,1%	↓
Reimpressões de livros previamente produzidos (volumes)	≥ 400	491	122,8%	↑
Taxa de execução das atividades do CPAC	100%	--	104%	≈

Tem vindo a ser notória a transformação do trabalho comumente associado ao CPAC, concretamente a transcrição de livros e reimpressão dos livros previamente produzidos. Se, por um lado, se denotou, uma diminuição destes indicadores, por outro, constatou-se um aumento de produção de materiais diferenciados que, só muito recentemente, têm vindo a ganhar visibilidade ao nível da comunicação - e.g.: convites para cinema em dupla leitura (parceria com a CineMundo), ou brochuras inclusivas ao nível da saúde (Liga Portuguesa Contra o Cancro).

Apesar de resultados globais interessantes ao nível da produção, 2017 viu chegar ao fim dois importantes contratos que garantiam a produção de materiais

únicos em Portugal: a Visão e Visão Jr, através do Grupo Impresa (financiados através da Gulbenkian), e o Jornal de Notícias (financiados através das Águas do Porto). Lamentamos estas perdas de produção, representativas de um desinvestimento nesta área tão premente para a população cega que utiliza o Português como língua de comunicação.

O facto de se ter efetivado um protocolo de trabalho com a Porto Editora, veio testar as capacidades de trabalho do CPAC, tendo sido percebido pelos envolvidos que, com os necessários reajustes, esta estrutura da Misericórdia do Porto se encontra preparada para dar resposta às necessidades de inclusão/literacia Braille que o mercado vai evidenciando.

Indicadores	Resultado 2016	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de parcerias	92	≥ 100	98	98%	≈
Parceiros	44	≥ 70	72	103%	≈
Cientes envolvidos nas parcerias (total de oportunidades de participação - CIAD e comunidade)	2760	≥ 2000	3129	156%	↑
Cientes envolvidos nas parcerias (oportunidades de participação na comunidade)	574	≥ 1000	1053	105,3%	≈
Cientes em atividades ocupacionais na comunidade	18	--	13	--	--
Taxa de clientes envolvidos em parcerias	100%	100%	100%	100%	≈
Tipologias de responsabilidades social	7	≥ 7			
Total de alunos em apoio ao PIT (CAO e FP)	9	--	16	--	--



11.3.6.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O CIAD tem consciência de que as suas ações de responsabilidade social, enquanto reflexo das políticas e práticas macro da Misericórdia do Porto, se assumem como determinantes para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Esta intervenção social na comunidade tem sempre como alicerce as próprias possibilidades de atuação institucional sem comprometer o normal funcionamento das diferentes valências do CIAD.

Em 2017, o CIAD:

- Concebeu e apresentou ao Governo de Portugal uma proposta de solução (maquete) para a disponibilização do voto em Braille;
- Disponibilizou, para entidades da comunidade, a transcrição para Braille de informações diversas, apoiando a promoção de uma comunicação mais inclusiva (e.g. Centro Hospitalar de S. João);
- Apoiou Agrupamentos de Escolas locais na concretização de Planos Individuais de Transição dos alunos com necessidades educativas individuais;
- Acolheu em LaR uma cliente em situação de ausência total de rede de suporte (abandonada nas instalações da Segurança Social), por solicitação desta Entidade;
- Cedência das instalações desportivas do CIAD para atividades desportivas adaptadas a entidades diversas;
- Sinalizou 12 famílias para apoio de cabazes de Natal por parte da SCMP.

Desta forma, o conceito de responsabilidade social que o CIAD defende, pretende contribuir para uma sociedade mais justa, mais próxima, pensando e orientando as tomadas de decisão, valores e atuação em função dos colaboradores, da comunidade, dos significativos e, fundamentalmente, dos clientes. Pretende-se, assim, assegurar os deveres e obrigações dos diferentes intervenientes para com a sociedade, através de um conjunto de ações que visem uma melhor atuação da instituição junto da população e da comunidade a quem se destina e da sociedade onde se integra.



11.3.7.

O DESAFIO DA MELHORIA CONTÍNUA

11.3.7.1. PLANO DE MELHORIA 2017

O Plano de Melhoria para 2017 tentou priorizar as questões consideradas a base para que toda a organização possa melhorar de forma sustentada, contribuindo para um desempenho de excelência e para o reconhecimento social do trabalho que desenvolve.

Ação	Responsável	Até	Acompanhamento
Desenvolver estratégias de rentabilização das parcerias mantidas com os agrupamentos de escolas ao nível do apoio à implementação do PIT	Coordenador EE	Dezembro 2017	Realizada. A partir de setembro de 2017, início do ano letivo 2017/18, esta intervenção foi tornou-se mais estruturada, nomeadamente no que se refere à elaboração, implementação e avaliação dos PIT, servindo de base para o desenvolvimento do novo serviço de CRI no próximo ano letivo.
Análise transversal da organização e funcionamento dos ateliês e oficinas ocupacionais, com o objetivo de aumentar a funcionalidade da intervenção	Coordenador CAO	Dezembro 2017	Em execução. Esta ação iniciada no último quadrimestre de 2017, encontra-se ainda em implementação. A dinâmica inicialmente planeada teve de ser alterada com a saída da Coordenadora de CAO (efetivada no início de 2018), e a consequente distribuição das suas responsabilidades por outros técnicos.
Identificar e implementar as alterações necessárias ao nível da organização e funcionamento do LaR, no sentido de promover condições favoráveis ao alargamento da sua capacidade e do Acordo de Cooperação	Coordenador Lar	Dezembro 2017	Em execução. Foi efetuado o levantamento o qual foi atualizado em resultado da visita de acompanhamento realizada pela técnica da Segurança Social. Neste momento encontram-se ainda por finalizar algumas das ações previstas, nomeadamente no que se refere à instalação de portas corta-fogo, emissão do certificado da ANPC, e certificação da vistoria higio-sanitária.
Desenvolver dinâmicas internas/ externas de <i>benchmarking</i> e <i>bench learning</i> , no sentido de potenciar os resultados ao nível da prestação de serviços e reforçar a rede de parcerias com organizações congéneres	Gestor da Qualidade	Dezembro 2017	Realizada. Durante 2017 foram realizadas duas visitas a instituições congéneres, nomeadamente: CERCIAG - partilha de metodologias e práticas ao nível da FP Fundação AFID - partilha de metodologias e práticas ao nível do CAO Dinamização do workshop "EQUASS 2018 - Quality of Life and Individual Planning", com a participação do especialista Michael Crawley e da CERCIAG.
Garantir as condições à realização da Formação Tecnológica de todos os formandos do curso de Operador Gráfico Braille (OGB)	Direção Coordenador FP Coordenador CPAC	Março 2018	Realizada. A formação tecnológica deste curso pela sua especificidade foi efetuada na totalidade por recurso a formadores internos, colaboradores do CPAC, tendo sido relevante a disponibilidade e empenho destes para o sucesso deste curso.
Concluir a reorganização global da Formação Profissional - equipa, referenciais a utilizar, procedimentos, registos, avaliação, com os objetivos de cumprir todas as disposições da entidade reguladora e garantir o sucesso. Garantir as condições necessárias à implementação de Percursos B em nova oportunidade de financiamento.	Direção Coordenador FP Gestor da Qualidade	Dezembro 2017	Em execução. A decisão da SCMP em rescindir o contrato com a entidade consultora que apoiava a gestão da FP, obrigou à redefinição desta ação, aumentando a sua abrangência e os intervenientes (ação desenvolvida em conjunto com outras estruturas da SCMP). Prevê-se que a presente ação decorra ainda durante o ano de 2018.
Promover as condições necessárias ao desenvolvimento e implementação do projeto entre alunos da Escola de Comércio do Porto e formandos do curso de OGB, com vista ao desenvolvimento da versão tátil do Fons Vitae	Direção Coordenador FP	Junho 2017	Realizada. O resultado deste projeto foi exibido no MMIPO coincidindo a sua inauguração com a data da IV Caminhada pela Inclusão do CIAD e o 2º aniversário do MMIPO. Nesta celebração foram também envolvidas as turmas de AVH da FP, as quais conceberam e serviram uma ceia com inspiração na Idade Média.
Promover as condições e articulações necessárias ao desenvolvimento do projeto de FTCT dos formandos de OGB, ao nível do retrato abrangente das condições nacionais de acesso e acessibilidade das pessoas com deficiência e incapacidade nas suas diferentes vertentes, via publicação específica em dupla leitura.	Direção Coordenador FP	Março 2018	Em execução. Foram asseguradas as condições deste projeto inovador estando neste momento em fase de concretização os três volumes da revista de dupla leitura "(In)clusões e (In) cursões" (ver ponto 9.3.5 do presente documento)

Em termos de plano inicial, verifica-se que quatro das oito ações planeadas encontram-se ainda em fase de execução por motivos diferentes e diversos. Esta situação, no entanto, não compromete de modo algum as melhorias que se pretende ver efetivadas a partir das mesmas.

11.3.8.

PROJETOS DE INOVAÇÃO

Durante o ano de 2017, foram desenvolvidos vários projetos que consideramos inovadores, dos quais destacamos os seguintes:

11.3.9.

OFICINA “DESENHOS EM RELEVO”

Inserida na programação da Semana das Camélias, a oficina “Desenho em relevo” contou com a organização dos formandos do curso profissional de Operador Gráfico de Braille. A iniciativa decorreu no dia 10 de março, na Fundação Escultor José Rodrigues - Fábrica Social. Vendados, os participantes exploraram desenhos, com graus diferentes de complexidade, mas representativos de uma mesma realidade, concluindo que um desenho em relevo não deverá ter pormenores em demasia, devendo cingir-se aos contornos essenciais e bem definidos da realidade que se deseja representar, para, assim, ser acessível a um cidadão com deficiência visual. Promoveu-se, ainda, o diálogo em torno da necessidade crescente de inclusão em todas as dimensões que configuram uma cidadania plena, especificando a urgência de uma maior incidência do braille no quotidiano da população.

11.3.10.

TEATRO “A DAMA DAS CAMÉLIAS”

Inserida na programação da Semana das Camélias, foi encenado a partir da obra homóloga de Alexandre Dumas (filho), com a participação de um grupo de

clientes de CAO e LaR, a peça “A Dama das Camélias”, a qual foi apresentada no dia 11 de março na Fundação Escultor José Rodrigues - Fábrica Social. Inspirados na obra “A Dama das Camélias” e na banda sonora “La Traviata de Verdi”, os atores brindaram a comunidade com uma peça de teatro inclusiva. Com produção da companhia de teatro Tenda de Saias e encenação de Xana Miranda, esta é uma forma inovadora de envolver espectadores e atores em novas experiências.

11.3.11.

PROJETO LEITURA EM VOZ ALTA DA HISTÓRIA DO SOLDADO, DE RAMUZ

O curso 4 - Operador/a Gráfico/a de Braille participou no projeto “Assédio à Comunidade”, dinamizado pela Companhia de Teatro Profissional Assédio, que culminou numa apresentação pública da leitura em voz alta da obra dramática História do Soldado, de Ramuz, a 25 de maio de 2017, na Galeria dos Benfeitores, no MMIPO. O trabalho desenvolvido permitiu ao grupo um aumento na proficiência na leitura, proporcionando aos formandos vários benefícios: melhorias na sensibilidade tátil e processamento da informação; maior destreza manual e velocidade de leitura; ganhos na articulação verbal e na intencionalidade comunicativa.

11.3.12.

ESPETÁCULO INCLUSIVO “VIAGEM À DIVERCIDADE”

O projeto “Viagem à DiverCidade” desenvolveu-se a partir de um conto, escrito pela formanda Verónica Baptista (do curso profissional Operador Gráfico de Braille), e culminou num espetáculo totalmente inclusivo, que incluiu representação, dança, capoeira, fado e rap. Foi apresentado no Auditório D. Pedro IV da Misericórdia do Porto, a alunos do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas, no Dia Mundial da Criança, e, num segundo momento, aos amigos e significativos dos clientes do CIAD. Fruto de um trabalho empenhado, contínuo e agregador, nele participaram todas as valências do CIAD - Centro de Atividades Ocupacionais, Formação

Profissional, Imprensa Braille e Lar Residencial -, em prol do respeito e da valorização da diferença, transmitindo uma mensagem clara de diversidade como sinónimo de enriquecimento.

11.3.13.

REVISTA DE DUPLA LEITURA “(IN)CLUSÕES E (IN)CURSÕES”

O grupo de formandos/as do curso profissional de Operador Gráfico de Braille, em Formação Prática em Contexto de Trabalho no Centro Professor Albuquerque e Castro - Imprensa Braille, criou uma publicação em dupla leitura (a Braille e a tinta, acessível também a pessoas com baixa visão ou visão reduzida), composta por três números, abordando questões estruturais ligadas à deficiência e à participação em regime de equidade. Com o objetivo de girar uma imagem generalista, os/as formandos/as entrevistaram várias pessoas ligadas aos diferentes domínios da cultura, da promoção da autonomia e da educação, questionando-as sobre as práticas instituídas nas entidades que representam e sobre o estado da inclusão em Portugal. O 1º número desta nova revista, dedicado à cultura foi já distribuído pelos agentes sociais e culturais do país, com responsabilidade nestas matérias (Governo, Autarquias, Provedorias do Cidadão com Deficiência, Bibliotecas Municipais, Escolas de Referência, entre outros). Em 2018, serão publicados os números referentes à autonomia e à educação.

11.3.14.

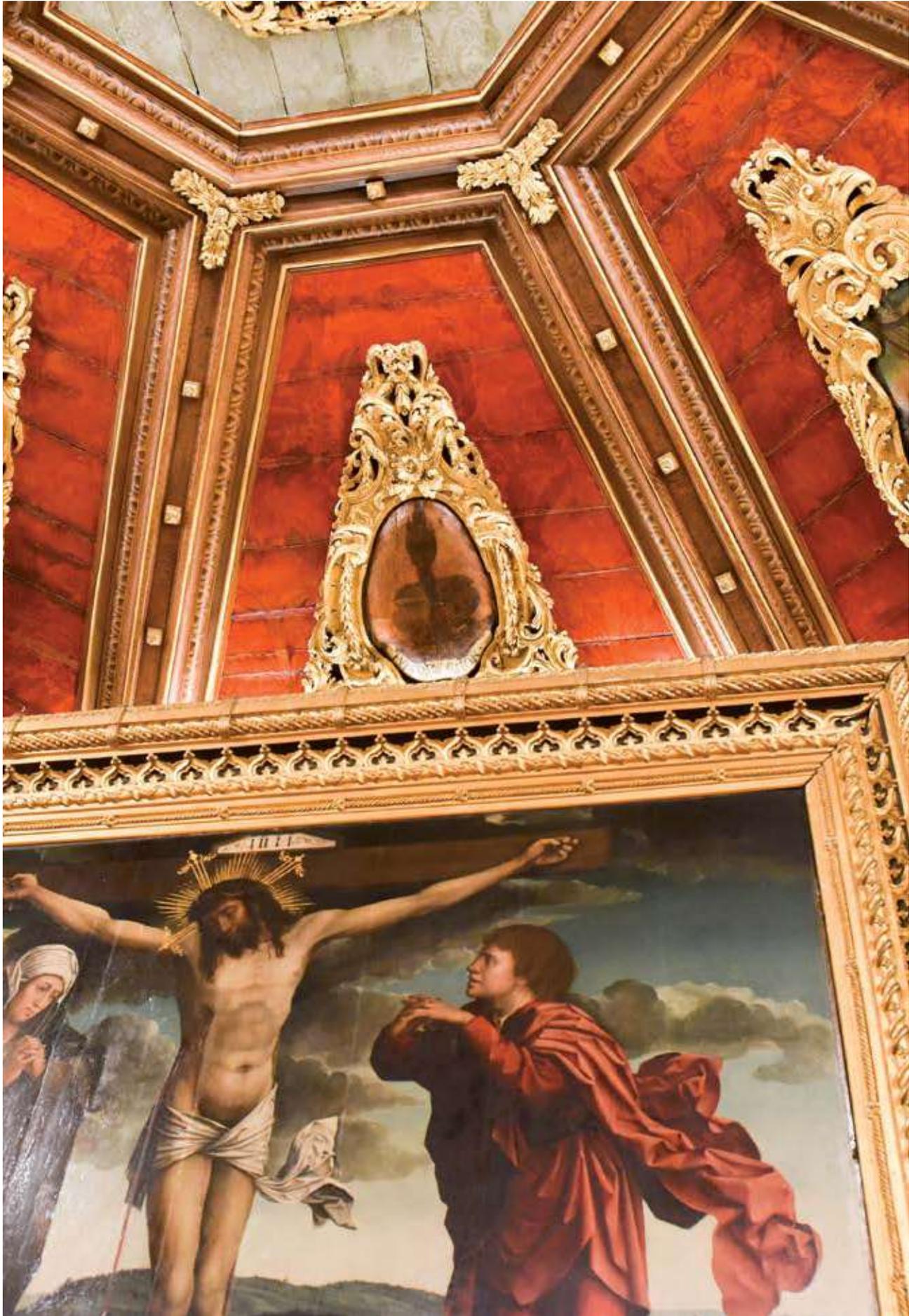
PROJETO FONTS VITAE TÁTIL

O quadro Fons Vitae foi reproduzido tatilmente por dois grupos distintos de formandos, os do curso de Operador Gráfico de Braille do CIAD, e os da turma de Técnico de Informação e Animação Turística, da Escola de Comércio do Porto, os primeiros enquanto consultores e os segundos como executantes, contando-se com o apoio técnico do MMIPO na descrição e interpretação da obra.

De forma a promover a sensibilização e atuação na área da acessibilidade cultural e a testar a aplicabilidade e resultados das metodologias técnicas adotadas noutros países, este projeto passou por várias fases. Para se traduzir tatilmente a informação, procedeu-se à criação de texturas diversificadas, representativas de distintas informações selecionadas e sistematizadas, texturas essas que, a posteriori, foram trabalhadas por cotas, ou seja, baixos, médios e altos relevos em quatro painéis (três deles representativos dos três diferentes planos e um aglutinador dos mesmos), para que os cegos as pudessem sentir, identificar e diferenciar (com o apoio de legendas em braille), sendo capazes de explorar a totalidade da obra, após um esmiuçar gradual dos seus distintos elementos.

Esta versão tátil foi apresentada ao público e esteve temporariamente exposta no MMIPO, a par da obra original, tendo sido uma contribuição clara para uma maior inclusão, acessibilidade e fruição cultural das pessoas com deficiência visual.

Adicionalmente, o CIAD foi convidado a apresentar novamente o conto inclusivo “O Caçador de sonhos”, projeto inovador em 2016, revelando a aceitação crescente que estes projetos, que visam, também, sensibilizar a comunidade para a importância da Inclusão, têm na comunidade. A apresentação enquadrou-se nas iniciativas do Centro de Educação Ambiental do Núcleo Rural do Parque da Cidade do Porto, no Dia Mundial do Ambiente. Relembrámos que este conto, escrito pela formanda Verónica Baptista, se assume como uma história multissensorial e inclusiva. O público, constituído por crianças do 1º ciclo do Ensino Básico, foi convidado a vender os olhos e a assistir à representação “apurando” os outros sentidos, captando informações cuja perceção é ocultada ou desvalorizada quando a visão assume a dianteira, aprendendo a valorizar o Ambiente, a Leitura e a Diferença.



12.

EDUCAÇÃO | COLÉGIO
DE NOSSA SENHORA
DA ESPERANÇA



O percurso da atividade do Colégio de Nossa Senhora da Esperança dada a especificidade deste estabelecimento, este relatório abrange oito meses do ano letivo 2016/2017 e quatro meses do ano letivo 2017/2018.

De um ponto de vista global, destaca-se o cumprimento de três objetivos propostos no Plano de Atividades:

- o acréscimo global de alunos do Colégio, com um saldo final de mais 45 discentes, correspondente a cerca de 6,8% de incremento;
- melhoria dos resultados em provas externas;
- a gestão rigorosa dos meios disponibilizados para esta missão.

12.1. ÁREAS/SETORES

O Colégio opera nas áreas da Educação e do Ensino, dividindo-se a sua intervenção por toda a área do ensino não superior: Creche, Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário.

Os últimos anos têm registado um crescimento significativo no número de alunos, permitindo passar de 388 alunos, em 2011/2012, para 710, em 2017/2018. Portanto, na senda deste crescimento, o CNSE volta a aumentar o seu número de discentes conforme registado na Introdução.

O ano letivo 2016/2017 concluiu com 665 alunos, frequentando no corrente ano 710 alunos, distribuídos conforme as tabelas abaixo:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição
Creche	39	40	83	83	82	80	82	+ 3%
Pré-escolar	68	92	139	146	142	144	141	- 2%
1.º Ciclo	90	107	100	110	132	158	184	+ 16%
2.º e 3.º Ciclos	147	161	186	180	194	208	229	+ 10%
Secundário	44	50	50	55	74	75	74	- 1%
Total	388	450	558	573	624	665	710	+ 6,8%



12.2.

RECURSOS HUMANOS

Os recursos do Colégio não tiveram alterações significativas em 2017.

Ao nível do pessoal operacional foi necessário aumentar o número de ajudantes de ação educativa, face ao incremento de mais de 140 alunos nos últimos três anos.

Pessoal operacional

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Efetivos	29	28	27	29	31	33	35
Contrato a termo	1	2	2	4	2	3	2
Totais	30	30	29	33	33	36	37

Ao nível do pessoal docente, regista-se a entrada de três elementos no quadro e a contratação de mais dois elementos a termo certo. Tal deve-se à necessidade uma professora de primeiro ciclo e de mais um docente de Matemática.

Pessoal docente

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Efetivos	26	27	32	32	32	34	37
Contrato a termo	7	6	2	5	6	6	5
Prestadores de serviços	13	15	10	11	10	6	8
Totais	46	49	46	48	48	46	50

12.3. INFRAESTRUTURAS

O Colégio é composto por um conjunto de três edifícios: o edifício antigo, onde se encontram alocadas as valências da Creche e do Pré-escolar, os serviços de suporte e a Igreja; o Polo A, onde se localiza o 1.º ciclo e a biblioteca; e o edifício José Luís Novais, onde funcionam os 2.º e 3.º Ciclos e Secundário. No apoio às atividades letivas, existem ainda os espaços de recreio, o pavilhão gimnodesportivo e a sala de convívio dos alunos.

Depois da obra de ampliação do pré-escolar, decorrida em 2013, o Colégio tem sido alvo de modernização de vários espaços. Assim, 2017 ficou marcado pela abertura de um novo espaço de recreio, destinado aos alunos do 1.º ciclo, bem como a criação de um novo espaço para a horta pedagógica. Ao nível do equipamento didático, seis salas de aula foram equipadas com projetores multimédia.

Em 2017 iniciou-se ainda o estudo de reorganização dos espaços no edifício antigo, procurando melhorar toda a logística inerente à operação.

12.4. CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança visam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos. Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.

Ao nível dos recursos humanos, o Colégio não registou alterações significativas no número de colaboradores. O crescimento não implicou um incremento de colaboradores na mesma proporção. Mantém-se a perspetiva de com os mesmos recursos servir mais alunos.

O Colégio leciona, atualmente, todo o espectro do ensino não superior. É importante divulgar todos os níveis de ensino, nomeadamente, o ensino secundário, que tem apenas dez anos de existência. Contudo, pelo que proporciona aos seus alunos e pelo nível que já atingiu, tem obrigação de atrair mais alunos. Os projetos em que o Colégio se insere visam promover a imagem do estabelecimento e a sua área de atuação.



13.

JUSTIÇA |
ESTABELECIMENTO
PRISIONAL DE SANTA CRUZ
DO BISPO - FEMININO



Como se constata as atividades desenvolvidas ao longo do ano, refletem o empenho e dedicação de todos os colaboradores afetos ao Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo-Feminino, situações havendo que vão muito para além do que está contratualizado com a DGRSP, são exemplo disso o apoio às reclusas mais carenciadas e respetivos filhos, a concessão de bolsas de estudo às que ingressam no Ensino Superior, bem como a disponibilidade que a SCMP tem demonstrado em aceitar reclusas a trabalhar na situação de regime aberto no exterior.

Realizaram-se as III Jornadas Nacionais de Saúde em Meio Prisional patrocinadas pela SCMP, com convidados nacionais e estrangeiros que em muito contribuíram para a solidificação do Projeto de parceria com o Ministério da Justiça, iniciado em janeiro de 2005.

13.1. SERVIÇOS CLÍNICOS

Os Serviços Clínicos têm como âmbito a **“Prestação de cuidados de saúde à população reclusa e descendentes a cargo afetos ao EPSCB-F”**.

Os Serviços Clínicos dotados de um *Sistema de Gestão de Qualidade*, encontram-se a investir num processo de certificação mantendo a premissa e o desejo de se afirmar como uma entidade de referência, com capacidade de intervenção devidamente estruturada, garantindo desta forma a satisfação das expectativas dos seus clientes, prestando serviços especializados com elevado valor acrescentado.

Para tal mantém como objetivos primordiais:

- Dar cumprimento ao Acordo de Cooperação entre a DGRSP e a SCMP para a gestão partilhada do EPSCB-F;
- Garantir elevados padrões de qualidade assistencial;
- Promover práticas de excelência para a gestão setorial do EPSCB-F.

13.1.1.

ATIVIDADE CLÍNICA

No que concerne à atividade clínica registaram-se **2260** consultas internas de clínica geral; **974** consultas de psicologia; **1640** consultas de medicina dentária; **1469** consultas de psiquiatria; **680** consultas de ginecologia/obstetrícia e **187** consultas de Pediatria.

Foram realizados ainda **44559** atos de enfermagem (por ex.: tratamentos; colheitas; injectáveis; avaliações antropométricas e hemodinâmicas, aerossoloterapia/oxigenoterapia, vacinação; intervenções invasivas; consultas; etc.), dos quais se destacam 7603 consultas de recurso, 1405 consultas urgentes e 117 consultas especializadas.

Realizaram-se ainda 645 consultas externas em meio hospitalar e **712** ECDT & Tratamentos no exterior. Foram ainda efectuadas **613** colheitas para análises clínicas no EP e 151 colheitas no exterior. A Unidade Funcional - Doenças Infecciosas - durante o ano de 2017 manteve o elevado investimento na vacinação da população reclusa expresso pelos dados apresentados, e em estreita colaboração com as consultas externas de Infeciologia, Obstetrícia e Ginecologia tendo-se procedido a 14 inoculações prescritas por estas especialidades. Deu-se continuidade ao plano de vacinação contra a Hepatite B (**256** vacinas administradas), Tétano (**235** vacinas administradas) e VASPR (**160** vacinas administradas). Procedeu-se à vacinação anti-gripal a **120** utentes. Cumpriu-se, na íntegra, o Plano Nacional de Vacinação para todas as crianças residentes no EP (**60** vacinas administradas). Em suma, contabilizaram-se um total de **845** vacinas inoculadas.

Registaram-se **168** internamentos nesta Unidade de Saúde correspondentes a **1398** dias de internamento, destacando-se a elaboração de programas diferenciados e individualizados para as utentes internadas. No exterior, contabilizamos 22 internamentos hospitalares, correspondentes a 131 dias.

Relativamente às saídas ao exterior para serviços de urgência hospitalares, contabilizamos apenas 15 ocorrências, contrastando com os 1405 atendimentos em situação de urgência efectuados no EP.

Cumpriram-se os processos operativos correspondentes às Unidades Funcionais: Cardiovascular; Planeamento Familiar; Diabetes; Saúde Infantil; Saúde Materna. Destacam-se entre outras atividades os rastreios do cancro da mama, colo do útero, intestino/cólon, segundo critérios da DGS/OMS.

A realização no dia 30 de março de 2017 das *“III Jornadas Nacionais de Saúde em Meio Prisional”* em parceria com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Seguindo a senda dos dois eventos prévios esta iniciativa coligou a participação das comunidades médicas, científicas, académicas e prisionais. As temáticas desenvolvidas, de acordo com o programa estabelecido, permitiram vislumbrar a atualidade, voltando a questão da qualidade dos cuidados de saúde em meio prisional, bem como o tratamento penitenciário e a apresentação de visões externas visando o tema *“A Europa e a Saúde em Meio Prisional”*.

A concretização do evento voltou a proporcionar um momento de reflexão e partilha entre as diversas realidades das unidades de saúde prisionais, contribuindo claramente para a elevação técnico-científica dos conteúdos abordados.

Para que durante o ano de 2017, fossem desenvolvidas as iniciativas necessárias para a *“Certificação dos Serviços Clínicos pela Norma ISO 9001:2015”*, previsivelmente no 1.º Semestre de 2018.

13.2. SETOR LABORAL

Em 2017, o Sector Laboral teve como missão, dar continuidade ao trabalho iniciado em anos anteriores, manter e/ ou aumentar a taxa de ocupação laboral no EP (Estabelecimento Prisional). No que diz respeito à Formação Profissional empenhou-se em captar cursos relevantes para a população prisional. Ao longo do ano transacto a taxa média de ocupação laboral manteve-se estável ligeiramente acima dos 70% baixando para valores próximos dos 60% durante o mês de agosto. (ver tabela em anexo). Por sua vez, há que salientar, desde já, que o número médio de empresas com as quais o Sector Laboral manteve parcerias subiu de 10 empresas/mês, em 2016, para 15 empresas/mês, em 2017.

Quanto à população prisional é relevante sublinhar que a média anual de reclusas teve um acréscimo de 22 reclusas, ou seja, em 2016 a média foi de 332 reclusas e no ano de 2017 foi de 354. Poder-se-á dizer que este número anda bastante próximo da lotação máxima desta instituição, a saber 354. Relativamente aos salários pagos pelo trabalho realizado no EP foram distribuídos 18.8393€ na forma de salários, sendo que o salário médio é de 64.52€.

QUADRO MENSAL DA OCUPAÇÃO LABORAL ANO 2017

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
1. População Prisional/último dia do mês	344	352	356	359	359
2. N.º de Reclusas a Trabalhar	241	268	265	265	269
2.1. N.º de Reclusas a Trabalhar nos Serviços	65	67	62	58	60
2.2. N.º de Reclusas a Trabalhar nas Oficinas	161	186	188	192	194
2.2. N.º de Reclusas a Trabalhar por Conta Própria (Artesanato)	15	15	15	15	15
3. Taxa de Ocupação Laboral	70.06%	76.14%	74.44%	73.82%	74.93%
4. Total de Vencimentos Pagos	16254.53	16582.41	19030.98	16986.48	18756.17
4.1. Vencimentos Pagos nos Serviços	3673.31	3373.57	3831.72	3848.78	3826.53
4.2. Vencimentos Pagos nas Oficinas	12581.22	13208.84	15199.26	13137.70	14929.64
4.3. Média dos Vencimentos Pagos nas Oficinas e nos Serviços	71.92	65.54	76.12	67.95	73.84

Total dos Vencimentos Pagos: 188393€00

13.2.1.

TAXAS DE OCUPAÇÃO LABORAL

Em janeiro o EP tinha uma população prisional de 344 reclusas e uma taxa de ocupação laboral de 70.06%, ou seja, tinham ocupação laboral 241 reclusas. No mês seguinte o Sector Laboral teve o maior desempenho relativo de todo o ano. Vejamos alguns números: a taxa de ocupação laboral subiu até aos 76.14%, o número de reclusas a trabalhar foi de 268 e o EP tinha uma população prisional de 352 reclusas. Quanto a março, a taxa de ocupação laboral foi de 74.44%, a população prisional constituída por 356 reclusas, das quais 265 reclusas possuíam ocupação laboral. Por sua vez abril teve uma taxa de ocupação laboral de 73.82%, uma população prisional activa de 265 e no EP encontravam-se 359 reclusas. A taxa de ocupação laboral no mês de maio foi de 74.93%, o número de reclusas com ocupação laboral foi de 269 e encontravam-se 359 reclusas no EP. Durante o mês seguinte, junho, registaram-se 271 reclusas a trabalhar – número máximo alcançado no ano a que este relatório diz respeito – sendo a taxa de ocupação laboral de 75.49% para uma população prisional de 359 reclusas.

A taxa de ocupação laboral em julho foi de 72.73% e 264 reclusas tiveram ocupação laboral num universo de 363 reclusas. Em agosto a taxa de ocupação laboral foi de 61%, a população prisional foi de 359 reclusas e o número de reclusas activas foi de 219. Importa referir que, à semelhança dos anos anteriores, este mês registou a taxa de ocupação laboral mais baixa e, conseqüentemente, o menor número de reclusas activas. É evidente a relação entre o período de férias de verão (agosto) e o abrandamento da atividade com os parceiros do EP. Em setembro, a taxa de ocupação laboral voltou a subir para os 71.23% (260 reclusas com ocupação laboral) para uma população prisional de 365 reclusas. Outubro consolidou a subida da taxa de ocupação laboral para os 73.09% com uma população prisional de 353 e população activa de 258. Novembro teve uma taxa de ocupação laboral de 71.68%, sendo que o número de reclusas que se encontravam no EP era de 346. O número de reclusas activas foi de 248. Por último, o mês de dezembro registou uma taxa de ocupação laboral de 73.73%, onde 247 reclusas tinham ocupação laboral e o EP tinha uma população prisional de 335 reclusas.

JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	NOV	Média ANUAL
359	363	359	365	353	346	335	354
271	264	219	260	258	248	247	256
61	62	64	53	56	58	60	60
195	191	144	196	191	179	176	182
15	11	11	11	11	11	11	13
75.49%	72.73%	61%	71.23%	73.09%	71.68%	73.73%	72.36%
15609.44	16776.11	13714.74	13222.39	15243.93	13893.99	12322.05	15699.42
3663.07	3720.10	3851.70	3776.61	3766.50	3643.98	3751.15	44727.02
11946.37	13056.01	9863.04	9445.78	11477.43	10250.01	8570.90	143666.20
60.97	66.31	65.94	53.10	61.72	58.62	52.21	64.52



13.3.

SETOR DE EDUCAÇÃO E ENSINO

O setor de artesanato é desenvolvido em duas vertentes em que a primeira é desenvolvida como resposta ocupacional com fins económicos (laboral e regular) e a segunda funciona como resposta formativa.

No que concerne às atividades como medida ocupacional com fins económicos as reclusas do Estabelecimento prisional exerceram atividades nas seguintes áreas: Crochet, costura, tapeçaria, bordados, pintura de madeiras, bijuteria e tricot e modelagem em feltro.

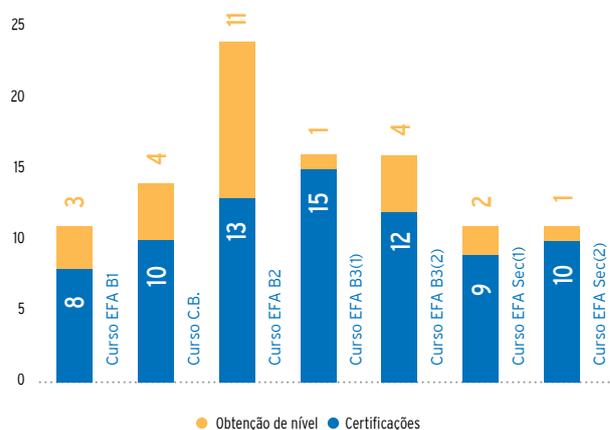
As atividades formativas foram delineadas, pensadas e executadas de forma a suprirem algumas necessidades relacionadas com a formação e ocupação das reclusas.

As formações artísticas desenvolvidas pelo setor tiveram como principal objetivo dotar as reclusas de conhecimentos que lhes permitam desenvolver autonomamente as técnicas aprendidas.

Neste âmbito desenvolvemos as seguintes atividades:
- Tricot - IV edição "NAS Entrelinhas"; Sabonetes artesanais; Costura (aprender a costurar e Costura Criativa); Promoção de hábitos de trabalho através da arte, modelagem em feltro, pintura (em seda, madeira e cerâmica); Modelagem em EVA, Feltro e Biscuit, Croché, Macramé e Tapeçaria.

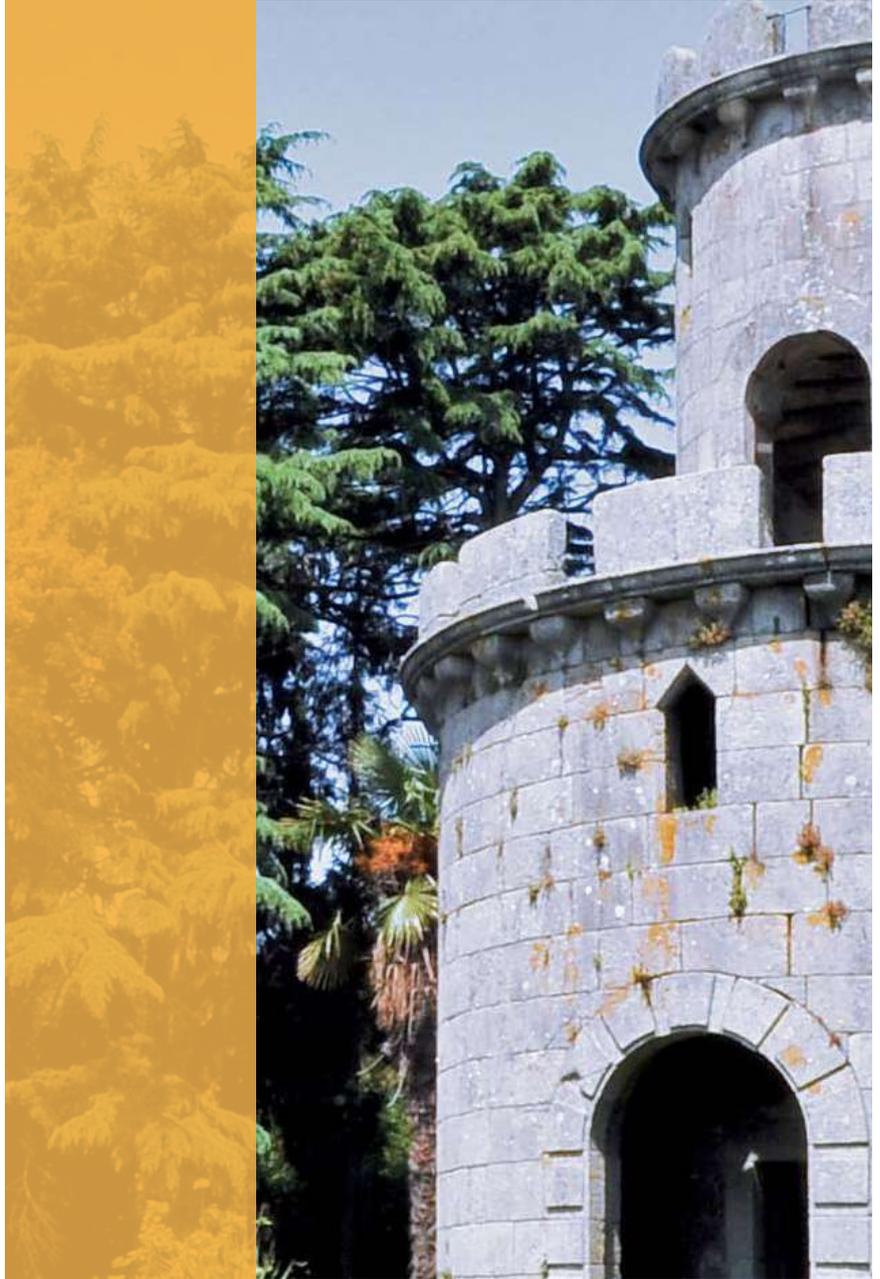
A área do Ensino e Biblioteca encerra como principais linhas orientadoras a implementação de atividades lúdico-pedagógica que promovam o aumento de competências pessoais e sociais nas reclusas, bem como a sua auto-estima e capacidades vitais para a sua reintegração em meio livre, dotando-as de competências que lhes permitam reestruturar o seu projeto de vida futuro.

Relativamente aos resultados escolares em 2017:



14.

AMBIENTE



14.1. PARQUE DA PRELADA

O Parque da Prelada manteve a realização do seu Plano Diretor o qual mereceu o envolvimento da Câmara Municipal do Porto com vista a tornar atraente e altamente mobilizador este espaço do Porto.

Princípios de cautela e de preservação do meio ambiente atrasaram a entrada em atividades do Parque da Prelada.

14.2. PARQUE JOSÉ AVIDES MOREIRA

O parque Avides Moreira (PAV) continua a sua atividade de disponibilizar Hortas Comunitárias à população e um conjunto de atividades como o Viveiro Terapêutico para os utentes do Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF), eventos, workshops para a população em geral, bem como venda de plântulas e hortícolas para os colaboradores e utilizadores do PAM, além de serviços de manutenção dos espaços verdes do PAM e do CHCF.

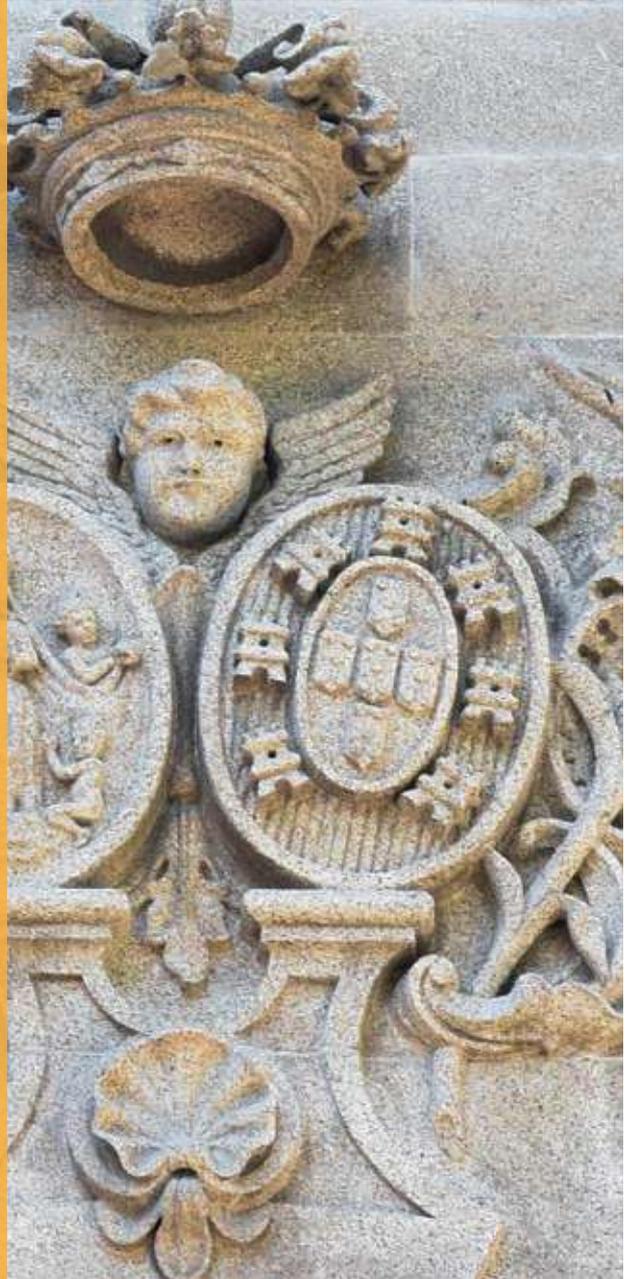
14.2.1. HORTAS COMUNITÁRIAS

A taxa de ocupação das hortas comunitárias foi de 100%, com 230 talhões atribuídos e 34 desistências, que foram desde logo repostas. Foram realizados 3 cursos de formação para os novos utilizadores das hortas comunitárias, constituídos por 4 sessões cada, sendo estes obrigatórios para a atribuição dos talhões. Tivemos assim um total de 74 formandos, sendo de salientar que ainda não foi possível atribuir horta no PAM a todos estes formandos.

14.2.2. HIPOTERAPIA

Tiveram início as obras de reabilitação do espaço que vai permitir à instituição, em parceria com Pony Club do Porto, um parque destinado à hipoterapia para crianças e adolescentes com deficiência.

NOTAS FINAIS



O ano de 2017 reflete, neste Relatório de Gestão e Contas, as dificuldades que a crise de crescimento implica para a nossa Instituição. Assegurando que a autossustentabilidade da Misericórdia do Porto tem passado por um constante esforço de investimento, quer em recursos humanos e em capacidade tecnológica, quer em afirmação de reabilitação urbana.

Consolidar este esforço significa, também, não abdicar de realizar as reformas necessárias para atingir este resultado de continuar a fazer mais e melhor Misericórdia.

Continuamos ainda com um défice estrutural na área social, cujo desígnio tem sido assumido pela Irmandade, e temos procurado ultrapassar ao criar novas receitas no âmbito do imobiliário. Ao mesmo tempo assistimos a um abrandamento na capacidade de gerir receita na área da saúde, fruto da reestruturação da área pública.

Temos audácia temperada com cautela e desejamos que a prudência seja significado de sucesso.

Uma palavra aos nossos colaboradores e colaboradoras, sustentáculo maior deste nosso trabalho. Juntos não esquecemos as nossas famílias e a grande família que é a Misericórdia do Porto.

Um agradecimento institucional a todos os nossos parceiros com destaque para as Câmaras Municipais do Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos.

À Igreja do Porto um agradecimento com saudade e esperança do futuro.

Esperamos que a história nos olhe com benevolência quando analisar e avaliar o trabalho desenvolvido em 2017.

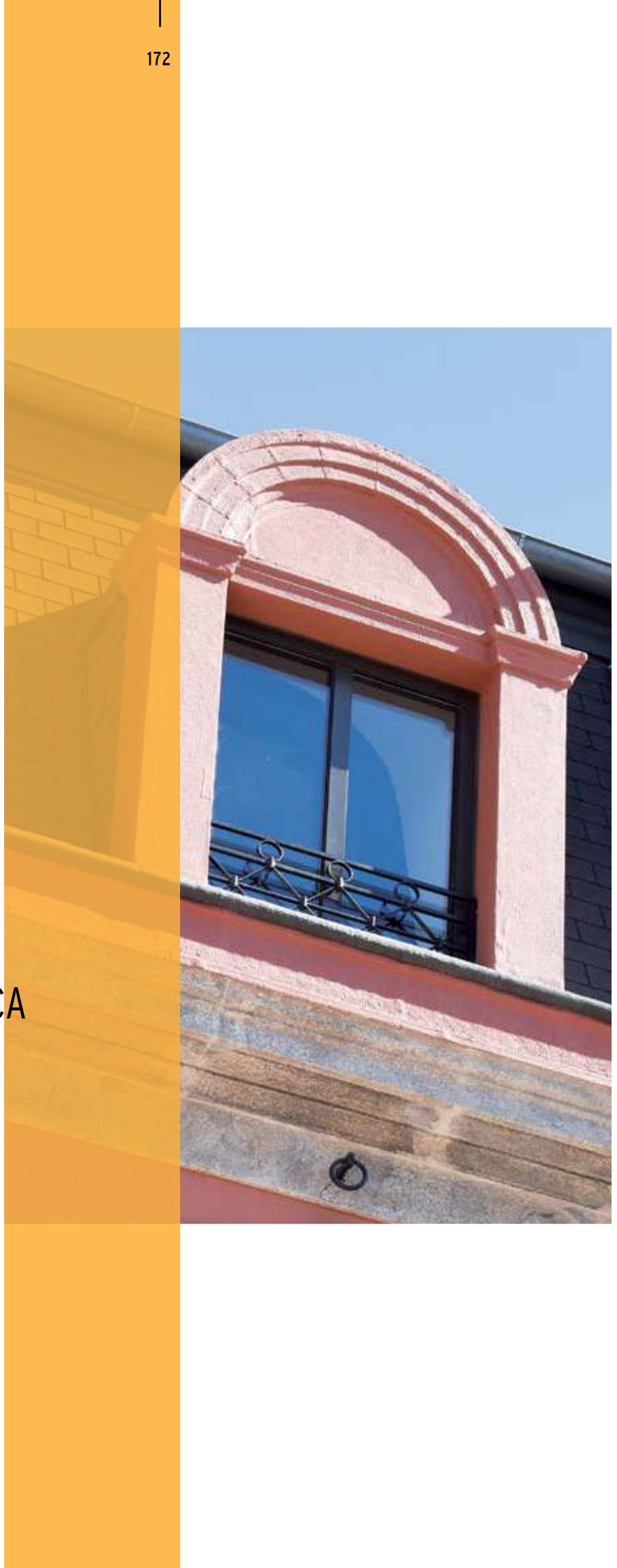
Acreditamos que demos o nosso melhor.

Uma referência ainda à saída do Professor Doutor António Brito, da Mesa Administrativa, no final deste ano. Uma primeira nota de tristeza porque a sua saída significa ficar, na área das tecnologias da informação, mais pobres. António Brito foi, com a sua descrição, um dos principais elementos da Mesa Administrativa e montou, com eficiência, nestes últimos sete anos, toda a modernidade que hoje conhecemos.

A segunda nota de alegria. A Irmandade pode-se orgulhar que António Brito saiu para ir trabalhar para a Amazon, um dos maiores gigantes mundiais do setor.

Deste misto de tristeza e alegria fica, contudo, uma certeza: vamos continuar o nosso trabalho.

SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA

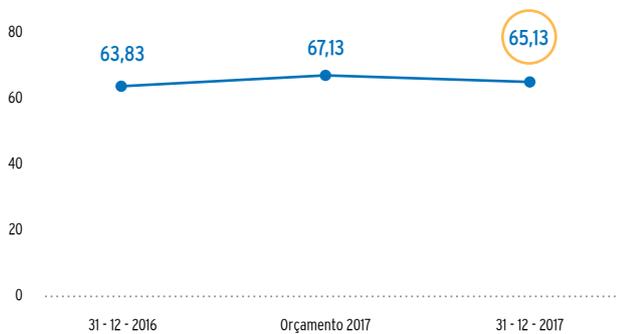


INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

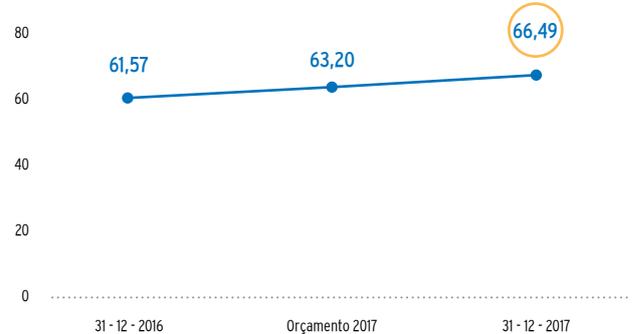
Apresentamos um conjunto de indicadores que refletem a atividade económica e financeira da Instituição.

São estabelecidos comparativos entre o exercício em análise o respetivo orçamento e o exercício anterior.

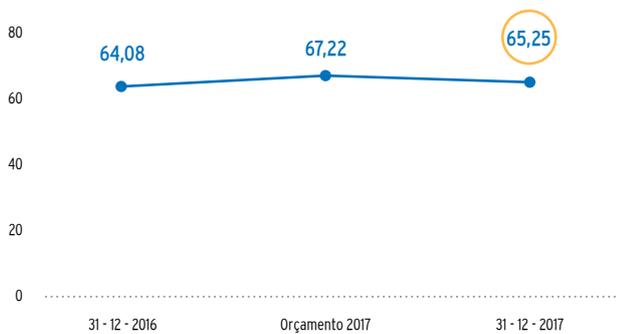
EVOLUÇÃO RENDIMENTOS EBITDA M€



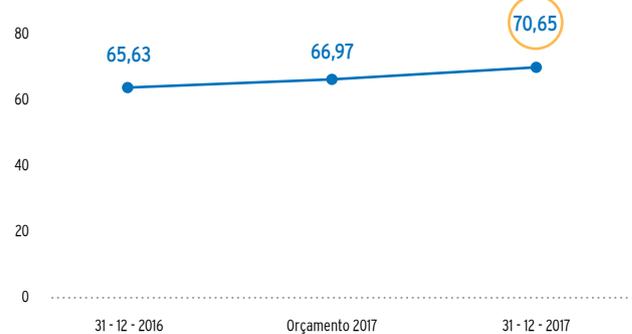
EVOLUÇÃO GASTOS EBITDA M€



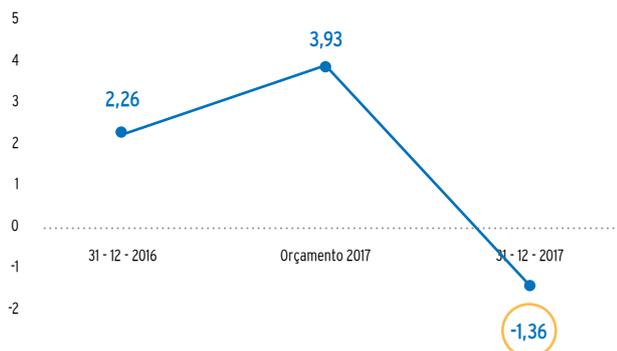
EVOLUÇÃO RENDIMENTOS GLOBAIS M€



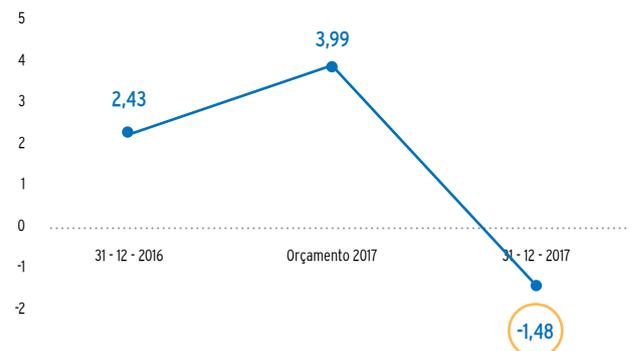
EVOLUÇÃO GASTOS GLOBAIS M€



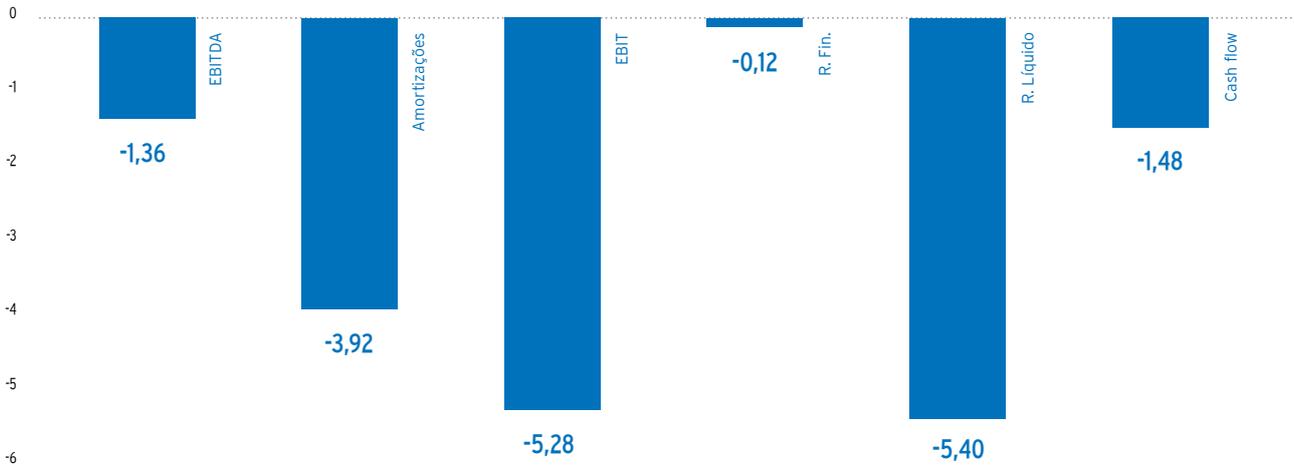
EVOLUÇÃO EBITDA - RESULTADO OPERACIONAL M€



CASH FLOW M€

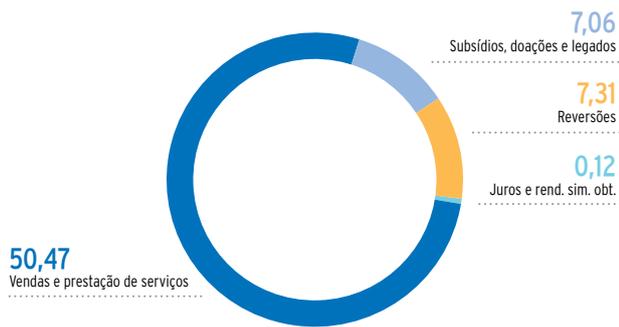


COMPOSIÇÃO CASH FLOW M€

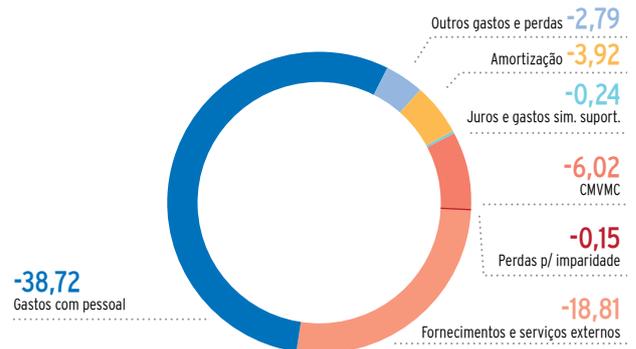


ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS M€

RENDIMENTOS - PRINCIPAIS RUBRICAS



GASTOS - PRINCIPAIS RUBRICAS



ANÁLISE DE ESTRUTURA DO BALANÇO

FUNDOS PATRIMONIAIS M€



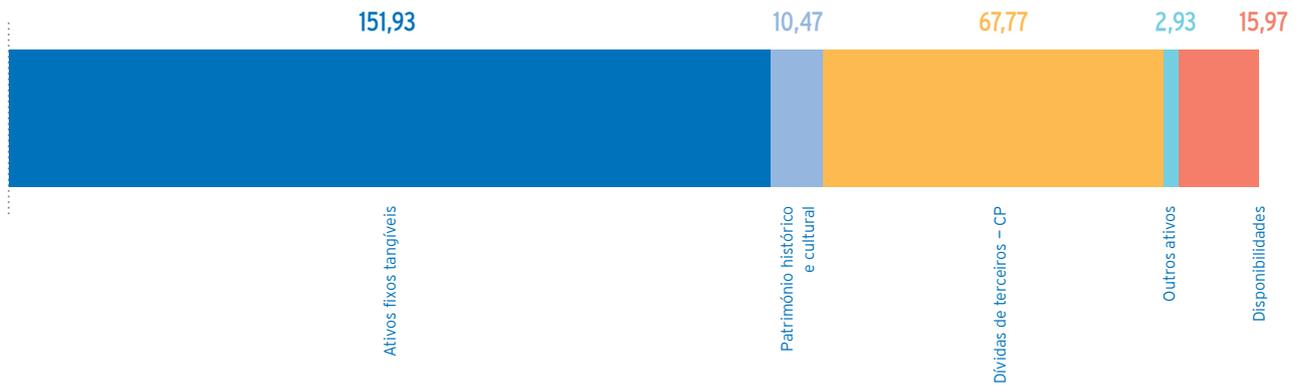
ATIVO M€



PASSIVO M€



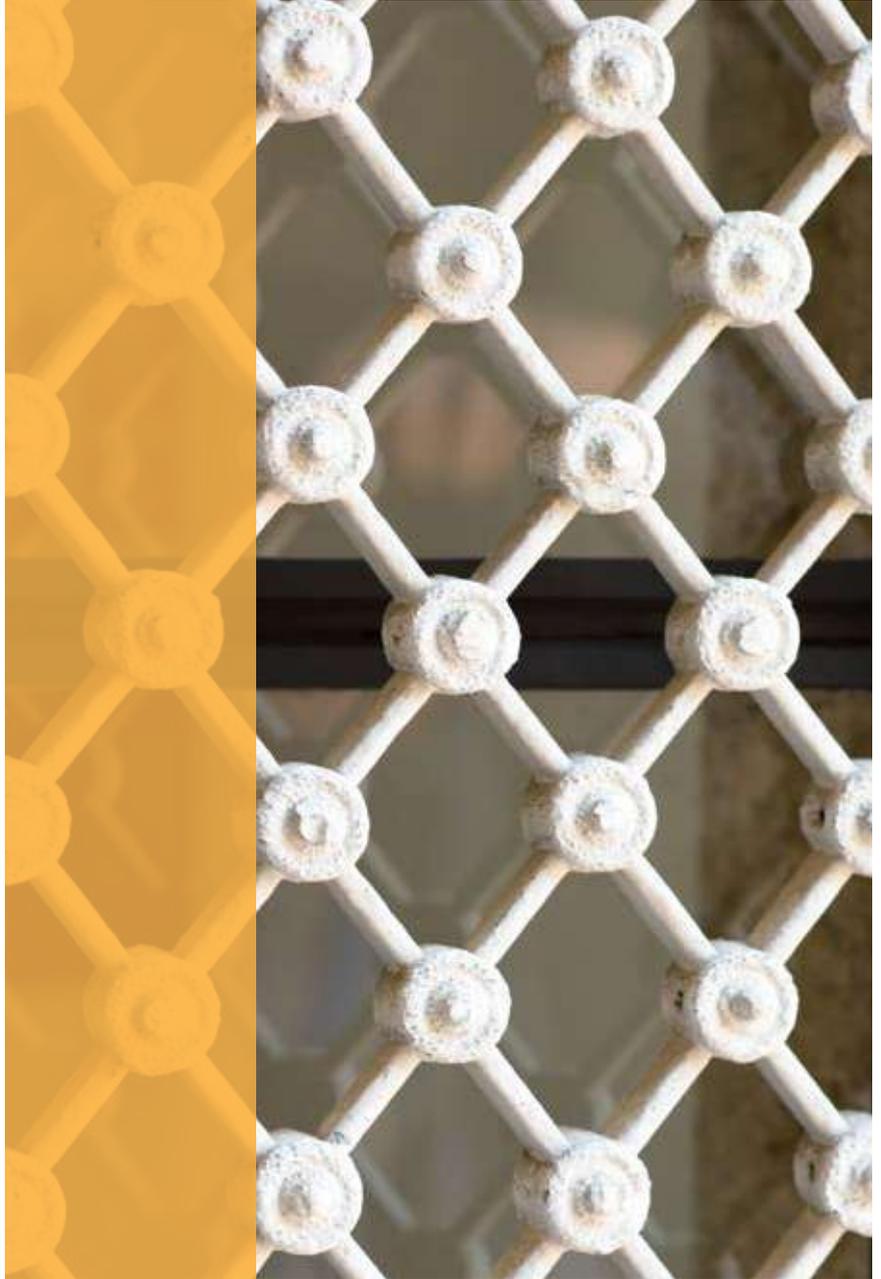
BALANÇO M€ - ATIVO



BALANÇO M€ PASSIVO + FUNDOS PATRIMONIAIS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1.1. BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31 DEZEMBRO 2017	31 DEZEMBRO 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	151 934 982,73	152 594 364,84
Bens do património histórico e cultural	7	10 466 428,99	10 262 218,90
Ativos intangíveis	8	1 082 154,83	1 269 937,50
Ativos biológicos	11	11 550,00	7 500,00
Investimentos Financeiros	12	559 833,34	496 374,02
Outros créditos e ativos não correntes	12	68 708,18	84 368,51
Total do ativo não corrente		164 123 658,07	164 714 763,77
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	11	925 533,16	942 828,22
Créditos a receber	12	1 176 254,28	3 693 032,45
Estado e outros entes públicos	20	148 011,50	226 073,91
Fundadores/Beneméritos/Doadores		9 043,48	21 874,33
Diferimentos	13	280 649,89	257 268,98
Outros ativos correntes	12	66 431 722,70	69 888 596,00
Caixa e depósitos bancários	4 e 12	15 972 637,89	18 948 095,51
Total do ativo corrente		84 943 852,90	93 977 769,40
Total do ativo		249 067 510,97	258 692 533,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos		58 049 247,90	58 049 247,90
Reservas		1 450 030,04	1 450 030,04
Resultados transitados		24 647 284,57	26 191 227,63
Ajustamentos em ativos financeiros		(246 558,26)	(246 558,26)
Excedentes de revalorização		48 358 882,93	48 358 882,93
Ajustamentos/Outras variações fundos patrimoniais		40 447 560,32	42 058 613,17
Resultado líquido do exercício		(5 400 780,47)	(1 543 943,06)
Total dos Fundos Patrimoniais	15	167 305 667,03	174 317 500,35
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	9, 16 e 17	91 613,84	97 992,93
Provisões específicas	16 e 17	2 417 953,00	2 949 914,00
Financiamentos obtidos	18	1 031 628,53	827 487,84
Outras dívidas a pagar	18	124 114,88	111 222,83
Total do passivo não corrente		3 665 310,25	3 986 617,60
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	5 881 897,89	2 989 004,15
Adiantamentos de clientes	19	59 741 965,64	62 794 336,34
Estado e outros entes públicos	20	1 256 910,47	1 323 883,56
Financiamentos obtidos	18	221 637,52	221 560,16
Diferimentos	21	1 128 236,28	2 170 630,09
Outros passivos correntes	18	9 865 885,89	10 889 000,92
Total do passivo corrente		78 096 533,69	80 388 415,22
Total do passivo		81 761 843,94	84 375 032,82
Total do Fundos Patrimoniais e do Passivo		249 067 510,97	258 692 533,17

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2017

1.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	23	49 786 699,34	50 181 615,48
Subsídios, Doações e Legados à exploração	24	7 061 131,86	5 977 686,76
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10 e 17	-	-
Variação nos inventários da produção	11	4 050,00	(6 420,00)
Trabalhos para a própria entidade		102 787,03	248 510,89
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(5 984 477,34)	(5 858 332,66)
Fornecimentos e serviços externos	24	(18 124 971,51)	(16 767 321,09)
Gastos com o pessoal	25	(38 717 315,50)	(37 439 019,39)
Imparidades de inventários ((perdas)/reversões)	11	-	-
Imparidades de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	12	(106 769,31)	(79 540,94)
Provisões ((aumentos)/reduções)	9, 16 e 17	93 004,12	(174 079,81)
Aumentos/reduções de justo valor	12	26 567,79	29 420,78
Outros rendimentos e ganhos	27	7 282 657,96	6 756 834,22
Outros gastos e perdas	28	(2 787 723,10)	(657 418,94)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1 364 358,66)	2 211 935,30
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	26	(3 920 513,11)	(3 969 967,14)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5 284 871,77)	(1 758 031,84)
Juros e rendimentos similares obtidos	29	121 110,68	254 429,90
Juros e gastos similares suportados	29	(237 019,42)	(40 341,12)
Resultado antes de impostos		(5 400 780,51)	(1 543 943,06)
Imposto sobre o rendimento do exercício	10		
Resultado líquido do exercício		(5 400 780,51)	(1 543 943,06)



1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	FUNDOS	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS
Posição em 1 de Janeiro de 2016		58 049 247,90	1 450 030,04	26 825 772,49
Alterações no exercício		-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-	-	(327 810,86)
Subsídios ao investimento	15	-	-	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15 e 27	-	-	-
Regularizações por resultados transitados		-	-	-
Doações	15	-	-	(306 734,00)
Reconhecimento de doações em resultados	15 e 27	-	-	-
		-	-	(634 544,86)
Resultado líquido do exercício				
Resultado Extensivo				
Posição em 1 de Janeiro de 2017		58 049 247,90	1 450 030,04	26 191 227,63
Alterações no exercício:		-	-	(1 543 943,06)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	15	-	-	-
Subsídios ao investimento	15 e 27	-	-	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento		-	-	-
Reconhecimento proveito Subsídios ao investimento Feder	15	-	-	-
Regularizações por resultados transitados	15	-	-	-
Doações	15 e 27	-	-	-
Reconhecimento de doações em resultados		-	-	(1 543 943,06)
Resultado líquido do exercício				
Resultado Extensivo				
Posição em 31 de Dezembro de 2016		58 049 247,90	1 450 030,04	24 647 284,57

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
(246 558,26)	48 358 882,93	42 706 626,14	(327 810,86)	176 816 190,38
-	-	-	327 810,86	-
-	-	(133 968,20)	-	(133 968,20)
-	-	(246 864,76)	-	(246 864,76)
-	-	306 734,00	-	306 734,00
-	-	27 850,00	-	(278 884,00)
-	-	(601 764,01)	-	(601 764,01)
-	-	(648 012,97)	327 810,86	(954 746,97)
			(1 543 943,06)	(1 543 943,06)
			(2 498 690,03)	(2 498 690,03)
(246 558,26)	48 358 882,93	42 058 613,17	-	174 317 500,35
-	-	-	1 543 943,06	-
-	-	112 643,00	-	112 643,00
-	-	(251 971,32)	-	(251 971,32)
-	-	(858 989,00)	-	(858 989,00)
-	-	-	-	-
-	-	(612 735,53)	-	(612 735,53)
-	-	(1 611 052,85)	1 543 943,06	(1 611 052,85)
			(5 400 780,47)	(5 400 780,47)
			(7 011 833,32)	(7 011 833,32)
(246 558,26)	48 358 882,93	40 447 560,32	(3 856 837,41)	167 305 667,03

1.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

	2017	2016		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	49 476 269,17	51 327 110,53		
Pagamentos a fornecedores	(20 277 716,41)	(21 301 050,31)		
Pagamentos ao pessoal	(39 202 504,69)	(37 927 379,31)		
Caixa gerada pelas operações	(10 003 951,93)	(7 901 319,09)		
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento				
Outros recebimentos / (pagamentos)	4 382 278,83	3 598 205,29		
Fluxos das atividades operacionais [1]	(5 621 673,10)	(4 303 113,80)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	(3 857 913,59)	(4 696 011,24)		
Ativos intangíveis	(145 487,46)	(6 741,12)		
Investimentos financeiros	-	-		
Outros ativos	(6 714,96)	(4 010 116,01)	(1 140,36)	(4 703 892,72)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	282 700,00	-		
Investimentos financeiros	-	-		
Outros ativos	4 392 403,84	4 410 601,32		
Subsídios ao investimento	2 033 243,24	538 759,42		
Juros e rendimentos similares	114 301,96	289 271,35		
Dividendos	601,45	6 823 250,49	388 303,55	5 626 935,64
Fluxos das atividades de investimento [2]	2 813 134,48	923 042,92		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	-	-		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-		
Cobertura de prejuízos	-	-		
Doações	-	-		
Outras operações de financiamento	1 466 343,59	1 466 343,59	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	(1 633 258,30)	(230 321,57)		
Juros e gastos similares	-	(739,24)		
Dividendos				
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Outras operações de financiamento	-	(1 633 258,30)	-	(231 060,81)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(166 914,71)	(231 060,81)		
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(2 975 453,33)	(3 611 131,69)		
Efeito das diferenças de câmbio	(4,29)	(28 063,28)		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18 948 095,51	22 587 290,03		
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15 972 637,89	18 948 095,51		

1.5.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santa Casa da Misericórdia do Porto (“Instituição”) tem a sua sede na Rua das Flores, nº 15, Porto.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas: assuntos sociais, que inclui, nomeadamente, a sub-área da saúde (Hospital da Prelada, Centro Hospitalar Conde Ferreira e Centro de Reabilitação do Norte) e de apoio social; área dos projetos especiais (Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo); ensino e formação profissional; cultura e culto; bem-estar e ambiente e gestão do património; gerando as suas receitas mais significativas nas áreas da saúde e de apoio social, bem como as resultantes de aplicações financeiras e de outros investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 7 de março de 2017. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Definitório, nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de

9 de março, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e Normas Interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Instituição concluiu no essencial o processo iniciado em exercícios anteriores relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do seu património imobiliário com os seus registos contabilísticos e, em simultâneo, adoção dos critérios de mensuração requeridos pelo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Público Não Lucrativo (“SNC-ESNL”), do qual resultou a adoção dos seguintes critérios de valorização dos ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 1990, encontram-se registados:

(i) ao seu custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, critério que vinha sendo utilizado em exercícios anteriores, ou

(ii) nas situações em que o critério referido na alínea anterior não vinha sendo corretamente aplicado, ou não existia informação completa e adequada que assegurasse a sua aplicação, os correspondentes ativos fixos tangíveis estão mensurados pelo montante determinado de acordo com o Justo Valor aproximado à data de 1 de janeiro de 2012, o qual foi determinado pelo Valor Patrimonial Tributário apurado à data de 1 de janeiro de 2012, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas desde essa data, ou excecionalmente, pelo montante de acordo com avaliações externas independentes efetuadas, com referência a 1 de janeiro de 2012, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas desde essa data.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 31 de dezembro de 1990 e até 1 de janeiro de 2012 encontram-se registados ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com as disposições legais, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As amortizações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes com os seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e outras construções	50-100
Equipamentos biológicos	25-50
Equipamento básico	6-9
Equipamento de transporte	5-6
Equipamento administrativo	12
Outros ativos fixos tangíveis	6

Os Equipamentos biológicos dizem respeito aos ativos biológicos de produção (essencialmente vinhas e oliveiras) localizado na Quinta D´Alva.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Os bens do património histórico e cultural adquiridos são mensurados ao custo, enquanto que os recebidos por herança ou doação são registados inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada.

Estes bens têm como característica o facto de não poderem ser substituídos, e de não se destinarem a ser realizados, consumidos ou vendidos no decurso da normal atividade da instituição, não sendo assim objeto de depreciação.

3.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, as edificações urbanas e propriedades rústicas que não se encontram afetas à atividade operacional da Instituição mas são detidas essencialmente para a obtenção de rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As amortizações das propriedades de investimento encontram-se a ser efetuadas linearmente, e são registadas na rubrica "(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização", considerando uma vida útil estimada de 50 anos.

As propriedades de investimento construídas ou adquiridas são mensuradas ao custo, enquanto que as propriedades de investimento recebidas por herança ou doação são registadas inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou, de acordo com o Valor Patrimonial Tributário, na ausência de outra determinação de justo valor alternativo, por se entender que se aproxima do seu justo valor.

Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais se espera a realização de atividades presentes ou futuras são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Conforme preconizado no SNC-ESNL, a rubrica de Propriedades de Investimento encontra-se incluída na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. A rubrica de "Ativos intangíveis" inclui, essencialmente,

(i) direito associado ao Acordo de Gestão, celebrado com o Estado Português, em 25 de novembro de 2013 ("Centro de Reabilitação do Norte" ou "CRN"), cujo custo corresponde aos encargos com a aquisição de equipamentos para o CRN no âmbito do contrato celebrado, e (ii) gastos com programas de computador e licenças.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Programas de computador	3-6

Os ativos intangíveis referentes ao Acordo de Gestão referem-se a ativos relacionados com o direito de exploração do Centro de Reabilitação do Norte, os quais decorrem da adoção supletiva da IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Estes direitos, pelo facto de se referirem à exploração de infra-estruturas que revertem para o Concedente (Estado Português) no final do período de concessão, e na medida em que lhes é conferido o direito (licença) de cobrar um preço por este serviço, não sendo o mesmo um direito incondicional de receber dinheiro, dado que as quantias dependem da medida, em que o público utiliza o serviço, enquadram-se no modelo do Ativo Intangível previsto na IFRIC 12 e, por conseguinte, todos os custos relacionados com o contrato e que dele não possam ser dissociados são registados como um ativo intangível. Estes ativos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, em virtude de, na data de extinção do Acordo de Gestão, a Instituição ter direito a uma quantia correspondente ao valor líquido contabilístico dos investimentos naquela data. As taxas de amortização utilizadas nos bens afetos à Concessão correspondem às vidas úteis mencionadas na Nota 3.2. acima, em função da natureza respetiva dos bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Instituição nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Instituição incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como uma perda do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Instituição tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Instituição retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias são eliminados proporcionalmente ao interesse da Instituição nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7 INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

Os inventários da Instituição incluem igualmente artigos do património artístico, nomeadamente itens do arquivo histórico, porcelanas e pratos que se encontram registadas ao custo de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Instituição consiste no custo médio.

3.8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF-ESNL 17 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(I) AO CUSTO OU CUSTO AMORTIZADO

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou rece-

bimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes, utentes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses (ou superior desde que possam ser desmobilizadas a qualquer momento sem penalização de juros) e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e Outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de Outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

(II) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e

o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(III) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 SUBSÍDIOS E DOAÇÕES

SUBSÍDIOS

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

DOAÇÕES

Os ativos recebidos por herança ou doação, são registadas no ativo, ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente. De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos depreciáveis / amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos - Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

3.10 RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos líquidos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente das propriedades de investimento é registado na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 27).

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a Declaração da Direção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

3.13 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.14 PROVISÕES

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.15 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Instituição reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga.

OBRIGAÇÕES COM FÉRIAS, SUBSÍDIO DE FÉRIAS E SUBSÍDIO DE NATAL

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A Instituição tem um plano de benefícios definidos para complementos de reforma, mas apenas para colaboradores que já se reformaram em exercícios anteriores no âmbito da Caixa Privativa da Instituição e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 17). A Instituição quantifica e regista uma provisão para fazer face aqueles encargos. As responsabilidades da Instituição relacionadas com este plano são revistas em cada data de relato. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos nos resultados na rubrica “Provisões ((aumentos)/reduções)”.

A Instituição não assume quaisquer responsabilidades por complementos de pensões com empregados no ativo.

3.16 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.17 ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à

medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.18 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Instituição não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

3.19 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 07 de março de 2017, data em que foram aprovadas pela Mesa Administrativa, conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 30.

4. FLUXOS DE CAIXA

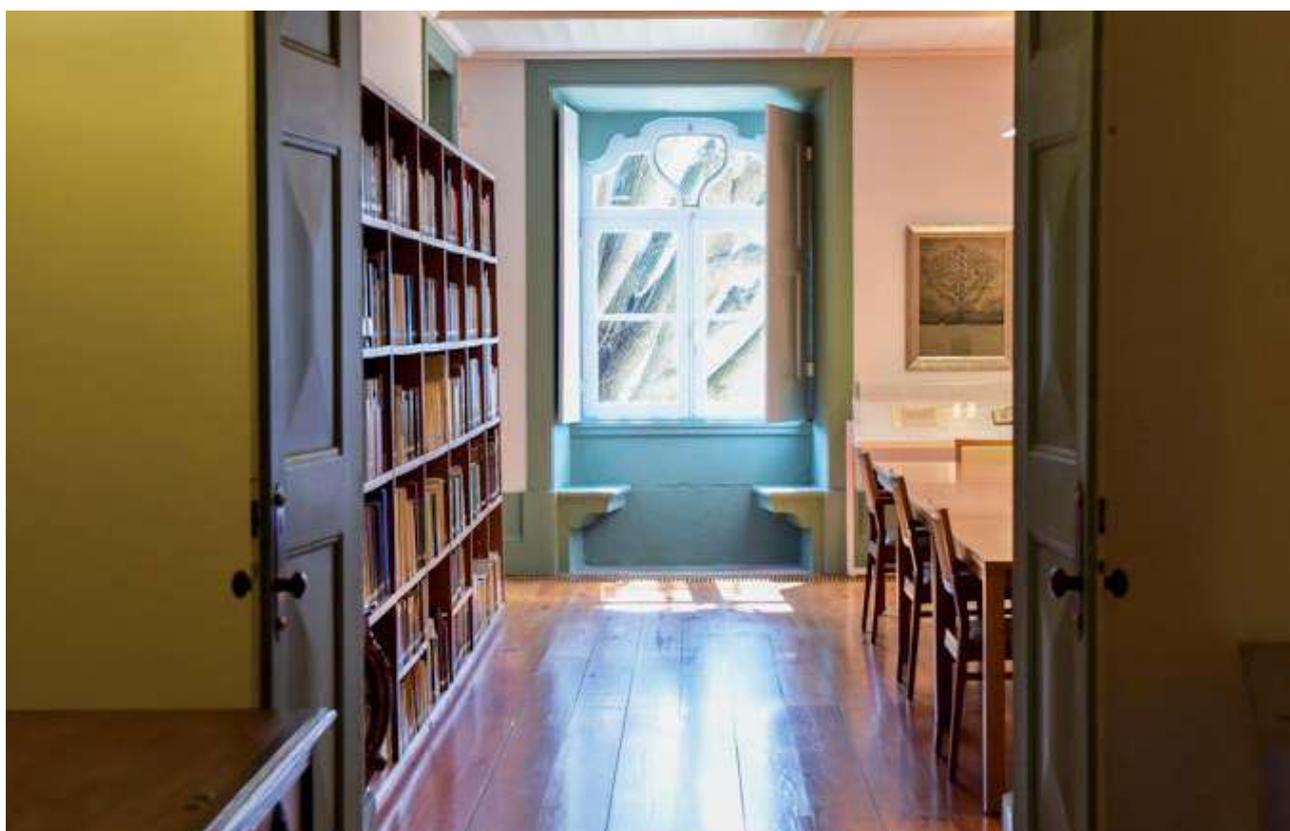
Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Numerário	40.963,58	38.465,50
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	259.456,39	425.082,64
Aplicações de tesouraria	15.672.217,92	18.484.547,37
Linhas de crédito de curto prazo	-	-
	15.972.637,89	18.948.095,51

A rubrica de “Aplicações de tesouraria” refere-se a montantes relacionados com aplicações de curto prazo, as quais se encontram efetuadas em sete diferentes instituições bancárias nacionais, e que vencem juros a taxas de juro de mercado. Algumas aplicações de tesouraria têm maturidade superior a 3 meses, sendo as mesmas apresentadas na Demonstração do Fluxos de Caixa, na rubrica Caixa e Equivalentes, pelo fato de poderem ser desmobilizadas a qualquer momento sem penalização de juros.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.



6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2017										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Equipamentos biológicos	Propriedades de Investimento	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	39.495.030,14	69.216.518,40	17.802.004,84	1.107.946,71	5.684.076,38	774.434,10	2.400.139,94	72.738.848,81	4.708.920,81	213.927.920,13
Aquisições	-	53.334,03	254.684,97	325.302,99	38.749,52	97.684,09	-	402.765,00	1.914.414,62	3.086.935,22
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	(31.105,02)	-	(31.105,02)
Transferências	-	2.185.945,14	50.963,98	-	-	22.614,78	-	1.132.060,62	(3.326.043,80)	65.540,72
Abates	-	-	(211.539,51)	(265.756,11)	(42.863,99)	(3.560,00)	-	(365.892,50)	-	(889.612,11)
Outras variações	-	-	-	(892,56)	(321,25)	-	-	-	(2.471,51)	(3.685,32)
Saldo final	39.495.030,14	71.455.797,57	17.896.114,28	1.166.601,03	5.679.640,66	891.172,97	2.400.139,94	73.876.676,91	3.294.820,12	216.155.993,62
Amortizações Acumuladas:										
Saldo inicial	-	32.074.568,05	16.297,026	978.105,44	5.449,452	745.683,49	268.683,18	5.520.037,68	-	61.333.555,29
Amortizações do exercício (Nota 26)	-	1.561.430,15	523.612,02	89.699,68	65.679,78	38.581	53.724,42	1.100.997,80	-	3.433.724,63
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	(2.605,02)	-	(2.605,02)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(209.397,63)	(265.756,11)	(42.863,99)	(3.560,00)	-	(22.112,80)	-	(543.690,53)
Outras variações	-	1.309,71	(416,00)	(272,91)	(594,28)	-	-	-	-	26,52
Saldo final	-	33.637.307,91	16.610.824,05	801.776,10	5.471.673,31	780.704,27	322.407,60	6.596.317,66	-	64.221.010,89
	39.495.030,14	37.818.489,66	1.285.290,23	364.824,93	207.967,36	110.468,70	2.077.732,34	67.280.359,25	3.294.820,12	151.934.982,73
2016										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Equipamentos biológicos	Propriedades de Investimento	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1.436.885,53	106.931.607,15	17.016.613,04	1.059.700,47	5.799.838,54	772.466,10	2.400.139,94	71.959.322,61	1.235.082,87	208.611.656,25
Aquisições	-	14.292,23	831.092,07	63.509,46	22.528,84	1.968,00	-	-	4.826.494,60	5.759.885,20
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	38.058.144,61	(37.729.380,98)	(24.628,98)	-	15.343,00	-	-	715.403,24	(1.307.656,66)	(272.775,77)
Abates	-	-	(21.071,29)	(15.263,22)	(153.634,00)	-	-	(1.293,42)	-	(191.261,93)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	65.416,38	(45.000,00)	20.416,38
Saldo final	39.495.030,14	69.216.518,40	17.802.004,84	1.107.946,71	5.684.076,38	774.434,10	2.400.139,94	72.738.848,81	4.708.920,81	213.927.920,13
Amortizações Acumuladas:										
Saldo inicial	-	30.442.972,04	16.142.299,82	927.857,73	5.482.541,58	723.164,36	214.958,76	4.448.689,60	-	58.382.483,89
Amortizações do exercício (Nota 26)	-	1.631.596,02	383.390,10	65.510,93	125.051,47	22.519,02	53.724,42	1.078.107,39	-	3.359.899,34
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(207.645,26)	-	(5.155,26)	-	-	-	-	(212.800,52)
Abates	-	-	(21.019,00)	(15.263,22)	(152.986,00)	-	-	-	-	(189.268,22)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	(6.759,20)	-	(6.759,20)
Saldo final	-	32.074.568,06	16.297.025,66	978.105,44	5.449.451,79	745.683,38	268.683,18	5.520.037,79	-	61.333.555,29
	39.495.030,14	37.141.950,34	1.504.979,18	129.841,27	234.624,59	28.750,72	2.131.456,76	67.218.811,02	4.708.920,81	152.594.364,84

Em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos na linha "Transferências" referem-se à passagem a firme de um conjunto de obras, essencialmente o Centro Corporativo da SCMP (2.063.309 Euros), remodelação dos edifícios A6 e A12 do Centro Hospitalar Conde de Ferreira (51.861 Euros) e obra de recuperação do edifício da Rua Cândido dos Reis (805.393 Euros).

A repartição dos "Ativos fixos tangíveis em curso", em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por projeto de investimento é como segue:

	2017	2016
Centro Corporativo SCMP	-	2.061.087,88
Rua de Costa Cabral	165.378,37	165.378,37
Obra HSL	127.046,95	124.930,47
Rua das Flores, 83	253.779,32	-
Rua Chã, 66	-	232.433,99
Rua Chã, 102	605.514,54	242.267,57
Rua Cândido Reis	-	731.261,15
Rua de Trás, 63/67	91.948,11	-
Rua de S. Miguel, 38-40	66.706,02	-
Centro Hospitalar Conde Ferreira	1.051.050,75	372.054,93
Hospital da Prelada "Dr. Domingos Braga Cruz"	595.336,58	443.259,95
Outros ativos fixos tangíveis em curso	338.059,48	336.246,50
	3.294.820,12	4.708.920,81

Em 31 de dezembro de 2017, as depreciações do exercício, no montante de 3.920.513,11 Euros (3.969.967,14 Euros em 31 de dezembro de 2016) foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 26).

As propriedades de investimento são objeto de contratos de arrendamento.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2017			
	Rendimentos de rendas	Amortizações do exercício	Outros Rendimentos	Resultado
Arrendadas				
Propriedades de Investimento (Notas 26 e 27)	4.660.416,52	(1.100.997,80)	603.453,17	4.162.871,89
	4.660.416,52	(1.100.997,80)	603.453,17	4.162.871,89
	2016			
	Rendimentos de rendas	Amortizações do exercício	Outros Rendimentos	Resultado
Arrendadas				
Propriedades de Investimento (Notas 26 e 27)	4.641.263,64	(1.078.107,39)	601.764,01	4.164.920,26
	4.641.263,64	(1.078.107,39)	601.764,01	4.164.920,26



7. BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Uma parte significativa das propriedades de investimento corresponde a imóveis doados à Instituição. De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos, deverão ser inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, devendo ser transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos - Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as amortizações dos bens a que respeitam. Assim, nos exercícios de 2017 e de 2016, foi registado na rubrica “Outros rendimentos”, um montante de 603.453,17 Euros (2016: 601.764,01 euros) (Notas 27).

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método de quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas e de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.3.

As amortizações do exercício, no montante de 1.100.997,80 Euros (1.078.107,39 Euros em 31 de dezembro de 2016) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 26).

O resultado acima evidenciado não inclui outros encargos afetos à gestão e manutenção das propriedades de investimento arrendadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e artístico que se considera oportuno preservar por razões de natureza histórico/cultural, e que se apresenta como traço característico o facto de não poderem ser substituídos, no montante de 10.322.015,26 Euros (10.172.014,92 Euros em 31 de dezembro de 2016). Estes bens, de acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, não são objeto de depreciação.

Nesta rubrica encontram-se também considerados adiantamentos para aquisição de bens do património histórico e cultural num total de 144.413,73 euros.

As aquisições no exercício de 2017 referem-se, fundamentalmente, à aquisição de obras de arte para o MMIPO - Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto (150.000 Euros).

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017

	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	Adiantamentos p/conta de ativos fixos intangíveis	Contrato de concessão CRN	Total
Ativos						
Saldo inicial	1.464.409,19	0,00	140.249,84	0,00	2.326.964,66	3.931.623,69
Aquisições	34.932,00		159.927,16	-	118.092,71	312.951,87
Alienações	-		-	-	-	-
Transferências	75.477,72	50.000,00	(125.477,72)	-	-	-
Abates	(928,20)		-	-	-	(928,20)
Outras variações	-		(13.946,06)	-	-	(13.946,06)
Saldo final	1.573.890,71	50.000,00	160.753,22	-	2.445.057,37	4.229.701,30
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	1.292.441,85		-	-	1.369.244,34	2.661.686,19
Amortizações do exercício (Nota 26)	95.406,22	4.583,33	-	-	386.798,93	486.788,48
Alienações/Abates	(928,19)		-	-	-	(928,19)
Transferências	-		-	-	-	-
Outras variações	-		-	-	-	-
Saldo final	1.386.919,88	4.583,33	-	-	1.756.043,27	3.147.546,48
Ativos líquidos	186.970,83	45.416,67	160.753,22	-	689.014,10	1.082.154,82

2016

	Programas de computador	Ativos fixos intangíveis em curso	Adiantamentos p/conta de ativos fixos intangíveis	Contrato de concessão CRN	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.310.242,08	170.740,56	-	1.966.665,78	3.447.648,42
Aquisições		124.858,28	-	87.523,11	212.381,39
Alienações			-	-	-
Transferências	155.349,00	(155.349,00)	-	272.775,77	272.775,77
Abates	(1.181,89)		-	-	(1.181,89)
Outras variações			-	-	-
Saldo final	1.464.409,19	140.249,84	-	2.326.964,66	3.931.623,69
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.165.331,22	-	-	674.668,54	1.839.999,76
Amortizações do exercício (Nota 26)	128.292,52	-	-	481.775,28	610.067,80
Alienações/Abates	(1.181,89)	-	-	-	(1.181,89)
Transferências	-	-	-	212.800,52	212.800,52
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final	1.292.441,85	-	-	1.369.244,34	2.661.686,19
Ativos líquidos	171.967,34	140.249,84	-	957.720,32	1.269.937,50

Em 25 de novembro de 2013, a Instituição celebrou um Acordo de Gestão (“Acordo”) com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (“ARSN”), para a exploração do Centro de Reabilitação do Norte (“CRN”), em regime de concessão, com um modelo de exploração conforme previsto no Decreto-Lei 138/2013, de 9 de outubro. As principais bases do referido Acordo, pela sua importância e impacto na situação económica e financeira da Instituição, são:

- A Instituição tem a obrigação de assegurar a prestação de serviços de medicina física e de reabilitação, a instalação e exploração do CRN, bem como a manutenção e conservação do edifício e a manutenção e conservação dos equipamentos integrantes do CRN. A Instituição fica, assim, investida na posse do CRN, o qual inclui o edifício, as obras subsequentes realizadas e os bens móveis afetos a esta atividade, não tendo o acordo por efeito a transferência da propriedade para a mesma;
- O Acordo tem prazo de três anos, renovável por períodos anuais posteriores, cujo limite máximo da concessão não poderá ultrapassar no seu conjunto os cinco anos.

- A Mesa Administrativa está a negociar possibilidade de novo acordo.

- Com a extinção do Acordo, os bens e direitos afetos ao centro reverterão a favor ARSN, tendo, no entanto, a Instituição direito a receber o valor líquido dos bens adquiridos e afetos ao centro.

Desta forma, e de acordo com o modelo do Ativo Intangível previsto na IFRC 12 (Nota 3.4), a Instituição apresenta o investimento efetuado no CRN a reverter para o concedente como um direito na rubrica “Ativos intangíveis”, e procede à sua depreciação de acordo com o descrito na Nota 3.4.

As amortizações do exercício, no montante de 486.788,48 Euros (610.067,80 Euros em 31 de dezembro de 2016) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 26).

Os ativos fixos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.4.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição evidenciava o seguinte investimento em subsidiária:

		2017								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária:										
Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, Lda.		Lisboa	482.288,56	576.532,38	(94.243,82)		6.379,09	100%	6.379,09	6.379,09
									6.379,09	6.379,09
		2016								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária:										
Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, Lda.		Lisboa	462.582,73	560.575,66	(97.992,93)		(6.315,42)	100%	(6.315,42)	(6.315,42)
									(6.315,42)	(6.315,42)

A Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, tem como atividade operacional a venda de lotaria clássica e popular, bem como a compra e venda de moedas antigas, ouro, prata e cobres, sendo uma das casas de apostas mais antigas no País.

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial em conformidade com a NCRF-ESNL.

A Instituição não se encontra a apresentar contas consolidadas, na medida em que a sua única participada, Casa Testa, não é considerada materialmente relevante para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das demonstrações financeiras da Instituição.

Em virtude de a proporção da Instituição nos resultados acumulados negativos da subsidiária ter excedido a quantidade escriturada do correspondente investimento, a Instituição encontra-se a registar uma provisão no montante do Capital Próprio negativo da mesma (Nota 16) que totaliza em 2017 um valor de 91.613,84 euros (2016: 97.992,93 euros).

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a Declaração da Direção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e em 2016.

11. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	434.909,61	-	434.909,61	405.034,19	-	405.034,19
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	543.713,98	53.090,43	490.623,55	590.884,46	53.090,43	537.794,03
Adiantamentos por conta de compras			-			-
	978.623,59	53.090,43	925.533,16	995.918,65	53.090,43	942.828,22

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017		
	MP, subsid.		
	Mercadorias	Consumo	Total
Saldo inicial	405.034,19	590.884,46	995.918,65
Compras	347.650,54	5.686.090,00	6.033.740,54
Regularizações	(35.813,82)	(29.566,39)	(65.380,21)
Saldo final	434.909,61	543.713,98	979.801,64
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	281.961,30	5.702.516,04	5.984.477,34

	2016		
	MP, subsid.		
	Mercadorias	Consumo	Total
Saldo inicial	386.233,08	732.131,32	1.118.364,40
Compras	296.029,86	5.471.195,95	5.767.225,81
Regularizações	(18.412,73)	(12.926,17)	(31.338,90)
Saldo final	405.034,19	590.884,46	995.918,65
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	258.816,02	5.599.516,64	5.858.332,66

ATIVOS BIOLÓGICOS

A variação dos ativos biológicos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	
	Produtos acabados	Total
Saldo inicial	7.500,00	7.500,00
Regularizações	-	-
Saldo final	11.550,00	11.550,00
Variação dos inventários da produção	4.050,00	4.050,00

	2016	
	Produtos acabados	Total
Saldo inicial	13.920,00	13.920,00
Regularizações	-	-
Saldo final	7.500,00	7.500,00
Variação dos inventários da produção	(6.420,00)	(6.420,00)

PERDAS POR IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as perdas por imparidade de inventários apresentaram o movimento conforme segue:

	2017	2016
Saldo Inicial	53.090,43	53.090,43
Reversões	-	-
Saldo Final	53.090,43	53.090,43

12. ATIVOS FINANCEIROS

CATEGORIAS DE ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 são detalhadas conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Não Corrente						
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:						
Outras aplicações financeiras	455.968,78	-	455.968,78	429.400,99	-	429.400,99
	455.968,78	-	455.968,78	429.400,99	-	429.400,99
Ativos financeiros ao custo:						
Outras Contas a Receber	68.708,18	-	68.708,18	84.368,51	-	84.368,51
Investimentos Financeiros	103.864,56	-	103.864,56	66.973,03	-	66.973,03
	172.572,74	-	172.572,74	151.341,54	-	151.341,54
Corrente						
Disponibilidades:						
Caixa e depósitos bancários	15.972.637,89	-	15.972.637,89	18.948.095,51	-	18.948.095,51
	15.972.637,89	-	15.972.637,89	18.948.095,51	-	18.948.095,51
Ativos financeiros ao custo:						
Cientes	1.789.683,28	(613.429,00)	1.176.254,28	4.574.874,81	(881.842,36)	3.693.032,45
Outras Contas a Receber	66.773.539,71	(341.817,01)	66.431.722,70	70.493.518,73	(604.922,73)	69.888.596,00
	68.563.222,99	(955.246,01)	67.607.976,98	75.068.393,54	(1.486.765,09)	73.581.628,45
	85.164.402,40	(955.246,01)	84.209.156,39	94.597.231,58	(1.486.765,09)	93.110.466,49

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se, essencialmente, a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é de detenção por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Aumentos/(Reduções) de justo valor”. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica analisa-se como segue:

	2017	2016
Ações cotadas	160.901,38	146.398,89
Ações não cotadas	17.113,39	5.718,39
Títulos da dívida pública	202.954,01	202.283,71
Seguro de capitalização	75.000,00	75.000,00
Outros investimentos	-	-
	455.968,78	429.400,99

As “Outras aplicações financeiras” encontram-se consideradas em “Investimentos Financeiros” juntamente com a participação no Fundo de compensação do trabalho (101.223,07 euros) e no Fundo de Reestruturação do Setor Social (2.641,49 euros).

OUTRAS CONTAS A RECEBER - ATIVO NÃO CORRENTE

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Outras contas a receber” do Ativo não corrente refere-se, essencialmente, à conta a receber da Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, no montante de 60.000,00 Euros.



CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de "Outras contas a receber" do Ativo corrente refere-se, essencialmente, ao valor da prestação de serviços do exercício de 2017, ainda não faturado pelo Hospital da Prelada e pelo Centro de Reabilitação do Norte à Administração Regional de Saúde do Norte (ARS -Norte), nos montantes de, aproximadamente, 26.846.000 Euros e 8.998.512 Euros, respetivamente, bem como valores ainda não faturados pelo Hospital da Prelada à ARS Norte relativos a prestação de serviços do ano 2016 no montante de aproximadamente 27.828.899 Euros. A emissão da respetiva faturação relativamente aos montantes referidos apenas ocorrerá após o encerramento de procedimentos administrativos junto das entidades respetivas, nomeadamente a homologação dos contratos programa 2017 e 2016 (Hospital da Prelada) e da realização da ata de fecho de contas do exercício de 2017 (Centro de Reabilitação do Norte).

Do montante total da receita referida acima, a Instituição já recebeu, a título de adiantamento, o montante de aproximadamente 59.608.494 Euros refletido na rubrica "Adiantamentos de Clientes" (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, as perdas por imparidade da Instituição apresentavam-se conforme segue:

2017						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Utilizações	Saldo final
Imparidade de clientes	881.843	149.612	-43.410	92.356	-466.971	613.430
Imparidade de outras contas a receber	604.923	679	-111	-92.356	-171.317	341.817
	1.486.766	150.291	-43.522	0	-638.288	955.247

2016						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Utilizações	Saldo final
Imparidade de clientes	852.415	116.860	-38.784	-	-48.648	881.843
Imparidade de outras contas a receber	669.591	24.453	-22.987	-	-66.134	604.923
	1.522.006	141.313	-61.771	-	-114.782	1.486.766

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reforçadas imparidades líquidas em dívidas a receber de clientes no montante de 198.558 Euros e foram reduzidas imparidades para outras contas a receber no montante de 91.788 Euros.

13. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" é constituída, essencialmente, por pagamentos antecipados de prémios de apólices de seguros multirrisco, no montante de 77.044 Euros e 53.433 Euros, respetivamente, e pagamentos antecipados de rendas de contratos de renting de equipamento informático, no montante de 178.118 Euros e de 178.217 Euros, respetivamente.

14. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a responsabilidade da Instituição por garantias prestadas analisa-se como segue:

Beneficiário	2017	2016	Tipo	Natureza
Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	315.000,00	515.000,00	Aval	Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática Unipessoal, Lda.
Ministério da Justiça - Direção Regional dos Serviços Prisionais - Direção dos Serviços de Gestão dos Recursos Financeiros e Patrimoniais	483.110,25	483.110,25	Garantia Bancária	Protocolo celebrado entre a Instituição e a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, para a gestão do Estabelecimento prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino)
Outras	22.813,36	22.813,36	Garantia Bancária	
	820.923,61	1.020.923,61		



15. FUNDOS PATRIMONIAIS

FUNDOS PATRIMONIAIS

O valor do Fundo Social foi apurado em 1989, aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de março, que aprovou o “Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - “PCIPSS”. Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos seus ativos e do registo dos seus passivos naquela data.

EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Esta rubrica para além de reavaliações extraordinárias ao nível de ativos fixos tangíveis realizadas em exercícios anteriores, inclui também uma reavaliação ao abrigo da legislação aplicável de acordo com o Decreto lei nº 264/92, de 24 de novembro.

RESULTADOS TRANSITADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os movimentos ocorridos na rubrica “Resultados transitados” analisa-se como segue:

	2017	2016
1 de janeiro	26.191.227,63	26.825.772,49
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	(1.543.943,06)	(327.810,86)
Regularizações por resultados (ver Nota 28)	-	(306.734,00)
	-	-
31 de dezembro	24.647.284,57	26.191.227,63

Conforme deliberado pela Mesa Administrativa em 01 de março de 2017, o resultado líquido do exercício de 2016 foi transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” analisam-se como segue:

	Subsídios ao investimento	Doações	Total
1 de janeiro de 2016	5.030.254,38	37.676.371,76	42.706.626,14
Aumentos	-	27.849,03	27.849,03
Diminuições	(133.968,00)	-	(133.968,00)
Regularizações por resultados (ver Nota 27)	(246.864,00)	(601.764,00)	(848.628,00)
Transferência para resultados transitados	306.734,00	-	306.734,00
31 de dezembro 2016	4.956.156,38	37.102.456,79	42.058.613,17
Aumentos	112.642,00	-	112.642,00
Diminuições	(1.110.959,32)	(612.735,53)	(1.723.694,85)
Regularizações por resultados (ver Nota 27)	-	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-
31 de dezembro 2017	3.957.839,06	36.489.721,26	40.447.560,32

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

No valor de diminuições de 2017 (1.110.959,32 Euros) está considerado o valor de reconhecimento do subsídio FEDER no valor de 858.989 Euros.

DOAÇÕES

As doações relacionadas com Propriedades de Investimento são inicialmente reconhecidas nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" (ver Nota 3.9) e subsequentemente imputadas, numa base sistemática, como rendimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações destes ativos. No exercício de 2017 foi imputado a resultados um montante de 612.735,53 Euro (2016: 601.764,00 Euro) (ver Nota 26).

16. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é detalhada como segue:

	2017					
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Utilizações	Saldo final
Pensões a liquidar	2.949.914,00	-	(86.625,03)	-	(445.335,98)	2.417.952,99
Provisões para participações financeiras (Nota 9)	97.992,93	-	(6.379,09)	-	-	91.613,84
	3.047.906,93	-	(93.004,12)	-	(445.335,98)	2.509.566,83

	2016					
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Utilizações	Saldo final
Pensões a liquidar	3.285.352,00	167.777,12	-	-	(503.215,12)	2.949.914,00
Provisões para participações financeiras (Nota 9)	91.690,24	6.302,69	-	-	-	97.992,93
	3.377.042,24	174.079,81	-	-	(503.215,12)	3.047.906,93

PENSÕES A LIQUIDAR

A rubrica de Pensões a liquidar refere-se a encargos para fazer face ao pagamento de pensões a liquidar no âmbito da Caixa Privativa e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 17).

PROVISÕES PARA PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de “Provisões para participações financeiras” refere-se ao registo das provisões para a participação financeira na Casa Testa em virtude de a proporção da Instituição nos resultados acumulados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento financeiro (Nota 9).

O decréscimo ocorrido no exercício de 2017 na rubrica “Provisões para Participações financeiras” está relacionado com o resultado positivo da sua participada Casa Testa no montante de 6.317,09 Euros, o aumento ocorrido no exercício de 2016 na mesma rubrica compreende a absorção do resultado negativo do exercício de 2016 no montante de 6.302,69 Euros. No exercício de 2017 e 2016, este efeito foi evidenciado na Demonstração dos Resultados, na rubrica Provisões ((aumentos)/reduções).

OUTROS POTENCIAIS COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os advogados da Instituição, existem processos judiciais em curso intentados contra a Instituição, dos quais se destacam:

- Processo comum interposto por 63 colaboradores contra o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz no ano de 2013 em que é peticionado a condenação da Instituição a pagar o montante de, aproximadamente, 1.190.000 Euros, relativamente a diferenças salariais entre as remunerações pagas e as que deveriam ter sido auferidas por aqueles colaboradores;

- Execução interposta pelos enfermeiros do Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz em que é peticionado a sua progressão na carreira por módulos de 3 anos, na progressão de índices fixados para a carreira de enfermagem, independentemente das categorias fixadas naquela carreira e consequentemente pagar as diferenças salariais relativas às remunerações de cada um dos exequentes/enfermeiros no valor de 807.306,12 Euros.

A Mesa Administrativa considera que é remota a probabilidade do desfecho dos referidos processos resultar em responsabilidades para a Instituição com impacto relevante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, pelo que não refletiu qualquer provisão para eventual desfecho desfavorável dos mesmos.

17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO - PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os encargos com complementos de pensões de reforma, referem-se apenas a empregados já reformados, que estavam abrangidos pela Caixa Privativa da Instituição ou pela Caixa Geral de Aposentações, como segue:

Pensões - Caixa Privativa - Na ausência de um regime de Previdência Social até 1959, a Instituição assumia, até àquela data, o compromisso de conceder aos seus empregados, inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma.

Pensões - Caixa Geral de Aposentações - Com as nacionalizações dos Hospitais propriedade da Instituição, ocorridas na década de 70, os funcionários que estavam integrados nos seus quadros passaram a ser funcionários do Estado. No entanto, a Instituição mantém a responsabilidade pelos anos em que esses ex-funcionários estiveram ao seu serviço, relativamente às pensões que lhes são devidas. Os pagamentos dessas pensões são adiantados, na totalidade, pela Caixa Geral de Aposentações, a qual requer posteriormente à Instituição a liquidação desses encargos.

De acordo com o estudo atuarial efetuado por uma entidade independente e credenciada para o efeito, com referência a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o valor atual por serviços passados é conforme segue:

	31-12-2017	31-12-2016
i) Caixa Privativa	1.569.950,00	1.905.059,00
ii) Caixa Geral de Aposentações	848.003,00	1.044.855,00
	2.417.953,00	2.949.914,00
Provisões (Nota 17)	2.417.953,00	2.949.914,00

Em 31 de dezembro de 2017, as responsabilidades acima referidas incluem 36 aposentados da Caixa Privativa e 117 aposentados da Caixa Geral de Aposentações (73 com pensão de aposentação e 44 com pensão de viuvez) (2016: 44 aposentados da Caixa Privativa e 125 aposentados da Caixa Geral de Aposentações (79 com pensão de aposentação e 46 com pensão de viuvez). Durante o exercício de 2017, verificaram-se 8 saídas da Caixa Privativa, 10 saídas da Caixa Geral de Aposentações, e 2 novas pensões de viuvez).

Os pressupostos atuariais utilizados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	31-12-2017	31-12-2016
i) Taxas de referência:		
Taxa de desconto	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento	0,00%	0,00%
ii) Tabelas de mortalidade dos pensionistas		
	TV 88/90	TV 88/90

18. PASSIVOS FINANCEIROS

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 dezembro de 2017 e em 2016 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

(i) Férias, subsídio de férias e respetivos encargos, relativos ao exercício em análise, cujo vencimento e fluxo financeiro só irá ocorrer no exercício seguinte.

	2017	2016
Passivos Financeiros		
Não Corrente		
Outras dívidas a pagar	124.114,88	111.222,83
	124.114,88	111.222,83
Corrente		
Fornecedores, conta corrente	5.881.897,89	2.989.004,15
Outras dívidas a pagar:		
Férias, subsídios férias e outros enc. c/ pessoal (i)	5.365.239,17	5.240.954,36
Fornecedores de imobilizado (ii)	507.155,99	1.445.483,27
Adiantamentos de utentes (iii)	2.596.823,07	2.996.840,32
Outros credores e encargos a liquidar	1.396.667,66	1.205.722,97
	9.865.885,89	10.889.000,92
	15.871.898,66	13.989.227,90

(ii) Corresponde, fundamentalmente, aos adiantamentos efetuados por utentes do Hospital Conde Ferreira.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme segue:

	Entidade financiadora	2017 Montante utilizado			2016 Montante utilizado			Vencimento
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total	
Instituições financeiras:								
Empréstimos bancários:								
Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	IHRU		532.819,23	532.819,23	-	107.005,22	107.005,22	12/04/2018
Contrato nº 6510012824820027	CGD	101.336,13	228.049,35	329.385,48	101.309,44	329.397,84	430.707,28	01/02/2021
Contrato nº 6510012824820019	CGD	120.301,39	270.759,95	391.061,34	120.250,72	391.084,78	511.335,50	01/02/2021
Total instituições financeiras		221.637,52	1.031.628,53	1.253.266,05	221.560,16	827.487,84	1.049.048,00	

Os empréstimos em instituições financeiras têm prazo de reembolso de 20 anos, com amortizações trimestrais iguais e sucessivas, a primeira das quais venceu-se em fevereiro de 2002. Adicionalmente os financiamentos beneficiam de uma bonificação de taxa de juro a suportar pelo Instituto Nacional da Habitação (INH), no montante de 75% e de 60% da taxa de referência, respetivamente, para cada um dos contratos. A taxa de juro a suportar pela Instituição corresponde à taxa de juro contratual aplicada em cada período deduzida da bonificação do INH. Como garantia destes financiamentos, foi emitida uma Procuração Notarial Irrevogável a favor da Caixa Geral de Depósitos (CGD) para garantia do capital global, a qual confere poderes à CGD, numa situação de incumprimento por parte da Instituição das obrigações dos financiamentos, para constituir hipoteca sobre os prédios construídos nos fogos objeto de financiamento.

O empréstimo recebido do "Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana" tem o objetivo de promoção da Operação de Reabilitação, sendo o mesmo concedido pelo prazo da obra / período de utilização de 12 meses acrescido de um prazo de carência de 6 meses.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Adiantamentos de clientes", corresponde essencialmente aos adiantamentos efetuados por parte da ARS Norte ao abrigo do Contrato Programa do Hospital da Prelada e Acordo de Gestão do Centro de Reabilitação do Norte, no montante de 54.496.560 Euros e 7.111.934 Euros, respetivamente (2016: 54.510.732 Euros e 8.201.222 Euros, respetivamente) (Nota 12).



20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 as rubricas "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	462.760,36	-	472.195,56
Imposto sobre o valor acrescentado	148.011,50	81.374,77	226.073,91	142.850,40
Contribuições para a Segurança Social	-	702.273,32	-	696.188,67
Outros Impostos	-	10.502,02	-	12.648,93
	148.011,50	1.256.910,47	226.073,91	1.323.883,56

Em 31 de dezembro de 2017, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Reembolsos pedidos) no montante de 112.681 (160.742,59 Euros em 31 de dezembro de 2016) diz respeito à restituição do IVA suportado pela Instituição nas aquisições de bens ou serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº20/90, de 13 de janeiro, bem como 35.330 Euros referente à restituição de IVA Suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação da área social (n.º 3 da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro).

21. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" era constituída essencialmente por subsídios para as diversas ações de formação do POISE - Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego, no montante de 970.244,69 euros (Nota 23). Estão consideradas também Rendimentos antecipados de Propriedades de Investimento, no montante de 94.557,25 Euros (90.129,20 Euros a 31 de dezembro de 2016).

22. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição nos exercícios de 2017 e de 2016 é detalhado conforme segue:

	2017	2016
Venda de bens	558.009,72	474.907,83
Prestação de serviços		
Hospital da Prelada	30.462.114,00	31.214.543,48
Centro Reabilitação do Norte	9.296.119,22	9.251.912,57
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo	1.639.474,24	1.635.998,19
Hospital Conde Ferreira	4.262.736,89	4.230.315,57
Outros	3.568.245,27	3.373.937,84
	49.786.699,34	50.181.615,48
Rendimentos de Propriedade de Investimento (Notas 6 e 27)	4.660.416,52	4.641.263,64
	54.447.115,86	54.822.879,12

Relativamente ao Hospital da Prelada, a receita evidenciada é, essencialmente, proveniente de prestações de serviços realizados na área da saúde no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado em 24 de outubro de 2008 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição, cujo prazo termina no ano de 2018, no montante de, aproximadamente, 26,8 milhões de Euros (28,4 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2016).

A receita relativamente ao Centro de Reabilitação do Norte resulta do Acordo de Gestão celebrado em 25 de novembro de 2013 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição (Notas 3.4 e 8).

A Prestação de Serviços - Outros, refere-se fundamentalmente ao rédito obtido nas áreas da educação, infância e juventude e apoio à terceira idade.

A rubrica "Vendas" é constituída, essencialmente, por vendas de produtos alimentares e de produtos farmacêuticos dos vários estabelecimentos da Instituição.

A rubrica "Rendimentos de Propriedade de Investimento" refere-se essencialmente às rendas obtidas pelo arrendamento dos imóveis classificados na rubrica "Propriedades de Investimento" (Notas 6 e 27).

23. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	2017	2016
Subsídios à exploração:		
.....		
Centro Regional de Segurança Social do Porto		
Terceira idade	1.113.367,44	1.059.126,17
Invalidez e reabilitação	2.114.809,57	2.259.610,53
Infância e juventude	960.555,80	950.801,92
Família e comunidade	806.536,21	810.223,87
Complementos por dependência		
Prestação de Apoio na Saúde Mental		
.....		
Outros:		
QREN		
DGEN	45.767,16	49.486,45
IFAP	59.215,61	79.356,46
Fundo Social Europeu - IEFP	828.193,37	458.858,98
Protocolo SMAS	3.125,00	7.500,00
Protocolo Erasmus	2.566,59	-
Sec. Estado Assuntos Parl. Igualdade	3.629,40	-
Norte Feder	858.988,90	-
Outros	264.376,81	302.722,38
	7.061.131,86	5.977.686,76

As participações do Centro Regional de Segurança Social do Porto estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços participados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2017 encontra-se registado na rubrica "Fundo Social Europeu - IEF" um montante de 828.193 Euros (444.147 Euros em 31 de dezembro de 2016), relacionado com os subsídios para as diversas ações de formação do POISE - Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme segue:

	2017	2016
Subcontratos	7.018.337,96	6.476.798,68
Conservação e Reparação	1.355.902,12	1.288.902,82
Trabalhos especializados	2.683.132,77	2.219.503,99
Honorários	932.411,56	907.414,46
Eletricidade	1.107.070,45	1.109.860,16
Limpeza, Higiene e Conforto	1.061.885,36	1.034.093,02
Combustíveis	676.767,19	786.520,69
Água	450.574,38	451.395,33
Vigilância e Segurança	837.047,64	836.688,41
Comunicação	425.464,96	371.544,86
Seguros	238.869,24	194.123,21
Outros Serviços	230.395,64	253.732,53
Outros Materiais	214.221,26	134.444,22
Rendas e Alugueres	708.719,29	633.423,48
Artigos para Oferta	43.345,02	37.880,83
Outros	140.826,67	30.994,40
	18.124.971,51	16.767.321,09

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram sobretudo na rubrica de "Subcontratos" essencialmente devido ao aumento dos gastos com lavanderia e alimentação por força da renegociação dos respetivos contratos e no Hospital da Prelada do gasto associado ao Gabinete de Estudos Vasculares nova atividade resultante do esforço crescente do Hospital da Prelada de diversificação da sua atividade.

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações Certas	24.684.942,97	23.996.565,56
Remunerações Adicionais	6.808.461,24	6.557.298,05
Indemnizações	74.048,95	22.531,45
Encargos sobre remunerações	6.681.482,29	6.406.153,97
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	278.026,92	265.562,80
Gastos de ação social	3.588,13	4.211,04
Outros	186.765,00	186.696,52
	38.717.315,50	37.439.019,39

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ascendeu a 1.472 e 1.470, respetivamente.

26. (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	3.433.724,63	3.359.899,34
Ativos intangíveis (Nota 8)	486.788,48	610.067,80
	3.920.513,11	3.969.967,14

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	747.693,04	828.886,64
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 6 e 22)	4.660.416,52	4.641.263,64
Descontos de pronto pagamento obtidos	16.701,56	72.611,15
Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros	8,10	4.089,79
Ganhos em Inventários	6.937,05	13.952,07
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	321.905,91	169.001,67
Imputação de subsídios para investimentos (Nota 15)	251.320,37	246.864,76
Imputação de doações a resultados (Nota 15)	612.735,53	601.764,01
Correções relativas a períodos anteriores	96.162,28	104.544,02
Outros	568.777,60	73.856,47
	7.282.657,96	6.756.834,22

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Outros” inclui o montante de 334.556 Euros (38.794 Euros em 31 de dezembro de 2016), referente a valores relativos a pensões de utentes do Centro Hospitalar Conde Ferreira que já faleceram e que não foram objeto de reclamação pelos respetivos familiares.

28. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Correções relativas a períodos anteriores	1.652.085,01	189.733,85
Donativos	189.511,44	163.177,00
Quotizações	5.064,72	14.060,00
Impostos	96.625,23	48.980,92
Perdas em inventários	1.692,92	20.695,68
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	69.033,55	2.219,49
Dívidas incobráveis	126.405,51	4.982,43
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	113.983,72
Outros	647.304,72	99.585,85
	2.787.723,10	657.418,94

As correções relativas a períodos anteriores estão relacionadas com correções de estimativas. As estimativas efetuadas para o Contrato programa de 2015 e 2016 e Acordo de Gestão de 2016 não se verificaram após validação da ARSN. Assim registou-se um decréscimo relativamente ao CP2015 no valor de 241.786 Euros e ao CP2016 no valor de 593.287 Euros. Relativamente ao AG2016 registou-se um decréscimo de 175.672 Euros.

No que se refere ao acordo do Centro Hospitalar Conde de Ferreira para a unidade de cuidados continuados registou-se um decréscimo no valor de 202.796 Euros relativos a 2016 e 230.337 Euros relativos a 2015.

Na rubrica outros gastos e perdas registou-se a indemnização resultante de sentença da ação declarativa interposta contra a SCMP, no valor de 596.887 Euros.

29. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 são detalhados conforme segue:

	2017		2016	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	418,17	418,17	499,74	499,74
Outros gastos de financiamento		236.601,25		39.841,38
		237.019,42		40.341,12

O aumento registado na rubrica Outros Gastos de Financiamento é justificado pela contabilização dos juros de mora relativo à indemnização referida na nota 28 Outros Gastos e Perdas.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 são detalhados conforme segue:

	2017		2016	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	90.019,47		200.228,20	
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	552,34		552,34	
Outros	30.538,87	121.110,68	53.649,36	254.429,90
		121.110,68		254.429,90

30. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2017 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2017.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Porto ("Instituição"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 249.067.511 Euros e um total de Fundos patrimoniais de 167.305.667 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.400.780 Euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no Fundo patrimonial e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Bettencourt, Rua Sousa Martins, 1 - 2º, 1009-216 Lisboa, Portugal

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

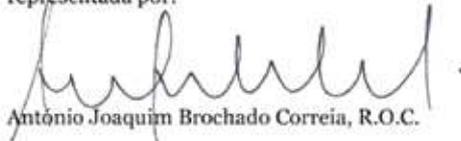
- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

12 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

EXPLORAÇÃO
DEPARTAMENTAL



ÁREAS DE EXPLORAÇÃO

CENTROS DE RESULTADOS

SAÚDE

Hospital da Prelada
Centro Hospitalar Conde de Ferreira
Centro de Reabilitação do Norte

SOCIAL

ERPI S. Lázaro
ERPI N.ª Senhora da Misericórdia
ERPI Pereira de Lima
Casa de Santo António
Casa da Rua
Centro de Alojamento Social
Casa Bento XVI
Serviço de Apoio Domiciliário

PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO

Complexos
Outros Imóveis na Zona do Porto
Imóveis de Concelhos fora do Porto
Parques de Estacionamento
Residências

EDUCAÇÃO

Colégio N.ª. Sr.ª. Esperança

ENSINO ESPECIAL

Centro Integrado Apoio Deficiência (Instituto S. Manuel)

JUSTIÇA

Estabelecimento Prisional St.ª. Cruz do Bispo

AGRICULTURA

Quinta d'Alva

AMBIENTE

Parque da Prelada
Parque Avides Moreira

JUVENTUDE

Colégio Barão Nova Sintra

CULTURA

MMIPO
Casa da Prelada

ARTES GRÁFICAS

Artes Gráficas Serviços Imprensa
Centro Professor Albuquerque Castro

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS

Provedoria
Depart. Gestão Administrativa e Património
Depart. Contabilidade e Finanças
Depart. Recursos Humanos e Form. Profissional
Depart. Sistemas Informação
Depart. Marketing e Comunicação
Depart. Artes e Cultura
Depart. Intervenção Social
Departamento Auditoria Interna
Gabinete Assuntos Jurídicos e Contencioso
Gabinete Religioso e Culto
Serviços de Saúde
Gabinete do Ambiente e da Qualidade
Gabinete de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão
Gabinete de Segurança, Risco e Compliance
Sede

ÁREAS EXPLORAÇÃO	Saúde			TOTAL	Artes Gráficas	Agricultura
	Hospital da Prelada	Centro Hospitalar Conde de Ferreira	Centro de Reab.Norte			
CONTAS						
Vendas e serviços prestados	30 463 589	4 262 737	9 296 119	44 022 445	45 381	148 296
Vendas					4 193	146 232
Prestações de serviços	30 463 589	4 262 737	9 296 119	44 022 445	41 188	2 063
Matrículas e mensalidades						
Outras	30 463 589	4 262 737	9 296 119	44 022 445	41 188	2 063
Subsídios, doações e legados à exploração	57 966	1 315 910	5 629	1 379 505	366 739	59 216
ISS, IP - Centros distritais		1 312 304		1 312 304	254 562	
Outros	57 966	3 606	5 629	67 201	112 177	59 216
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos						
Variação nos inventários da produção						4 050
Trabalhos para a própria entidade					88 963	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-4 331 216	-496 593	-432 235	-5 260 044	-28 631	-562
Fornecimentos e serviços externos	-7 770 599	-2 046 924	-3 508 069	-13 325 592	-94 492	-71 535
Subcontratos	-3 555 146	-1 152 573	-864 903	-5 572 622		
Energia e fluidos	-768 975	-239 770	-425 420	-1 434 164	-6 015	-28 204
Outros	-3 446 479	-654 581	-2 217 746	-6 318 806	-88 477	-43 330
Gastos com pessoal	-18 917 877	-4 336 415	-6 354 565	-29 608 857	-428 299	-134 468
Remunerações certas	-10 977 811	-2 999 345	-4 124 054	-18 101 210	-310 806	-99 185
Remunerações adicionais	-4 400 330	-544 858	-1 039 288	-5 984 477	-30 489	-10 146
Formação profissional	-12 242	-6 991	-14 714	-33 947	-60	-33
Encargos sobre remunerações	-3 326 024	-726 001	-1 104 936	-5 156 962	-70 799	-23 539
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-119 550	-34 211	-47 712	-201 472	-3 732	-1 145
Outros custos com o pessoal	-81 919	-25 008	-23 862	-130 789	-12 413	-420
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-48 296	-7 545	-19 224	-75 065	-25	-197
Provisões (aumentos/reduções)						
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-156 176	16 378	73 604	-66 193	211	3 936
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos e ganhos	715 464	665 151	96 755	1 477 371	127	13 909
Outros gastos e perdas	-1 405 787	-524 588	-350 740	-2 281 115	-1 269	-13 728
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-1 392 933	-1 151 889	-1 192 724	-3 737 546	-51 296	8 918
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-720 267	-740 871	-501 111	-1 962 249	-30 815	-87 547
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-2 113 199	-1 892 760	-1 693 836	-5 699 795	-82 111	-78 630
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados	-125 987	-18 442	-41 897	-186 326	-120	-4 793
Resultado antes de impostos	-2 239 187	-1 911 202	-1 735 733	-5 886 121	-82 231	-83 423
Imposto sobre rendimento do período						
Resultado líquido do período	-2 239 187	-1 911 202	-1 735 733	-5 886 121	-82 231	-83 423

* (Intra Grupos) e FEE de Gestão

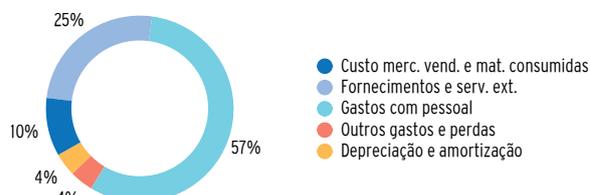
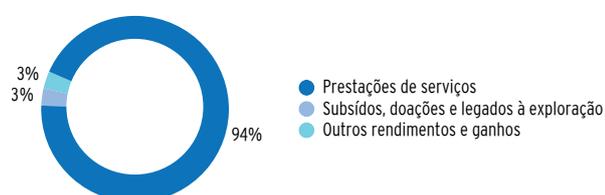
Ambiente	Cultura	Educação	Ensino Especial	Juventude	Património de rendimento	Social	Justiça E.P.E.S.C.B	Consolidado	SPeC	Consolidado sem expurgos*
20 121	120 067	1 571 737	123 085	31 830	45 270	2 410 052	1 933 934	50 472 217	678 562	49 786 699
1 036	12 304	12 233	5	-5		64 258	316 444	556 700	12 175	556 700
19 085	107 763	1 559 504	123 080	31 835	45 270	2 345 794	1 617 490	49 915 517	666 387	49 230 000
		1 345 431	73 299	19 351		1 704 216		3 142 298		3 142 298
19 085	107 763	214 073	49 781	12 484	45 270	641 578	1 617 490	46 773 219	666 387	46 087 702
3 018	858 999	606 639	1 377 654	363 827		2 045 517	18	7 061 132	379 574	7 061 132
		605 337	802 505	355 219		1 665 342		4 995 269		4 995 269
3 018	858 999	1 302	575 149	8 608		380 176	18	2 065 863	379 574	2 065 863
			282	56		6 041		6 379	6 379	6 379
								4 050		4 050
			2 308	400		51 506		143 175	54 213	102 787
-345	-13 846	-74 981	-39 777	-37 009	-12 308	-221 905	-335 457	-6 024 865	-99 082	-5 984 477
-77 154	-330 827	-575 597	-592 136	-178 027	-744 234	-1 861 380	-959 515	-18 810 489	-1 611 929	-18 124 972
		-184 758	-119 730	-60 218	-33	-862 963	-218 012	-7 018 338	-253	-6 369 398
-12 889	-35 200	-44 592	-33 870	-25 379	-61 122	-273 034	-280 080	-2 234 549	-89 476	-2 234 549
-64 265	-295 626	-346 247	-438 536	-92 430	-683 079	-725 383	-461 422	-9 557 602	-1 522 199	-9 521 025
-147 944	-421 653	-1 843 383	-1 007 981	-492 971	-321 941	-3 567 113	-742 703	-38 717 316	-4 390 030	-38 717 316
-109 648	-317 016	-1 409 578	-723 122	-356 387	-235 863	-2 474 848	-547 279	-24 684 943	-3 228 190	-24 684 943
-11 325	-24 509	-88 559	-108 755	-46 914	-21 457	-422 439	-59 391	-6 808 461	-307 134	-6 808 461
-29	-962	-1 953	-1 222	-69	-1 698	-2 519	-870	-43 362	-21 385	-43 362
-24 087	-71 796	-321 723	-152 847	-83 039	-58 594	-591 725	-126 370	-6 681 482	-768 024	-6 681 482
-1 461	-4 106	-16 234	-8 248	-3 795	-2 779	-28 983	-6 071	-278 027	-37 073	-278 027
-1 395	-3 265	-5 336	-13 786	-2 766	-1 549	-46 599	-2 721	-221 040	-28 225	-221 040
-79	-52	-9 135	-1 215	-667	-3 864	-12 623	-3 846	-106 769	-20 908	-106 769
			3 829	762		82 034		86 625	86 625	86 625
2 023	181	12 055	413	25	32 435	8 159	6 755	0		0
			1 322	289		24 957		26 568	26 568	26 568
27 302	102 704	106 499	20 266	4 522	5 324 736	190 636	14 586	7 282 658	152 019	7 282 658
-47 023	-4 717	-60 125	-38 608	-21 802	-167 559	-56 601	-95 177	-2 787 723	-873 726	-2 787 723
-220 082	310 856	-266 292	-150 561	-328 765	4 152 534	-900 721	-181 404	-1 364 359	-5 611 737	-1 364 359
-704	-195 665	-92 801	-89 257	-62 343	-1 123 176	-259 614	-16 343	-3 920 513	-282 424	-3 920 513
-220 786	115 191	-359 093	-239 818	-391 107	3 029 359	-1 160 335	-197 748	-5 284 872	-5 894 161	-5 284 872
			5 427	1 375		114 257	51	121 111	121 060	121 111
-2	-521	-7 730	-450	-95	-21 711	-6 951	-8 319	-237 019	-236 853	-237 019
-220 788	114 670	-366 823	-234 841	-389 827	3 007 648	-1 053 029	-206 016	-5 400 780	-6 009 954	-5 400 780
-220 788	114 670	-366 823	-234 841	-389 827	3 007 648	-1 053 029	-206 016	-5 400 780	-6 009 954	-5 400 780

Valores em euros

SAÚDE	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	44 022 445	46 833 572	-2 811 127	-6	44 696 772	-674 327	-102
Vendas							
Prestações de serviços	44 022 445	46 833 572	-2 811 127	-6	44 696 772	-674 327	-102
Matrículas e mensalidades					49	-49	-100
Outras	44 022 445	46 833 572	-2 811 127	-6	44 696 723	-674 278	-2
Subsídios, doações e legados à exploração	1 379 505	1 869 208	-489 703	-30	1 599 512	-220 007	-53
ISS, IP - Centros distritais	1 312 304	1 869 208	-556 904	-30	1 484 438	-172 134	-12
Outros	67 201		67 201		115 074	-47 873	-42
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIACÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-5 260 044	-4 754 823	-505 221	-11	-5 149 344	-1 408 493	-9
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-13 325 592	-12 496 112	-829 480	-7	-12 197 189	-1 128 403	-9
Subcontratos	-5 572 622	-4 982 268	-590 354	-12	-5 153 100	-419 522	-8
Energia e fluidos	-1 434 164	-1 762 395	328 231	19	-1 573 596	139 432	9
Outros	-6 318 806	-5 751 448	-567 358	-10	-5 470 493	-1 948 037	31
GASTOS COM PESSOAL	-29 608 857	-29 451 279	-157 578	-1	-28 602 825	-1 006 032	-4
Remunerações certas	-18 101 210	-17 822 559	-278 652	-2	-17 594 665	-506 545	-3
Remunerações adicionais	-5 984 477	-6 145 553	161 076	3	-5 766 655	-217 821	-4
Formação profissional	-33 947	-105 035	71 088	68	-22 007	-11 940	-54
Pensões		0			-1 720	1 720	100
Encargos sobre remunerações	-5 156 962	-5 103 121	-53 841	-1	-4 949 544	-207 417	-4
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-201 472	-224 995	23 523	10	-184 300	-17 172	-9
Outros custos com o pessoal	-130 789	-50 017	-80 773	-161	-83 934	-46 856	-56
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-75 065		-75 065		-120 020	44 955	37
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-66 193	-436 227	370 034	85	-143 602	77 409	54
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1 477 371	1 337 870	139 501	10	1 308 676	168 695	13
OUTROS GASTOS E PERDAS	-2 281 115	-229 420	-2 051 695	-894	-259 525	-2 021 590	-779
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-3 737 546	2 672 788	-6 410 334	-240	1 132 454	-4 870 000	-430
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 962 249	-1 844 883	-117 365	-6	-2 074 221	111 972	5
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-5 699 795	827 905	-6 527 700	-788	-941 767	-4 758 028	-505
Juros e rendimentos similares obtidos					1	-1	-100
Juros e gastos similares suportados	-186 326	-21 956	-164 370	-749	-65 513	-120 813	-184
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-5 886 121	805 949	-6 692 070	-830	-1 007 279	-4 878 842	-484
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-5 886 121	805 949	-6 692 070	-830	-1 007 279	-4 878 842	-484

Valores em euros

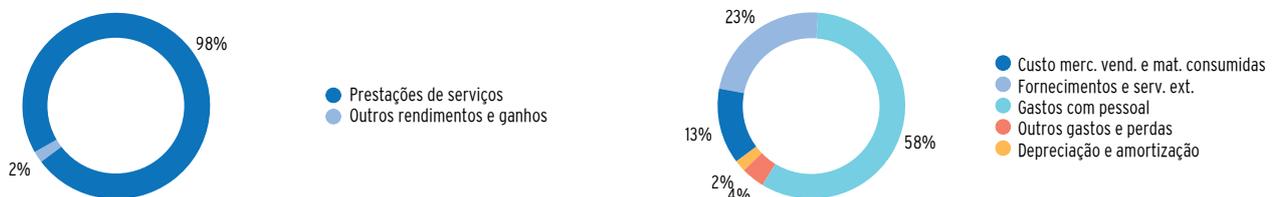
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



HOSPITAL DA PRELADA	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	30 463 589	33 158 716	-2 695 127	-8	31 214 543	-750 954	-2
Vendas							
Prestações de serviços	30 463 589	33 158 716	-2 695 127	-8	31 214 543	-750 954	-2
Matrículas e mensalidades							
Outras	30 463 589	33 158 716	-2 695 127	-8	31 214 543	-750 954	-2
Subsídios, doações e legados à exploração	57 966		57 966		95 758	-37 792	-39
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	57 966		57 966		95 758	-37 792	-39
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4 331 216	-3 864 570	-466 646	-12	-4 192 100	-722 528	-17
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-7 770 599	-7 436 839	-333 761	-4	-7 289 482	-481 117	-7
Subcontratos	-3 555 146	-3 142 680	-412 466	-13	-3 218 089	-337 057	-10
Energia e fluidos	-768 975	-906 094	137 119	15	-864 621	95 647	11
Outros	-3 446 479	-3 388 064	-58 415	-2	-3 206 772	-1 433 907	-45
GASTOS COM PESSOAL	-18 917 877	-19 195 954	278 077	1	-18 181 194	-736 683	-4
Remunerações certas	-10 977 811	-11 025 842	48 030	0	-10 594 880	-382 932	-4
Remunerações adicionais	-4 400 330	-4 579 368	179 038	4	-4 224 409	-175 922	-4
Formação profissional	-12 242	-55 628	43 386	78	-15 170	2 927	19
Pensões					-1 688	1 688	100
Encargos sobre remunerações	-3 326 024	-3 362 105	36 081	1	-3 183 039	-142 985	-4
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-119 550	-146 521	26 971	18	-121 769	2 219	2
Outros custos com o pessoal	-81 919	-26 490	-55 429	-209	-40 240	-41 679	-104
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-48 296		-48 296		-79 737	31 440	39
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-156 176	-292 594	136 419	47	-88 071	-68 105	-77
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	715 464	765 509	-50 045	-7	801 938	-86 473	-11
OUTROS GASTOS E PERDAS	-1 405 787	-155 382	-1 250 405	-805	-177 828	-1 227 959	-691
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-1 392 933	2 978 886	-4 371 819	-147	2 103 826	-3 496 759	-166
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-720 267	-589 303	-130 964	-22	-734 832	14 566	2
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-2 113 199	2 389 584	-4 502 783	-188	1 368 994	-3 482 193	-254
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-125 987	-14 727	-111 261	-756	-39 205	-86 782	-221
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-2 239 186	2 374 857	-4 614 043	-194	1 329 788	-3 568 975	-268
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-2 239 186	2 374 857	-4 614 043	-194	1 329 788	-3 568 975	-268

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

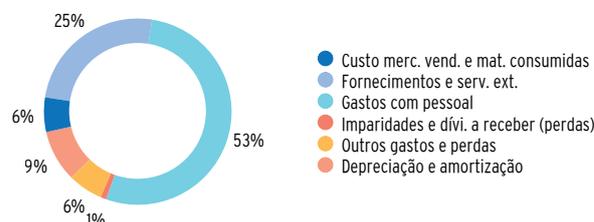


CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA

	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	4 262 737	3 869 446	393 291	10	4 230 316	32 421	1
Vendas							
Prestações de serviços	4 262 737	3 869 446	393 291	10	4 230 316	32 421	1
Matrículas e mensalidades					49	-49	-100
Outras	4 262 737	3 869 446	393 291	10	4 230 267	32 470	1
Subsídios, doações e legados à exploração	1 315 910	1 869 208	-553 298	-30	1 494 130	-178 221	-12
ISS, IP - Centros distritais	1 312 304	1 869 208	-556 904	-30	1 484 438	-172 134	-12
Outros	3 606		3 606		9 692	-6 087	-63
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-496 593	-418 730	-77 863	-19	-425 718	-214 588	-50
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-2 046 924	-2 089 877	42 954	2	-1 891 374	-155 549	-8
Subcontratos	-1 152 573	-1 105 880	-46 693	-4	-1 081 667	-70 906	-7
Energia e fluidos	-239 770	-375 570	135 800	36	-251 638	11 868	5
Outros	-654 581	-608 427	-46 154	-8	-558 070	-358 775	-64
GASTOS COM PESSOAL	-4 336 415	-4 094 126	-242 289	-6	-4 159 740	-176 674	-4
Remunerações certas	-2 999 345	-2 801 869	-197 476	-7	-2 890 840	-108 505	-4
Remunerações adicionais	-544 858	-531 494	-13 365	-3	-512 654	-32 204	-6
Formação profissional	-6 991	-22 499	15 508	69	-2 252	-4 739	-210
Pensões					-49	49	100
Encargos sobre remunerações	-726 001	-696 077	-29 925	-4	-689 300	-36 701	-5
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-34 211	-31 474	-2 737	-9	-36 638	2 428	7
Outros custos com o pessoal	-25 008	-10 714	-14 294	-133	-28 006	2 998	11
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-7 545		-7 545		-34 477	26 932	78
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	16 378	-41 644	58 022	139	-7 162	23 540	329
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	665 151	442 198	222 953	50	355 859	309 292	87
OUTROS GASTOS E PERDAS	-524 588	-20 580	-504 009	-2 449	-25 968	-498 621	-1 920
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-1 151 889	-484 105	-667 784	-138	-464 134	-687 754	-148
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-740 871	-743 240	2 369		-756 368	15 498	2
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 892 760	-1 227 345	-665 415	-54	-1 220 503	-672 257	-55
Juros e rendimentos similares obtidos					1	-1	-100
Juros e gastos similares suportados	-18 442	-2 096	-16 346	-780	-6 657	-11 785	-177
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 911 202	-1 229 441	-681 761	-55	-1 227 159	-684 043	-56
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 911 202	-1 229 441	-681 761	-55	-1 227 159	-684 043	-56

Valores em euros

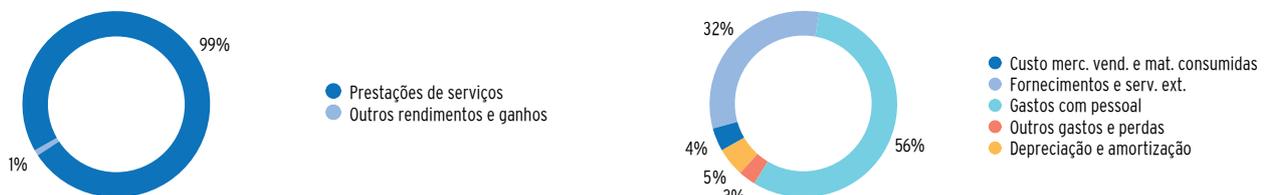
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	9 296 119	9 805 410	-509 291	-5	9 251 913	44 207	
Vendas							
Prestações de serviços	9 296 119	9 805 410	-509 291	-5	9 251 913	44 207	
Matrículas e mensalidades							
Outras	9 296 119	9 805 410	-509 291	-5	9 251 913	44 207	
Subsídios, doações e legados à exploração	5 629		5 629		9 624	-3 995	-42
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	5 629		5 629		9 624	-3 995	-42
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-432 235	-471 523	39 289	8	-531 526	-471 377	-89
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-3 508 069	-2 969 396	-538 673	-18	-3 016 333	-491 736	-16
Subcontratos	-864 903	-733 708	-131 195	-18	-853 345	-11 558	-1
Energia e fluidos	-425 420	-480 731	55 312	12	-457 337	31 917	7
Outros	-2 217 746	-1 754 957	-462 789	-26	-1 705 651	-155 355	-9
GASTOS COM PESSOAL	-6 354 565	-6 161 199	-193 366	-3	-6 261 891	-92 675	-1
Remunerações certas	-4 124 054	-3 994 847	-129 206	-3	-4 108 945	-15 109	
Remunerações adicionais	-1 039 288	-1 034 691	-4 597		-1 029 592	-9 695	-1
Formação profissional	-14 714	-26 908	12 195	45	-4 585	-10 128	-221
Pensões					17	-17	-100
Encargos sobre remunerações	-1 104 936	-1 044 939	-59 998	-6	-1 077 206	-27 731	-3
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-47 712	-47 001	-711	-2	-25 892	-21 819	-84
Outros custos com o pessoal	-23 862	-12 813	-11 049	-86	-15 687	-8 175	-52
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-19 224		-19 224		-5 805	-13 418	-231
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	73 604	-101 989	175 593	172	-48 369	121 973	252
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	96 755	130 162	-33 407	-26	150 880	-54 124	-36
OUTROS GASTOS E PERDAS	-350 740	-53 459	-297 281	-556	-55 729	-295 010	-529
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-1 192 724	178 006	-1 370 731	-770	-507 237	-685 487	-135
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-501 111	-512 340	11 229	2	-583 020	81 909	14
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 693 836	-334 334	-1 359 502	-407	-1 090 258	-603 578	-55
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-41 897	-5 133	-36 764	-716	-19 651	-22 246	-113
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 735 733	-339 467	-1 396 265	-411	-1 109 908	-625 824	-56
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 735 733	-339 467	-1 396 265	-411	-1 109 908	-625 824	-56

Valores em euros

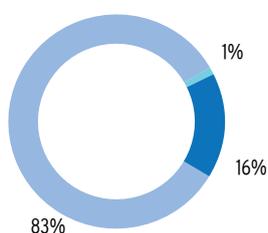
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



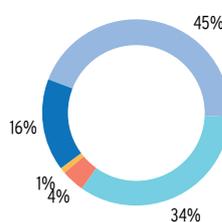
JUSTIÇA ESTABELECIMENTO PRISIONAL STª. CRUZ DO BISPO	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	1 933 934	1 925 023	8 911	0	1 918 168	15 766	1
Vendas	316 444	288 760	27 684	10	291 876	24 568	8
Prestações de serviços	1 617 490	1 636 263	-18 773	-1	1 626 292	-8 802	-1
Matrículas e mensalidades							
Outras	1 617 490	1 636 263	-18 773	-1	1 626 292	-8 802	-1
Subsídios, doações e legados à exploração	18		18		51	-33	-64
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	18		18		51	-33	-64
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-335 457	-327 614	-7 843	-2	-328 162	-59 280	-18
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-959 515	-1 000 861	41 346	4	-915 281	-44 234	-5
Subcontratos	-218 012	-218 003	-9		-218 003	-9	
Energia e fluidos	-280 080	-286 472	6 392	2	-265 043	-15 037	-6
Outros	-461 422	-496 385	34 963	7	-432 234	-66 279	-15
GASTOS COM PESSOAL	-742 703	-720 374	-22 329	-3	-710 441	-32 262	-5
Remunerações certas	-547 279	-529 191	-18 089	-3	-525 114	-22 165	-4
Remunerações adicionais	-59 391	-60 714	1 323	2	-55 695	-3 696	-7
Formação profissional	-870	-3 492	2 622	75	-656	-215	-33
Pensões					-49	49	100
Encargos sobre remunerações	-126 370	-119 973	-6 397	-5	-118 380	-7 990	-7
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-6 071	-5 342	-730	-14	-6 850	779	11
Outros custos com o pessoal	-2 721	-1 663	-1 058	-64	-3 697	976	26
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-3 846		-3 846		1 031	-4 877	-473
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	6 755	-17 652	24 406	138	-5 773	12 528	217
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	14 586	6 000	8 586	143	19 616	-5 030	-26
OUTROS GASTOS E PERDAS	-95 177	-56 791	-38 385	-68	-67 978	-27 198	-40
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-181 404	-192 269	10 864	6	-88 770	-92 634	-104
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-16 343	-12 389	-3 954	-32	-19 512	3 168	16
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-197 748	-204 658	6 910	3	-108 281	-89 466	-83
Juros e rendimentos similares obtidos	51		51			51	
Juros e gastos similares suportados	-8 319	-888	-7 431	-836	-2 868	-5 451	-190
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-206 016	-205 546	-470	0	-111 149	-94 867	-85
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-206 016	-205 546	-470	0	-111 149	-94 867	-85

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



● Vendas
● Prestações de serviços
● Outros rendimentos e ganhos

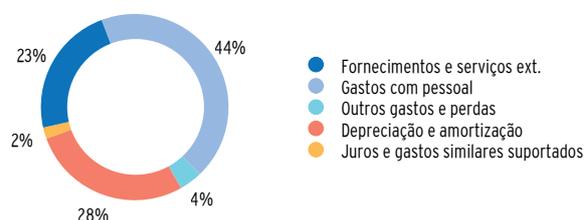


● Custo merc. vend. e mat. consumidas
● Fornecimentos e serv. ext.
● Gastos com pessoal
● Outros gastos e perdas
● Depreciação e amortização

AGRICULTURA QUINTA D'ALVA	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	148 296	214 850	-66 554	-31	103 012	45 284	44
Vendas	146 232	203 225	-56 993	-28	99 018	47 214	48
Prestações de serviços	2 063	11 625	-9 562	-82	3 994	-1 931	-48
Matrículas e mensalidades							
Outras	2 063	11 625	-9 562	-82	3 994	-1 931	-48
Subsídios, doações e legados à exploração	59 216	53 533	5 683	11	79 356	-20 141	-25
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	59 216	53 533	5 683	11	79 356	-20 141	-25
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	4 050		4 050		-6 420	10 470	163
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE		720	-720	-100	2 355	-2 355	-100
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-562	-12 731	-41 635	-327	-1 371	-47 095	-3 435
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-71 535	-40 900	-30 635	-75	-34 257	-37 277	-109
Subcontratos							
Energia e fluidos	-28 204	-17 204	-11 000	-64	-18 386	-9 818	-53
Outros	-43 330	-23 696	44 312	187	-15 871	28 755	181
GASTOS COM PESSOAL	-134 468	-156 694	22 227	14	-148 940	14 472	10
Remunerações certas	-99 185	-114 848	15 663	14	-111 485	12 300	11
Remunerações adicionais	-10 146	-12 280	2 134	17	-10 645	499	5
Formação profissional	-33	-1 218	1 185	97	-179	146	82
Pensões					435	-435	-100
Encargos sobre remunerações	-23 539	-26 643	3 104	12	-25 312	1 773	7
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 145	-1 126	-19	-2	-1 396	251	18
Outros custos com o pessoal	-420	-580	160	28	-358	-62	-17
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-197		-197		-18	-178	-968
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	3 936	-2 301	6 237	271	-778	4 714	606
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	13 909	20 139	-6 230	-31	26 295	-12 386	-47
OUTROS GASTOS E PERDAS	-13 728	-2 225	-11 503	-517	-3 970	-9 758	-246
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	8 918	74 390	-65 473	-88	15 264	-6 346	-42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-87 547	-96 303	8 756	9	-87 717	169	0
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-78 630	-21 913	-56 717	-259	-72 453	-6 177	-9
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-4 793	-116	-4 678	-4 040	-72	-4 721	-6 539
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-83 423	-22 029	-61 395	-279	-72 525	-10 898	-15
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-83 423	-22 029	-61 395	-279	-72 525	-10 898	-15

Valores em euros

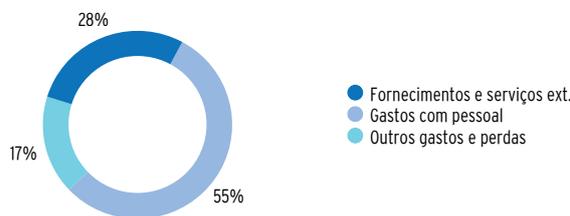
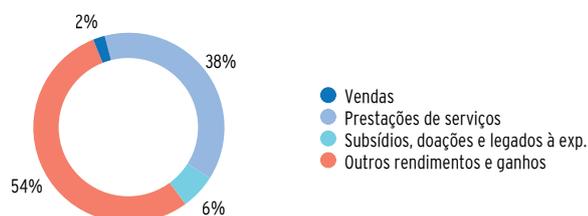
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



AMBIENTE PARQUE DA PRELADA PARQUE AVIDES MOREIRA	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	20 121	3 260	16 861	517	10 508	9 613	91
Vendas	1 036		1 036		18	1 018	5 592
Prestações de serviços	19 085	3 260	15 825	485	10 490	8 595	82
Matrículas e mensalidades							
Outras	19 085	3 260	15 825	485	10 490	8 595	82
Subsídios, doações e legados à exploração	3 018		3 018		1 509	1 509	100
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	3 018		3 018		1 509	1 509	100
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE		8 400	-8 400	-100			
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-345	-2 532	2 187	86	-666	35 690	5 356
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-77 154	-110 217	33 062	30	-115 150	37 996	33
Subcontratos							
Energia e fluidos	-12 889	-13 071	182	1	-10 583	-2 306	-22
Outros	-64 265	-97 146	32 881	34	-104 567	3 686	4
GASTOS COM PESSOAL	-147 944	-173 105	25 160	15	-149 296	1 352	1
Remunerações certas	-109 648	-130 731	21 083	16	-114 283	4 635	4
Remunerações adicionais	-11 325	-10 455	-869	-8	-8 404	-2 920	-35
Formação profissional	-29	-1 063	1 034	97	-57	29	50
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-24 087	-29 052	4 965	17	-24 678	591	2
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 461	-1 297	-164	-13	-1 092	-369	-34
Outros custos com o pessoal	-1 395	-506	-889	-176	-781	-613	-79
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-79		-79		-41	-39	-94
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	2 023	-460	2 483	540	872	1 152	132
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	27 302	4 355	22 947	527	4 496	22 806	507
OUTROS GASTOS E PERDAS	-47 023	-1 033	-45 990	-4 451	-946	-46 077	-4 869
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-220 082	-271 331	51 250	19	-248 714	28 633	12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-704	-149	-555	-372	-678	-25	-4
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-220 786	-271 480	50 695	19	-249 393	28 607	11
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-2	-23	21	90	-101	98	98
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-220 788	-271 504	50 716	19	-249 493	28 705	12
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-220 788	-271 504	50 716	19	-249 493	28 705	12

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

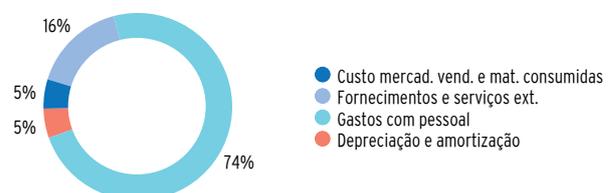
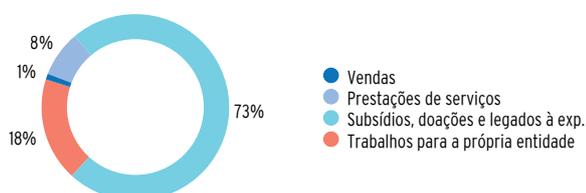


ARTES GRÁFICAS
ARTES GRÁFICAS | CENTRO PROF. ALBUQUERQUE CASTRO

	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	45 381	38 757	6 624	17	29 157	16 224	56
Vendas	4 193	5 126	-933	-18	2 760	1 433	52
Prestações de serviços	41 188	33 631	7 558	22	26 397	14 791	56
Matrículas e mensalidades							
Outras	41 188	33 631	7 558	22	26 397	14 791	56
Subsídios, doações e legados à exploração	366 739	348 823	17 916	5	319 935	46 804	15
ISS, IP - Centros distritais	254 562	246 126	8 436	3	249 326	5 236	2
Outros	112 177	102 696	9 481	9	70 609	41 568	59
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIACÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	88 963	75 631	13 331	18	82 145	6 818	8
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-28 631	-28 230	-401	-1	-30 476	-2 686	-9
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-94 492	-123 908	29 416	24	-91 745	-2 748	-3
Subcontratos							
Energia e fluidos	-6 015	-7 319	1 304	18	-6 078	63	1
Outros	-88 477	-116 589	28 112	24	-85 666	-3 492	-4
GASTOS COM PESSOAL	-428 299	-413 610	-14 689	-4	-427 267	-1 032	
Remunerações certas	-310 806	-315 364	4 558	1	-314 797	3 990	1
Remunerações adicionais	-30 489	-22 801	-7 688	-34	-28 107	-2 382	-8
Formação profissional	-60	-2 133	2 073	97	-108	48	45
Pensões					5	-5	-100
Encargos sobre remunerações	-70 799	-69 305	-1 494	-2	-66 688	-4 111	-6
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-3 732	-2 992	-740	-25	-4 084	352	9
Outros custos com o pessoal	-12 413	-1 015	-11 398	-1122	-13 488	1 075	8
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-25		-25		-10	-15	-146
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	211	-1 193	1 404	118	-93	304	328
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	127		127		2 623	-2 496	-95
OUTROS GASTOS E PERDAS	-1 269	-610	-659	-108	-3 842	2 573	67
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-51 296	-104 340	53 044	51	-119 572	68 276	57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-30 815	-28 599	-2 215	-8	-30 652	-163	-1
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-82 111	-132 939	50 828	38	-150 225	68 113	45
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-120	-60	-60	-99	-110	-10	-9
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-82 231	-132 999	50 769	38	-150 335	68 104	45
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-82 231	-132 999	50 769	38	-150 335	68 104	45

Valores em euros

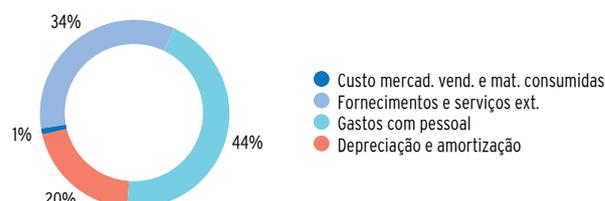
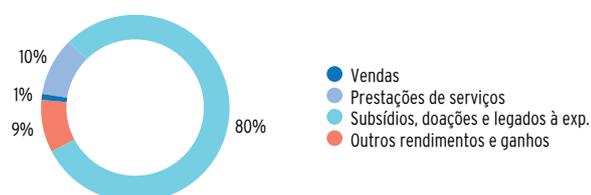
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



CULTURA MMIPO CASA DA PRELADA	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	120 067	192 850	-72 783	-38	127 422	-7 355	-6
Vendas	12 304	21 700	-9 396	-43	14 663	-2 359	-16
Prestações de serviços	107 763	171 150	-63 387	-37	112 759	-4 996	-4
Matrículas e mensalidades							
Outras	107 763	171 150	-63 387	-37	112 759	-4 996	-4
Subsídios, doações e legados à exploração	858 999		858 999		15	858 984	
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	858 999		858 999		15	858 984	
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-13 846	-13 648	-198	-1	-16 452	31 944	194
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-330 827	-338 734	7 908	2	-362 448	31 622	9
Subcontratos							
Energia e fluidos	-35 200	-54 623	19 423	36	-35 523	323	1
Outros	-295 626	-284 112	-11 515	-4	-326 925	101 685	31
GASTOS COM PESSOAL	-421 653	-480 205	58 552	12	-471 933	50 280	11
Remunerações certas	-317 016	-361 403	44 388	12	-357 349	40 334	11
Remunerações adicionais	-24 509	-29 234	4 724	16	-27 974	3 465	12
Formação profissional	-962	-3 469	2 508	72	-238	-724	-304
Pensões					-3	3	100
Encargos sobre remunerações	-71 796	-80 459	8 663	11	-80 123	8 327	10
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-4 106	-3 950	-156	-4	-4 600	494	11
Outros custos com o pessoal	-3 265	-1 690	-1 575	-93	-1 646	-1 618	-98
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-52		-52		-43	-9	-22
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	181	-3 064	3 245	106	-462	644	139
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	102 704	80 850	21 854	27	85 635	17 068	20
OUTROS GASTOS E PERDAS	-4 717	-4 009	-708	-18	-13 415	8 698	65
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	310 856	-565 959	876 816	155	-651 682	962 539	148
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-195 665	-183 187	-12 478	-7	-181 001	-14 664	-8
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	115 191	-749 146	864 338	115	-832 683	947 875	114
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-521	-154	-367	-238	-153	-368	-240
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	114 670	-749 301	863 971	115	-832 837	947 507	114
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	114 670	-749 301	863 971	115	-832 837	947 507	114

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

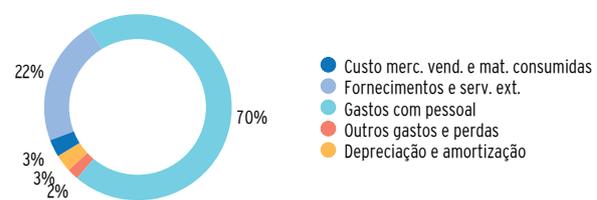
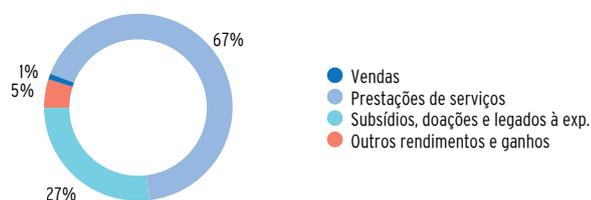


EDUCAÇÃO
COLÉGIO Nº. SRª. DA ESPERANÇA

	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	1 571 737	1 449 280	122 457	8	1 438 553	133 184	9
Vendas	12 233	11 000	1 233	11	7 578	4 655	61
Prestações de serviços	1 559 504	1 438 280	121 224	8	1 430 976	128 528	9
Matrículas e mensalidades	1 345 431	1 306 421	39 010	3	1 245 829	99 603	8
Outras	214 073	131 859	82 214	62	185 147	28 926	16
Subsídios, doações e legados à exploração	606 639	627 079	-20 440	-3	598 513	8 126	1
ISS, IP - Centros distritais	605 337	627 079	-21 743	-3	595 386	9 951	2
Outros	1 302		1 302		3 127	-1 825	-58
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-74 981	-40 073	-34 908	-87	-69 225	-1 030	-1
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-575 597	-527 614	-47 983	-9	-584 295	8 698	1
Subcontratos	-184 758	-162 673	-22 085	-14	-172 740	-12 018	-7
Energia e fluidos	-44 592	-53 327	8 735	16	-46 881	2 289	5
Outros	-346 247	-311 614	-34 633	-11	-364 673	-224 194	-61
GASTOS COM PESSOAL	-1 843 383	-1 659 437	-183 946	-11	-1 733 089	-110 294	-6
Remunerações certas	-1 409 578	-1 304 848	-104 730	-8	-1 325 216	-84 363	-6
Remunerações adicionais	-88 559	-87 358	-1 202	-1	-84 217	-4 342	-5
Formação profissional	-1 953	-8 421	6 468	77	-776	-1 177	-152
Pensões					8	-8	-100
Encargos sobre remunerações	-321 723	-242 129	-79 594	-33	-297 712	-24 011	-8
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-16 234	-12 671	-3 562	-28	-16 413	179	1
Outros custos com o pessoal	-5 336	-4 010	-1 326	-33	-8 763	3 427	39
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-9 135		-9 135		1 620	-10 755	-664
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	12 055	-15 726	27 780	177	596	11 459	1 923
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	106 499	135 081	-28 582	-21	94 779	11 720	12
OUTROS GASTOS E PERDAS	-60 125	-9 624	-50 500	-525	-28 036	-32 088	-114
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-266 292	-41 034	-225 257	-549	-280 586	14 294	5
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-92 801	-83 463	-9 338	-11	-98 440	5 639	6
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-359 093	-124 497	-234 595	-188	-379 026	19 933	5
Juros e rendimentos similares obtidos					388	-388	-100
Juros e gastos similares suportados	-7 730	-791	-6 939	-877	-2 303	-5 428	-236
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-366 823	-125 289	-241 534	-193	-380 940	14 118	4
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-366 823	-125 289	-241 534	-193	-380 940	14 118	4

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



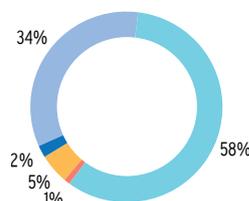
ENSINO ESPECIAL CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	123 085	101 411	21 674	21	106 896	16 189	15
Vendas	5	19	-14	-74	13	-9	-64
Prestações de serviços	123 080	101 392	21 688	21	106 882	16 197	15
Matrículas e mensalidades	73 299	73 230	69	0	67 330	5 970	9
Outras	49 781	28 162	21 619	77	39 553	10 228	26
Subsídios, doações e legados à exploração	1 377 654	1 492 228	-114 573	-8	1 098 806	278 848	25
ISS, IP - Centros distritais	802 505	786 983	15 522	2	775 172	27 333	4
Outros	575 149	705 244	-130 096	-18	323 634	251 515	78
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	282		282			282	
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2 308	9 556	-7 248	-76	8 162	-5 855	-72
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-39 777	-47 695	7 917	17	-39 767	-239 733	-603
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-592 136	-744 060	151 924	20	-385 944	-206 192	-53
Subcontratos	-119 730	-126 592	6 862	5	-89 270	-30 461	-34
Energia e fluidos	-33 870	-39 298	5 427	14	-30 791	-3 080	-10
Outros	-438 536	-578 170	139 634	24	-265 884	-209 418	-79
GASTOS COM PESSOAL	-1 007 981	-957 244	-50 738	-5	-921 946	-86 035	-9
Remunerações certas	-723 122	-677 296	-45 826	-7	-637 763	-85 359	-13
Remunerações adicionais	-108 755	-104 054	-4 702	-5	-90 737	-18 018	-20
Formação profissional	-1 222	-6 948	5 726	82	-1 470	248	17
Pensões					3	-3	-100
Encargos sobre remunerações	-152 847	-158 212	5 365	3	-132 597	-20 250	-15
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-8 248	-7 426	-822	-11	-8 060	-188	-2
Outros custos com o pessoal	-13 786	-3 309	-10 478	-317	-51 320	37 534	73
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-1 215		-1 215		-3 127	1 912	61
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	3 829		3 829			3 829	
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	413	-3 516	3 929	112	-102	515	505
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS					2	-2	-100
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	1 322		1 322		61	1 260	2 065
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	20 266	10 172	10 094	99	45 626	-25 359	-56
OUTROS GASTOS E PERDAS	-38 608	-1 738	-36 871	-2 122	-7 465	-31 143	-417
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-150 561	-140 886	-9 675	-7	-98 798	-51 763	-52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-89 257	-80 550	-8 708	-11	-67 474	-21 784	-32
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-239 818	-221 435	-18 383	-8	-166 272	-73 546	-44
Juros e rendimentos similares obtidos	5 427	4 111	1 316	32	10 407	-4 980	-48
Juros e gastos similares suportados	-450	-177	-273	-154	-108	-342	-318
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-234 841	-217 502	-17 339	-8	-155 972	-78 869	-51
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-234 841	-217 502	-17 339	-8	-155 972	-78 869	-51

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



- Prestações de serviços
- Subsídios, doações e legados à exp.
- Outros rendimentos e ganhos



- Custo merc. vend. e mat. consumidas
- Fornecimentos e serv. ext.
- Gastos com pessoal
- Outros gastos e perdas
- Depreciação e amortização

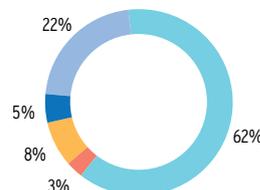
JUVENTUDE COLÉGIO BARÃO DE NOVA SINTRA	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	31 830	27 035	4 795	18	38 380	-6 550	-17
Vendas	-5	6	-11	-190	4	-9	-239
Prestações de serviços	31 835	27 029	4 806	18	38 377	-6 542	-17
Matrículas e mensalidades	19 351	20 170	-819	-4	25 468	-6 117	-24
Outras	12 484	6 859	5 625	82	12 908	-424	-3
Subsídios, doações e legados à exploração	363 827	357 603	6 224	2	375 216	-11 389	-3
ISS, IP - Centros distritais	355 219	355 219			355 219		
Outros	8 608	2 383	6 224	261	19 997	-11 389	-57
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	56		56			56	
VARIACÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	400	2 846	-2 446	-86	2 809	-2 410	-86
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-37 009	-36 946	-63		-34 773	-6 390	-18
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-178 027	-229 669	51 642	22	-179 953	1 926	1
Subcontratos	-60 218	-73 214	12 995	18	-48 677	-11 541	-24
Energia e fluidos	-25 379	-28 728	3 349	12	-28 604	3 225	11
Outros	-92 430	-127 728	35 298	28	-102 671	-10 031	-10
GASTOS COM PESSOAL	-492 971	-471 617	-21 355	-5	-488 493	-4 478	-1
Remunerações certas	-356 387	-349 410	-6 977	-2	-353 042	-3 345	-1
Remunerações adicionais	-46 914	-35 071	-11 843	-34	-46 092	-823	-2
Formação profissional	-69	-2 987	2 918	98	-146	77	53
Pensões					8	-8	-100
Encargos sobre remunerações	-83 039	-79 197	-3 842	-5	-81 586	-1 454	-2
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-3 795	-3 529	-266	-8	-5 248	1 453	28
Outros custos com o pessoal	-2 766	-1 422	-1 344	-94	-2 388	-378	-16
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-667		-667		-1 904	1 237	65
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	762		762			762	
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	25	-1 381	1 406	102	-104	129	124
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS					1	-1	-100
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	289		289		16	274	1764
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	4 522	416	4 106	986	2 841	1 681	59
OUTROS GASTOS E PERDAS	-21 802	-20 301	-1 501	-7	-39 395	17 593	45
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-328 765	-372 014	43 249	12	-325 358	-3 406	-1
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-62 343	-60 675	-1 667	-3	-64 521	2 179	3
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-391 107	-432 689	41 582	10	-389 880	-1 228	0
Juros e rendimentos similares obtidos	1 375	1 224	151	12	3 559	-2 184	-61
Juros e gastos similares suportados	-95	-69	-25	-36	-44	-50	-114
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-389 827	-431 534	41 708	10	-386 365	-3 462	-1
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-389 827	-431 534	41 708	10	-386 365	-3 462	-1

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



- Prestações de serviços
- Subsídios, doações e legados à exp.
- Outros rendimentos e ganhos

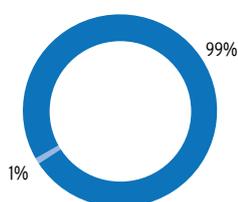


- Custo merc. vend. e mat. consumidas
- Fornecimentos e serv. ext.
- Gastos com pessoal
- Outros gastos e perdas
- Depreciação e amortização

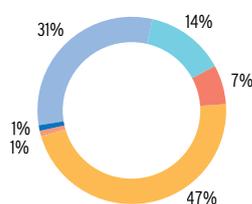
PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO COMPLEXOS PARQUES ESTACIONAMENTO OUTROS	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	45 270	32 040	13 230	41	20 756	24 514	118
Vendas							
Prestações de serviços	45 270	32 040	13 230	41	20 756	24 514	118
Matrículas e mensalidades							
Outras	45 270	32 040	13 230	41	20 756	24 514	118
Subsídios, doações e legados à exploração							
ISS, IP - Centros distritais							
Outros							
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-12 308	-3 013	-9 294	-308	-3 727	-22 684	-609
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-744 234	-897 027	152 793	17	-723 094	-21 140	-3
Subcontratos	-33		-33			-33	
Energia e fluidos	-61 122	-49 742	-11 380	-23	-59 611	-1 511	-3
Outros	-683 079	-847 285	164 206	19	-663 483	-117 975	-18
GASTOS COM PESSOAL	-321 941	-309 701	-12 240	-4	-262 603	-59 338	-23
Remunerações certas	-235 863	-231 085	-4 778	-2	-197 516	-38 348	-19
Remunerações adicionais	-21 457	-21 306	-151	-1	-16 975	-4 481	-26
Formação profissional	-1 698	-1 252	-446	-36	-1 318	-380	-29
Pensões					1 342	-1 342	-100
Encargos sobre remunerações	-58 594	-53 164	-5 430	-10	-44 508	-14 086	-32
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 779	-2 297	-482	-21	-2 555	-224	-9
Outros custos com o pessoal	-1 549	-596	-953	-160	-1 073	-477	-44
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-3 864		-3 864		21 362	-25 226	-118
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	32 435	-45 966	78 400	171	-20 024	52 459	262
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR					71 989	-71 989	-100
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	5 324 736	5 377 925	-53 189	-1	4 923 483	401 253	8
OUTROS GASTOS E PERDAS	-167 559	-38 229	-129 330	-338	-87 543	-80 016	-91
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	4 152 534	4 116 029	36 505	1	3 940 599	211 935	5
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 123 176	-1 101 031	-22 145	-2	-1 101 235	-21 940	-2
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	3 029 359	3 014 998	14 360	0	2 839 363	189 995	7
Juros e rendimentos similares obtidos					1 643	-1 643	-100
Juros e gastos similares suportados	-21 711	-3 154	-18 557	-588	-10 309	-11 401	-111
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	3 007 648	3 011 845	-4 197	0	2 830 697	176 951	6
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 007 648	3 011 845	-4 197	0	2 830 697	176 951	6

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



● Prestações de serviços
● Outros rendimentos e ganhos



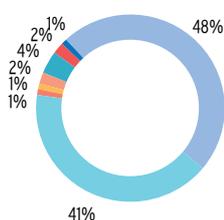
● Custo merc. vend. e mat. consumidas
● Fornecimentos e serviços ext.
● Gastos com pessoal
● Outros gastos e perdas
● Depreciação e amortização
● Juros e gastos similares suportados

SOCIAL - ERPI'S | CASA DA RUA | CASA STº. ANTÓNIO |
CENTROS DE ALOJAMENTO | SAD'S

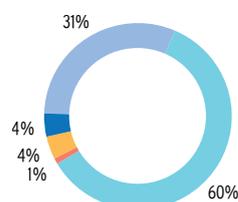
	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	2 410 052	2 356 654	53 397	2	2 252 400	157 652	7
Vendas	64 258	52 193	12 065	23	58 979	5 279	9
Prestações de serviços	2 345 794	2 304 462	41 332	2	2 193 421	152 373	7
Matrículas e mensalidades	1704 216	1 750 910	-46 693	-3	1 640 413	63 803	4
Outras	641 578	553 552	88 026	16	553 008	88 570	16
Subsídios, doações e legados à exploração	2 045 517	1 896 954	148 563	8	1 904 774	140 743	7
ISS, IP - Centros distritais	1 665 342	1 715 284	-49 942	-3	1 620 024	45 318	3
Outros	380 176	181 670	198 505	109	284 750	95 426	34
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	6 041		6 041			6 041	
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	51 506	216 920	-165 414	-76	189 278	-137 773	-73
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-221 905	-236 684	14 779	6	-220 608	-191 192	-87
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 861 380	-1 890 675	29 295	2	-1 738 374	-123 006	-7
Subcontratos	-862 963	-835 934	-27 029	-3	-795 008	-67 955	-9
Energia e fluidos	-273 034	-360 719	87 686	24	-272 804	-230	
Outros	-725 383	-694 022	-31 362	-5	-670 562	-61 793	-9
GASTOS COM PESSOAL	-3 567 113	-3 487 912	-79 202	-2	-3 522 186	-44 927	-1
Remunerações certas	-2 474 848	-2 439 490	-35 358	-1	-2 465 337	-9 511	
Remunerações adicionais	-422 439	-405 164	-17 275	-4	-421 796	-643	
Formação profissional	-2 519	-22 698	20 179	89	-2 478	-41	-2
Pensões					-28	28	100
Encargos sobre remunerações	-591 725	-583 106	-8 619	-1	-585 026	-6 699	-1
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-28 983	-26 645	-2 338	-9	-30 964	1 981	6
Outros custos com o pessoal	-46 599	-10 808	-35 790	-331	-16 557	-30 042	-181
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-12 623		-12 623		21 610	-34 233	-158
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	82 034		82 034			82 034	
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	8 159	-76 516	84 675	111	-4 609	12 768	277
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS					37	-37	-100
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	24 957		24 957		1 217	23 740	1951
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	190 636	18 419	172 216	935	242 725	-52 089	-21
OUTROS GASTOS E PERDAS	-56 601	-46 932	-9 669	-21	-145 303	88 702	61
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-900 721	-1 249 771	349 049	28	-1 019 039	118 318	12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-259 614	-243 231	-16 383	-7	-244 516	-15 098	-6
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 160 335	-1 493 002	332 667	22	-1 263 555	103 220	8
Juros e rendimentos similares obtidos	114 257	93 315	20 942	22	238 432	-124 174	-52
Juros e gastos similares suportados	-6 951	-3 851	-3 100	-81	-2 622	-4 330	-165
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 053 029	-1 403 538	350 509	25	-1 027 745	-25 284	-2
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 053 029	-1 403 538	350 509	25	-1 027 745	-25 284	-2

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



- Vendas
- Prestações de serviços
- Subsídios, doações e legados à exp.
- Aumentos/reduções de justo valor
- Trab. para a própria entidade
- Reversões
- Outros rendimentos e ganhos
- Juros e rend. similares obtidos

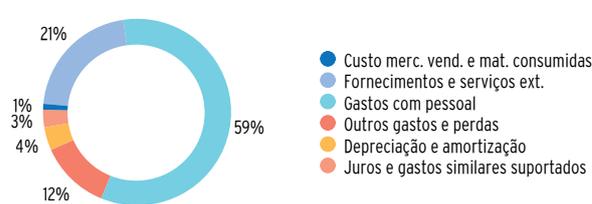
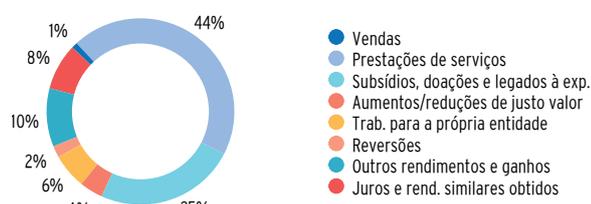


- Custo merc. vend. e mat. consumidas
- Fornecimentos e serv. ext.
- Gastos com pessoal
- Outros gastos e perdas
- Depreciação e amortização

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS	Realizado 2017	Orçamentado 2017	Valor	Desvio (%)	Realizado 2016	Valor	Desvio (%)
Vendas e serviços prestados	678 562	553 165	125 397	23	567 039	111 523	20
Vendas	12 175	446	11 729	2 632	3 509	8 667	247
Prestações de serviços	666 387	552 719	113 668	21	563 530	102 857	18
Matrículas e mensalidades							
Outras	666 387	552 719	113 668	21	563 530	102 857	18
Subsídios, doações e legados à exploração	379 574	192 057	187 517	98	285 232	94 342	33
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	379 574	192 057	187 517	98	285 232	94 342	33
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	6 379		6 379			6 379	
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	54 213	229 322	-175 109	-76	200 250	-146 037	-73
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-99 082	-39 595	-59 487	-150	-52 980	-414 947	-783
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 611 929	-1 283 856	-328 073	-26	-1 227 941	-383 988	-31
Subcontratos	-253		-253			-253	
Energia e fluidos	-89 476	-51 777	-37 699	-73	-58 771	-30 705	-52
Outros	-1 522 199	-1 232 079	-290 121	-24	-1 169 169	-826 116	-71
GASTOS COM PESSOAL	-4 390 030	-4 069 559	-320 471	-8	-3 973 123	-416 907	-10
Remunerações certas	-3 228 190	-3 036 526	-191 664	-6	-2 963 963	-264 226	-9
Remunerações adicionais	-307 134	-279 966	-27 168	-10	-258 808	-48 326	-19
Formação profissional	-21 385	-16 454	-4 932	-30	-21 735	350	2
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-768 024	-698 596	-69 428	-10	-671 017	-97 006	-14
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-37 073	-30 183	-6 890	-23	-37 908	836	2
Outros custos com o pessoal	-28 225	-7 835	-20 390	-260	-19 692	-8 534	-43
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-20 908		-20 908		-6 193	-14 716	-238
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	86 625		86 625			86 625	
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)		-604 000	604 000	100	-174 080	174 080	100
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS					40	-40	-100
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	26 568		26 568		1 293	25 274	1 954
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	152 019	9 993	142 026	1 421	177 086	-25 068	-14
OUTROS GASTOS E PERDAS	-873 726	-298 486	-575 240	-193	-343 324	-530 403	-154
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-5 611 737	-5 310 960	-300 778	-6	-4 546 700	-1 065 037	-23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-282 424	-196 138	-86 286	-44	-307 129	24 705	8
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-5 894 161	-5 507 098	-387 064	-7	-4 853 830	-1 040 332	-21
Juros e rendimentos similares obtidos	121 060	98 650	22 410	23	252 398	-131 338	-52
Juros e gastos similares suportados	-236 853	-30 400	-206 453	-679	-83 388	-153 465	-184
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-6 009 954	-5 438 848	-571 107	-11	-4 684 819	-1 325 135	-28
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-6 009 954	-5 438 848	-571 107	-11	-4 684 819	-1 325 135	-28

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS





PARECER
DO DEFINITÓRIO





Parecer do Definitório
Relatório de Gestão e Contas de 2017

Nos termos da alínea c-), nº1 e nº3 do artigo 57º do Compromisso da Santa Casa Misericórdia do Porto, vem o Definitório apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício económico de 2017, depois de o apreciar e aprovar na sua reunião de doze de Março de 2018.

Âmbito

1. Relatório de Gestão

Pela apreciação do documento que nos foi apresentado pela Mesa Administrativa, o Definitório realça e considera muito importante, o desenvolvimento e adequação que tem sido aplicado ao modelo de gestão, preparando a Santa Casa da Misericórdia do Porto para a mudança de paradigma que está a acontecer ao nível das autoridades de supervisão e regulação, bem como para fazer face aos novos desafios com que nos deparamos na relação com o Estado.

O grande investimento na reabilitação do património de rendimento, apresenta-se como uma estratégia adequada, já que se maximizam os ganhos e se criam condições de sustentabilidade e independência institucional, bem como se aproveita o bom momento que o país atravessa no setor imobiliário; é nesta mesma linha que se deve enquadrar também os investimentos de forma sustentada na reestruturação da área da saúde, procurando reduzir a exposição da SCMP ao Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente através do reajustamento dos contratos com o Estado, da expectativa positiva no que à manutenção da operação do Centro de Reabilitação do Norte diz respeito e ainda, ao induzir nas diferentes unidades da saúde uma maior eficiência e eficácia.

A informação que consta no Relatório de Gestão está isenta de distorções e é concordante com a atividade do período.

2. Relatório e Contas

Nos pontos seguintes, apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelos serviços competentes e melhor detalhada para o efeito pelo Senhor Provedor em reunião que manteve com o Definitório nesta data.

Os procedimentos de análise utilizados neste parecer, com base na revisão desta informação, consistiram essencialmente na execução de Procedimentos Analíticos Substantivos do tipo “*comparação face ao ano anterior*” e “*verificação da execução orçamental*”, sempre numa “*base de razoabilidade*”, metodologia esta que não permite assegurar um nível idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, tomamos em linha de conta o conhecimento acumulado do passado relativamente à Santa Casa da Misericórdia do Porto, de forma a que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas.

Examinámos as demonstrações financeiras da Santa Casa, cujas políticas contabilísticas adotadas são adequadas, por se usarem princípios e critérios geralmente aceites em Portugal para Entidades do Setor Não Lucrativo.

Os dados anuais inerentes às conclusões ora apresentadas, são os seguintes : Balanço em 31/12/2017 evidencia um total de 249.067.511 €, Passivo 81.761.844 €, Fundos Próprios 167.305.667 €, Resultado Líquido do Exercício (-)5.400.780 €, Despesa Paga (-)68.327.160 €, Receita Cobrada 65.351.702 €.

O total dos *Rendimentos* cresceu cerca de 1,1 M€, fixando uma taxa de execução de 102% face ao ano anterior e um desvio de (-) 2,94% em relação ao orçamento; este crescimento real teve a sua origem sobretudo na rúbrica “*Subsídios, Doações e Legados à Exploração*” e ainda nos “*Outros Rendimentos e Ganhos*”, já que a “*Prestação de Serviços*” ficou em linha com o exercício anterior.

O total dos *Gastos* aumentou em cerca de 5 M€ face a 2016, sobretudo nas rúbricas de “*Fornecimentos Serviços Externos*” (1,5 M€), “*Despesas com Pessoal*” (1,3 M€) e “*Outros Gastos e Perdas*” (2,1 M€). Nesta última rúbrica o aumento teve justificação em acontecimentos extraordinários e não recorrentes, nomeadamente em indemnizações com origem judicial (Habiserve) e acertos retroagidos nos contratos com o Estado. O desvio face ao orçamento fixou-se nos 5,5%.



A formação do “*Resultado Líquido do Exercício*” negativo em cerca de 5,4 M€, acaba assim por assentar nestes factos extraordinários e em acertos provocados nos contratos da área da saúde (acerto na Unidade Cuidados Continuados Intensivos do H.Conde Ferreira, no Acordo Gestão do Centro Reabilitação Norte e no contrato programa do H.Prelada), realidades estas que também impactaram adicionalmente os “*Fluxos Caixa*” conforme se verificou.

Assim sendo e embora o *Ativo* registe uma quebra de 3,72% face ao ano anterior (9,6 M€), devido aos acontecimentos extraordinários não recorrentes já mencionados, graças ao facto de ser acompanhado por uma diminuição do *Passivo* na ordem dos 3,10% (2,6 M€), conseguiu-se minorar o impacto na autonomia financeira da SCMP, passando a mesma dos 67,4% em 2016 para 67,2% em 2017, realidade esta que mantém a Santa Casa da Misericórdia do Porto em patamares superiores de cobertura dos seus ativos a partir de capitais próprios.

Parecer

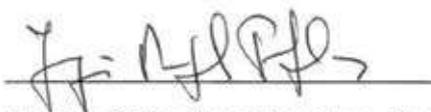
Com base na verificação efetuada sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação de gestão que consta nos documentos já aqui referidos, o Definitório elabora o seguinte parecer:

1. Por se considerar que o Relatório de Gestão e Contas apresenta de forma verdadeira, apropriada e consistente a realidade da atividade e a situação económica e financeira de todos os centros de exploração da Santa Casa da Misericórdia do Porto, propõe à Assembleia Geral que se realiza no dia 26 de Março p.f. a sua aprovação;
2. Exorta a Mesa Administrativa e considera como fundamental, que se continue o programa de reformas que assegure a auto sustentabilidade da Instituição, nomeadamente a reabilitação do património, a reestruturação da área da saúde no sentido de se diminuir a dependência do Serviço Nacional de Saúde e ainda, simultaneamente, a capacitação institucional da Santa Casa da Misericórdia do Porto;

3. Regista uma vez mais, desta forma, o seu apreço à Mesa Administrativa e aos Colaboradores da Santa Casa, pelo esforço e dedicação que aplicaram no cumprimento dos principais objetivos de exploração, realçando-se a preocupação e empenho em assegurar o foco da nossa missão fundamental no plano da ação social.

Porto, 12 de Março de 2018

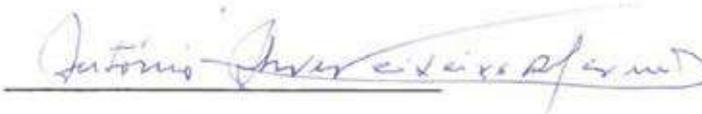
O Definitório:



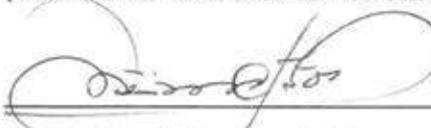
(Joaquim Sabino Rangel Pamplona - Presidente)



(Joaquim Silva Vianez - Vice-Presidente)



(António Alves Teixeira do Carmo - Secretário)



(Justino Cruz dos Santos - Vogal)



(Silvério Brunhoso Cordeiro - Vogal)



PROPOSTA DA MESA
ADMINISTRATIVA
À ASSEMBLEIA GERAL



PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2017;

2. Que seja transferido para a conta "Resultados Transi-
tados" o Resultado Líquido do exercício € -5.400.780,47.

Porto, 7 de março de 2018

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Departamento de Marketing e Comunicação
marketing.comunicacao@scmp.pt

Design Gráfico

B+ comunicação

Fotografia

Hélder Rodrigues

Impressão

Artes Gráficas e Serviços de Imprensa
da Misericórdia do Porto

2018



Rua Joaquim Vasconcelos, 79
4050-311 Porto

www.scmp.pt